

Geografia no Século XXI

Fabiane dos Santos Toledo
(organizadora)

1
VOLUME



Editora Poisson

Geografia no Século XXI

Volume 1

1ª Edição

Belo Horizonte
Poisson
2019

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Msc. Davilson Eduardo Andrade
Msc. Fabiane dos Santos Toledo
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Msc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345

**Geografia no Século XXI - Volume 1/
Organização: Fabiane dos Santos Toledo
Belo Horizonte - MG: Poisson,
2019 - 162p**

Formato: PDF

ISBN: 978-85-7042-066-4

DOI: 10.5935/978-85-7042-066-4

**Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia**

**1. Meio ambiente 2. Gestão. I. Toledo,
Fabiane dos Santos**

CDD-577

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Baixe outros títulos gratuitamente em www.poisson.com.br

contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E AS COMUNIDADES DO IMBÉ 7

Libania Freitas Fernandes Nascimento, Fabiano Viana Andrade, Mylena André Gonçalves, Vanessa da Silva Gomes

Capítulo 2: DEPENDÊNCIA OU EMANCIPAÇÃO? AS MULHERES QUILOMBOLAS RURAIS NO MUNDO DO TRABALHO NA MINERAÇÃO RIO DO NORTE- MRN EM ORIXIMINÁ-PARÁ: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA..... 14

Raimunda Patrícia Gemaque da Silva

Capítulo 3: DINÂMICA DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL NA PARAÍBA: UM ANÁLISE COM BASE NOS DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS NO PERÍODO DE 1995 A 2006 21

Éricson da Nóbrega Torres, Emília de Rodat Fernandes Moreira, Elton Oliveira da Silva

Capítulo 4: OS TERRITÓRIOS DO TRABALHO DO CAMPONÊS PRODUTOR DE FARINHA NO MUNICÍPIO DE TEFÉ-AM..... 28

Viviane Pimentel Moscardini Sussumo, Leonardo de Oliveira Mendes

Capítulo 5: APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO: ESTUDO DE CASO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE IPORÁ..... 39

Hyago Ernane Gonçalves Squiave, Divino José Lemes de Oliveira, Dimas Moraes Peixinho

Capítulo 6: OLHARES PARA OS SABERES DA GEOGRAFIA: O CONFLITO TERRITORIAL DO CONTESTADO..... 45

Neusa Maria Tauscheck

Capítulo 7: A INFLUÊNCIA DA COOPerval NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ (PR) 51

Jhonatan dos Santos Dantas

Capítulo 8: ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO PERÍMETRO IRRIGADO: ICÓ – MANDANTES – PETROLÂNDIA - PE 61

Marina Loureiro Medeiros, Guilherme Araújo, Edvânia Torres Aguiar Gomes

SUMÁRIO

Capítulo 9: RELAÇÃO CAMPO CIDADE E AGRICULTURA URBANA: algumas notas.
..... 67

Elton Oliveira da Silva, Éricson da Nóbrega Torres

Capítulo 10: A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A LUTA PELO TERRITÓRIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPLEMENTAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS MST E MTST 74

Jaqueline de Arruda Campos, André Felipe Fernandes da Silva

Capítulo 11: CONTEXTUALIZANDO A AÇÃO DO CAPITAL ESTATAL PRIVATISTA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA E NO CERRADO..... 81

Laurindo Elias Pedrosa

Capítulo 12: Produção do Espaço Urbano em São Luís - MA: Desafios e Perspectivas..... 87

Matheus Andrade Marques, Henrique Guimarães Rocha, Luís Fernando Lopes Amorim

Capítulo 13: TURISMO RELIGIOSO EM SANTO EXPEDITO/SP: TERRITÓRIOS E ESPAÇO 93

Matheus Guimarães Lima, Leandro Reginaldo Maximino Lelis

Capítulo 14: O CORPO E O ESPAÇO: RECONFIGURAÇÕES ESPACIAIS A PARTIR DE MUDANÇAS DE IDENTIDADE DE GÊNERO 101

Katiuscia da Costa Pinheiro, Iapony Rodrigues Galvão

Capítulo 15: TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NA ILHA DO MARANHÃO: ATUAIS CONDIÇÕES E ALTERNATIVAS..... 108

Juan Guilherme Costa Siqueira, Antonio José de Araújo Ferreira

Capítulo 16: LOGÍSTICA NA AMÉRICA DO SUL: O CASO DA IIRSA 115

Michele Serpe Fernandes

SUMÁRIO

Capítulo 17: GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS AO CURRÍCULO MÍNIMO DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO 122

Yan Marllon da Silva Pereira, Ana Claudia Ramos Sacramento

Capítulo 18: O ESTATUTO DA CIDADE E A POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMULAÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS 132

Victor Hugo Ribeiro Pimenta, Teresa Cristina de Almeida Faria

Capítulo 19: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO ARTEFATO DIDÁTICO PARA TRABALHAR QUESTÕES DO MEIO AMBIENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 6º AO 9º ANO 139

Denize Tomaz de Aquino, Joice Taís Cansanção de Almeida, Maria Iranilda Vieira Machado

Capítulo 20: PROBLEMA URBANO DE LUANDA: A QUESTÃO DO LIXO NA CAPITAL ANGOLANA 147

Rafaela Teixeira Paula, Diego Estevão Chaves, Verônica Andréa de Andrade Almeida

Autores: 154

Capítulo 1

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E AS COMUNIDADES DO IMBÉ

Libania Freitas Fernandes Nascimento

Fabiano Viana Andrade

Mylena André Gonçalves

Vanessa da Silva Gomes

Resumo: Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida pelo NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF campus Campos-Centro, junto as comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombo na região do Imbé, no município de Campos do Goytacazes-RJ. O objetivo era realizar um estudo para diagnosticar a presença ou não da educação quilombola nas comunidades e os efeitos dela para a (re)construção das noções de pertencimento e identidade, bem como para a preservação da memória e da tradição.

Palavras-chave: educação quilombola; identidades; comunidade; quilombo;

1. INTRODUÇÃO

Educação quilombola é tema que tem ocupado os debates sobre um ensino democrático que valorize a diversidade étnico-cultural do país e permita aos grupos e comunidades tradicionais a reprodução de suas identidades e modos de vida. Nesse sentido, considera-se relevante entender os efeitos da presença ou ausência dessa modalidade de educação junto aos diversos grupos quilombolas ou remanescentes, como elemento de (re)construção das identidades individuais e coletivas. O trabalho que ora apresentamos, é parte de um estudo mais amplo que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF *campus* Campos Centro, na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no município de Campos dos Goytacazes, com os grupos sociais das comunidades identificadas como quilombolas de Aleluia, Batatal, Cambucá e Conceição do Imbé, situadas numa área conhecida como Baixo Imbé.

Em outubro de 2013 o NEABI iniciou uma pesquisa que tem como objetivo fazer o levantamento sócio-histórico das comunidades citadas para compreender sua trajetória e promover estratégias de preservação de sua memória. As observações preliminares resultantes desses contatos indicam que os moradores estão “perdendo” sua identidade sociocultural enquanto remanescentes de quilombos, o que se manifesta inclusive na postura de parte deles, em negar essa condição. Com base nessas informações, buscou-se realizar um estudo para diagnosticar a presença ou não da *educação quilombola* nas comunidades e os efeitos dela para a (re)construção das noções de pertencimento e identidade, cujos resultados apresentamos aqui nesse artigo.

Num primeiro momento foi feito um levantamento bibliográfico acerca do tema *educação quilombola*, para em seguida dar início a investigação sobre o ensino nas escolas da região. Usamos como metodologia a *observação participativa* nas visitas às escolas para acompanhar as aulas e o seu funcionamento diário; *entrevistas semiestruturadas* com professores e alunos e aplicação de *questionários*. Como aporte teórico, optamos por operar com o conceito de *identidade* conforme aparece nos trabalhos de Stuart Hall e Zygmunt Bauman,

com o objetivo de compreender os processos de construção ou rejeição, individual e coletiva, da categoria quilombola pelos moradores/estudantes da região.

2. CONCEITUANDO IDENTIDADE

O conceito de *identidade* tem sido objeto de reflexões de variadas áreas do conhecimento e discutido por autores de diferentes formações, que vão de Psicólogos a Cientistas Sociais, particularmente Antropólogos e Sociólogos. Nesse sentido, a definição geral do conceito e suas possibilidades de aplicação apontadas aqui, a partir das escolhas de Hall e Bauman, não tem a intenção de fazer um balanço do tipo *estado da questão*. As escolhas levaram em conta a eficácia para a pesquisa e a pertinência dos trabalhos dos citados autores, no que concerne a consistência ou repercussão teórica dos mesmos. Vejamos então o que nos diz a teoria.

Numa perspectiva sociológica preocupada com as questões que envolvem a condição do indivíduo na *pós-modernidade*, Bauman (2005) relaciona a *identidade* com a *autodeterminação* do sujeito, na busca por afirmação do EU. As identidades segundo ele, referem-se em geral às comunidades como entidades definidoras dos seus conteúdos e sentidos. No entendimento do autor, existiriam basicamente dois tipos de comunidade: as de *Vida e Destino*, onde os membros adquirem uma ligação absoluta entre si ao viverem juntos; e as comunidades de *Ideias*, originadas por uma enorme variedade de valores e princípios. Observando as comunidades remanescentes de quilombos do Imbé, uma conclusão preliminar a que se pode chegar é a de que, os processos socioculturais pelos quais elas vem passando na longa duração, tem alterado sua *autodeterminação* de modo que as novas gerações, não encontram mais conteúdos e sentidos para a afirmação individual de suas origens quilombolas. Bauman (2005) alerta que a *identidade* se revela como invenção/construção e não descoberta de uma essência natural. Depende de esforço, objetivo e manutenção, particularmente na atualidade, chamada significativamente por ele de *modernidade líquida*, onde não existe mais o interesse na construção de identidades coletivas e sim um reforço ao individual, que configura uma crise

civilizatória da noção de pertencimento (Bauman, 2005).

Operando numa perspectiva que muito se aproxima de Bauman, Hall (2006) tem se preocupado em definir a *identidade* na sua relação com a *cultura*, defendendo a ideia de *identidades culturais* como um dos aspectos fundantes das identidades, surgidas do pertencimento dos indivíduos a culturas étnico-raciais, religiosas, linguísticas e nacionais. O autor defende que no passado, o que ele denomina de “paisagens culturais” de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, tinham fornecido sólidas localizações aos indivíduos enquanto entes sociais, mas agora, essas *paisagens* encontram-se fragmentadas o que interfere profundamente na noção de sujeito e na conseqüente formação das identidades. “*Esta perda de sentido de si estável é chamada, algumas vezes, de duplo deslocamento ou descentração do sujeito*” (Hall, 2006, p. 9). Esse duplo deslocamento, que corresponde à descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo sociocultural quanto de si mesmos, é o que resulta em crise de identidade.

As *identidades* derivadas de vinculações diretas com determinados mundos sociais, e esse parece ser caso das comunidades quilombolas, estão em declínio segundo Hall (2006), visto que a sociedade não pode mais ser vista como determinada, mas em contínua mutação e movimento, fazendo com que novas identidades surjam continuamente, em um processo de fragmentação do indivíduo moderno. Dessa forma, o autor destaca que estaria ocorrendo uma mudança no conceito de identidade e de sujeito, já que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, ou seja, deslocadas e fragmentadas e, em conseqüência, não é possível oferecer afirmações conclusivas sobre o que é identidade. Isso coloca uma questão fundamental para o futuro, não só das comunidades quilombolas e remanescentes de quilombos, mas para outras configurações sociais ditas *tradicionais*. Como manter suas tradições, memória e identidade coletivas frente a fragmentação sociocultural moderna, na medida em que as novas gerações sofrem pressão constante para se redefinirem enquanto sujeitos, assumindo valores identitários novos que rompem com a tradição? O desafio será enfrentado por cada comunidade de forma diferente e com graus

variados de sucesso, mas parece claro que se puderem contar com mecanismos que ajudem na (re)construção ou manutenção das identidades, tal como a *educação quilombola*, as chances são maiores de conseguirem se afirmar, se assim for o desejo de cada uma delas.

3. AS COMUNIDADES DO IMBÉ

No ano de 2005 a Fundação Palmares reconheceu quatro comunidades como remanescentes de quilombolas no Município de Campos dos Goytacazes: Aleluia, Batatal, Cambucá e Conceição do Imbé. Mesmo as comunidades sendo reconhecidas como remanescentes de quilombo, tiveram grande parte da sua identidade perdida, ou até mesmo apagada por razões políticas e religiosas. Segundo alguns relatos de alunos, a cultura e religião africana são vistas hoje por eles como profanas e todos a tratam de forma pejorativa. Algo similar ocorre na agricultura, mesmo sendo em grande parte agricultores, os mesmos veem esse ofício como algo inferior e atrasado. Nesse quesito, Pereira et al (2011) ao tratar do panorama da educação quilombola no Estado do Rio de Janeiro, relatam algo similar no que se refere ao ensino técnico “Podemos perceber as dificuldades da escola em manter o estudo técnico agropecuário no ensino médio, pois seus alunos já não valorizam o trabalho com a terra, diferentemente das gerações anteriores”. Sabe-se que as populações tradicionais, assim como as urbanas veem sofrendo drástico processo de perdas de seus costumes. Uma aculturação vertical que chega através da *ocidentalização do mundo* que com o passar dos anos fez com que até as mais remotas comunidades fossem perdendo seus ritos, costumes, sua identidade, seu jeito de ser e viver (LATOUCHE, 1994).

O ensino de História na Educação Básica ganhou reforço com a modificação na Lei 10.639/03, que alterou os Artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira na Educação Básica. Essa Lei reforça a necessidade de uma educação de ensinamentos multiculturais e a necessidade de se ter uma modalidade de educação para quilombolas, visando trabalhar a identidade e os costumes. As escolas inseridas nessas comunidades servem para reforçar a afirmação de

identidade e pertencimento de cada aluno que assim vai tendo sua cultura reafirmada e repassada, de forma hereditária para que não se perca a tradição local de cada comunidade.

Levando em consideração que a educação é uma via de mão dupla, o saber adquirido pelo aluno em sua vida fora da escola deve ser levado para sala de aula e compartilhado. Troca de informações e experiências são fundamentais para a visão de mundo durante a sua formação.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS

As escolas estão localizadas nas comunidades remanescentes de quilombos do Imbé, em uma área rural e montanhosa do município de Campos dos Goytacazes, representada pelo resquício da Mata Atlântica. A localidade possui cinco unidades escolares administradas pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, são essas: Escola Municipal Conceição do Imbé localizada na Comunidade cujo nome é o mesmo da unidade escolar, em seguida a Escola Municipal Fazenda Aleluia (Rio Preto) pertencente à Comunidade Aleluia, a Escola Municipal Salvador Benzi Fazenda Opinião (Rio Preto) e a Escola Municipal Santa Rita, que se localiza na comunidade Mocotó. A região abriga mais uma escola, porém, por dificuldade de acesso, não foi possível chegar até lá.

Das quatro escolas visitadas obteve-se os dados referentes ao quantitativo de alunos e funcionários. São escolas pequenas com turmas multisseriadas (diferentes séries na mesma classe), que trabalham com o primeiro seguimento do ensino fundamental do 1º ao 5º ano e duas dessas tem o Projovem Rural Saberes da Terra no terceiro turno de funcionamento da escola. A Escola Municipal Santa Rita possui dezessete alunos, uma professora, uma diretora e os funcionários da limpeza e manutenção que são de empresa terceirizada. A Escola Municipal Salvador Benzi, possui cinquenta e quatro alunos e três professoras. A Escola Municipal Aleluia possui quarenta e oito alunos matriculados, porém somente vinte e nove frequentam, essa escola enfrenta um problema com relação a sua equipe de profissionais, a professora também ocupa o cargo de diretora (provisoriamente). A Escola Municipal Conceição do Imbé, são cinquenta e dois alunos, com três professoras.

As quatro escolas utilizam o mesmo livro didático (Buriti) que trabalha com a educação no campo, os projetos educacionais desenvolvidos são os mesmos para todas (sendo sugeridos pela própria Prefeitura), porém as escolas desenvolvem os projetos de acordo com a comunidade em que se está, pois cada uma tem suas necessidades específicas. Além disso, a prefeitura do Município oferece cursos de formação continuada dentro da educação no campo.

5. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

No desenvolver desta pesquisa buscou-se conhecer as comunidades, onde teve-se acesso a 15 famílias, nas quais algumas ainda vivem do trabalho no campo, como pequenos agricultores, mas em sua maioria os homens, assim como parte das mulheres trabalham em outras atividades na cidade diariamente, fato este que os faz se deslocarem diariamente para o meio urbano. As crianças de menor idade permanecem nas comunidades que oferecem, através da rede municipal de ensino, os anos iniciais do primeiro seguimento. Após concluído, as crianças, assim como os adolescentes, deslocam-se necessariamente para a cidade para dar continuidade aos estudos, o que certamente apresenta-se como uma grande barreira no processo de ensino e aprendizado dos jovens, se estendendo também aos adultos da comunidade.

Para a amostragem selecionou-se duas escolas municipais, em Conceição do Imbé e outra em Aleluia. Foram selecionadas estas por, embora terem apenas o ensino fundamental I, também contam com a oferta do programa Projovem Rural Saberes da Terra em funcionamento, o que permitiu ter contato com alunos de maior faixa etária e dispostos a participar da pesquisa em questão.

Das duas escolas selecionadas, foram distribuídos 14 questionários com perguntas fechadas no mês de outubro de 2014, sendo todos respondidos e devolvidos no mesmo mês. Os questionários continham seis perguntas, onde foram levantadas informações como sexo dos entrevistados, idade, tempo de moradia na comunidade dentre outras questões relacionadas a educação e pertencimento cultural. Cabe destacar que, por motivo de preservação da veracidade de informações e não comprometimento do aluno ao que foi por ele

relatado foi mantido o anonimato dos entrevistados.

Paralelo a construção do questionário, foram feitas visitas as escolas das comunidades de Aleluia e Conceição do Imbé visando conhecer o público alvo, além de diversas conversas com os professores e visita ao ambiente educacional por eles habitado.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma vez coletado os dados, observou-se que do total de alunos entrevistados, apenas 21% são do sexo masculino e 79% concentra-se no sexo feminino, dados que podem ser correlacionados com o fato das mulheres ficarem nas comunidades durante o dia e os homens saírem para trabalhar na cidade, acabam passando por dificuldades que os afastam do ambiente escolar.

Os resultados também apresentam dados com relação à faixa etária dos alunos, maior parte dos entrevistados encontra-se entre 25 a 35 anos, sendo apenas três dos entrevistados de 15 a 25 anos e apenas dois encontram-se acima de 35 anos. Assim foi traçado o perfil etário da turma, buscando-se compreender questões relacionadas à escolarização. Quando questionados sobre a intenção de dar continuidade aos estudos, 100% dos alunos responderam que sim. Mas na sequência foram alegadas por eles as dificuldades para esse estudo ser contínuo, já que as escolas existentes nas comunidades não ofertam o ensino médio.

Dando seguimento aos questionamentos, agora sobre saberes adquiridos nas escolas, quando questionados sobre o ato de repassar os conhecimentos adquiridos oralmente para seus descendentes, uma parcela grande (86%) confirma que faz essa troca. Esse é um fato interessante que corresponde à cultura quilombola ainda presente nessas comunidades. Apenas dois dos alunos admitiram não repassar o conhecimento adquirido nas escolas. De acordo com SCHMITT (2002) “Este sentimento de pertencimento a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam”.

Quando questionados se o conteúdo estudado estaria de acordo com sua

realidade, 79% entrevistados responderam que sim e 21% alegaram estar “em parte” e nenhum aluno respondeu não. De fato, a grande maioria comprova a adequação a realidade vivenciada por eles, que é premissa maior da educação do campo, conforme Lei nº 9131/95 e na Lei nº 9394/96 – LDB.

Outra questão abordada foi sobre identidade, perguntou-se aos entrevistados se os mesmos se compreendem como sujeitos quilombolas, 11 (79%) dos entrevistados responderam que sim. Apenas um respondeu que não e dois dos entrevistados responderam que se compreendem em parte como quilombolas. Esse questionamento mostra para a pesquisa que o reconhecimento de sua identidade por parte de cada um ocorre de forma expressiva na comunidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação aplicada, enquanto formadora de espaço interdisciplinar, identidade social e pertencimento ao meio vivido nas comunidades pesquisadas têm atuado, na opinião dos alunos de forma majoritariamente satisfatória, apesar de não ser possível ainda a designação *educação quilombola*.

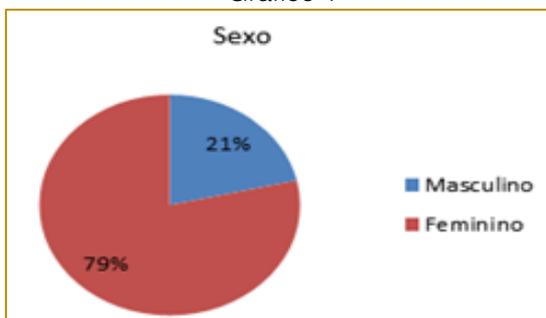
É certo que a educação para a diversidade tem sido alvo de inúmeros debates e conferências educacionais, contudo não basta só o debate e sim ações que mudem essa realidade. Como podemos observar, é de grande importância para as comunidades em questão a implantação de políticas públicas que gerem oportunidades de ensino, qualificado e específico para a realidade das comunidades, de forma que atendam as necessidades locais e que seja possibilitado o resgate da cultura local, já que a mesma está se disseminando devido forte movimento de aculturação. Levando em consideração que a educação é uma via de mão dupla, o saber adquirido pelo aluno em sua vida fora da escola deve ser levado para sala de aula e compartilhado, assim havendo uma troca de informação e experiência é fundamental para a formação da visão de mundo do aluno. Mesmo sendo escolas inseridas em comunidades quilombolas, essa visão de mundo deve ser trabalhada, mas ao mesmo tempo os levando ao entendimento do porque de sua cultura e incentivando sua continuidade.

REFERÊNCIAS

- [1] Bauman, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- [2] Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. São Paulo: DP&A, 2006.
- [3] Latouche, Serge. A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Brasil. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília, 1996.
- [4] Brasil. Ministério da Educação. Portal do Mec: Legislação. Brasília. Disponível em:
- [5] <<http://portal.mec.gov.br/index.php>> / Brasil. Ministério da Educação. Portal do Mec. Brasília
- [6] Schmitt, Alessandra; Turatti, Maria Cecília Manzoli; Carvalho, Maria Cecília Pereira de. A atualização do conceito de quilombola: Identidade e território nas definições teóricas. Ambiente e Sociedade, Ano V, Nº 10, 1. 1º Semestre de 2002.

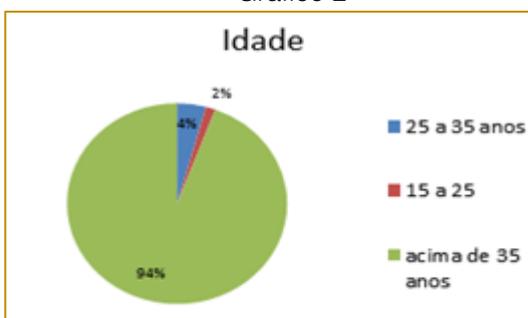
ANEXOS

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2



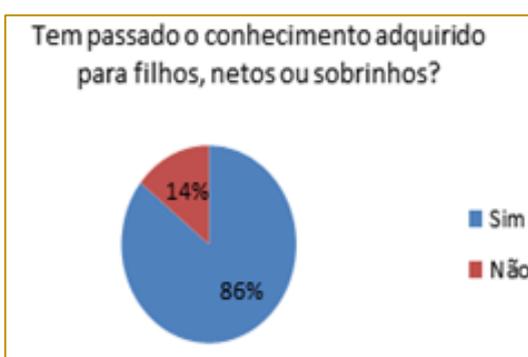
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3



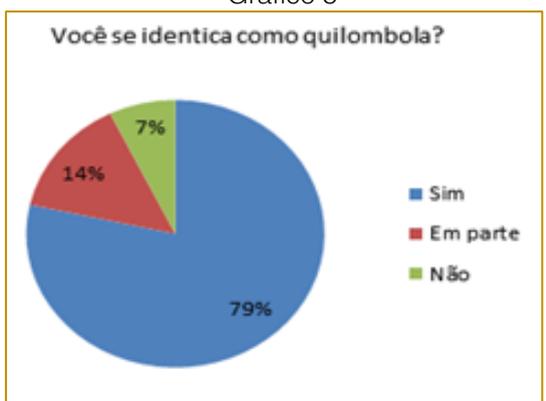
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 5



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6



Fonte: Elaboração própria

Capítulo 2

DEPENDÊNCIA OU EMANCIPAÇÃO? AS MULHERES QUILOMBOLAS RURAIS NO MUNDO DO TRABALHO NA MINERAÇÃO RIO DO NORTE- MRN EM ORIXIMINÁ-PARÁ: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Raimunda Patrícia Gemaque da Silva

Resumo: Primeiramente, faz-se necessário destacar que a produção do presente trabalho articula-se com as reflexões oriundas da minha pesquisa de mestrado intitulada “O lado feminino do quilombo: o território quilombola sobre o enfoque de gênero nas comunidades da Boa Vista e Moura, em Oriximiná-PA”, já defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Silva Nascimento Silva, tal pesquisa vincula-se com as várias temáticas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Geografia, Mulher e Relações de Gênero (GEPGÊNERO) coordenado pela referida professora. Esta pequena reflexão foi apresentada no XVIII Encontro Nacional de geógrafos: A construção do Brasil: Geografia, Ação política e Democracia, em São Luís- MA em 2016. Nesse contexto a presente pesquisa busca analisar sob a ótica geográfica, as relações e condições de trabalhos das mulheres quilombolas na empresa Mineração Rio do Norte, em Oriximiná-PA, tecidas por meio das Cooperativas ou não, elucidando as diversas formas de preconceito e discriminação que sofrem e como as mesmas enfrentam tais situações.

1. INTRODUÇÃO

A inserção da mulher no mercado de trabalho tem trazido novas experiências, estas que foram ensinadas historicamente a terem seus horizontes restritos à manutenção da família. As quilombolas fazem parte do contingente populacional que presencia as desigualdades sociais implantadas no campo agrário, no caso específico, fruto do domínio do capital mineral, somando-se aos segmentos da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1999) que na mineradora sofrem com as redefinições tecnológicas e gerenciais do mundo do trabalho e vivem a desqualificação, precarização e informatização (THOMAZ JR., 2001), e ainda se deparam com as diversas formas de preconceito e discriminação por serem mulher quilombola, ribeirinha e pobre.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca analisar sob a ótica geográfica, as relações e condições de trabalhos das mulheres quilombolas na empresa Mineração Rio do Norte tecidas por meio das Cooperativas ou não, elucidando as diversas formas de preconceito e discriminação que sofrem e como as mesmas enfrentam tais situações.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, os procedimentos metodológicos utilizados foram levantamento e revisão bibliográfica sobre o tema em questão, trabalho de campo nas duas comunidades quilombolas, Boa Vista e Moura, as quais fazem parte de um complexo de 35 comunidades que compõem um dos maiores territórios quilombolas no Estado do Pará e também limitam-se com a Empresa Mineração Rio do Norte – MRN que desde a década de 1970 implantou-se na região, ocasionando mudanças catastróficas na vida dessas populações tradicionais. A população de remanescentes que povoa essa região é descendente dos negros escravizados que fugiram das fazendas do Baixo Amazonas em busca de territórios livres. Além, de entrevistas e registros fotográficos.

A forma de apropriação dos territórios quilombolas pela MRN se apoiou no discurso realizado pelo Governo de que a Amazônia se constituía em um *imenso espaço de vazio demográfico*. A chegada impactante da mineradora ao utilizar estratégias geográficas e políticas para controlar os recursos naturais e a população quilombola, refletiu em especial para as comunidades da Boa Vista e Moura, como forças de desarticulação

econômico-social e, principalmente cultural (DUQUE, 2004; WANDERLEY, 2006).

A ocupação pelo capital mineral dos territórios do Alto Trombetas remodelou o dinamismo territorial, econômico e social do município de Oriximiná, e especificamente das comunidades do entorno do projeto. A implantação desse projeto na década de 1970 atuou como o motor responsável pela dinâmica regional, justificado pelo modelo de desenvolvimento estabelecido na Amazônia, em função da riqueza dos recursos minerais do subsolo. A chegada desse novo padrão de desenvolvimento contribuiu significativamente para alterar a estrutura espacial anteriormente organizada pelas populações tradicionais quilombolas que, sob a influência do extrativismo tradicional e da agricultura de subsistência, comandavam a vida da região. Assim, esse modo de vida foi e continua sendo alterado em função de uma outra atividade, de caráter exógeno (SOUZA, 2007).

A presença do grande capital mineral nessa região tem redesenhado a geografia local, impõe-se como principal veículo de desarticulação e desestruturação dos territórios tradicionais, ocasionando mudanças nas relações de trabalho, no uso dos recursos naturais e modo de vida local. Paralelo a chegada da MRN surge a figura de outros órgãos ambientais atuantes na região, embasados nas políticas preservacionistas criadas pelo Estado, com o objetivo de "resguardar" a floresta do Trombetas, assim criou-se na região a Reserva Biológica do Trombetas- REBIO e a Floresta Nacional de Saracá-Taquera – FLONA.

Com essas novas diretrizes, as comunidades quilombolas, em particular Boa Vista e Moura, se viram cada vez mais limitados em usar os recursos naturais de seus próprios territórios. Uma vez que, a delimitação dessas áreas sobrepôs os territórios quilombolas, além de perderem parte considerável para a MRN, agora se veem diante de um *cerco geográfico*, delimitado para reafirmar quem de fato mandam na região. As mudanças paradigmáticas ocasionadas nas comunidades com a chegada da empresa alterou o modo de vida dos quilombolas, estes acostumados a usufruírem dos recursos naturais de maneira livre, agora encontram-se diante de um uso fiscalizado, tal realidade, refletiu na entrada no mundo do trabalho na empresa. Assim, homens e mulheres foram cada vez mais empurrados para a lógica do trabalho remunerado.

2. HÁ CORES DIFERENTES PARA TRABALHOS DIFERENTES: MULHERES NEGRAS E A INFERIORIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

De acordo com Harvey (2014) as transformações que atualmente atingem a sociedade é fruto da transição da rigidez do fordismo para a acumulação flexível, através da implantação de novas formas organizacionais, e também de tecnologias produtivas inéditas, que refletiu em uma nova perspectiva significativa para o trabalho, e para as trabalhadoras e os trabalhadores na década de 1970. Assim, essas transformações se fazem presente na esfera econômica, desdobrando-se nas esferas sociais, o que afeta diretamente os indivíduos inseridos no mundo do trabalho.

As mudanças tendenciosas no universo do trabalho advindas desse novo modo de produção e reprodução, marcadas pelos ditames do modo capitalista, tangenciam mudanças que são identificadas a partir da diminuição dos trabalhadores e trabalhadoras nas indústrias tradicionais, registrando outras formas de trabalho que subproletariza e precariza o trabalhador, em especial, a mulher trabalhadora. Esses são indicativos que favorecem e intensificam as relações de classe e raça/ etnia atravessadas pelas questões de gênero, como *unidade dialética* que determina o sujeito totalizante: a classe trabalhadora (CISNE, 2014). Assim, nesse contexto analítico, Antunes (1999, p.109) aponta que:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexual, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

Na acumulação flexível a feminização do trabalho funda-se como uma de suas especificidades, ao apropriar-se da força de trabalho feminino permite a sua maior inserção no mercado de trabalho, aumentando assim, sua participação na população economicamente ativa (PEA).

Ademais, o cerne da questão é entender que para além dessa participação ativa da mulher do mercado de trabalho, que representa uma

quebra de mudanças comportamentais, política e ética em relação à sua inserção, simboliza uma mudança paradigmática construída em torno da condição da mulher na sociedade de classes, há ainda, uma desigualdade racial imperante e que se manifesta como um prolongamento do passado escravista que se desdobra na atualidade, na remuneração inferiorizada da mulher, em especial da negra e da quilombola, colocando-as cada vez mais, nos serviços precarizados.

Assim, corroborando com Carvalho (2006) sob a lente da geografia compreendemos que as mulheres, têm sido ao longo da história, assim como outros grupos sociais, a exemplo, os indígenas, subjugados em relação ao homem branco e a condição se agrava quando situamos tais questões no contexto de uma sociedade de classe como a capitalista. E acrescentaríamos mais, a subjugação da mulher especificamente a negra e quilombola.

De forma globalizada, o sistema capitalista é nutrido e a lógica de seu funcionamento tem na sua base estruturante a exploração do homem pelo homem, independente de sexo, cor ou classe social, porém, de formas diferenciadas. No caso específico, o recorte racial é um dos elementos explicativos da inferiorização da mulher no mundo do trabalho. Os indicativos estatísticos expõem essa realidade que ainda se expressa fortemente em nossa sociedade. O fato é que as relações raciais perpassam, fundamentalmente pela questão de classe. O lugar da mulher negra e também da quilombola, em casos específicos é demarcado pelo imaginário preconceituoso da chefia, tendo a cor da pele como porta de entrada nesse universo.

Passados mais de 120 anos da abolição, não se consegue eliminar as desigualdades sociais e raciais. Desse modo, após o período de escravidão, o negro e principalmente a negra, agora na condição de assalariada, “foram relegados ao último lugar na escala social – essa tendência perdura até os dias atuais, comprovada pela maciça presença negra entre as empregadas domésticas e a quase invisível presença da mulher negra entre as médicas e arquitetas, por exemplo.” (NOGUEIRA e JACINO, 2013, p. 281).

Assim o mapeamento do espaço geográfico, referente ao mundo do trabalho, ao levar em consideração condicionante como sexo e cor/etnia revelam que existem cores

diferentes para trabalhos diferentes. Homens e mulheres entram no mundo do trabalho de forma diferenciada demarcando assim a divisão sexual do trabalho (DST), esta que atua como a base material das relações sociais de gênero. Quando se trata das mulheres negras e quilombolas as disparidades são ainda maiores. Assim para Castells (1997, p. 197):

a entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerado deve-se, de um lado, à informatização, integração em rede e globalização da economia e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, conseqüentemente, os lucros.

O capitalismo atua como sistema intensificador da precarização do trabalho feminino, utilizando-se da divisão sexual do trabalho para aumentar a competitividade, rebaixando os salários em decorrência da força feminina. De tal modo, que os homens alcançam um patamar diferenciado em relações de colocação e remuneração, frente às mulheres. As mulheres negras já têm uma identidade fecunda ligada ao trabalho, principalmente as que se encontram na base da pirâmide social. Elas ingressam mais cedo e são as que saem mais tardiamente do mercado de trabalho, são as mais afetadas pelas taxas de desemprego e/ou discriminação salarial; independente da escolaridade equivalente à de mulheres brancas, recebem salários menores, conforme, demonstrado na tabela 01 (NOGUEIRA; JACINO, 2013).

Há, portanto, um avanço e ao mesmo tempo uma continuidade nesse sentido. Situando as mulheres quilombolas, objeto de análise de tal pesquisa, estas vivenciam realidades particularizadas, comparadas com outras localidades rurais. Possuem rotinas de trabalho assalariadas, em sua maioria de serviços terciarizados, sob a égide do capital mineral que impera e vem se estruturando como uma verdadeira ofensiva para o grupo quilombola da região. Essas desdobram-se entre os cuidados com a família e a rotina de trabalhadora terceirizada, atuam nos serviços de auxiliar de limpeza, serventes, ajudante de cozinha, entre outros.

3. AS MULHERES QUILOMBOLAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA EMPRESA MINERADORA

A metamorfose social, referente às relações de trabalho que afetam as comunidades quilombolas, faz parte das novas territorialidades que se engendram pelo metabolismo do capital (THOMAZ JR, 2001), em que essa transição de trabalhadora agroextrativista para assalariada repercute em mudanças no processo social, econômico e cultural que cada vez mais descaracteriza o modo de vida tradicional dessas comunidades. No mundo do trabalho na Empresa, enquadram-se como um contingente de mão-de-obra barata e sem qualificação para o capital mineral, tangenciado num dinamismo territorial que reflete em uma nova configuração geográfica nessa região.

Alguns resultados apontam que as quilombolas, nesse contexto, se enquadraram a partir de duas vertentes: uma através da terceirização do trabalho, via cooperativa, para execução de serviços gerais prestados como ajudante, os quais se colocam como extensão de suas casas (lavar, passar, varrer, e outros, sem direitos trabalhistas), pois ganham na diária; e outra, a minoria como funcionárias assalariadas com carteiras assinadas e outros benefícios, em que executam funções dentro de empresas terceirizadas na mineradora.

A criação das cooperativas- Boa Vista – COOPERBOA (criada em 1997) e Moura – COOPERMOURA (em 2010) dividem opiniões dentro das comunidades. Essas instituições foram criadas em comum acordo entre os representantes das comunidades e a mineradora; as comunidades pensaram nas cooperativas pelo fato de considerar que o cooperativismo era uma possibilidade e alternativa de atender a todos com empregos na mineradora. Porém ao mesmo tempo, conforme ressalta Antunes (2001) são evidenciadas pela desregulamentação, pela flexibilização e pela terceirização, advindas de uma lógica societal em que o capital se vale da força de trabalho humano, enquanto parcela imprescindível para a reprodução. Em outras palavras, o incentivo de se criar as cooperativas foi uma das estratégias da mineradora, haja vista que através da terceirização dos serviços fornecidos pelos cooperados, a mineradora reduz custos na produção, especificamente de mão-de-obra, bem como de encargos trabalhistas.

Mas ainda assim, a cooperativa é o caminho mais rápido para homens e mulheres terem acesso ao mundo do trabalho. Nos serviços disponibilizados pelas cooperativas as quilombolas se enquadram somente como ajudante de serviços gerais, uma vez que, atividades como mateiro, roçador, operador são realizados especificamente por homens. Logo, ao analisarmos essas modalidades que se circunscrevem no universo da divisão sexual do trabalho, percebemos que há uma forma particular que se centra de acordo com Hirata e Kergoat (2007) em dois princípios organizadores: a) o de separação entre gêneros e b) o hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um de mulher). Ainda que na cooperativa os níveis de remuneração sejam iguais, porém as mulheres ainda ficam em desvantagem, pela limitação dos serviços disponíveis a elas.

Atualmente na COOPERBOA a administração e a secretaria está sob direção de mulher. Nas cooperativas, as mulheres equivalem a 50% da mão-de-obra disponível e exercem um percentual considerável, o que caracteriza uma relação de dependência de seus serviços, em função do quantitativo que elas demandam. Nas palavras de uma entrevistada, “a *Cooperativa foi à porta de entrada para nós, foi um marco para as mulheres despertarem, o lado bom foi que nós passamos também a levar mais uma renda pra casa*”. (Ana Francisca, Comunidade do Moura. Entrevista concedida a Patrícia Gemaque. Mar/2015).

Perguntadas sobre o nível de satisfação em relação aos trabalhos que exercem através da cooperativa e também quanto à remuneração, algumas mulheres falam que não sentem dificuldades na execução das funções, pois estão acostumadas a assumirem

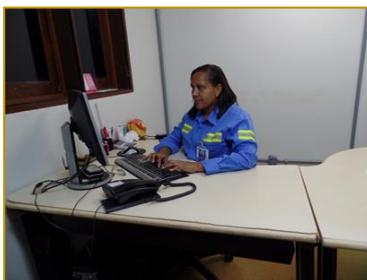
responsabilidades que desenvolvem em suas residências. Referente à remuneração, afirmam que não estão muito satisfeitas, pois é pouca e o custo de vida é alto demais.

A mudança do padrão no modo de se reproduzirem socialmente instaurou para os quilombolas das duas comunidades uma vida totalmente pautada na lógica do trabalho assalariado. Eles fazem suas cestas básicas na vila da mineradora, Porto Trombetas, e como não tem outra alternativa pagam valores exorbitantes principalmente, pelos produtos alimentícios. Essa realidade acaba que condenando-os cada vez mais a dependência dos serviços da mineradora, logo o que ganham não é suficiente nem para manter as necessidades básicas da família.

Nessa relação contraditória e desigual estabelecida pela mineradora, há um percentual, ainda que pequeno, de pessoas das comunidades que conseguiram uma posição diferenciada em relação aqueles fornecidos pela cooperativa. Nesse rol destacam-se algumas mulheres, que a base de muito sacrifício e preconceito, exercem atualmente, uma posição de chefia ou cargos com remuneração mais elevada. Ainda que sejam poucas, isso reflete em avanços e mudanças paradigmáticas.

A cooperativa foi o meu primeiro emprego, ela foi minha porta de entrada, senão fosse ela não teria alcançado a posição que tenho hoje. Fiz um curso de técnica de segurança no trabalho em 2002, desde aí conseguiu ingressar nas empresas, consegui uma bolsa e passei a atuar com estágio remunerado. Hoje atuo como gerente no grupo Orlando Service- PA dentro da mineradora. (Ana Vera, Comunidade da Boa Vista. Entrevista concedida a Patrícia Gemaque. Mar/2015).

Figura 14. GEMAQUE, R. P. Mulher quilombola com função de gerente em uma empresa dentro da mineradora. Imagem digital. Comunidade Boa Vista, Mar/2015.



A educação nesse sentido atua como o alicerce para a ascensão profissional das mulheres. A posição de “mandar”, de “designar ordem” exercida pela mulher, ainda

que estejamos no século XXI, soa estranho para o homem, nesse campo de relação atuam forças enraizadas na construção cultural referente ao “lugar da mulher” e “lugar

do homem” dentro dos espaços, sejam estes privados ou públicos. Assim Rossini (2006, p.229) ressalta que o “fenômeno da entrada da mulher no mercado de trabalho foi irreversível e provocou impactos no modelo tradicional de trabalho, que reservava ao homem o espaço da produção econômica e à mulher, os cuidados da família”.

Conseguir uma mulher quilombola de origem pobre, se inserir nesses espaços majoritariamente ocupados por homens brancos, foge às projeções que são delimitadas pela sociedade, a meritocracia nesse caso, foi a custo de muita persistência e embate direto com as barreiras do preconceito, as quais ainda se posiciona como elementos relevantes, ainda que se diga que as pessoas da vila “brancas” não agem com discriminação para com os quilombolas, esse fato é bastante presente no cotidiano, conforme relato a seguir:

Já trabalhei na cooperativa como Auxiliar de Serviços Gerais, depois trabalhei na administração, hoje trabalho assalariada por uma empresa direto na mineradora. Já sofri muito preconceito, quando eu trabalhava de ajudante de serviços gerais, as pessoas não me viam, viam a gente como nada... limpava as canaletas da feirinha e as pessoas passavam e se tiverem que jogar lixo, jogavam se duvidar até em cima de mim, não estavam nem aí...não queriam nem saber se eu era um ser humano ou não...se fosse uma pessoal de outro nível aí o tratado já é de modo diferente...isso é um tipo de preconceito. Hoje as pessoas não me tratam de modo indiferente porque tenho outro cargo... quando eu trabalhava de zeladoria as vezes as pessoas passavam e desviam caminho, depois que eu consegui um cargo melhor, que trabalho com relações pessoais, que demanda as pessoas chegarem até mim...o tratamento mudou (Lucia Helena, Comunidade Boa Vista. Entrevista Concedida a Patrícia Gemaque, Mar/2015).

Mesmo em posições diferenciadas de cargo, a mulher torna-se alvo mais fácil para se expressar os preconceitos por ser quilombola e ainda ribeirinha. A ascensão profissional para a mão-de-obra feminina é mais penosa, em função dos serviços serem considerados majoritariamente para homem e também da

não aceitação destes em serem comandados por mulher. Mas elas se posicionam mediante a essa condição, com bastante determinação e se colocam em patamares de igualdade com o gênero masculino.

[...] Eu sofro muito preconceito, por ser uma mulher ribeirinha quilombola que tá assumindo esse cargo. Ouvia frases do tipo: Mas é aquela que tá lá, eu não acredito! (risos). Foi muito complicado, quando eu cheguei aqui tinha um supervisor que desistiu de está aqui com a equipe por causa da minha gestão [...] Eu tive muitas barreiras por está nessa posição, teve casos de funcionário querer se demitir por está sendo supervisionada por uma mulher, hoje consigo encarar isso com mais maturidade. (Ana Vera, Comunidade Boa Vista. Entrevista concedida a Patrícia Gemaque. Mar/2015).

Ao analisarmos essas transformações a partir das relações de gênero, notamos que essa nova ordem em que a mulher passa da condição do “fazer” para o de “mandar”, causa impactos sociais notórios, tanto na esfera pública quanto na privada. Assim nota-se um movimento dentro das comunidades protagonizado pelas mulheres que reflete cada vez mais, numa ruptura dos laços embrionários que as aprisionavam, no espaço privado. Porém, ainda em passos lentos a quilombola está ultrapassando as barreiras visíveis e invisíveis, postas nas relações sociais de poder, quer seja no universo do trabalho na mineradora como no seio das comunidades.

Constata-se que as portas que se abriram para elas através das cooperativas fomentadas pela mineradora, ainda que se postulem como mecanismos “emancipatórios” para mulher e desvinculam-as parcialmente do espaço privado, acabaram por construir laços de dependência financeira em relação à mineradora. As formas de reproduzir-se socialmente através do agroextrativismo tradicional foram podadas, o que restam-lhes poucas ou quase nenhuma alternativa de se sobreviver da floresta. Desse modo, a forma atraente da mineradora acabou lhes empurrando para um caminho sem volta, de trabalhadora assalariada e terceirizada, com condições precarizadas e com poucas possibilidades de mudanças.

REFERÊNCIAS

- [1] Antunes, R. Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- [2] Carvalho, T. B. A Territorialização da Questão de Gênero nos Sindicatos. In: THOMAZ Júnior, A; Carvalho, M. D; Carvalho, T. B.(orgs.). Geografia e Trabalho no Século XXI. Presidente Prudente: Ventelha/CEGET, 2006. p. 103-129.
- [3] Castells, M.A Era da Informação: o poder da identidade. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- [4] CISNE, M. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.
- [5] Duque, A. N. F. Boa Vista e Moura – terra de quilombolas e o grande Projeto Trombetas – uma incômoda presença. Ceará: 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.
- [6] Harvey, D. Condição Pós-Moderna. 25.ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- [7] Hirata, H.; Kergoat, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- [8] Nogueira, M. J. R.; Jacino, H. A Mulher Negra e as Desigualdades no Mundo do Trabalho. In: Venturini, G.; Godinho, T. (orgs.). Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados: uma década de mudança na opinião pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/SESC-SP, 2013. p.279-290.
- [9] Rossini, R. E. Mulheres e Homens na Força de Trabalho na Agricultura: o exemplo da macro-área de Ribeirão Preto (SP), 1977-2006. In: Encontro Nacional da Abep, Minas Gerais. Caxambu,2006.
- [10] Souza, P. F. Desigualdades espaciais e a questão tributária em torno da Mineração Rio do Norte (PA). In: Coelho, M. C. N. e Monteiro, M. A. (orgs) Mineração e Estruturação Espacial na Amazônia. NAEA – Belém-PA. 2007.p.227- 259.
- [11] Thomaz Júnior, A. Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil: uma contribuição á “leitura” geográfica do trabalho. Pegada, Presidente Prudente, v.2, n.2, 2001.
- [12] Wanderley. L. J. “Território Invadido”: as lutas e os conflitos nas terras dos negros do Trombetas– PA.Rio de Janeiro: 2006. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Capítulo 3

DINÂMICA DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL NA PARAÍBA: UM ANÁLISE COM BASE NOS DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS NO PERÍODO DE 1995 A 2006.

Éricson da Nóbrega Torres

Emília de Rodat Fernandes Moreira

Elton Oliveira da Silva

Resumo: A intensificação do processo de assalariamento na agropecuária paraibana só se concretizou de forma mais significativa na segunda metade do século XX, particularmente entre 1970 e 1980, no bojo do processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira (SILVA, 1985). Embora esse processo na Paraíba tenha sido mais modesto que o verificado no Centro-Sul do país, concentrando-se marcadamente em duas atividades, a cana e a pecuária, ele foi responsável pela expropriação maciça de produtores diretos, fossem eles moradores, parceiros, arrendatários ou posseiros e pelo crescimento do trabalho assalariado (MOREIRA, 1997). O objetivo desse estudo é analisar a dinâmica do trabalho assalariado no espaço agrário Paraibano com base nos dois últimos censos agropecuários realizados pelo IBGE, isto é, entre 1995 e 2006. Esse artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla iniciada por nós em 2016 no âmbito do doutorado. Como a mesma está em fase de início, iremos tecer aqui, as mudanças observadas no assalariamento rural da Paraíba com base nos dados estatísticos levantados e processados através dos censos agropecuários. Do ponto de vista da metodologia de pesquisa, além dos dados e da revisão de literatura, nos pautamos também em informações obtidas em outras pesquisas para dar suporte ao artigo. Com base nessas premissas, o artigo ficará estruturado em 2 itens. No primeiro destacamos o processo que leva ao assalariamento do trabalhador, à luz da interpretação do processo de desenvolvimento capitalista no campo; no segundo destacaremos a caracterização e a evolução do trabalho assalariado na Paraíba com base nos dois últimos censos agropecuários.

1. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO.

Graziano da Silva (1985) ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro concorda com Kaustky (1986) no sentido em que considera ter este se processado com base no que este autor denominou de “industrialização da agricultura”. Em outras palavras a agricultura passa a se constituir num ramo da indústria. Deste modo, as transformações que o capital provoca na atividade agropecuária levam naturalmente a um aumento no uso de tecnologias químicas e mecânicas no campo.

Além dessas transformações, Maria Aparecida (1999) destaca que, o processo de industrialização da agricultura, teve entre outras conseqüências, a de criar uma força de trabalho circulante, residindo em lugares diversos, vencendo os longos percursos geográficos do país para garantir a reprodução do capital em determinados setores do ramo produtivo.

Ou seja, com o desenvolvimento da produção capitalista na agricultura (isto é, com as transformações que o capital provoca na atividade agropecuária), observa-se naturalmente um aumento na utilização de adubos, de inseticidas, de máquinas, de trabalho assalariado, além de uma intensificação do cultivo da terra com a finalidade de aumentar a produtividade para garantir maior lucratividade.

Na verdade para Silva (1985), o objetivo das transformações capitalistas no campo é elevar a produtividade do trabalho.

Isso significa fazer com que cada pessoa ocupada no setor agrícola produza mais, o que só se consegue aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas, e intensificando a produção agropecuária. E para conseguir isso o sistema capitalista lança mão dos produtos da sua indústria: adubos, máquinas, defensivos, etc (SILVA, 1985, p.14)

Desse modo, se um solo é infértil, aduba-se; se é seco, irriga-se; se é ácido, aplica-se corretivos. A vocação do capital é não deixar livre nenhum espaço possível de extorsão de mais valia (MAURO, 2004). Em outras palavras é como se o sistema capitalista passasse a ‘fabricar’ uma natureza que fosse

adequada à produção de maiores lucros (SILVA, 1985).

Nesse sentido Elias (1996), da mesma forma que Silva (1985), afirma que a tecnologia e o capital passam a subordinar, em parte, a própria natureza, reproduzindo artificialmente algumas das condições necessárias à produção agrícola, que se torna conseqüentemente cada vez mais “dependente dos insumos gerados pela indústria, cuja produção transformou o conjunto de instrumentos do trabalho agrícola” (ELIAS, 1996).

Para Delgado (1985), a implantação da indústria pesada no Brasil entre 1955 e 1961, a consolidação do Complexo Agroindustrial, a criação de um Sistema de Crédito Nacional, a intensificação do processo de urbanização e a ação do Estado através da implementação de políticas agrícolas destinadas a favorecer e incentivar a aquisição dos produtos da indústria pelos produtores rurais (sobretudo os médios e grandes), constituíram a mola mestra do processo de “modernização da agricultura”, ou seja, de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira.

Esse processo tomou impulso após a segunda guerra mundial, e destacou-se pela utilização de uma tecnologia de ponta, representando uma verdadeira revolução no que se refere à produção em massa de insumos agrícolas graças ao desenvolvimento da grande indústria química e mecânica. O setor industrial investiu intensamente nos meios de produção, determinando a ligação direta do desenvolvimento da agricultura ao desenvolvimento industrial. Pouco a pouco a agricultura brasileira industrializa-se, isto é, passa a depender da indústria à montante e à jusante do processo produtivo, seja como compradora de máquinas, equipamentos e outros insumos, seja como fornecedora de matéria-prima para o setor industrial (MOREIRA E TARGINO, 1997).

A penetração do capital no campo abriu as portas para os proprietários de terras se apropriarem da renda capitalista da terra, acarretando o aumento da concentração fundiária no país. No Brasil, esse processo de industrialização da agricultura teve início por volta dos anos 50 do século XX, com a implantação de um novo padrão tecnológico baseado na importação de meios de produção. Nesse período, as facilidades concedidas e os estímulos vindos do Estado incrementaram no país um aumento do

número de tratores e do consumo de tecnologias químicas como adubos, fertilizantes, defensivos, etc. Destaca-se no fim dessa década de 1950, a introdução no país da primeira indústria de tratores (MOREIRA, 1988). A partir desse momento, inicia-se o processo de substituição de importações, com a implantação no país de setores industriais de bens de produção e de tecnologias químicas para a agropecuária tendo como suporte o apoio do Estado.

Entretanto, só a partir dos anos 60 do século XX, é que o processo de industrialização da agricultura brasileira ganha expressão. Esta época coincide com a instalação do Governo militar no país, e as forças políticas que passaram a governar o Estado atuavam no sentido de acelerar o desenvolvimento da industrialização do campo, incentivando a produção de monoculturas para exportação (cana, soja, café) e a pecuária também para a exportação, em detrimento da produção de alimentos para a população brasileira.

Segundo Moreira (1988), esse processo se manifestou principalmente em duas direções a saber: primeiramente, modificou as relações técnicas de produção com a intensificação da utilização de máquinas, implementos e insumos de origem industrial; segundo, pelo avanço das relações de trabalho assalariadas, com destaque para o trabalho assalariado temporário, em detrimento das relações não tipicamente capitalistas tais como os sistemas de moradia e de arrendamento, ocasionando dessa maneira, o empobrecimento do trabalhador rural.

É ainda Oliveira (2005) e Moreira (1988), que afirmam que o desenvolvimento do capitalismo no campo não se fez de modo homogêneo em todo o território nacional. Pelo contrário, ele foi excludente e diferenciador, aprofundando as diferenças regionais já existentes entre as regiões. É notório que o desenvolvimento tecnológico foi bem mais acentuado na região Centro-Sul do país do que o verificado no Norte-Nordeste. Prova disso está no número de tratores incorporados pelo Centro-Sul entre 1970-1980, período em que houve um incremento de 331.000 tratores, enquanto no Norte-Nordeste esse número não passou de 31.000 (MOREIRA, 1988).

Oliveira (2005) afirma que além das desigualdades regionais, essa incorporação tecnológica também se fez de modo mais significativo nos estabelecimentos maiores e

apenas em determinadas culturas, algumas delas só atingindo algumas etapas do processo produtivo.

No que diz respeito aos financiamentos, embora eles não sejam a razão primordial para explicar o processo de expropriação, contribuíram para isso, na medida em que os pequenos agricultores não conseguiram preços bons para seus produtos e assim não pagaram as dívidas de empréstimos aos bancos, tendo conseqüentemente que hipotecar suas terras. Assim como as tecnologias químicas e mecânicas, os financiamentos foram absorvidos muito mais pelos grandes estabelecimentos.

Então, como pode-se observar, não houve uma generalização do processo de modernização ou de dominação do capital sobre a agricultura em todo o território brasileiro, mas a sua concentração, seja espacial, seja setorial..

Se por um lado o processo modernizador contribuiu para o incremento de tecnologias químicas e mecânicas na agropecuária brasileira, para o aumento das exportações de culturas destinadas ao mercado externo (cana, soja, trigo) e para a consolidação no país do Complexo Agroindustrial, o mesmo processo modernizador acarretou uma série de problemas sociais e econômicos como enumera Moreira (1988) a saber: a) a expropriação dos pequenos produtores e sua transformação em assalariados; b) a retração da área cultivada com as culturas alimentares básicas; c) a intensificação da concentração fundiária; d) a deterioração da distribuição de renda no setor agrícola; e) a contaminação dos ecossistemas a partir da utilização indiscriminada de fertilizantes e outros agroquímicos; f) a intensificação do trabalho sazonal no setor agrícola e; o avanço da urbanização ocasionado pelas migrações campo-cidade. As conseqüências desse processo extrapolam o campo e atingem as cidades.

Não se tem a pretensão aqui de aprofundar o debate teórico mas apenas tecer as principais conseqüências sobre a penetração do capitalismo no campo, sobretudo no que diz respeito ao avanço do trabalho assalariado que é fruto desse processo. No próximo item iremos analisar a caracterização e a evolução do trabalho assalariado na Paraíba com base nos dados dos dois últimos censos agropecuários fornecidos pelo IBGE.

2. CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA DO TRABALHO ASSALARIADO NA PARAÍBA

Na Paraíba existia, em 2006, 490.317 pessoas ocupadas na atividade agropecuária. Desse total, 77.309 (ou 16%) eram empregados assalariados e 413.048 (84%) eram agricultores de base familiar com acesso precário à terra como os parceiros, os arrendatários e os posseiros (IBGE, 2006). Esse dado reforça a tese defendida por Kautsky (1986) e Lênin (1985) no século XIX, de que o capitalismo abre espaço para a reprodução de relações de trabalho não tipicamente capitalistas, e que a generalização do trabalho assalariado não pode ser encarada como um processo avassalador no campo. Corroboram com os clássicos na atualidade, geógrafos como Oliveira (2005), Fernandes (2000), Moreira (1988), Júnior (2012).

Destacamos aqui também que, segundo o IBGE em 2006, existiam na Paraíba 1.522 trabalhadores que tinham alguma condição de trabalho semelhante ao assalariamento e a parceria ao mesmo tempo. Mas, não era nem um nem outro. Esses trabalhadores eram empregados nos estabelecimentos de terceiros e o pagamento da venda da sua força-de-trabalho se dava através de produtos. Por tanto nem era um assalariado puro, muito menos um camponês, uma vez que os mesmos não possuíam o meio de produção, isto é, a terra. Trata-se de uma nova categoria de trabalhador no espaço agrário da PB. Ou como diria Thomás Júnior (2002), é fruto da hodierna reestruturação produtiva do capital que, através de sua teleologia, implica nas metamorfoses do mundo do trabalho inseridos na dinâmica do capitalismo no campo que reconfigura as relações sociais, de produção e de trabalho e dão uma nova configuração territorial com base em novas funções que surgem, bem como novas categorias de trabalhadores.

Em 2006 os empregados assalariados permanentes da agricultura Paraibana totalizavam 18.000 pessoas o que correspondia a 23% do total de assalariados rurais. Os empregados temporários totalizavam 59.309 pessoas ou 77% do total dos assalariados rurais. Assim verificamos que, da mesma forma que em 1996, o número de empregados temporários dez anos depois se sobressai, demonstrando que a modernização no campo, segundo os autores acima citados, desemprega de uma forma geral e no que tange a mão-de-obra

assalariada, é muito mais vantajosa contratá-la temporariamente por parte dos que detêm os meios de produção para assim garantir o lucro do capital e a sua reprodução ampliada.

Do conjunto do setor primário, foi a agricultura (aqui entendida como o conjunto das lavouras permanentes e temporárias) a que mais se destacou pelo emprego do trabalho assalariado em 2006, absorvendo 47% do total dos empregados assalariados do Estado. Segue em importância a atividade pecuária, absorvendo 45%. As outras atividades como produção florestal, horticultura e produção de sementes pouco empregaram.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à distribuição dos trabalhadores assalariados por tipo de estabelecimento, segundo o produtor. Verificou-se que a maior concentração dos empregados assalariados ocorria nos estabelecimentos dos proprietários que absorveram em 2006, um total de 78% do total de empregados assalariados rurais do estado. Seguem em importância os estabelecimentos dos ocupantes empregando 11% dos assalariados; o dos arrendatários empregando 6%; o dos parceiros e dos assentados sem título, ambos empregando 2%, e por último, os produtores sem área que empregaram apenas 1% do total da mão-de-obra assalariada. Os dados revelam-nos que sobre o domínio do capital e por regra da propriedade privada, é nesta, onde se encontra disparadamente a maior parte dos assalariados rurais no campo paraibano.

Chama-se a atenção também, para a distribuição do pessoal ocupado segundo o tamanho dos estabelecimentos agrícolas. Neste aspecto, constata-se, que os estabelecimentos com menos de 50 ha contavam, em 2006, com 409.617 pessoas ocupadas o que representava 83% do total do pessoal ocupado nas diversas atividades do setor primário do estado. Enquanto isso, nos estabelecimentos com 500 ha e mais, encontravam-se ocupadas apenas 10.821 pessoas ou 2,1% do total do pessoal ocupado no setor primário do estado. Averigua-se por conseguinte que à medida que aumenta o tamanho dos estabelecimentos agrícolas, diminui a quantidade de pessoas ocupadas. Desse modo, verificamos que o tipo de propriedade que mais emprega mão-de-obra são os pequenos estabelecimentos, enquanto que os grandes, via de regra onde se desenvolve o agronegócio, só tende a desempregar cada vez mais devido ao

processo de mecanização ou penetração do capital no campo como salientam Oliveira (2005), Fernandes (2013), Moreira (1988), Silva (1982).

No que diz respeito à distribuição dos empregados assalariados, segundo o tamanho dos estabelecimentos, verificou-se algo bem diferente do que ocorria em 1995. Nos anos 90 do século passado o maior número de empregados assalariados no campo encontravam-se nos maiores estabelecimentos, diminuindo o percentual a medida que diminuía o tamanho dos estabelecimentos. Para os autores já citados, isso justificava-se pelo fato de nas pequenas propriedades predominarem o trabalho familiar, uma vez que desenvolve-se nesses estabelecimentos a agricultura familiar; e nos grandes estabelecimentos, via de regra, desenvolve-se o agronegócio que emprega pouco e destaca-se pelo predomínio do trabalho assalariado Oliveira (2005), Fernandes (2013), Moreira (1988), Silva (1982). Mas algo novo se destaca no espaço agrário da Paraíba no que tange a mão-de-obra assalariada. A maior quantidade de empregados assalariados em 2006 também se concentravam nos menores estabelecimentos. Teria razão Marx (1985) quando ressalta que, quando o desenvolvimento do capitalismo no campo atinge um nível tal, não é mais o trabalho assalariado que predominará, esta mesma mão-de-obra será expulsa do campo devido ao desenvolvimento das forças produtivas;

Interessante destacar que o trabalho assalariado permanente predominava na agricultura não familiar, enquanto que o assalariamento temporário predominava na agricultura familiar. Isso explica pelo fato que, como dizia Chayanov (1981), em determinadas épocas do ano agrícola, a mão-

de-obra familiar contrata temporariamente pessoas de fora para poupar a penosidade do trabalho em momentos que a atividade camponesa no campo demanda mais trabalho.

No que tange às informações sobre trabalho infantil, verificou-se que na Paraíba existia em 2006, 25.946 crianças com menos de 14 anos ocupadas em atividades agropecuárias, o que representava 5,3% do total do pessoal ocupado na agropecuária paraibana. Desse total de crianças ocupadas, apenas 89, isto é, 0,3% eram trabalhadores assalariados. Já em relação ao total de assalariados no campo paraibano em 2006, o trabalho assalariado infantil representava 0,1%.

No que diz respeito ao trabalho assalariado feminino, verificou-se que na Paraíba existia em 2006, 5.109 mulheres ocupadas em atividades agropecuárias como assalariadas, o que representava apenas 7% do total de assalariados. Na atividade canaveira por exemplo, na atualidade não existe mais mulheres no corte da cana e isso deve ter contribuído bastante para a redução do trabalho assalariado feminino no campo.

Analisando os dados do censo, constata-se que o número de pessoas ocupadas na agropecuária paraibana passou de 479.987 em 1996 para 490.317 em 2006, representando assim, um aumento de 2%.

No que tange ao número de trabalhadores assalariados empregados em atividades agropecuárias, verificamos também um aumento, passando de 52.662 em 1996 para 77.309 em 2006, o que representa um acréscimo da ordem de 47%. Esse avanço do número de assalariados segundo todas as categorias pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1: Dinâmica do trabalho assalariado Estado da Paraíba no período 1985-1995-2006

	1985	1995	%	2006	%
Pessoal Ocupado	746.467	479.987	-36%	490.317	2%
Trabalhadores Assalariados	108.431	52.662	-51%	77.269	47%
Assalariados Permanentes	29.299	28.102	-4%	18.000	-36%
Assalariados Temporários	79.132	24.560	-69%	59.309	141%
Crianças Ocupadas	137.118	61.411	-55%	25.946	-58%
Crianças Assalariadas	2.832	1.942	-31%	89	-95%
Crianças Assalariadas Temporárias	968	283	-71%		
Crianças Assalariadas Permanentes	1.864	1.659	-11%		
Mulheres Ocupadas	251.316	153.144	-39%	143.076	-7%
Mulheres Assalariadas	10.078	4.800	-52%	5.109	6%
Mulheres Assalariadas Permanentes	4.064	3.465	-15%		
Mulheres Assalariadas Temporárias	6.014	1.335	-78%		

Fonte: Censos agropecuários 1985-1995-2006, IBGE.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, destacamos que, no que diz respeito ao levantamento dos dados do censo agropecuário do IBGE de 2006, para o conjunto da Paraíba, algo que já está sendo por nós trabalhado, já podemos constatar algumas mudanças na dinâmica do trabalho assalariado na Paraíba em relação aos anos 90 do século passado e a primeira década do século XXI com base nas primeiras análises. Quais sejam:

a) houve um crescimento do assalariamento rural na Paraíba entre 1996 e 2006. Uma hipótese que podemos levantar, deve-se ao fato do avanço a partir do ano 2000 da atividade canvieira na Zona da Mata em virtude das políticas federais com o estímulo a produção do etanol;

b) Há uma grande redução no número de assalariados permanentes e por outro lado um avanço dos temporários no período em estudo;

c) o trabalho assalariado infantil praticamente desapareceu do campo Paraibano. Talvez as políticas de inclusão social tenham contribuído para isso, como o Bolsa Família, que obriga a criança a frequentar a escola, bem como as denúncias pelo ministério público, pela delegacia regional do trabalho e pelos sindicatos.

d) outra grande mudança e talvez a mais importante, diz respeito a distribuição dos assalariados segundo o tamanho dos estabelecimentos. Nesse ponto tem-se que a concentração dessa mão-de-obra agora se dá nos menores estabelecimentos, entre 0-50 hectares, algo que contraria as teorias até então. Será isso um caso particular da

Paraíba, ou acontece também para o conjunto da região do Nordeste, algo a ser investigado durante a pesquisa. O que levou o assalariado rural a migrar dos grandes estabelecimentos e agora concentrarem-se nos pequenos? Seria a mecanização? Porém, a introdução de colheitadeiras na atividade canvieira da Paraíba, por exemplo, só tem início em 2015, fato que é muito recente;

e) Quanto ao assalariamento feminino, ele teve um leve avanço em relação aos anos 90. No final da pesquisa por nós efetuada em 2009, já tínhamos indícios que havia um crescimento de mulheres trabalhando na cultura do abacaxi, arrebatadas da atividade canvieira na zona da Mata Paraibana, o que pode ser uma primeira pista para investigarmos esse avanço das mulheres no campo como assalariadas;

f) outra mudança foi a Mesorregião do Sertão Paraibano tomar o posto assumido pelo Agreste nos anos 90 de região que mais empregava assalariados. Com a pesquisa empírica e o cruzamento de outros dados estatísticos pretendemos desvendar o que levou a esta mudança geográfica do assalariamento rural na Paraíba. Uma primeira hipótese pode estar no fato de muitos sertanejos migrarem para se assalariar na cana no Sudeste e na fruticultura irrigada do vale do São Francisco.

Com base nesses pressupostos entendemos que a organização do espaço agrário da Paraíba, ao longo da história, tem sido marcada pela disputa entre o território camponês e o território de domínio do capital, em outras palavras, pela disputa entre Capital e trabalho com reflexos nas relações de trabalho e na paisagem rural.

REFERÊNCIAS

- [1] Chayanov, Alexandr Vasilevich. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. [1924] In: _____. et al. Chayanov y la teoría de la economía campesina. Compilación de José Aricó. México D. F.: Ediciones Pasado y Presente, 1981. pp. 49-82.
- [2] Denize, Elias. Globalização e modernização Agrícola. Revista Paranaense de Geografia, Curitiba, nº1, 1996.
- [3] Kautsky, Karl. A agricultura moderna. In: A questão agrária. 3ª ed. São Paulo, 1985.
- [4] Fernandes, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. São Paulo, Editora Vozes, 2000.
- [5] Ibge. Censos agropecuários 1996 e 2006.

- [6] Lennin, Vladimir Ilich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. ED.Cultural, 1982.

- [7] Mauro, Gilmar. O campesinato no capitalismo. Artigo acessado no site <http://ialatextos.blogspot.com/2007/03/o-campesinato-no-capitalismo.html> em outubro de 2015.

- [8] Marx, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1985. Livro 1,voll.

- [9] Moreira, Emília; Targino, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Universitária UFPB, 1997.

[10] Moreira, Emília. Notas sobre o processo de modernização recente da agricultura brasileira. João Pessoa: Boletim 7. Departamento de Geociências da UFPB, 1988. p.45-55.

[11] Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: Transformações recentes. In: ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2005, cap.8, p. 467-534

[12] Silva, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do fim do século. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1999.

[13] Silva, José Graziano da. O que é questão agrária. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

[14] Thomaz Júnior, Antônio. Por trás dos canaviais, os "nós" da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

Capítulo 4

OS TERRITÓRIOS DO TRABALHO DO CAMPONÊS PRODUTOR DE FARINHA NO MUNICÍPIO DE TEFÉ-AM

Viviane Pimentel Moscardini Sussumo

Leonardo De Oliveira Mendes

Resumo: O presente texto tem como objetivo socializar resultados da pesquisa, desenvolvida junto a Universidade do Estado do Amazonas, através da bolsa Produtividade, sobre a dinâmica territorial do trabalho camponês no processo de produção, transporte e venda da farinha no município de Tefé-AM. Nesse sentido busca-se compreender o trabalho do camponês produtor de farinha da Amazônia em três diferentes momentos, produção, transporte e venda. Para alcançarmos os objetivos propostos realizamos estudos bibliográficos que abrangem o universo teórico que trata da questão do trabalho humano e a geografia, das categorias de base da geografia, da questão agrária na Amazônia e do camponês amazônico. Realizamos também, coleta de informações por meio de entrevistas e questionários, conversas informais, com o objetivo de compreender as relações e as condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores. Foram levantadas informações e dados a respeito das políticas públicas para a agricultura por parte da prefeitura municipal e outras dimensões do Estado, para entendermos a ação do Estado em relação a agricultura. Com base nas leituras, orientações e trabalhos de campo realizados, podemos considerar que a espacialização do trabalho no território camponês ocorre sobre condições de trabalho marcadas pela precarização que se estende desde o território da produção, roça e casa de farinha, até a comercialização da mesma, na feira municipal. Em relação as políticas públicas existentes na região voltadas para a agricultura familiar, constatamos que ocorrem via IDAM e SEMPA, mas de fato não constatamos ainda a consolidação desses projetos realizados pelo Estado nas comunidades do município. Nesse sentido pensar a questão do desenvolvimento local é de extrema importância, a exemplo das experiências históricas que os modelos de desenvolvimento pensados para a Amazônia provocaram, na região do Médio Solimões ainda permanece territórios não completamente dominados pelo capital.

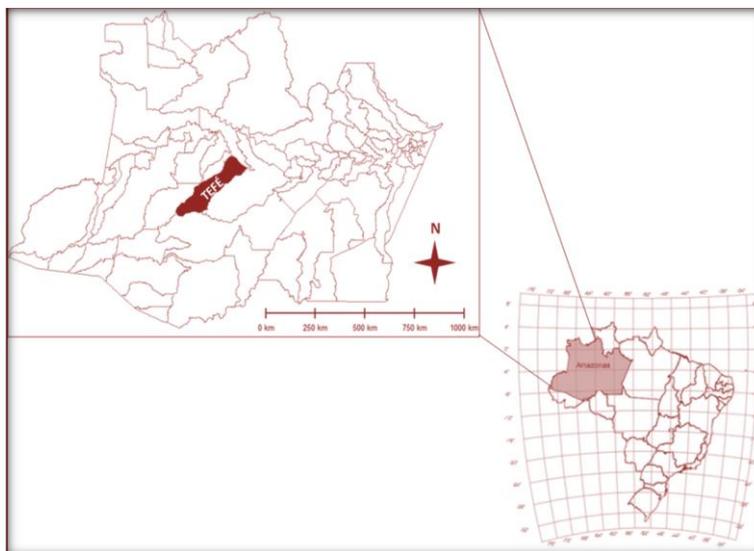
Palavras-Chave: Trabalho; território; camponês; farinha.

1. INTRODUÇÃO

Banhado pelo lago Tefé, à margem do Rio Solimões, o município de Tefé, (figura 1) localiza-se na região do Médio Solimões no Estado do Amazonas, dista 525 km de Manaus, possui uma população, segundo o senso demográfico (2010), de 61.399 mil habitantes, sendo considerada pelo

NEPECAB (Núcleo de Estudo e Pesquisa das Cidades da Amazônia Brasileira) como uma cidade média de responsabilidade territorial devido à importância da cidade enquanto pólo econômico, social e de prestação de serviços para outros municípios vizinhos.

Figura1: Localização do município de Tefé-Am.



Fonte: NETO, 2014

É através do porto que grande volume de mercadorias é comercializado no mercado municipal, feira e também distribuído por todo comércio da cidade. O mercado e a feira são os principais pontos de venda do peixe e da farinha, alimentos que compõe a principal fonte de alimentação do povo tefeense e mesmo que pesquisas tem mostrado a substituição gradativa desses alimentos por produtos alimentícios industrializados como a linguiça calabresa e o frango congelado, acreditamos ser de extrema importância pesquisar a atividade econômica da farinha que, ao lado do peixe, faz parte da cultura da população amazônica e são atividades econômicas que envolvem grande quantidade de pessoas do campo e da cidade na região.

Nesse sentido o presente texto tem como objetivo socializar resultados da pesquisa, desenvolvida junto à Universidade do Estado do Amazonas, através da bolsa Produtividade, sobre a dinâmica territorial do trabalho camponês no processo de produção, transporte e venda da farinha no município de Tefé-AM. Momento em que buscamos compreender o trabalho do camponês

produtor de farinha em três diferentes momentos, produção, transporte e venda.

Para alcançarmos os objetivos propostos realizamos estudos bibliográficos que abrange o universo teórico que trata da questão do trabalho enquanto categoria fundante do ser social e sua espacialização a partir do que denominamos por “geografia do trabalho”, como também temáticas que tratam sobre a paisagem, o território, e o espaço, a questão agrária na Amazônia e o camponês amazônico. Realizamos também, coleta de informações por meio de entrevistas e questionários, conversas informais, com o objetivo de compreender as relações de trabalho e as condições a que estão submetidos os trabalhadores na produção, transporte e venda de seus produtos. Levantamos informações e dados a respeito das políticas públicas para a agricultura por parte da prefeitura municipal (e outras dimensões do Estado), com a finalidade de entendermos a ação do Estado em relação a agricultura.

Acreditamos pois que o desenvolvimento da pesquisa assume relevância fundamental para a compreensão da realidade e a peculiaridade do camponês produtor de farinha da Amazônia, bem como captar as relações sociais e territoriais de trabalho na atualidade, podendo assim auxiliar na construção de projetos econômicos e sociais dos trabalhadores que estimulem formas de desenvolvimento locais que melhore as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores camponeses da região.

2. UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Como primeiro passo para adentrarmos no universo da pesquisa procuramos estabelecer diálogo com autores que nos proporcionasse embasamento teórico sobre a categoria trabalho, o camponês amazônico e as categorias de base da geografia: Paisagem, território e espaço.

2.1- O TRABALHO E A GEOGRAFIA

Em concordância com MOREIRA(2002), ANTUNES (1995), THOMAZ JÚNIOR (2002), acreditamos que o trabalho é uma categoria essencial, não só para a construção do espaço geográfico, mas como fundante da produção e reprodução do ser social.

Entretanto, apesar da discussão sobre o trabalho na ciência geográfica ser tema antigo, presentes desde as discussões de Vidal de La Blache, a categoria trabalho era vista apenas como mediação de outras relações. Ainda que Pierre George, tenha sido uma das principais referências da geografia, como nos afirma MOREIRA (2002), sendo o único a propor o termo geografia do trabalho numa perspectiva analítica, porém, suas discussões estavam voltadas mais para uma geografia do emprego e atividades de trabalho, do que uma geografia do trabalho.

FRANÇA (2017) ao demonstrar a importância da categoria trabalho revisita a forma como a categoria trabalho foi e está sendo trabalhada na Ciência Geográfica, destacando na vanguarda dessas discussões Thomaz Júnior, que propõe o conceito de “plasticidade do trabalho” para compreender a complexidade que se encontra a classe trabalhadora na atual conjuntura social. Embora as discussões sobre o trabalho acompanhem o discurso geográfico, a referida autora ressalta os desafios desta reflexão e de instrumentos teórico-metodológicos que possibilitem

compreender as questões que permeiam a categoria trabalho contemporaneamente.

MOREIRA (2002), ao fazer análise sobre a temática do trabalho na geografia ressalta as dimensões e planos em que a geografia do trabalho foi tratada. Um plano da relação homem-meio e outro da relação de organização espacial das sociedades. Na relação homem-meio, o mesmo ressalta que o trabalho é visto como ato transformador, através da ação do homem retirando do meio circundante as condições e os meios de vida, momento em que o homem se realiza através do trabalho. Na perspectiva da organização espacial o trabalho aparece como movimento de constituição das sociedades como totalidades, estruturando-a geograficamente na história.

Dessa forma a Geografia do Trabalho busca duas perspectivas de análise, uma relação estabelecida entre o homem e a natureza, numa relação do metabolismo ambiental e outra do metabolismo sócio-espacial, constituído pela relação entre os homens. De acordo com MOREIRA (2002) ambas relações são formas de mediação do homem com o mundo em duas escalas que se entrecruzam e se diferenciam em outros níveis, no qual o metabolismo espacial seria uma relação de intercâmbio do homem com os outros homens, perpassando por meio da cooperação na divisão do trabalho, uma relação intra-social, onde a configuração do espaço interveria como regulamentador da relação humana desde o âmbito natural. Sendo reorientado pela tecnologia, pela mudança do valor de uso para o valor de troca.

Dessa forma a temática do trabalho é passível de ser estudada pela Geografia não somente pela tradicional relação homem-meio presentes desde sua sistematização, como também pela localização, distribuição do fenômeno do trabalho em determinado território, suas tramas relacionais e suas divisões espacializadas com contornos diferenciados pela organização social.

2.2- A PAISAGEM, O TERRITÓRIO E O ESPAÇO: O OLHAR GEOGRÁFICO

Fundamentamos nossa leitura de realidade a partir de um campo científico definido, a geografia. Nessa ciência tratamos essencialmente da localização e seu sentido. Para Santos (2002) a geografia trata da ordenação territorial dos fenômenos. “Onde? Eis a pergunta central do discurso geográfico

(...) Tanto do ponto de vista dos geógrafos quanto do senso comum consolidou-se em nossa cultura a identidade imediata entre o discurso de cunho locacional/toponímico e a geografia” (SANTOS, 2002, p. 24-25). A busca de compreensão da ordem espacial dos fenômenos é onde reside a especificidade do “olhar geográfico”. “Há, contudo, sempre uma análise geográfica quando o centro de nossa questão é a ordem espacial”. (GOMES, 2009, p. 27)

Para Moreira (2011) a análise geográfica se dá a partir de um plano combinado de ações metodológicas do sujeito da geografia em que se relacionam as categorias, os conceitos e os princípios lógicos. As categorias de base da geografia são a paisagem, o território e o espaço. Os princípios lógicos são: Localização, distribuição, conexão, extensão, distância, posição e escala.

Em síntese, as três categorias fundamentais do conhecimento geográfico (paisagem, território e espaço), do ponto de vista do real concreto e do concreto em pensamento, estariam na base da relação entre essência e aparência, onde sujeito e objeto são identificáveis (elementos do conhecimento) numa mesma realidade contraditória, movimento dialético, portanto”(THOMAZ, JR. 2005).

A pesquisa em geografia se inicia na paisagem, por meio da descrição do fenômeno (aparência). Ao examinar o que dá sentido e significado à paisagem, adentramos à categoria do território, ou seja, por meio das relações de apropriação, de domínio, sugerem os recortes do espaço, ou seja, os territórios. O objetivo final da geografia é a compreensão da estrutura de relações invisível do espaço, os conteúdos sociais e naturais do espaço geográfico (MOREIRA, 2011).

Segundo Milton Santos (1994) o que diferencia o olhar do geógrafo de outros cientistas é a leitura do território. Nas palavras de (MENDONÇA, 2004, *apud*, MENDES, 2007)

(...), a categoria fundante para a reflexão é o território, enquanto potenciador dos recursos naturais/sociais necessários a sobrevivência. Essas características não se fazem “determinantes” em todas as sociedades, pois há que se considerar os diferentes aportes técnicos e tecnológicos construídos e disponibilizados ao longo da história. Qualquer análise espacial parte da idéia central, a relação entre sociedade e natureza,

inclusive quando se propõe a discutir a categoria espaço e a categoria território. O espaço antecede o território, pois é no processo de sua apropriação que ocorre a territorialização no espaço, portanto, a produção dos territórios no espaço. Essas observações se baseiam em Raffestin (1993), quando diz que o território é uma produção a partir do espaço. Isso implica em pensar, conforme Haesbaert (2002), que todos os territórios são definidos por relações sociais, portanto, constituintes e constituidores das diversas mediações sociais que se solidificam, possibilitando e criando o sentido de pertencimento (MENDONÇA, 2004, *apud*, MENDES, 2007, p. 14).

Nesse sentido a partir da aparência da paisagem, identificamos os recortes territoriais do fenômeno em análise e procuramos compreender a essência do espaço.

2.3- O CAMPONÊS

Muitos são os debates travados em torno do termo camponês, entretanto compartilhamos da ideia de COSTA e CARVALHO (2016), que destacam o camponês como sujeito social que precisa ser compreendido nos seus espaços, onde constrói sua historicidade e exerce sua territorialidade. Assim como MARQUES (2016), defendemos a ideia da permanência e atualidade do uso do termo camponês, quando a referida autora critica a substituição do conceito de camponês por agricultura familiar, defendido por Abramovay (1992), e que apesar de alguns estudos tentarem demonstrar a separação ou a substituição do termo agricultura camponesa pela familiar, como se os camponeses estivessem em extinção, eles permanecem com seu modo de organização do trabalho e da vida fazendo frente a homogeneização das relações capitalistas de produção.

Análise similar também se faz presente em OLIVEIRA (2007), quando defende a abordagem teórica sobre a agricultura da criação e recriação do camponês, afirmando que o mesmo não foi extinto, mas sim recriado, devendo ser entendido como resultado do capitalismo, portanto como sujeitos analisados dentro do processo de expansão do capitalismo no campo.

Pelo olhar de WITKOSKI (2010), aprofundamos nossa leitura sobre a peculiaridade do camponês Amazônico nos seus distintos ambientes de vivência e de

trabalho, nas Terras, Floretas e Águas de trabalho. Assim segundo o mesmo, as terras de trabalho é o espaço vital do camponês e sua família, pois é nela onde se desenvolvem atividades nos sistemas agrícolas principais à reprodução camponesa. Já a floresta de trabalho é o espaço onde o camponês e sua família menos trabalha, entretanto como ressalta o autor, esse ambiente possui relevância tanto para a subsistência, como também para a comercialização do excedente. As águas de trabalho possuem uma íntima relação com os camponeses, por se tratar de uma das principais fontes de sobrevivência tanto para a alimentação, como também transporte e lazer. Com intensidades e características diferentes, são nesses ambientes que os camponeses amazônicos desenvolvem a dinâmica da vida.

Complementando as discussões do universo camponês amazônico, CRUZ (2007) explicita a territorialização camponesa na Várzea da Amazônia destacando sua formação histórica, suas diversas territorialidades, bem como as várias denominações que diferentes autores deram para caracterizar o camponês amazônico, restringindo não somente à Várzea mas o camponês da Terra Firme.

Na leitura de LOUREIRO e PINTO (2005), encontramos respostas para compreender a forma como o espaço agrário na Amazônia foi construído, sendo o Estado o principal responsável pela (des) organização da estrutura fundiária e os conflitos pela terra na região Amazônica. Entretanto a partir de 1960-1970, com o intuito “desenvolver” e integrar a região ao mercado nacional e internacional, o governo militar colocou em prática um modelo de desenvolvimento calcado em vantagens fiscais à grandes empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais.

Como ressalta tais autores, o governo disponibilizava recursos financeiros a juros muito baixos e até negativos. As facilidades legais concebidas para atrair empresários estimulavam o acesso a grandes extensões de terra e à natureza em geral. Para transferir a terra pública devoluta para os grandes grupos econômicos e garantir a propriedade da terra aos pretensos investidores futuros, o governo alterou a legislação existente e criou dispositivos legais extraordinários e de exceção.

Nesse sentido, além dos impactos ambientais negativos, quebrou-se o relativo equilíbrio

fundiário existente, numa região que até então não era marcada por conflitos por terra. Assim na medida em que os projetos governamentais se consolidaram, aumentavam-se os conflitos.

Diante dessa situação LOUREIRO e PINTO (2005), afirmam que a Justiça reconheceu os papéis validados pelas Medidas Provisórias e outros instrumentos de exceção da ditadura, garantindo a expulsão de antigos e legítimos posseiros e estimulando os conflitos e a violência na região, e a Constituição de 1988 não conseguiu democratizar e nortear minimamente a questão agrária e fundiária nacional, muito menos a amazônica. Também não criou instrumentos concretos e rigorosos que desestimulassem a fraude ligada a terra.

Se por um lado a produção do espaço na Amazônia foi marcada pela violência, extermínio de comunidades tradicionais, fruto do desenvolvimento do capitalismo e da inserção da região na dinâmica do mercado, seja através da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) ou da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), ainda persiste a resistência ao processo homogeneizador do capital. Tal evidência percebe-se nas relações sociais que são estabelecidas na produção do espaço agrário na Calha do Rio Solimões, especificamente no município de Tefé.

Dessa forma apoiados em OLIVEIRA (2007), estamos compreendendo que as relações de mercado capitalistas mesclam-se com relações não capitalistas nesta região, onde sob o modo de produção capitalista temos um camponês produtor de mercadoria fruto da inserção das relações capitalista no campo. Tanto que, SAQUET(2006) e OLIVEIRA(2007), nos esclarece que no trabalho camponês parte da produção agrícola é destinada a subsistência imediata, a outra parte do excedente, sob a forma de mercadoria é comercializada. Assim a conversão de mercadoria em dinheiro se faz com a finalidade de se obter os meios para adquirir outras mercadorias. Ocorrendo portanto a subordinação do trabalho camponês pelo capital de forma indireta.

3. A DINÂMICA DO TRABALHO NO TERRITÓRIO DA PRODUÇÃO DA FARINHA EM TEFÉ-AM

Compõe o território da produção da farinha a roça e a casa de farinha. O primeiro onde se

planta a maniva (muda da mandioca), que posteriormente, em média de 9 meses, se transformará na mandioca e desta será feita a farinha, na casa de farinha, local onde é feita a farinha.

(PERES, *et al*, 2017), descreve a produção de farinha nesses distintos territórios. Na roça (figura 2) primeiramente os trabalhadores medem a área para ser roçada, em seguida derrubam as árvores rasteiras, após vinte ou trinta dias quando as plantas rasteiras já estão no chão, são derrubadas as árvores mais altas, para esse trabalho utilizam como

ferramenta o motor serra, machado e o teçado (facão). Após dois a três meses os agricultores queimam as árvores para fazer a plantação, quando o roçado não é todo queimado, os camponeses fazem uma limpeza que é chamada de coivara, na sequência, após essa etapa já se tem o momento do plantio do tubérculo. No meio tempo até a colheita da mandioca faz-se a manutenção da limpeza do roçado. E como última etapa de trabalho na roça tem-se a colheita retirando a mandioca do tronco sem deixar nenhum caule.

Figura 2: Trabalho na roça, retirada da mandioca.



Fonte: (PERES, 2016).

Posteriormente a mandioca é carregada nas costas até um igarapé próximo a casa de farinha, onde permanece de molho por três a quatro dias, na sequência ela é descascada, colocada dentro de uma saca de fibras para ser espremida na prensa, saindo o sumo até ficar seca. Depois de seca a massa é colocada na banca de cevar (uma caixa de madeira construída por eles), onde retira os talos e depois é triturada por um rolo de

madeira cheio de tarisca que funciona com ajuda de um motor movido à gasolina. Em seguida a massa é peneirada e colocada dentro de um tubo que serve para enrolar a massa, e ajuda para classificação da farinha como, ova, ovinha. Nesse momento a farinha já está pronta para ser torrada. Todo esse processo já ocorre na casa de farinha (Figura 3). (PERES, *et al*, 2017).

Figura 3: Torração da farinha na casa de farinha.



Fonte: (PERES, 2016)

No decorrer do processo produtivo da farinha verificamos que as relações de trabalho predominante são o ajurí, trabalho familiar e trabalho contratado. O ajurí funciona como uma estratégia de reprodução do camponês, quando então, o dono da roça convida outros camponeses para realizar o trabalho da roçagem, assim quando for convidado ele também se disponibiliza para retribuir o trabalho prestado. (SUSSUMO; MENDES, 2016). No trabalho familiar, os próprios familiares são responsáveis pela organização e realização do trabalho. A contratação de mão-de-obra ocorre de forma esporádica, através de pagamento de diárias entre 40 e 50 reais, ou até mesmo pagamento em produto, seja a própria farinha ou outro tipo de alimento.

O que se pode observar é que todas essas três formas de relações não são predominantes em uma etapa específica da produção da farinha, varia muito de comunidade e dos camponeses. Alguns camponeses utilizam do ajurí tanto na preparação da roça, como no plantio ou na torração da farinha. O que é presente em todas as etapas é o trabalho familiar, ainda que haja ajurí ou pagamento de diárias o trabalho familiar se faz presente. Há também em menor proporção, como por exemplo na Comunidade São Francisco de Canindé o sistema de parceria, quando então os parceiros dividem ganhos e gastos na plantação da maniva e produção da farinha de mandioca.

Em relação as condições de trabalho podemos observar as precárias condições em que eles trabalham desde a preparação da roça até a torração da farinha. Dentre elas vale destacar o risco de serem picados por cobras, principalmente na limpeza e formação da roça; repetição e prolongamento das mesmas posições dentro do igarapés para descascar a mandioca e picotar, quando necessário; sobrecarga de peso tanto no transporte da mandioca até o igarapé, como no escoamento da farinha do ramal até suas

casas ou até a estrada onde passa o ônibus, muitas vezes passam em torno de uma hora carregando 60 Kg de farinha; exposição ao forno quente e a fumaça na hora da torração da farinha; risco de acidente de trabalho quando vai moer a farinha; exposição excessiva ao frio, quando adentram na madrugada nos igarapés ou ao sol e a chuva durante a formação da roça e retirada da mandioca.

Como consequência dessas precárias condições de trabalho eles reclamam de dores tanto na coluna, cabeça, ombros, pernas, joelhos e inchaço nos pés, ardor nos olhos, problemas respiratórios. Associado a esses fatos eles reclamam na sua grande maioria, sobretudo as comunidades de terra firme a dificuldade de escoamento de seus produtos sobretudo pelas condições caóticas dos ramais, que não são pavimentados e muitos deles de difícil acesso.

Já as comunidade de várzea também reclamam do escoamento de seus produtos, muitas vezes passam uma hora ou mais no lago e no rio para chegar até na cidade de Tefé, mas enfrentam sobretudo grandes dificuldades em relação a dinâmica do rio, as cheias e vazantes, quando então não recebem assistência e muitos deles perdem suas produções. Outra dificuldade bem visível é a presença dos atravessadores, que na feira acabam sendo privilegiados em relação as áreas destinadas a venda e também quando querem pagar preço muito baixo nos seus produtos.

4. O TERRIÓRIO DA VENDA DA FARINHA EM TEFÉ-AM

O território da venda da farinha ocorre em vários pontos da cidade de Tefé, nas diversas comunidades ao longo da estrada da EMADE e também em alguns flutuantes, localizados no lago Tefé-AM. Entretanto há dois pontos principais identificados onde ocorre a venda da farinha: A parada do agricultor e a Feira Municipal.

Figura 4: Pontos de venda da farinha, (Feira Municipal de Tefé-Am).



Fonte: (MENDES, 2019)

Há ainda segundo SANTOS (2015), com relação à venda da farinha uma certa espontaneidade dos produtores, alguns preferem vender seus produtos em suas próprias residências mesmo que não seja algum tipo de ponto comercial, ou seja, a venda da farinha se distribui por toda a cidade desde os maiores supermercados até as diversas vendas menores e tabernas.

A feira municipal de Tefé apesar de ser um dos principais pontos de comercialização dos produtos produzidos pelos camponeses do município de Tefé e inicialmente ser um espaço destinado aos agricultores, percebe-se que há uma convivência com diferentes sujeitos sociais, como comerciantes, atravessadores, ficando mais restrito o espaço central da feira à esses camponeses. O que intensifica ainda mais a subordinação desse camponês uma vez que alguns deles devido a distância de suas comunidades condições inadequadas de ambiente de trabalho, acaba entregando seus produtos aos atravessadores perdendo tanto a noção de valor de seus produtos, como também diminuindo seus ganhos líquidos.

Pela observação e entrevistas com alguns desses camponeses podemos constatar as péssimas condições de trabalho em que esses trabalhadores encontram-se inseridos, dentre elas vale ressaltar: ambiente sujo, sem lugar adequados para se acomodarem, pois passam muito tempo em pé na mesma posição e alguns sentados em bancas onde são vendidos seus produtos, não possuem lugar adequado para fazer suas necessidades fisiológicas, como também não há lugar adequado para se alimentarem. Somado-se a isso tem o fato do trajeto realizado por eles, além de longos,

dependendo da comunidade até de uma hora, estão sujeitos ao sol e a chuva e a dinâmica do rio.

Apesar de ter mudanças estruturais e territoriais na feira municipal, com a reterritorialização da mesma, tal fato ocorreu por uma decisão da prefeitura e não dos feirantes. Através de entrevistas realizadas com os vendedores de farinha, dentre eles camponeses, constatamos que a princípio houve uma melhora tanto na organização e na distribuição dos lugares destinados a venda da farinha, como também no ambiente em relação ao lixo e presença de baratas e ratos, mas ainda reclamam da sujeira que fica espalhada no chão e da falta de funcionários para manter o ambiente limpo.

Dentre as principais dificuldades destacadas por eles nesse novo espaço, destaca-se a não pavimentação do lugar onde eles ficam, o que ocasiona gripes e espirros em contato com a poeira, mas a principal reclamação, que é consenso entre os entrevistados, é sobre a venda, que segundo eles na antiga feira era melhor, eles alegam que ficava mais perto do mercado de peixe, dos barcos que facilitava o escoamento da farinha. Já em relação aos banheiros, disponibilidade de água não melhorou em nada.

Em relação a segurança 70% dos entrevistados dizem que a segurança é boa, mas pagam 10,00 reais por semana para o vigia. Já os 30% dizem não ter visto nenhuma agressão, mas também não viu ninguém fazer segurança durante o dia que estava trabalhando.

Quando perguntamos sobre sugestões para melhorar as condições de trabalho deles, eles ressaltaram fazer o asfaltamento do lugar onde eles ficam, e organizar melhor os agricultores, dando prioridade para os

agricultores e não para os atravessadores, sobretudo aqueles que vêm diretamente das comunidades. Infelizmente no caso da farinha camponeses produtores da feira são minoria em torno de 30%. Os outros moram na cidade, vai esporadicamente no sítio fazer a farinha, ou pagam pra fazer a farinha ou compram de outros produtores e revendem. Mas o que chama atenção é que mesmo os que já não produzem a farinha frequentemente, tem a renda proveniente da venda da farinha e em alguns casos da bolsa família.

Em relação aos problemas de saúde mais frequente, eles reclamam de dores no joelho, perna, costas e rins. Pois passam muito tempo em pé e provavelmente pela ausência de banheiro e água. Todos os entrevistados afirmaram terem sofrido acidente de trabalho, na maioria quedas, carregando farinha ou a mandioca. É consenso entre eles a ausência do poder público no dia-a-dia desses trabalhadores.

Nesse sentido estamos compreendendo que um alimento tão importante para os tefeenses, pois faz parte da cultura local, chega até aos consumidores pela precarização das condições e relações de trabalho à que esses camponeses estão inseridos desde a produção até a comercialização da farinha.

5. A PERSPECTIVA DAS INTITUIÇÕES

Nossa intenção nesse momento é demonstrar qual assistência esses camponeses produtores de farinha tem recebido pelas intuições tanto nos níveis Federal, Estadual e Municipal. Identificamos no município, duas intuições que tem como finalidade prestar assistência aos camponeses do município de Tefé-Am, a SEMPA (Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento) tem como objetivo formentar técnicas visando melhorar as formas de produção, cuja assistência técnicas está vinculada a distribuição de sementes e assistência para melhorar a produção.

Essa assistência segundo o responsável pela instituição em Tefé¹, é realizada no local de trabalho dos agricultores, tanto para a agricultura como para a criação. Além das sementes contribui com gasolina e também pregos e madeiras, estes últimos em função da cheia que sobretudo os camponeses da várzea estão submetidos. Em relação as

cheias há um planejamento antecipado com equipes técnicas tendo como base a cheia anterior e as regiões mais afetadas.

Já em relação aos programas voltados para agricultura municipal, não chega a 1% do orçamento do município, o que dificulta muito o trabalho dos técnicos da SEMPA e deixa claro o descaso com as melhores condições de trabalho para esses camponeses. Nesse sentido o que eles tem conseguido realizar são planejamentos para que sejam realizadas mini- conferências e estudam a possibilidade de oferecer mais assistência em relação as pragas. Em relação a quantidade de agricultores atendidos são em torno de 70 a 100. Dentre as comunidades atendidas são citadas as da Estrada da EMAD, a Comunidades do Solimões: Santa Cruz, Santa Clara, Santa Maria, Boará, Socorro, Piranhá e Porto Novo, a média de visitas chegam em torno de 10 ao ano.

Já em relação ao IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas), o responsável² por essa instituição em Tefé afirma que oferece assistência técnica, mas somente aqueles que procuram pelo IDAM, a assistência é realizada através de extensão rural sobre educação no campo e trocas de idéias com os produtores. Em relação aos subsídios eles intermediam a prorrogação dos contratos de financiamento realizados pelos agricultores.

Somado-se a isso o IDAM é responsável por organizar o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) no município. Ficando restrito ao Pronaf Emergencial-B-Agricultura familiar, destinado aos agricultores que possuem, uma renda mensal de até 2000 reais. Além disso beneficia os agricultores com a produção de grãos e hortaliças e demonstram os métodos para utilizar agrotóxicos. Fato esse um tanto contraditório, uma vez que esse órgão deveria propor práticas sustentáveis, e não incentivar o uso de substâncias nocivas à saúde das pessoas.

Dentre as comunidades beneficiadas pelo IDAM, são em torno de 24 a 25 comunidades dentre elas foi citado a do Bacurí, Tarará, Aratauí, Santa Maria, Santa Cruz, Piranhá, Vila Nova, São Jorge, São Pedro, Missão, Santo Isidoro, Porto Praia, Nova São, São Francisco do Canindé, Boa Vontade, Projeto Mapé, Nova Jerusalém e Bom Jesus. A

¹- Segundo o subsecretário em 2015 em entrevista concedida para LIMA,2015.

²- Segundo entrevista concedida para LIMA,2015.

assistência prestada é em torno de duas a três vezes por semana.

Entretanto, apesar da assistência prestada pela SEMPA e pelo IDAM podemos perceber que esses órgãos são insuficientes para atender a demanda de tantas comunidades, isso porque só foram citadas as que foram atendidas. Essa situação se torna mais agravante quando perguntamos aos camponeses a assistência prestada pelo Estado seja a nível Estadual, Federal ou Municipal e percebemos que as políticas públicas e assistencialistas, são muito incipientes, pois de fato chegam apenas em algumas comunidades.

Dentre as Comunidades pesquisadas, identificamos a ação desses agentes na Comunidade Boa Vontade, São Francisco de Canindé, Santa Maria, Vila nova, Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, Santa Cruz, Santa Clara, e São Francisco do Piranhãl. No entanto quando analisamos o resultado da pesquisa realizada por LIMA (2015), nas comunidades anteriormente citadas, com exceção das Comunidades Boa Vontade e São Francisco de Canindé, sobre o que os governos municipal, estadual e federal poderiam fazer para melhorar as condições de trabalho destes, a maioria dos camponeses 88,89%, responderam que estes deveriam ajudar dando suporte, com auxílio técnico e que facilitassem os financiamento para a melhoria da produção, ou até mesmo para começarem a produzir novamente após uma enchente como a de 2015.

De acordo com o referido pesquisador, as comunidades pesquisadas por ele afirmam receber visita de um assistente técnico, do IDAM, porém 88,89% dos camponeses que participaram da pesquisa não estão satisfeitos, pois segundo eles não prestam esclarecimentos em relação as dúvidas que os agricultores tem em relação as formas de se obter financiamento perante as instituições financeiras, e muito menos quando se trata de preparo da terra para se fazer plantio das frutíferas e das hortaliças.

Ainda segundo LIMA(2015), em relação a Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento SEMPA, 100% dos agricultores³ mencionaram não receber nenhuma visita de um técnico desta instituição nos últimos anos. O que demonstra a pouca assistência do município para uma

atividade essencial na vida e na economia da cidade de Tefé-Am.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas leituras, orientações e trabalhos de campo realizados até 2017, podemos considerar que a espacialização do trabalho no território camponês ocorre sobre condições de trabalho marcadas pela precarização que se estende desde o território da produção, roça e casa de farinha até a comercialização da mesma, na feira municipal. Perpassando por dificuldades e riscos com acidentes de trabalho, como cortes, picadas de insetos, exposição ao sol, chuva, sobrecarga de peso, calor e fumaça excessiva, até mesmo convivência em um ambiente em que o lixo se acumula no chão, sem lugar adequado para fazer suas necessidades fisiológicas. Faltando ainda um lugar com condições de higienicas e sanitárias adequadas.

Somando-se à esses fatos, os camponeses utilizam a rabeta (canoa motorizada) saindo de madrugada de suas comunidades, levando em média 1 hora pelo lago, sobretudo as mais distantes, para chegar em Tefé e conseguir encontrar uma vaga para exporem suas mercadorias na feira. Enfrentando as intempéries do tempo, sol excessivo ou chuva, risco de alagarem suas pequenas embarcações, ou se depararem com banzeiros (ondas formadas pelo vento no lago ou no rio).

Em relação as políticas públicas existentes na região voltadas para a agricultura familiar, constatamos que ocorrem via IDAM e SEMPA, mas de fato não constatamos ainda a consolidação desses projetos realizados pelo Estado nas comunidades do município. Nesse sentido com base nas leituras de Oliveira (2007) e SAQUET(2005) entendemos que a produção camponesa é apropriada pelo capital, convertendo-a em capital, através da circulação da mercadoria, uma vez que a produção da farinha ocorre de forma predominante por relações não capitalistas de produção.

Tais fatos nos levam a crer que o processo de precarização do trabalho camponês na região ocorre não pela consolidação de relações capitalistas de produção, pela exploração direta do trabalho ou do trabalhador, mas pela ausência de políticas públicas voltadas para a agricultura. Nesse sentido pensar a questão do desenvolvimento local é de extrema

³ - Resultado de pesquisa realizado por LIMA em 2015, nas comunidades por ele pesquisadas.

importância, a exemplo das experiências históricas que os modelos de desenvolvimento pensados para a Amazônia

provocaram, na região do Médio Solimões ainda permanece territórios não completamente dominados pelo capital.

REFERÊNCIAS

- [1] ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.
- [2] COSTA, F. A.; CARVALHO, H. M. de. Campesinato. In: A Questão Agrária No Brasil. João Pedro Stedile (Org.) São Paulo: Expressão Popular. 1 ed. 2016.
- [3] CRUZ, M. J. M. da Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. 274 p. São Paulo: 2007.
- [4] FRANÇA, C. F. S. Proposições Teóricas Sobre a Categoria Trabalho e sua Abordagem na Geografia. Revista Pegada v. 18 nº1/ Abril de 2017.
- [5] GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, amazônias. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- [6] MARQUES, M. I. M. A Atualidade do uso do Conceito de Camponês. In: A Questão Agrária No Brasil. João Pedro Stedile (Org.) São Paulo: Expressão Popular. 1 ed. 2016.
- [7] GOMES, P. C. Contra o Simples, o Banal e o Doutrinário: Um lugar para a Geografia. Curitiba/PR (ademadan) 2009.
- [8] LIMA, J.R. Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar em área de Várzea Tefé-Am: Uma leitura Geográfica. 19p.2015. (Monografia apresentada à Universidade do Estado do Amazonas)
- [9] LOUREIRO, V. R.; PINTO, J.N.A. A questão Fundiária na Amazônia. Estudos Avançados. [S.l.:s.n], 2005.
- [10] MENDES, L.O. Expansão do capital, territorialidade do trabalho e as respostas do SENAI em Catalão-GO, no século XXI: uma contribuição à geografia do trabalho. Presidente Prudente: [s.n], 2007.
- [11] MOREIRA, R. Teses para uma Geografia do Trabalho. AGB/Bauru, Revista Ciência Geográfica. V. 2, n.22, p. 19-23, Maio/agosto, 2002.
- [12] MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia. 2 ed. São Paulo; Contexto, 2011.
- [13] OLIVEIRA, A. U. Modo de produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. 1ª Ed. São Paulo: Labur edições, 2007.
- [14] OLIVEIRA, J. A. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.
- [15] PERES, N. C.; SUSSUMO, V. P. M.; MENDES, L. O. A Dinâmica do Trabalho dos Camponeses Produtores de Farinha de Mandioca na Comunidade do Jutica Município de Tefé-Am. In Anais do II Café Geográfico. Tefé-Am. Agosto de 2017. ISBN: 978-85-7883-441-8.
- [16] SAQUET, M. A. Campo- território: considerações teórico-metodológicas. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, p. 60-81, 2006.
- [17] SANTOS, I.R.A. As condições de trabalho na produção da farinha nas comunidades Agrovila e Bacurí no município de Tefé-Am. 19p; 2015. . (Monografia apresentada à Universidade do Estado do Amazonas).
- [18] SANTOS, D. A reinvenção do espaço. 1 ed. São Paulo; UNESP, 2002.
- [19] SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo. São Paulo, Hucitec, 1994.
- [20] THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma geografia do trabalho. Barcelona, 2002 b. Disponível em: <http://www.ub.es/geocritc/c4-athoy.htm>.
- [21] THOMAZ Júnior, A. Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 90. Presidente Prudente: Centelha, 2005.
- [22] WITKOSKI, A. C. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2a. Edição. São Paulo: Annablume, 2010.

Capítulo 5

APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO: ESTUDO DE CASO A PARTIR DO MUNICÍPIO DE IPORÁ

Hyago Ernane Gonçalves Squiave

Divino José Lemes de Oliveira

Dimas Moraes Peixinho

Resumo: Dentre os vários fatos que marcaram o século XVIII, destaca-se o desbravamento da região central do Brasil. Diversas expedições em busca de ouro e diamantes foram realizadas em todo o território brasileiro, especialmente nas terras goianas. Essas expedições tinham caráter oficial e eram ordenadas via Coroa Portuguesa; se objetivava ocupar os espaços vazios do território brasileiro e também explorar os recursos naturais, especialmente o ouro e o diamante. As bandeiras eram de iniciativa particular da Coroa, denominada de Expedição, que eram organizadas em forma de sociedade comercial a fim de procurar tanto riquezas minerais como escravos. O estado de Goiás começou a ser explorado no último quartel do século XVII, quando a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva realizou uma expedição em busca de ouro, diamante e minerais na região do Rio Vermelho, que atualmente é a Cidade de Goiás. A primeira expedição de Bartolomeu Bueno da Silva foi realizada por volta de 1682, e seu filho que portava seu mesmo nome o acompanhou. Os minerais encontrados despertaram interesse na Coroa Portuguesa que liberou posteriormente outra expedição através do filho, pois, o pai já não conseguiria voltar mais. Bartolomeu Bueno da Silva era um homem com ideais e não se cansou de procurar os minerais em Goiás. Era predestinado, de acordo com populares e pesquisadores ele dizia que preferia ver a morte ao fracasso; ele ficou conhecido especialmente porque ao chegar ao território goiano e ao encontrar alguns índios, obrigou-os a contar onde ficava as minas; para obter essa informação os ameaçou colocando fogo num prato de aguardente e disse que faria o mesmo com todos os rios caso os índios não contassem onde se localizava as minas. Em 1723 foi fundado o primeiro núcleo urbano de Goiás, o Arraial de Sant'ana. É importante observar que Bartolomeu Bueno da Silva, antes de chegar ao Rio Vermelho, se perdeu no trajeto e se instalou onde hoje é o Rio Caiapó. Então reorganizou o seu trajeto e seguiu rumo ao Rio Vermelho, passando por onde atualmente se encontra os municípios de Iporá, Israelândia e Moiporá, chegando ao Rio Vermelho. No fim do século XVIII, instala-se o Arraial de Pilões (que posteriormente veio a se tornar Itajubá e posteriormente Iporá), que foi um entreposto entre as minas no Arraial de Sant'ana e Cuiabá. Objetiva-se através dessa pesquisa desvendar como ocorreu o processo de apropriação territorial em Goiás, especialmente do município de Iporá. Portanto foi necessário evidenciar os principais acontecimentos e fatos marcantes nesse processo de ocupação do território. A referida pesquisa se embasou numa criteriosa pesquisa bibliográfica; levantamento de dados e informações em livros, revistas, jornais e fontes documentais. É, portanto, uma pesquisa descritiva, pois descreveu acontecimentos e narrou fatos ocorridos. Tem, portanto caráter qualitativo, pois além de possibilitar empregar técnicas de coleta de dados, possibilitou discutir de forma autocrítica os processos de ocupação do já mencionado espaço territorial.

Palavras Chave: Expedições, formação territorial, território goiano.

1. INTRODUÇÃO

A origem do município de Iporá lembra bastante os garimpos rudimentares que existiam em Goiás; assim como a origem de vários municípios do Estado, que também são oriundos de atividades minerais. Nas encostas e margens dos rios que por ventura era encontrado minerais como ouro e diamante sempre surgia um pequeno aglomerado de pessoas e núcleos urbanos formando assim, posteriormente, os primeiros municípios do Estado de Goiás. Com Iporá não foi diferente, sua formação é ligada diretamente a atividade mineradora.

A área de estudo abordada nessa pesquisa, refere-se ao município de Iporá-GO, que está a 220 km da capital do estado de Goiás (Goiânia). E se localiza na mesorregião do Oeste Goiano e na microrregião de Iporá, entre as coordenadas 16° 24' 00" e 16° 28' 00" S, 51° 04' 00" e 51° 09' 00" O. O município faz divisa territorial com sete municípios, sendo: Ao Norte com Arenópolis, a oeste com Amorinópolis e Ivolândia, ao sul, com Moiporá e Israelândia, a leste, com Diorama e Jaupaci. Objetiva-se com esta pesquisa, relatar o processo de formação territorial de Goiás, bem como a formação do município de Iporá. Para tanto, buscou-se desvendar como ocorreu o processo de apropriação territorial em Goiás, especialmente do município de Iporá. Portanto foi necessário evidenciar os principais acontecimentos e fatos marcantes nesse processo de ocupação do território.

A metodologia aplicada a esta pesquisa se fundamenta a partir de pesquisa bibliográfica, respaldada em pesquisadores e autores como: Arrais (2010), Galli (2011), Gomis (2002), Gomes, Barbosa e Teixeira Neto (2004), Palacín e Moraes (1989), Pinheiro (2010), dentre outros. Utilizamos como base e aporte para estruturar a mesma o levantamento de dados e informações em livros, revistas, jornais e fontes documentais. É, portanto, uma pesquisa descritiva, pois descreveu acontecimentos e narrou fatos ocorridos. Tem caráter qualitativo, pois além de possibilitar empregar técnicas de coleta de dados, permitiu discutir de forma autocrítica os processos de ocupação do já mencionado espaço territorial.

Essa pesquisa tem relevância tanto socialmente como cientificamente; pois ela servirá de base como referência para gestores e populares, especialmente do município de Iporá, para obter melhor conhecimento relativo ao processo de surgimento e ocupação territorial do atual

município. Cientificamente contribuirá como fonte de pesquisa para estudantes e interessados em pesquisar temática relativa a essa estudada.

2. O TERRITÓRIO GOIANO

Já nos primeiros séculos de colonização do Brasil diversas expedições percorriam todo o território nacional. As expedições como afirma Pinheiro (2010) eram organizadas na Bahia, que até então era o centro da colonização; e as expedições tinham caráter oficial por parte da coroa Portuguesa, destinadas a explorar riquezas minerais em todo o país, como o ouro e diamante. Essas expedições eram denominadas bandeiras, de iniciativa particular, organizada militarmente e também como uma espécie de sociedade comercial.

Palacín (1976) afirma que Goiás começou a ser explorado no século XVII, quando uma expedição (bandeira) chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, percorreu grande parte de onde hoje é o Estado de Goiás, em busca de ouro e diamante.

Bartolomeu era um homem possessivo, preferiria a morte a voltar para São Paulo fracassado, Pinheiro (2010). Quando começou a explorar Goiás encontrou-se com alguns índios, e utilizando-se da esperteza e da falta de informações dos índios, colocou fogo num prato de aguardente e disse que se os índios não colaborassem dizendo onde estava às minas que encontrava os minerais, ele iria colocar fogo em todos os rios.

De acordo com Pinheiro (2010) e Palacín (1976) houve uma primeira expedição à procura de ouro e diamantes, onde hoje é o Estado de Goiás por volta de 1682. O imbróglio é visto quando existe duas pessoas com o mesmo nome, Bartolomeu Bueno da Silva (pai) foi quem realizou a primeira expedição, e encontrou minerais e voltou a São Paulo para comunicar a Coroa Portuguesa o descobrimento das minas. Porém já velho e decadente não conseguiu mais voltar para explorar as minas, fazendo assim com que o seu filho também chamado de Bartolomeu Bueno da Silva (filho) voltasse posteriormente ao pai para explorar as minas em Goiás.

Dessa forma, no contexto histórico de Goiás, temos duas pessoas com o nome de Bartolomeu Bueno: o pai, que descobriu o ouro em 1682, e seu filho, que veio para explorar a região em 1723. Então quando utilizarmos o nome de Bartolomeu Bueno da

Silva de agora para frente estaremos nos referindo ao filho.

Bartolomeu Bueno da Silva com o aval novamente da coroa decide explorar Goiás, afim de encontrar ouro e diamante como o seu pai fez. Porém ele se perde no trajeto, pois, seu pai teria encontrado as minas no Rio Vermelho onde hoje está situada a Cidade de Goiás. De acordo com Palacín e Moraes

(1989), Gomis (2002) e Pinheiro (2010), o intuito era de se chegar onde hoje está situada a Cidade de Goiás no rio vermelho, porém quando saiu de São Paulo, passando por Minas Gerais, ele cortou trilha mais ao noroeste do país, vagando pelos territórios ao norte de Goiás atualmente Tocantins, Pará, Maranhão e Mato Grosso, conforme a imagem 01 ilustra.

Figura 1 - Trilha de Bartolomeu Bueno da Silva no século XVIII



De acordo com Gomis (2002), ao reorganizar o seu trajeto, Bartolomeu mais uma vez se desviou do seu destino e acabou se afastando mais para o oeste, chegando então ao rio Caiapó, seu primeiro destino em Goiás em 1724.

Logo após a chegada ao rio Caiapó, percebe que não era o lugar em que o pai tinha encontrado os minerais, mais uma vez se reorganiza o seu trajeto, e passando por onde hoje existe os municípios de Iporá, Israelândia e Moiporá, conseguiu chegar ao rio Vermelho, e fundar o primeiro núcleo urbano de Goiás, o Arraial de Sant'Anna. Este arraial posteriormente veio a ser elevado a distrito chamando - se Vila Boa, nome em homenagem a Bartolomeu "Bueno" da Silva.

O processo de formação territorial de cidades com a influência da mineração é também destacado por Prado Junior (1989), que

afirma que foram três os grandes núcleos urbanos de origens mineradoras; em destaque, ocupando o primeiro lugar Minas Gerais, posteriormente Cuiabá e por fim Goiás. A escala de grandeza respeita a ordem colocada. Palacín (1976) afirma que Goiás foi o segundo estado com maior influência da mineração no Brasil, perdendo apenas para Minas Gerais.

3.RIO CLARO EM QUESTÃO

O acesso a São Paulo (no período de colonização) às minas em Cuiabá se dava pelo rio Paraguai ou pelos sertões do sul do Mato Grosso. Visando um caminho mais curto que economizasse tempo, os governantes fizeram uma determinação, que se criasse uma estrada que iria desde o Arraial de Sant'Anna até as minas em Cuiabá, visando

um melhor escoamento dos produtos encontrados como ouro e diamantes.

De acordo com Gomis (2002), nessa trilha primitiva aberta por determinação da Coroa, e bastante arcaica, passaram muitos tropeiros carregando mercadorias vindas das cidades litorâneas e de alguns aventureiros que iam à busca das minas em Cuiabá. Os tropeiros então já se aproveitando dessa trilha aberta, não precisariam percorrer todo o rio Paraguai para chegar a Mato Grosso, então no toque lento como afirma Gomis (2002), três dias de viagem eles batiam o pouso em um rio de águas claras e cristalinas, com cascalhos lisos e área fina. Então colocaram nome de Rio Claro.

De acordo com Claval (2011) as pessoas faziam Geografia sem ao menos conhecê-la; por exemplo, através dos conhecimentos vernaculares, que eram transmitidos de pai para filho. Batizar os lugares vem desde os povos primitivos que faziam as toponímias dos lugares, e não foi diferente do Rio Claro que pelas suas características foi batizada por este nome. Rio Claro, por suas características naturais como o tipo de cascalho e área davam sinais que tinha minerais também.

Os tropeiros em suas pernoites começaram a vasculhar o leito do rio, foi onde começou a encontrar pedras preciosas. A notícia de que nas margens do Rio Claro foi descoberto ouro e diamante logo se espalhou por todos os cantos (GOMES BARBOSA E TEIXEIRA NETO, 2004).

D. João V, Rei de Portugal, que era conhecido pela sua audácia em riquezas minerais que o Brasil possuía, logo que soube sobre a garimpagem as margens do Rio Claro, ordenou que se fizesse um plano de execução para que militares fossem até o local para intimidar os garimpeiros que estavam ali. Palacín (1976) afirma que foram enviados mais de quarenta militares e que eles foram recebidos a balas pelos garimpeiros clandestinos; também salienta que o contingente de garimpeiros ilegais no Rio Claro aumentou rapidamente, desta forma já iniciando um processo de pousada, e com a notícia cada vez mais se espalhando sobre os recursos minerais disponíveis pelo rio, logo se começou o povoamento. Alguns com atividades para abastecer a demanda dos garimpeiros e outros fazendo a prática de

garimpagem na expectativa de se bamburrar⁴.

Depois outros foram chegando, formando um pequeno povoado de ranchos ilhados no imenso oceano verde do sertão, além dessa pousada no rio Claro, surgiram outras, ao longo da rota Sant'Ana-Cuiabá em geral, distantes cerca de um dia de cavalgada uma das outras. Algumas se tornaram embriões urbanos, que, no futuro, se transformaria em cidades e currutelas, como Itapirapuã, Cachorro Sentado, Novo Brasil, Fazenda Nova (campão), Israelândia (Monchão do Vaz), Diorama (Aropi), Registro do Araguaia [...] (GOMIS, 2002, p. 29, 30).

Para a retirada desses garimpeiros ilegais, a coroa Portuguesa reorganizou outra expedição militar com um número maior de oficiais, fato que provocou a criação na região do Rio Claro de um quartel da Polícia Real a fim de inibir a prática da mineração.

No fim do século XVIII ocorreu uma proibição da extração de ouro e diamante por dois fatores, conforme afirma Prado Junior (1989) e Gomis (2002). O primeiro deles é para que a Coroa pudesse se reestruturar e controlar a mineração. O segundo fator é que os preços dos produtos estavam em baixa, principalmente no mercado internacional. Então quanto maior a produção, menor ficaria ainda o preço do quilate, assim, seria melhor esperar o preço do quilate se valorizar para voltar à exploração.

Já em 1740 iniciou-se o processo de arrematação por contrato, ou seja, para realizar a extração teria de ficar-se um contrato com a Coroa Portuguesa mediante o pagamento de impostos.

Posteriormente visto que não estava dando certo as extrações por contratos, por volta dos anos de 1801 foi então liberado a extração para qualquer garimpeiro conforme afirma Gomis (2002)

A partir de 1801, porém, esse quadro começou a ser alterado. O governo colonial, finalmente, liberou a 'zona proibida' para a exploração popular. A população de Pilões teve, portanto, um aumento considerável e muitas fazendas de pequeno e médio porte e sítios de posseiros surgiram nas terras devolutas ou das antigas sesmarias da região, dando, portanto, início a uma nova fase da

⁴ Bamburrar era um termo muito utilizado na época para algum garimpeiro que conseguisse encontrar uma pedra de ouro ou diamante de muitos quilates.

história do oeste goiano. (GOMIS, 2002, p. 58).

Quando o quartel da Polícia Real foi criado na região o nome passou a ser Arraial de Pilões. Porém como afirma Gomis (2002) com independência do Brasil em 1822, Pilões foi elevado à categoria de distrito de Vila Boa, e o seu nome mudado para Rio Claro em 05 de julho de 1833.

4. FORMAÇÃO TERRITORIAL DE IPORÁ

Com o passar do tempo os minerais na região do Rio Claro passou a ficar escassa, fazendo com que outro fator entre com forte movimento, a pecuária. Como a Guarnição Nacional foi extinta após a proclamação da república em 1822, as terras que eram do Estado (as terras da região do Rio Claro também eram do Estado) foram passadas por concessões de títulos a alguns correligionários do governo. “Assim, os antigos mandatários da Guarda Nacional e esses novos latifundiários se transformaram nas oligarquias dos ‘coronéis’, os donos do poder” (GOMIS, 2002, p. 63).

O coronelismo chegou à região do Rio Claro no final do século XIX e se estendeu até a revolução de 1930. Dentre os coronéis que se estendia em todo o território goiano se destaca três na região de Rio Claro: Odorico Caetano Telles, José Paes de Toledo e seu irmão Joaquim Paes de Toledo.

Amparados e protegidos pelos poderosos grupos políticos que governavam Goiás, esses ‘coronéis’ reinavam absolutos em seus domínios de aproximadamente vinte mil alqueires. Eram ouvidos e respeitados sem questionamento. Ninguém ousava desafiar-los. Se algum corajoso atrevia-se a tanto, com certeza, não ficaria sem levar o ‘troco’ (GOMIS, 2002, p. 65).

O coronel José Paes faleceu deixando seus bens para seu irmão Joaquim (que tinha o apelido de Quinca Paes) em 1920, e Quinca Paes passou a ser o coronel mais poderoso e rico de todos os coronéis.

Já em 1926 chegou no distrito diamantino do Rio Claro, vindo do estado do Pará Israel de Amorim. Fez fama e fortuna como comerciante antes de entrar para a política, apadrinhado por Pedro Ludovico Teixeira, que na oportunidade era interventor federal em Goiás.

A primeira experiência de Israel como comerciante de cereais e de outros produtos para abastecer os garimpeiros que atuavam

na bacia dos rios Claro e Caiapó, passando depois a capangueiro (comprador de diamantes), foi extremamente positiva. Em pouco tempo de garimpo, ele conseguiu a façanha de acumular uma boa quantidade de diamantes. Algo como se ele tivesse acertado na loteria. (GALLI, 2011, p. 31).

Fazendo então o papel de comerciante, principalmente de diamantes xibiu⁵. Logo pegou amizade com os coronéis. Amizade essa que se estendia até os mais simples garimpeiros.

A região que recebeu o nome de Rio Claro foi elevada à categoria de Arraial pela quantidade de habitantes que nela existia e recebeu o nome de Pilões. Passado algum tempo foi chamado de distrito diamantino do Rio Claro, e foi chegando à decadência sendo chamado mais tarde de Comércio Velho.

Israel de Amorim então partindo do Comércio Velho, abriu uma venda com um pedaço de terra doado pelo Odorico C. Telles. Gomis (2002) e Galli (2011) afirmam que, sem nenhum exagero Israel de Amorim andavam com quilos de diamantes para comercializar nas principais cidades do Brasil, inclusive no Rio de Janeiro, que na época era a capital do país.

A Revolução de 30 colocou Getúlio Vargas no poder nacional. Por sua vez, nomeou Pedro Ludovico Teixeira como interventor de Goiás. Teixeira então proporcionou a Israel de Amorim à liderança política da região. Israel foi aliado do governo no embate contra o coronelismo.

Com a revolução de 30, liderada em Goiás pelo médico Dr. Pedro Ludovico Teixeira, os coronéis perderam o poder. Odorico e Quinca Paes recolheram-se em suas fazendas. O jaguncismo ostensivo desapareceu. Por outro lado, Israel de Amorim aliou-se a nova situação, entrando para o círculo dos amigos do Governador (GOMIS, 2002, p. 73).

A aliança que Israel tinha com o Interventor do Estado permitiu que ele organizasse um processo de ocupação na região. Os coronéis perderam poder e prestígio, decidiram criar uma cidade as margens de um córrego que passava próximo ao Rio Claro.

Os coronéis foram então até o Governo do Estado regularizar os papéis para a formação da cidade. Porém Pedro Ludovico nomeou Israel de Amorim como o organizador de todo o processo de formação da cidade e

⁵ Xibiu era o nome dado na época para diamantes pequenos de aproximadamente um quilate.

emancipação do distrito. Foi daí que se criou o Distrito de Itajubá, que posteriormente recebeu o nome de Iporá, no ato de sua emancipação política em 1948.

5. CONCLUSÕES

A partir das buscas e revelações dessa pesquisa, podemos constatar que Bartolomeu Bueno da Silva tanto pai como o filho de mesmo nome, tiveram importante papel no processo de desbravamento e descoberta de riquezas no estado de Goiás. As viagens de exploração realizadas por eles também foram fundamentais para o processo inicial de povoamento e surgimento do município de Iporá. Porém salienta-se, que os povos nativos do estado de Goiás pouco foram considerados na maioria dos registros realizados pelos viajantes e até por pesquisadores da história do estado de Goiás.

O Rio Claro também foi de grande importância para o processo inicial de ocupação e povoamento do futuro município de Iporá. Serviu como fonte de inspiração para os diversos ocorridos de cunho social, econômico e literário. Destaca-se a existência de muitos minerais, especialmente do ouro e do diamante, que serviu como importante atrativo.

A Coroa Portuguesa também deixou um importante registro na região do Rio Claro. Foi ela que realizou os primeiros registros

cartográficos da região; também foi ela que administrou os primeiros processos de exploração e usurpação das riquezas auríferas de Iporá.

O processo de apropriação do território iporaense é marcado pela presença de coronéis que se perpetua até os dias atuais; salienta-se que esses personagens se remodelaram com o tempo. Os coronéis que mais tiveram participação nas tramas de ocupação do território em questão foram: Odorico Caetano Telles, José Paes de Toledo e seu irmão Joaquim Paes de Toledo.

Israel de Amorim também é um dos importantes atores que contribuiu no processo de ocupação, exploração e emancipação do município de Iporá. Para muitos populares e até para alguns pesquisadores, o mesmo foi um mito, para outros um herói; e há aqueles acreditam mais que ele foi um sagaz homem, que vivia além do seu tempo, outros já diz que ele foi um aproveitador de oportunidades e até das pessoas.

Deixamos claro que essa pesquisa sobre a “apropriação do território goiano: estudo de caso a partir do município de Iporá” trata-se de uma breve e inicial discursão a respeito da temática proposta. Indicamos a continuidade e aprofundando dessa temática, especialmente do personagem de Israel de Amorim e também quanto a outros atores que poucos foram evidenciados nos registros existentes relativos à história de Iporá.

REFERÊNCIAS

- [1] Arrais, Tadeu Alencar. Geografia Contemporânea de Goiás. Goiânia, Vieira, 2010.
- [2] Campos, Francisco Itami. Coronelismo em Goiás. Goiânia, Ed. da UFG, 1987.
- [3] Claval, Paul. Epistemologia da Geografia. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- [4] Galli, Ubirajara. Israel Amorim: um homem que reluziu mais que seus diamantes. Goiânia: Kelps, 2011.
- [5] Gomes, Horiestes; NETO, Antônio Teixeira; Barbosa, Altair Sales. Geografia: Goiás-Tocantins. 2 ed. Goiânia: UFG, 2004.
- [6] Gomis, Alexandre Moizeis. Uma viagem no tempo de Pilões a Iporá: dois séculos e meio da história da colonização e desenvolvimento do oeste goiano. 1 ed. Iporá: Nova Página, 1998.
- [7] Moraes, Antonio Carlos Robert. Bases de formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo do século XVI. Editora Hucitec, 2000.
- [8] Palacín, Luís; Moraes, Maria Augusta Santana. História de Goiás. Goiânia: UCG, 1989
- [9] Oliveira, Divino José Lemes de Oliveira. O município de Iporá no contexto da atual apropriação do Cerrado goiano. Dissertação do mestrado em Geografia, UFG-Jataí-GO. 2014.
- [10] Pinheiro, Fabricio Fernandes. Bandeiras descobridoras e povoamento de Goiás. Goiânia, 2010.
- [11] Silva, João Dias da; Silva, Marcos Aparecido. O coronelismo no Vale dos Rios Claro e Caiapó: Uma análise sócio – econômica e político (1889 – 1989). UEG, Iporá, 2004.
- [12] Sousa, Adjair Maranhão; Silva, Márcio Rodrigues; Clemente, Evandro Cesar. Iporá (GO): A cidade que mudou de endereço. Jataí-GO, 2016.
- [13] Teixeira Neto, Antônio (2009). O território goiano: Formação e processo de povoamento e urbanização. IN: Almeida. Abordagens geográficas de Goiás; 2002.

Capítulo 6

OLHARES PARA OS SABERES DA GEOGRAFIA: O CONFLITO TERRITORIAL DO CONTESTADO

Neusa Maria Tauscheck

Resumo: As inquietações, vivências e produções acadêmicas que me motivam a pesquisar sobre o Ensino de Geografia estão inseridas em meu cotidiano escolar como educadora que atua na formação de docentes. Neste trabalho que ora apresento trato de abordar a pesquisa de caráter exploratório sobre a Educação, a Geografia e o Conflito Agrário ocorrido no Território do Contestado (1912 – 1916) no Estado de Santa Catarina e Paraná, região Sul do Brasil. A metodologia de pesquisa tem como referencial teórico a Teoria Social, na perspectiva etnográfica. A intencionalidade inicial da pesquisa visa compreender como os saberes do Conflito Territorial foram e são silenciados nos manuais didáticos e nas práticas cotidianas da escola. Trata-se de um conflito que tem seus desdobramentos políticos, sociais e culturais nos dias de hoje, em um território marcado pela desigualdade social.

1. INTRODUÇÃO

Os saberes escolares que trazem em sua tônica a crítica à lógica reprodutora das desigualdades sociais nem sempre foram trabalhados nos manuais didáticos. Portanto, investigar a cultura dos saberes escolares e a prática cotidiana escolar por meio do livro didático e seus usos é o recorte da pesquisa, que tem a seguinte pergunta investigativa: Qual o lugar dos saberes relacionados ao conflito agrário do Território do Contestado nos manuais didáticos de Geografia. Sendo assim, os objetivos desta investigação na esfera teóricos irão aprofundar conceitos como cultura, escolarização e os manuais didáticos, suas complementariedade e explicações das práticas escolares cotidianas.

Cabe destacar que a investigação etnográfica deve estabelecer o diálogo entre os momentos de atividade de campo com o histórico das políticas públicas sobre o livro didático e as práticas do/no cotidiano, que são balizas para compreender o lugar dos saberes relacionado ao Conflito Agrário do Território do Contestado. Estes saberes geográficos são associados no ensino de Geografia com a questão agrária que, historicamente é traduzida nos livros didáticos por meio da relação antagônica ou complementariedade entre o campo e a cidade.

Os saberes que permeiam este conflito geraram e ainda geram situações relacionadas à posse e ao significado da terra na constituição do território, tanto no passado como nos dias atuais. As práticas pedagógicas relacionadas ao Conflito do Contestado possibilitam a reconstrução das territorialidades, identidades, memórias, pertencimentos, promovendo práticas decoloniais, no sentido de repensar a cultura, a política e a histórica da configuração dos territórios.

Portanto, o olhar histórico, o fazer pedagógico na perspectiva etnográfica possibilita que o 'analfabetismo biográfico' (local e comunitário) seja repensado por meio da história de vida das pessoas e dos educadores que nele vivem. Sendo assim, investigar essa problemática no ensino da Geografia faz com que esses saberes possam ser resignificados em sala de aula. Afinal, ao serem silenciados nos currículos e livros didáticos imprimem-se padrões teóricos e culturais acerca do que deve ou não ser conhecido, ensinado e

apreendido pelo educando.

Destaca-se que as inquietações, vivências e produções acadêmicas que me motivam a pesquisar esta temática estão inseridas em meu cotidiano escolar como educadora na formação de docentes no nível médio e superior. Essas vivências me levaram a ter acesso a pesquisas e práticas escolares que oportunizaram o levantamento de vários olhares e necessidades de aprofundamento sobre as bases teórico- metodológicas dos saberes que permeiam a docência, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior.

Sendo assim, escolho com recorte de fontes documentais os livros didáticos presentes nas edições do Plano Nacional do Livro Didático/ PNLD - Anos Iniciais e o Livro Regional de Geografia. Os livros regionais do Estado do Paraná e de Santa Catarina devem tratar da sua ocupação, organização política e histórica. Sendo assim, um conflito territorial que influenciou a região do Planalto Norte do estado catarinense e o Sul do estado paranaense.

A inquietação acerca do conflito do Contestado e sua relação com a Educação

Básica se potencializou no segundo semestre de 2014, quando ingresso como docente da Universidade Federal do Paraná, no curso de Licenciatura em Educação do Campo – curso esse que é fruto de políticas públicas como o Programa Nacional do Campo (PRONACAMPO) – e passo a atuar na turma formada em parceria com a Via Campesina e a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), localizada no Assentamento do Contestado no município da Lapa – Pr. Pertencem a esse território as Escolas Municipal e Estadual do Campo do Contestado, que compartilham o mesmo prédio.

Portanto, investigar a cultura dos saberes escolares e a prática cotidiana escolar por meio do livro didático e seus usos é o meu recorte de pesquisa, que tem a seguinte pergunta investigativa: Qual o lugar dos saberes relacionados ao conflito agrário do Território do Contestado nos manuais didáticos de Geografia dos Anos Iniciais selecionados no Programa Nacional do Livro Didático – especificamente nos livros Regionais do Paraná, edições 2007 e 2010 – e quais são as práticas do cotidiano da Escola Municipal do Contestado relacionadas a esses saberes?

Nesta investigação tenho como principal objetivo pesquisar o lugar dos saberes relacionados ao conflito agrário do Território do Contestado nos manuais didáticos de Geografia. Este objetivo principal desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: a) Contextualização histórica da política pública federal chamada Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, b) Observação participante das práticas pedagógicas realizadas na Escola Municipal do Campo do Contestado – Assentamento da Lapa – Paraná, c) Estabelecer categorias de análise por meio de Núcleos de Estudos que irão subsidiar o diálogo com a comunidade escolar, identificar os saberes do Conflito do Contestado e, delinear os processos de investigação que irão identificar, d) Realizar, com educandos e educadores, entrevistas sobre os saberes do Conflito do Contestado vivenciados na prática escolar e no uso dos manuais didáticos. Identificar se há relações históricas e familiares dos pesquisados com os saberes presentes nos livros didáticos ou práticas escolares, e) Analisar os livros didáticos Regionais de Geografia selecionados no Programa Nacional do Livro Didático com o objetivo de reconhecer como os saberes do Conflito do Contestado são tratados.

A opção metodológica de investigação que possui maior aderência aos objetivos expostos tem como referencial teórico de pesquisa o estudo de caso com abordagem etnográfica, a partir de trabalho de campo na Escola Municipal do Campo do Contestado, por meio de observação participante, entrevistas e análise do conteúdo dos manuais didáticos.

2. REPENSAR OS SABERES PRESENTE NO CONFLITO DO CONTESTADO E SEUS OLHARES NOS MANUAIS DIDÁTICOS.

Nas últimas décadas, as investigações realizadas sobre as pesquisas na educação e no ensino de Geografia trouxeram à tona o debate do papel da pesquisa qualitativa. Desta vertente de pesquisa surgiram abordagens diversas que contribuem para que as investigações de aspecto histórico, social e antropológico.

No centro desse processo está o conceito de cultura e seu diálogo com o fazer da escola. As práticas cotidianas e a compreensão da sua relação com a cultura possibilitou ampliar o olhar, a observação e o registro

de práticas pedagógicas que historicamente não eram analisadas, refletidas e, portanto, socializadas nas diferentes esferas dos sistemas de ensino. O estreitamento de diálogos entre a Educação Básica e o Ensino Superior, promovidos por políticas públicas e pela abordagem etnográfica cria um fato relevante na concepção de pesquisa e transformações na prática pedagógica.

Entretanto, o polissêmico conceito de Cultura é objeto de estudos que geram definições e reflexões de acordo com a opção de recorte teórico escolhido. Para FORQUIN (1993) em seu livro *Escola e Cultura*, pode-se compreender que este debate exige do investigador em educação um mergulho sociológico da realidade.

Sendo assim, trazer para a investigação em educação o conceito de Cultura – como algo complexo, mas que traz na sua raiz a necessidade de compreensão do processo de humanização em que todos nascemos e vivemos nas relações de memórias, de valores e ações – irá contribuir e construir a nossa visão e ações neste mundo.

O objetivo teórico de aprofundar a maneira como a cultura, a escolarização e os manuais didáticos se dialogam na compreensão das práticas escolares cotidianas. O papel do educador é relevante nessa compreensão, afinal, como afirma FORQUIN:

A cada geração, a cada renovação da pedagogia e dos programas, são partes inteiras da herança que desaparecem da 'memória escolar', ao mesmo tempo em que novos elementos surgem, novos conteúdos e novas formas de saber, novas configurações epistêmica-didáticas, novos modelos de certeza, novas definições de excelência acadêmica ou cultural, novos valores. Devemos assim reconhecer o grande poder de seleção da 'memória docente', sua capacidade de 'esquecimento ativo'. (FORQUIN, 1993, P.168)

Assim, ao definir a escola como lugar de conhecimento é necessário entender a teoria da educação por meio do conceito de cultura, como já apontado anteriormente, na medida em que ele possibilita entender a complexidade envolvida no tratamento dado à instituição escolar. Segundo FORQUIN:

Não se poderia negar que o conceito propriamente de cultura é capaz de trazer para a compreensão das práticas e das situações escolares: a escola é também um

“mundo social” que tem suas características de vida próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos. E esta “cultura da escola (no sentido em que se pode também falar de “cultura da oficina” ou da “cultura da prisão”) não deve ser confundida tão pouco com o que se entende por “cultura escolar”, que se pode definir como o conjunto dos conteúdos cognitivos e simbólicos que selecionado, organizados, normalizados, rotinizados, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas. FORQUIN (1993, p.167):

A cultura passa a ser o eixo de compreensão da escola como instituição social que possui um papel específico dentro da sociedade e torna-se um arcabouço teórico para subsidiar a investigação da sua prática cotidiana nos vários lugares pedagógicos e, em específico, nas salas de aula.

Dentro desta perspectiva o olhar sobre a prática pode ser direcionado sobre várias óticas de pesquisa, e investigar os livros didáticos Regionais de Geografia do Paraná selecionados pelo PNLD se constitui numa importante perspectiva, na medida em que podem ser instituidores de práticas no cotidiano escolar apontando, ou silenciando ao educador dos Anos Iniciais da Educação Básica informações geográficas como, por exemplo, sobre o Conflito do Contestado. Portanto, a investigação destes elementos instituidores tem sido um dos objetivos da pesquisa sobre as práticas escolares e sua relação como o uso do livro didático. Estas pesquisas estudam o cotidiano escolar a partir da concepção de escola, dentro de um projeto maior de sociedade.

Assim, investigar a ‘cultura do livro didático’ é um recorte de pesquisa que possibilita um desvelar das práticas cotidianas por meio da relação com o contexto social. ROCKWELL e EZPELETA afirmam:

Se bem que submersa num movimento histórico de amplo alcance, a construção social de cada escola é sempre uma versão local e particular deste movimento, e mais (...) a ideia da construção social da escola nos impôs a necessidade de construir a

escola como ‘objeto de conhecimento’. ROCKWELL e EZPELETA (1985, p.107)

Sendo assim, a investigação dos livros didáticos com seus saberes curriculares e orientações teórico-metodológicas pede uma forma de pesquisar na qual a escola se constitua como um ‘objeto de conhecimento’. Nesse sentido, o estudo de caso, juntamente com a abordagem etnográfica, apresentam subsídios teóricos, instrumentos de pesquisa para a compreensão das práticas escolares.

Essa opção de investigação traz como principais autoras as ‘mexicanas’ ROCKWELL e EZPELETA (1985) e MERCADO (1985) que – em suas pesquisas realizadas no Departamento de Investigações Educativas em conjunto com o Centro Boliviano de Investigação e Ação Educativa e com o Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento – trazem suas vivências e produções acadêmicas. O trabalho de MERCADO é uma referência para estudar a formação de educadoras dos anos iniciais por meio das suas práticas cotidianas.

A justificativa para essa investigação está no fato de que essas séries representam um espaço no qual são implementadas distintas propostas pedagógicas relacionadas ao processo de aquisição da escrita. A autora traz em sua investigação as características profissionais e pessoais dos educadores, na perspectiva de ouvir as suas narrativas e histórias de vida. O principal critério de escolha dos entrevistados era a sua participação na Proposta para a Aprendizagem da Língua Escrita (IPALE).

Para o trabalho de investigação etnográfico sobre os saberes escolares relacionados ao Conflito do Contestado é necessário definir a duração das ações, visitas, registros de observação das diferentes práticas pedagógicas vivenciadas na escola com um olhar específico para os usos do livro didático, bem como um consistente trabalho de análise dos materiais, dos dados, das informações e ações obtidas.

O trabalho analítico é a primeira etapa, pois é a partir dele que os eventos são transformados em notas analíticas, que segundo ROCKWELL, é um momento dinâmico e fundante do processo de investigação. As informações empíricas são traduzidas em visitas à escola durante meses, que geram gravações audiovisuais e

registros escritos, assim como materiais usados em aula, fotografias e anotações de campo.

A análise etnográfica exige pensar que cada educador é um caso que irá possibilitar a criação de categorias empíricas de análise. Esses cuidados na investigação irão contribuir para a revisão constante dos núcleos de estudos, que segundo Mercado (1985), possibilita surgir outros núcleos, é fundamental a releitura dos registros anteriores que formarão os blocos de descrição.

Os blocos de descrição se constituem desde as experiências e conhecimentos prévios dos educandos sobre seus conhecimentos acerca dos saberes do Conflito do Contestado, os conhecimentos em relação aos usos de livros didáticos e as propostas alternativas pedagógicas vivenciadas sobre os saberes em questão. A importância da definição dos blocos de descrição está no fato de que são eles que geram recortes de investigação. Outro fator relevante na pesquisa etnográfica é a descrição não só da escola, mas do lugar ao qual ela pertence. Trata-se de uma descrição que extrapola a localização física, abrangendo o seu pertencimento a um território, neste caso, o Contestado.

Portanto, dito isso é possível perceber que a opção desta pesquisa pela abordagem etnográfica em conjunto como o estudo de caso apresenta-se como bastante profícua, em especial por dois avanços, segundo BRAGA:

O primeiro diz respeito a aspectos teórico-metodológicos, entre os quais se destacam as formas de acercar-se da escola ou sala de aula; a produção de instrumentos adequados para captar as relações entre os sujeitos e conhecimentos e para encontrar os significados culturais de determinadas ações; e as relações entre as determinações estruturais, as normas oficiais e a experiência dos sujeitos escolares. O segundo refere-se a aspectos éticos da pesquisa, como a busca por um maior grau de participação dos sujeitos na definição de informações a serem ou não incluídas nos relatórios científicos ou, ainda, a opção pela produção colaborativa de investigações. (BRAGA, 2011, p. 185)

Cabe destacar que a investigação etnográfica deve estabelecer o diálogo entre os momentos de atividade de campo com o

histórico das políticas públicas sobre o livro didático e com a investigação etnográfica das práticas do cotidiano. Este diálogo é baliza para compreender o lugar dos saberes relacionados ao conflito agrário do Território do Contestado nos manuais didáticos a serem pesquisados.

Os saberes presentes no Conflito do Contestado estão associados a saberes trabalhados no ensino de Geografia nos Anos Iniciais como, por exemplo, a questão agrária que historicamente é traduzida nos livros didáticos por meio da relação antagônica entre o campo e a cidade. Nas pesquisas sobre o ensino de Geografia esses saberes estão associados à Geografia Agrária, mais especificamente ao conceito de Território do Campo ou Territórios Agrários.

Sendo assim, os desdobramentos históricos, políticos, culturais deste conflito estão presentes até os dias atuais na paisagem e território que é marcado pela pobreza e pela desigualdade social. Para FRAGA (2012) a Região do Contestado, nos dias de hoje, ainda vivencia a ausência de políticas públicas que rompam com o ciclo de desigualdade e de injustiça social. Algumas cidades da região pertencente ao Estado de Santa Catarina como Calmon, Timbó Grande e Leblon Régis tem um alto índice de pobreza e de indigência, que chegam a 40% da população ou 50% como no caso de Calmon.

Compreender o Conflito do Contestado e tirá-lo da invisibilidade no espaço escolar é romper com o silêncio acerca do tema, promovendo outras intervenções na discursividade da história, da geografia e seu ensino.

Observa-se que os saberes que permeiam este conflito geraram e ainda geram situações relacionadas à posse e ao significado da terra na constituição do território, tanto no passado como nos dias atuais. As práticas pedagógicas relacionadas ao Conflito do Contestado possibilitam a reconstrução das territorialidades, identidades, memórias, pertencimentos, promovendo práticas descoloniais, no sentido de repensar a cultura, a política e a histórica da configuração dos territórios.

Pensar e compreender o Território do Contestado como presente histórico e cultural no qual os sujeitos envolvidos sejam conhecidos, evitando assim entender

o conflito no aspecto da criminalização de uns, os 'jaguços' por exemplo, os monges associado à visão messiânica e a valorização única dos militares por reestabelecer a ordem social no Território do Contestado. Portanto, o olhar histórico, o fazer pedagógico na perspectiva da etnográfica possibilita que o 'analfabetismo biográfico' (local e comunitário) seja repensado por meio da história de vida das pessoas e dos educadores que nele vivem.

O Território do Contestado acabou sendo dividido em dois 'mundos': a) o mundo 'simples' dos índios, dos monges e do caboclo e, b) o 'moderno' do trem, da fábrica, da técnica, enfim do modo capitalista. Esses dois mundos são reflexos de ações como as concessões de terra para o capital estrangeiro (Serraria da Southern Brazil Lumber Colonization Company), a expulsão dos posseiros e a entrada dos imigrantes europeus.

Com a construção da rede ferroviária, o mundo do caboclo passa a ser tecnificado,

no qual seu trabalho de mão de obra começa aos poucos a ser deixado de lado. Um exemplo desse processo de constituição de um território é visível até os dias atuais na paisagem, nos museus, parques, capelas e na fala dos seus moradores que possuem narrativas sobre a importância dos monges durante o conflito. Pesquisar sobre o Território do Contestado é conhecer um contexto histórico do nosso país e região e os saberes geográficos que é ausente nos materiais didáticos e práticas pedagógicas ao longo da história da disciplina de geografia.

Sendo assim, investigar essa problemática no ensino da Geografia faz com que esses saberes possam ser resignificados em sala de aula. Afinal, ao silenciar esses saberes nos currículos e livros didáticos imprimem-se padrões teóricos e culturais acerca do que deve ou não ser conhecido, ensinado e apreendido pelo educando.

No momento atual a pesquisa está na fase de levantamento bibliográfico da problemática.

REFERÊNCIAS

[1] GARCIA, T. M. F. B. Investigando as práticas escolares: uma análise das contribuições da etnografia educacional no Brasil. Mesa-Redonda nº 24 Eixo Temático 2 : Didática, Currículo e Processos de Escolarização.

[2] FORQUIN, J.C. Escola e Cultura : as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993.

[3] FORNET-BEATENCOURT. Transformación intercultural de la filosofía latino- americana: ejercicios teóricos y prácticos da la filosofía intercultural em el contexto de la globalización. Desclée de Brouwer, 2001.

[4] FRAGA, N. C. território e Silêncio: contributos entre o empírico e o teórico. In: FRAGA, N. C. (Org.) Territórios e Fronteiras: (re) arranjos e perspectivas. Florianópolis, Ed. Insular, 2011.

_____. Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulcro do Brasil – 19912 – 2012. Florianópolis: Insular: 2012.

[5] Guia de livros didáticos: PNLD 2010 : Geografia. – Brasília : Ministério da educação, secretaria de Educação Básica, 2009. 216 p.

[6] ROCKWELL, E. Reflexiones sobre el proceso etnografico (1982-85). Mexico: Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politecnico Nacional, Departamento de Investigaciones Educativas, 1987

_____. La escuela cotidiana. México : Fondo de Cultura Económica,

_____. EZPELETA, J. A construção social da escola. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 66, n.152, p. 106-19, jan-abr, 1985.

[7] ROSA, G. A. O contestado: a práxis educativa de um movimento social. Campinas, SP : Mercado da Letras, 2011.

[8] SIMONI. M.L.T. Construcción y Circulacion Social de Recurso Docentes em Prime

[9] Grado. Estudio Etnografico. Dissertação de mestrado, México, 1991.

Capítulo 7

A INFLUÊNCIA DA COOPerval NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ (PR)

Jhonatan dos Santos Dantas

Resumo: A Cooperval surgiu na década de 1980 após o declínio da cultura cafeeira no Vale do Ivaí e foi alicerçada pelo Proálcool, principal política de substituição de combustíveis da época e motivo de drástica ampliação da área plantada de cana de açúcar no país. A cooperativa atualmente é a maior empregadora da região e estabelece ampla influência nos municípios adjacentes à usina. O foco do artigo é demonstrar a influência da Cooperval nos municípios do Vale do Ivaí, utilizando dois critérios: influência na empregabilidade dos municípios utilizando a População Economicamente Ativa (PEA) e no estabelecimento de área plantada. Junto a isto foi analisado os principais indicadores de desenvolvimento socioeconômico, assim, os dados refletem ampla influência da cooperativa principalmente em Marumbi, Bom Sucesso e Jandaia do Sul.

Palavras Chave: Cooperval. Vale do Ivaí (PR). Cana de Açúcar.

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

O Vale do Ivaí (PR) foi ocupado durante a metade do século XX com uma colonização dirigida por companhias que fracionaram a terra em pequenos e médio lotes no intuito de vender os terrenos para agricultores do setor cafeeiro (DANTAS, 2017).

Conforme expõe Fajardo (2008) alguns autores apontam esta colonização, como uma das mais bem sucedidas da história, a estrutura do fracionamento de terras, o solo fértil e o clima propício a boa atividade agrícola, provocou a migração de mais de 2 milhões de habitantes em menos de 4 décadas.

A região foi ocupada motivada pela atividade econômica da época, o café, mas a partir do declínio dessa cultura após a década de 1970 ocorre uma reestruturação produtiva no campo, o que ocasiona o êxodo rural e o inchaço urbano das principais cidades da região (DANTAS, 2017).

Entre os motivos que motivaram o declínio do café estão à crise pela superprodução, as geadas consecutivas que gerou perdas enormes entre as décadas de 1960 e 1970, e as culturas modernas que começaram a chegar e sinalizava aos agricultores melhores estruturados uma possibilidade de ampliação de renda.

Em meio a esse contexto, em 1975 surge o Proálcool ou PNA, principal política de substituição de combustíveis que tinha como objetivo: a) diminuir a dependência externa do petróleo; b) economizar divisas; c) evoluir a tecnologia nacional; d) proporcionar o crescimento nacional da produção de bens de capital e) gerar emprego e renda (MICHELLON et al, 2008).

O Proálcool teve um significado extremamente relevante para o país, mas em especial para o Vale do Ivaí, pois deu suporte e condições para iniciar as lavouras de cana de açúcar e gerou a implantação das usinas e destilarias.

A cana de açúcar surge como uma opção aos agricultores que se veem diante do declínio do café.

Shikida e Rissardi Jr (2006 p.20) citam que:

Buscando uma alternativa agrícola que substituísse as lavouras decadentes de café e ao mesmo tempo gerasse trabalho para as famílias desempregadas na agricultura,

intensifica-se o cultivo da cana de açúcar montando-se destilarias para produção de álcool aproveitando o incentivo do Governo Federal com a criação do PROÁLCOOL, transformando, após 1975, o espaço do Norte do Paraná, depois da implantação desse Programa.

Nesse contexto surge a Cooperval, uma cooperativa formada inicialmente por cerca de 90 agricultores, que através da integração e do suporte de crédito fornecido pelo Proálcool, estruturam a Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí (Cooperval) que encontra no setor canavieiro fonte de renda e sustento.

A cooperativa que surgiu na década de 1980, atualmente é a principal empregadora da região do Vale do Ivaí e desempenha papel significativo em alguns municípios – a análise da influência da Cooperval nesses municípios é o foco pretendido na discussão.

2. METODOLOGIA

A análise foi baseada em referencial bibliográfico e dados fornecidos por órgãos públicos e privados, entre eles: IBGE, IPARDES, COOPerval, RENUKA, entre outros.

A pesquisa foi realizada no ano de 2016 e publicada em 2017 na dissertação de mestrado do autor. Os dados e referenciais foram atualizados no ano de 2018 para publicação.

O trabalho analisa a influência da Cooperval na empregabilidade por município e a influência da Cooperval na área plantada por município – esses dois indicadores demonstram os municípios com maior influência da cooperativa na PEA (População Economicamente Ativa) dos municípios e na área territorial ocupada com cana de açúcar.

Também são demonstrados os índices de desenvolvimento socioeconômico por município e realizado análise comparativa entre os que a Cooperval estabelece maior influência, é analisado percentual de agricultura familiar e não familiar nesses municípios e traçada algumas considerações sobre vulnerabilidade socioeconômica e dependência do setor canavieiro.

3.RESULTADOS

A Cooperval contempla cerca de dois mil funcionários trabalhando diretamente (Incluindo os funcionários da usina, do escritório (sede), e os que trabalham no campo) sendo a maior empregadora do Vale do Ivaí, destes, quase 30% reside em Marumbi (COOPERVAL, 2016).

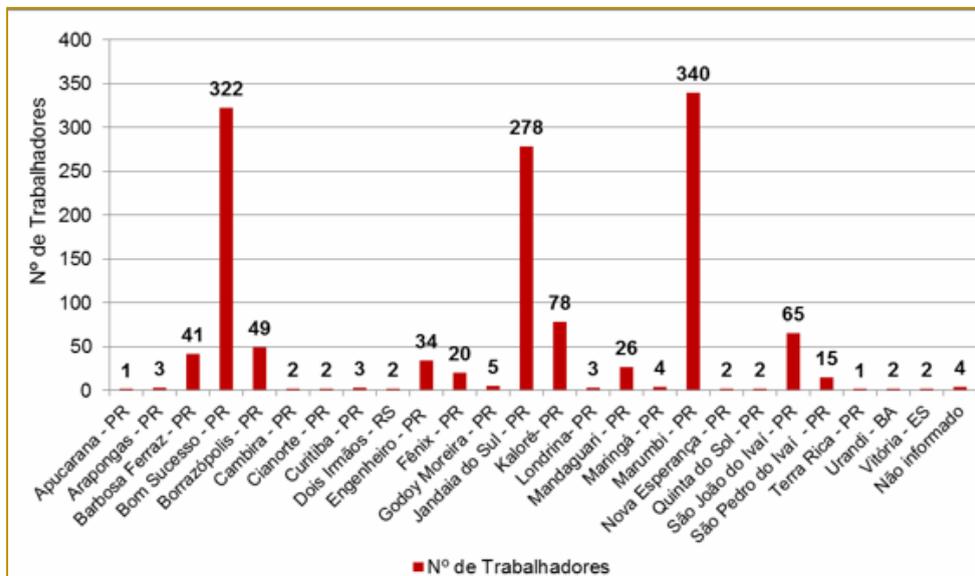
Da População Economicamente Ativa (PEA) de Marumbi conforme dados do Caderno Estatístico IPARDES (2009/ 2016), dos 2369 habitantes que se enquadram no PEA, mais de 340 são funcionários da Cooperval segundo informações obtidas na Cooperativa (a Cooperativa informou que este número pode ser bem maior, porém a lista de funcionários cadastrados por município está desatualizada.) ou

seja, aproximadamente 15% da empregabilidade do município é feito pela Cooperval e esse número pode ultrapassar os 20% visto que a lista de funcionários esta atualizada com quase 800 funcionários a menos (Dados de 2016).

Outro caso emblemático é no município de Bom Sucesso, com uma População Economicamente Ativa de 3296 habitantes, 322 trabalham na Cooperval de acordo com a lista dos funcionários cadastrados.

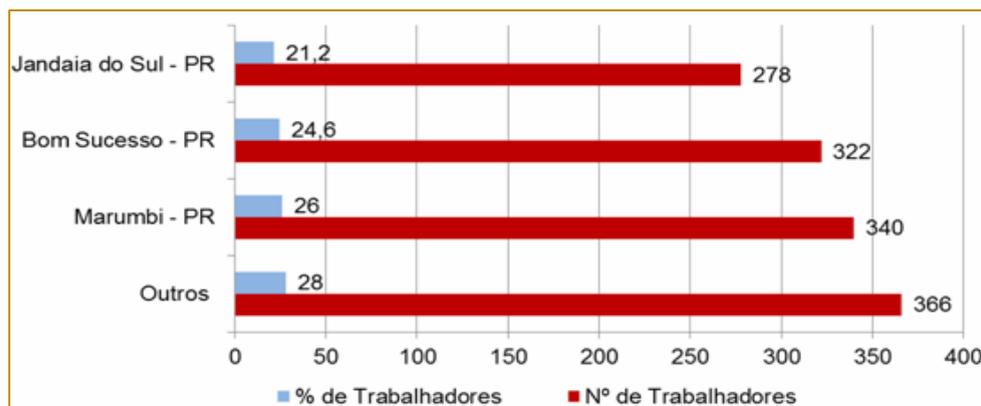
Nos gráficos 1 e 2 podemos verificar a origem dos funcionários (municípios) de acordo com a lista dos empregados cadastrados, notoriamente concentrados em Marumbi, Bom Sucesso e Jandaia do Sul.

Gráfico 1: Relação de funcionários cadastrados da Cooperval por município – 2016



Fonte: COOPERVAL (2016).

Gráfico 2: Municípios em que se concentram os funcionários da Cooperval



Fonte: COOPERVAL (2016).

Percebe-se através do gráfico 1 e 2 que 71,8% do total dos funcionários residem em um desses três municípios.

É importante ressaltar que os municípios de Marumbi e Bom Sucesso, (não chegam a 15 mil habitantes somando a população de ambos), carecem de opção de emprego, esses habitantes dependem exclusivamente da Cooperval para obtenção de renda (bom sucesso: 6561 habitantes; Marumbi: 4603 habitantes (IBGE, 2010).).

Até mesmo Jandaia do Sul, município com maior dinamismo econômico conforme analisado por Oliveira (2016), com cerca de 20 mil habitantes (IPARDES, 2016/estimativa IBGE, 2015), a Cooperval atua como principal fonte de geração de emprego e renda de acordo com informações obtidas na prefeitura de Jandaia do Sul (2016).

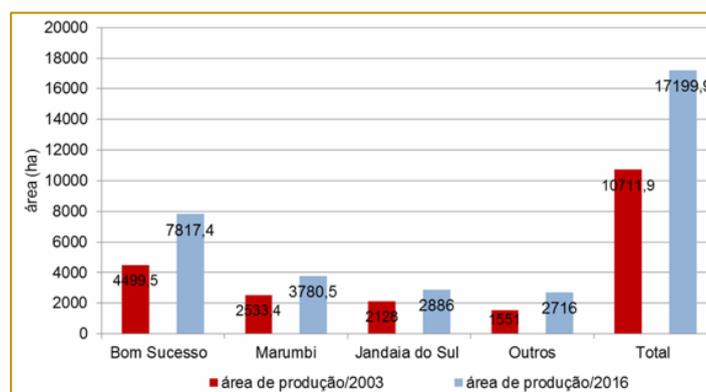
Outro aspecto que vale destacar, é que as

oscilações do setor canavieiro colocam em cheque toda circulação da economia na região, principalmente nesses três municípios, não sendo o foco nesta discussão.

Levando em conta a área plantada, no caso da Cooperval, não ocorre uma dispersão espacial na produção como é visto em outras agroindústrias e cooperativas, ocorre nesse caso uma concentração produtiva, justamente nesses três municípios com maior influência de empregabilidade.

O gráfico 3 demonstra em números reais a área plantada por hectares, foi analisado a evolução da área plantada por município (principalmente os mais influentes) de 2003 até 2016 conforme mostra o gráfico 3 (a escolha de fazer a partir de 2003, é associarmos a produção da Cooperval após o impulso do setor sucroalcooleiro em 2002, mais informações pode ser obtida em Cavalheiro (2005).).

Gráfico 3: Área plantada (em hectares) pela Cooperval por município (2003 e 2016).



Fonte: COOPERVAL (2016); DANTAS; FAJARDO (2017).

Tabela 1: Percentual da área plantada pelos Cooperados da Cooperval por município

Município	Área plantada da cooperativa (%)
Bom Sucesso	45,45
Marumbi	21,98
Jandaia do Sul	16,78
Mandaguari	4,92
Cambira	4,53
São Pedro do Ivaí	3
Kaloré	2,2
Itambé	0,97
Apucarana	0,16

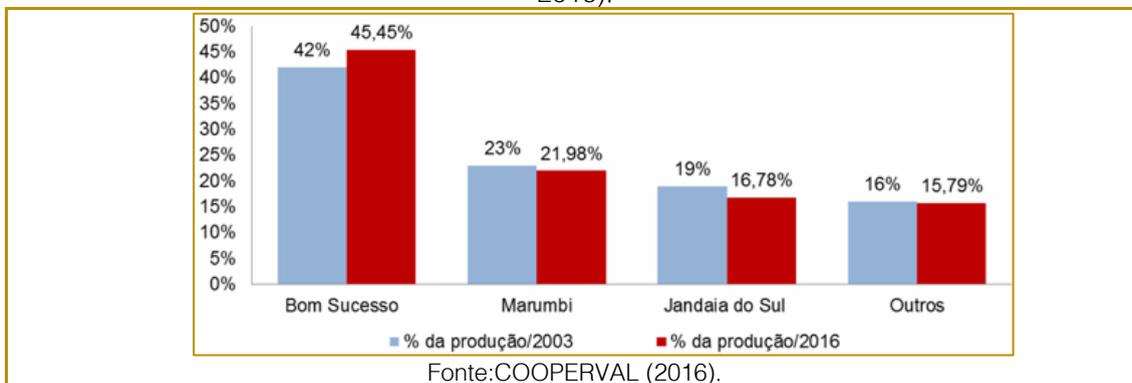
Fonte: COOPERVAL (2016).

Com base na tabela 1 podemos analisar o percentual de produção da Cooperativa por município.

Através do gráfico 4, podemos notar a concentração do percentual produtivo nos

municípios de Bom Sucesso, Marumbi e Jandaia do Sul nos anos de 2003 e 2016.

Gráfico 4: Percentual da área plantada pelos Cooperados da Cooperval por Município (2003 e 2016).



Com exceção de Jandaia do Sul que em números percentuais perdeu área produtiva conforme visto no gráfico 4, mas em valores reais a produção ampliou, percebemos que além da evolução significativa da área plantada nos municípios (principalmente Marumbi e Bom Sucesso), ainda houve um aumento da concentração produtiva.

Em Bom Sucesso a área plantada é tão grande que chega a atingir quase 25% do total do município apenas com lavoura da Cooperval⁶. Com lavoura de cana de açúcar, através dos dados obtidos nas duas empresas que exercem produção no município (Cooperval e Renuka), a área destinada ao cultivo de cana de açúcar chega a quase 30% da área total do município.

Após a instalação da fábrica de MDF, e o início do cultivo de eucaliptos, essa área cultivada pela Cooperval tende a ampliar significativamente, gerando maior concentração produtiva em Bom Sucesso, apesar da diversificação de produtos.

No que tange a área plantada, podemos ver Bom Sucesso e Marumbi com índices bem superiores aos demais. A influência em Jandaia do Sul também é notável visto que além da área produtiva e geração de emprego, a Cooperativa se localiza no município, gerando maior contribuição por meio de impostos⁷.

Outra questão importante é que a atividade agrícola moderna, além de concentrar atividades produtivas e setores específicos de

produção (como a cana de açúcar), ainda concentra a terra.

Na região, a atividade agrícola moderna não é desempenhada apenas pela Cooperval, existem diversas agroindústrias, inclusive grandes cooperativas que atuam na agricultura local.

No segmento da cana, tem a Renuka Vale do Ivaí, presente em São Pedro do Ivaí (empresa de capital estrangeiro); em outros segmentos como a soja, existem outras Cooperativas como Cocari (sede em Mandaguari), Cocamar (sede em Maringá), Coamo (sede em Campo Mourão) dentre outras, potencializando o investimento tecnológico no campo, o que ocasiona forte tendência de ampliação de monoculturas em detrimento de produtos diversificados geralmente produzidos em pequenas propriedades por mão de obra familiar.

Conforme é ampliado o potencial produtivo no território através dessas corporações empresariais, ocorre cada vez mais a fragilidade na agricultura familiar. Vale destacar também, que a colonização da região foi com base em pequenas propriedades rurais e conforme o campo se modernizou e se moderniza, o rural no norte paranaense amplia a concentração de terras.

Nos dados do IBGE (2006), sobre percentual de agricultura familiar e não familiar nesses três municípios (Tabela 2, 3 e 4), percebemos que a agricultura familiar é mínima, com maior percentual no município de Jandaia do Sul.

A atuação da Cooperval, com certeza contribui para este cenário.

⁶Para essa constatação foi analisado percentual da área em hectares da Produção da Cooperval no município; pela área total em (ha) do município através de dados obtidos pela empresa Renuka Vale do Ivaí (2015) e Cooperval (2015).

⁷Não obtivemos informações sobre quantos imóveis rurais produzem para Cooperval por município.

Tabela2: Número de estabelecimentos agropecuários e área (hectares) dos estabelecimentos com agricultura familiar e agricultura não familiar, BomSucesso– PR

Categoria	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (ha.)	%
Agricultura familiar	224	54,9	3.560	11,18
Agricultura não familiar	184	45,1	28.264	88,82
TOTAL	408	100	31.824	100

Fonte: IBGE (2006).

Tabela3: Número de estabelecimentos agropecuários e área (hectares) dos estabelecimentos com agricultura familiar e agricultura não familiar, Marumbi - PR

Categoria	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (ha.)	%
Agricultura familiar	306	62,83	3.831	7,86
Agricultura não familiar	181	37,17	44.856	92,14
TOTAL	487	100	48.687	100

Fonte: IBGE (2006).

Tabela 4: Número de estabelecimentos agropecuários e área (hectares) dos estabelecimentos com agricultura familiar e agricultura não familiar, Jandaia do Sul - PR

Categoria	Número de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos (ha.)	%
Agricultura familiar	467	68,7	6.256	24,5
Agricultura não familiar	213	31,3	19.225	75,5
TOTAL	680	100	25.481	100

Fonte: IBGE (2006).

Observando as tabelas 2, 3 e 4, podemos verificar que em todos os municípios destacados, apesar do número de estabelecimentos na agricultura familiar serem maiores, a área destinada à agricultura familiar é bem menor, o caso mais grave é no município de Marumbi, cujo apenas 7,86% da área dos estabelecimentos é de agricultura familiar.

O município que apresenta o melhor cenário, em número de estabelecimentos e de área dedicada à agricultura familiar é Jandaia do Sul.

As terras dos pequenos produtores muitas vezes ainda são arrendadas para essas grandes empresas agroindustriais, ou para grandes produtores. Ainda ocorrem integrações verticais, que muitos agricultores (pequenos), acabam subordinando-se a monocultura, efetuando práticas da agricultura empresarial seja no setor da cana de açúcar, seja em outros, como soja e milho,

ficando a mercê dos comandos agroindustriais⁸.

De acordo com o caderno do perfil territorial do Vale do Ivaí elaborado pelo MDA⁹, existem 600 pessoas ocupadas na agricultura familiar no município de Bom Sucesso. Já em Jandaia do Sul são 1458, e Marumbi apesar de apresentar menos estabelecimentos agropecuários que Jandaia do Sul, tem 1734 pessoas ocupadas com agricultura familiar (SAF/MDA, 2015; IBGE, Censo Agropecuário, 2006)¹⁰.

Analisando os índices de desenvolvimento dos municípios, conseguimos verificar as principais carências e pontos positivos através dos indicadores de desenvolvimento

⁸ Essas informações foram obtidas por meio de conversas com agricultores locais.

⁹ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

¹⁰ Esse estudo merece aprofundamento não sendo o foco neste caso.

socioeconômico.

Podemos identificar através da tabela 5, como se encontra a educação, a saúde e os índices

de emprego/renda, dos municípios que a Cooperval exerce maior influência, de acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

Tabela5: Indicadores de desenvolvimento municipal de Bom Sucesso, Marumbi e Jandaia do Sul

Município	Ifdm	Educação	Saúde	Emprego/renda
Bom Sucesso	0,7487	0,8132	0,9148	0,5180
Marumbi	0,7783	0,8152	0,7859	0,7339
Jandaia do Sul	0,8375	0,8711	0,9471	0,6943

Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (ano base – 2013).

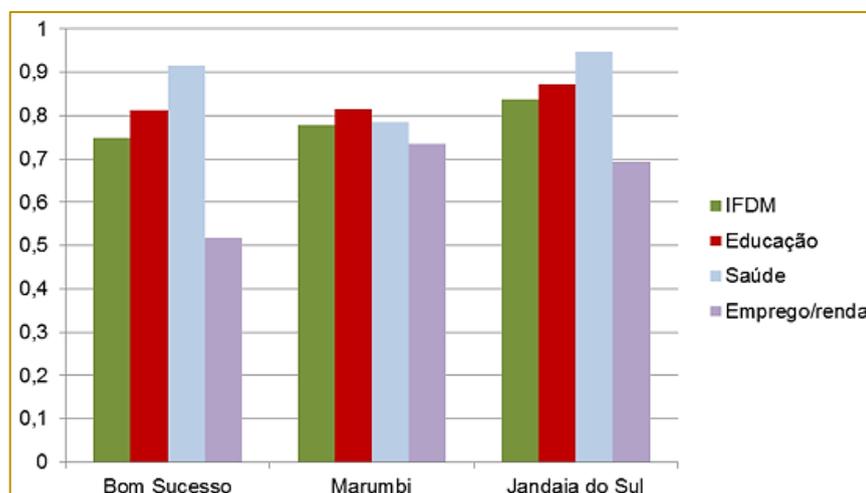
Org.: DANTAS, J.S. (2017).

Podemos constatar através dos dados da tabela, que Jandaia do Sul apresenta o maior IFMD, seguido de Marumbi e Bom Sucesso. O melhor quesito dos indicadores em Jandaia do Sul e Bom Sucesso são na saúde, já em Marumbi é na educação.

Apesar de Jandaia do Sul apresentar o 15º melhor IFDM do estado do Paraná (o município

de Marumbi apresenta o 69º melhor IFDM do estado do Paraná e o de Bom Sucesso o 129º), o indicador de emprego/renda é menor do que em Marumbi. Outra questão que vale ressaltar é que nos 3 municípios o pior indicador é o de emprego/renda, sendo o município de Bom Sucesso o que apresenta o pior resultado no quesito conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 5: Indicadores de desenvolvimento socioeconômico de Bom Sucesso, Marumbi e Jandaia do Sul.



Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (ano base – 2013).

De acordo com o IBGE/IPARDES (2004), o setor agropecuário corresponde a 32,7% do PIB do Vale do Ivaí, ficando atrás do setor de serviços (43,5% do PIB), e a frente do setor de indústria que corresponde a 23,8% do PIB¹¹.

¹¹ Esses dados foram os mais recentes encontrados e correspondem a valores de todo território do Vale do Ivaí. Dados como PIB municipal, entre outros recomenda-se: IPARDES. Diagnóstico socioeconômico

Através dessas informações, podemos constatar a carência de indústrias, e que o setor de serviços e comércio é responsável pelo maior dinamismo na economia, levando em consideração todo território do Vale do Ivaí.

Nos 3 municípios com maior influência da Cooperval, pode-se notar que o menor indicador é o item de emprego/renda, tudo

do Território Vale do Ivaí: 1.a fase: caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007

isso faz com que a Cooperval tenha maior relevância e ao mesmo tempo exerça um papel considerável nesses municípios.

Ainda vale ressaltar que a Cooperval emprega funcionários nos três setores da economia, indústria, agropecuária e comércio/serviços, isso a torna a principal empregadora do Vale do Ivaí, ao lado da outra usina de cana de açúcar Renuka, presente em São Pedro do Ivaí, ambas com cerca de 2 mil funcionários.

Outros indicadores importantes para análise, são os referentes ao IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), renda per capita, educação, através da nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), percentual de extrema pobreza e percentual de vulnerabilidade a pobreza.

Analisando tabela 6 que trata dos referidos indicadores, podemos traçar algumas considerações.

Tabela 6: Indicadores socioeconômicos dos municípios de Bom Sucesso, Marumbi e Jandaia do Sul

Município	Idhm	Renda per capita 2010 em r\$	Ideb	% extrema pobreza	%vulneráveis a pobreza
Bom Sucesso	0.686	639,33	4.9	0.51	53.17
Marumbi	0.721	366,30	5.1	1.15	74.72
Jandaia do Sul	0.747	616,79	5.1	0.65	53.09

Fonte: INEP/MEC; IBGE, Censo demográfico de 2010.

Com base nas informações da tabela 6 podemos verificar que o menor IDHM é o de Bom Sucesso, e o maior de Jandaia do Sul que assumi o 2º IDHM do Vale do Ivaí atrás apenas de Apucarana.

Bom Sucesso, também apresenta a pior nota do IDEB, em relação aos outros 2 municípios.

Porém, podemos verificar que a renda per capita de Marumbi é bem inferior aos demais municípios e o percentual de extrema pobreza e de vulneráveis a pobreza são os maiores, apresentando uma situação alarmante.

O percentual de vulneráveis a pobreza de Marumbi é um dos maiores do Vale do Ivaí, apesar do item emprego/renda da tabela 4, apresentar-se com número elevado em relação aos demais municípios evidenciados.

Constata-se, que a maior parte dessa população empregada de Marumbi, trabalha na Cooperval, porém a maioria conforme demonstrado na tabela 5 podem ser vulneráveis a pobreza¹².

É possível afirmar através destes dados, que Bom Sucesso apresenta os piores indicadores de desenvolvimento em relação aos municípios tratados, porém, a vulnerabilidade para pobreza em Marumbi é preocupante, tendo em vista que no quesito emprego/renda os índices mostram-se relativamente bons.

Jandaia do Sul apresenta os melhores indicadores de desenvolvimento, porém, é importante destacar que há várias questões a serem levadas em consideração para um município chegar a bons resultados nos indicadores¹³.

É possível assim, que a Cooperval contribua significativamente para questões de emprego/renda, geração de receitas, e impulsão da economia regional, porém, há de se considerar uma fragilidade na questão da empregabilidade na região, não havendo oportunidades de substituição de emprego e conforme visto nos dados do município de Marumbi, os salários muitas vezes encontra-se deprimidos, fazendo com que grande parte da população empregada seja vulnerável a pobreza.

Essa constatação pode ser observada através do percentual de pessoas vulneráveis a pobreza no município de Marumbi, cujo maior parte do PEA, é empregada na Cooperval.

4. CONSIDERAÇÕES

A Cooperval, apesar de não ser fragmentada no território, nem buscar ampliação via dispersão espacial em rede, assume um papel que dá um sentido singular em seu formato. A Cooperativa se mantém presente na mesma região desde a criação, e quanto mais cresce área produtiva, mais concentra sua produção nos mesmos municípios.

¹²Uma pesquisa com entrevistas no município poderia desvelar resultados importantes sobre o tema, não sendo foco aqui.

¹³ A exemplo de absorção de verbas e políticas públicas, entre outros.

Através dos dados demonstrados é possível constatar que a cooperativa influência mais nos municípios de Marumbi, Bom Sucesso e Jandaia do Sul, sendo que nestes municípios se concentram a origem dos empregados (cerca de 2 mil no total) e concentra a produção dos cooperados em cerca de 17 mil hectares de área plantada.

Essa influência pode modificar os indicadores de desenvolvimento, seja positivamente seja negativamente, principalmente nos quesitos

emprego/renda e vulnerabilidade a pobreza, também é possível verificar influência da cooperativa no percentual de propriedades voltadas a agricultura familiar e não familiar.

Desta forma, conclui-se que grande parte da região opta pela monocultura, seja no setor da cana seja em outros como soja e milho, todos comandados por agroindústrias – no caso a Cooperval a concentração produtiva ocorre nos 3 municípios destacados.

REFERÊNCIAS

- [1] Anhesini, J. A. R.. Influência econômica da agroindústria canaveira sobre os municípios produtores paranaenses. Dissertação(mestrado), Universidade Estadual de Londrina, 2011.
- [2] Caldeira, C.A; Spuldaro, J.D. Estratégias políticas: o setor canaveiro e a evolução das estratégias de relacionamento com o governo. Anais, VI encontro de estudos em estratégias. Bento Gonçalves. RS, 2013.
- [3] Cancian, N. A.Cafeicultura paranaense: 1900/1970. Curitiba: Grafipar, 1981.
- [4] Carvalheiro, E. M. A agroindústria Canaveira no Paraná: evolução histórica e impactos sobre o desenvolvimento local. Dissertação (mestrado em desenvolvimento regional e agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2005.
- [5] Chies, C; Yokoo, S. Colonização do norte do Paranaense: Avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. Rev. Geomae, Campo Mourão, PR v.3-n.1 p.27 – 44, 2012.
- [6] Cooperval. Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí. Disponível em <http://www.cooperval.coop.br>. Acesso em: Mar de 2015.
- [7] CPA Trading. Disponível em: <http://www.cpatrading.com.br/?pg=grupo&op=1>. Acesso em: Dez. de 2016.
- [8] Dantas, J. Fajardo, S. Uso do território, territorialidade e paisagem rural no Vale do Ivaí (PR): Resultados da atuação da Cooperval. Campo-Território - Revista de Geografia Agrária. v.12 nº27. 2017.
- [9] Dantas, J. Poder, Território e Territorialidade: O caso da Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivaí (PR). Dissertação. PPGG/UNICENTRO, Guarapuava, 2017.
- [10] Dantas, J. Saldan, P. Relações de poder e evolução do setor sucroenergético no Vale do Ivaí (PR): uma revisão. In: Silva, M. Ferreira, J.A. Geografia e Poder: desafios para leitura do território. Paco Editorial. Jundiaí – SP. 2017.
- [11] Fajardo, S.. Complexo Agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 9, n. 27, p.31- 44, 2008.
- [12] Fajardo, S. Territorialidades corporativas no rural paranaense. Guarapuava: Unicentro, 2008.
- [13] Ibge/Sidra. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil> Acesso em: Ago/Out/Dez. de 2016.
- [14] Ibge/Ipardes. Área plantada por municípios da Renuka Vale do Ivaí. Relatório enviado pela empresa Renuka Vale do Ivaí, [s.i], 2013.
- [15] Ipardes- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Caderno estatístico município de Bom Sucesso, 2016. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86940> Acesso em: Jun. 2016.
- [16] Ipardes- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Caderno estatístico município de Jandaia do Sul. [s.i], 2016 Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86900> Acesso em: Jun. 2016.
- [17] Ipardes. Caderno estatístico município de Marumbi. [s.i], 2009, Disponível em:
- [18] http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_municipios/marumbi.pdf Acesso em: Jun. 2016.
- [19] Ipardes. Diagnóstico socioeconômico do território do vale do Ivaí. Curitiba, 2007.
- [20] Jandaia Online: A cana movimentada a

economia do Vale do Ivaí. (matéria 2012) Disponível em: <http://www.jandaiaonline.com.br/site/view_noticia.php?id=817> Acesso em: Mar, 2016.

[21] Kohlhepp, G. Colonizaçãoagrária no Norte do Paraná: processosgeoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de umazonasubtropical do Brasil sob ainfluência da plantação de café [online]. Soethe, Pa., Martineschen, D., et al, (Org.)Maringá: Eduem, 2014.

[22] Mazzali, L.O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede".Tese (Doutoramento em Geografia), São Paulo: Eaesp/FGV, 1995. 283p.

[23] Mesquita, L.A.P; Mendes, E.P.P. Modernização da agricultura e formação dos Complexos Agroindustriais.Anais, XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

[24] Michellon, E; Santos, A.A.L; Rodrigues, J.R.A. Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol no Brasil.Anais, XLVI Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia rural Sober. Rio Branco, 2008.

[25] Nitsch, M.. O programa de bicomcombustíveis Proálcool no contexto da estratégia energética brasileira. Revista de economia política v.2, [s.i],1991.

[26] Oliveira, S. C.. A economia cafeeira no Paraná até a década de 1970.Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.2, n.4, junho 2009.

[27] Prefeitura do Município de Jandaia do Sul. Departamento de agricultura, 2016.

[28] Rego, R. L. Meneguetti, K. S.O Território e a Paisagem: A formação da rede de cidades no norte do Paraná e a construção da forma urbana. Paisagem Ambiente: ensaios. São Paulo, n. 25, São Paulo, 2008.

[29] Shikida, P.F.A; Rissardi Jr. D.J. A agroindústria canavieira do Paraná pós desregulamentação. Cascavel. Coluna do Saber, 2007.

[30] Soethe, PA; Martineschen, D; Kohlhepp, G. Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café. [s.i], Maringá: Eduem, 2014.

[31] Szmrecsanyi, T; Moreira, E.P. O desenvolvimento da agroindústria doBrasil desde a segunda guerra mundial. Estudos Avançados, [s.i], 1991.

[32] Vian, C. E.F. Complexo Agroindustrial Canavieiro - Análise do Processo de evolução e consolidação tecnológica de 1930 a 2000: Implicações para a estruturação e dinâmica dos Campos Organizacionais no Complexo Agroindustrial Canavieiro. Departamento de Economia, Administração e Sociologia. Piracicaba, Esalq/USP, 2006.

Capítulo 8

ESTUDOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS NO PERÍMETRO IRRIGADO: ICÓ – MANDANTES – PETROLÂNDIA - PE

Marina Loureiro Medeiros

Guilherme Araújo

Edvânia Torres Aguiar Gomes

Resumo: O Município de Petrolândia, localizado na região de desenvolvimento (RD) do Sertão de Itaparica, trata-se de uma das unidades político-administrativas mais afetadas pela construção da Barragem de Itaparica realizada pela CHESF em 1986.

No assentamento de Icó-Mandantes, situado no município de Petrolândia, no Estado de Pernambuco, são identificados sistemas complexos de vulnerabilidades de sua população – em virtude dos processos históricos e atuais, nas condições sociais e na reinserção produtiva de sua comunidade, afetada pela construção do reservatório de Itaparica – ainda fortemente dependente, completando-se quase meio século da assiduidade de relações e gestões vinculadas à Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf)

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo analisar as dinâmicas de produção do espaço demográfico do reassentamento de Icó-Mandantes situado no município de Petrolândia em uma perspectiva socioeconômica, considerando os processos desencadeados a partir da construção do reservatório de Itaparica, no submédio do Rio São Francisco.

Para isso foi utilizado como base de investigação a combinação da análise do território com todo o conjunto de complexidade físico-natural e institucional, o método de abordagem sistêmica (Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro) e o método materialista histórico a partir das leituras de geógrafos críticos como Antunes e Amélia Damiani. Para uma análise demográfica mais foram acrescentados também os dados comparativos tanto dos os dados agregados do assentamento de análise.

Desse modo, considerando que este trabalho se insere no projeto INNOVATE, particularmente no caso de Icó-Mandantes, área objeto desta investigação utiliza-se como procedimento metodológico para fundamentar as articulações que subsidiem o quadro na escala do assentamento frente ao município e desse para com a região sob impacto da barragem Itaparica, a metodologia da Análise de Constelação (Konstellationsanalyse) que foi desenvolvida no Centro de Tecnologia e Sociedade da Universidade Técnica de Berlim (TU Berlin). Esta metodologia se pauta no esforço de análise interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional enquanto meio instrumental para a gestão de estudos de tecnologia, sustentabilidade e inovação.

1 OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o assentamento rural de Icó-Mandantes afim de entender os impactos tanto na perspectiva socioeconômica, quanto ambiental, perpassando os dezenove anos de história do assentamento.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar o crescimento demográfico de Icó-Mandantes, identificando as grandes mudanças ocorridas ao longo dos dezenove anos do assentamento.

Identificar de que forma esse crescimento demográfico afetou os aspectos socioeconômicos e ambientais desse assentamento.

Construir a análise das constelações dos agentes e elementos que fazem parte dos impactos socioambientais do assentamento de Icó-Mandantes.

2 METODOLOGIA

Desenvolvida no Centro de Tecnologia da Universidade Técnica de Berlim (TU Berlin) a Análise de Constelação (*Konstellationsanalyse*) é uma metodologia de análise interdisciplinar ponte, projetada para estudos de tecnologia, sustentabilidade e inovação.

Análise constelação tem como intuito servir para vários fins visem unir pesquisas acadêmicas interdisciplinares com seus parceiros de cooperação não acadêmicas de forma a criar um conhecimento construtivo.

Para a realização da análise serão considerados os quatros tipos de elementos, que estão inter-relacionados, que fazem parte de constelação e estes são: nesse estudo considerando: os atores sociais (pessoas ou grupos), os elementos naturais, os elementos técnicos (por exemplo, centrais elétricas, hardware, objetos técnicos) e os símbolos (normas, leis, conceitos e ações políticas e sociais), conforme a Figura 1 abaixo:

Figura1: Símbolos da Análise de Constelação



Fonte: <http://www.konstellationsanalyse.de/english/>, 2014.

Uma análise de Constelação é dividida em 3 fases ao longo de um trabalho, essas são:

1 Identificação dos elementos e formulações de questões

Na primeira fase é preciso além de identificar os elementos mais importantes e organizá-los de uma maneira que corresponde à forma como eles são correlacionados, montar uma pergunta-base para sua constelação, como

por exemplo: Como está a gestão da água no assentamento de Icó-Mandantes. Sendo, a partir daí, que se começa a pensar em uma constelação.

O mapeamento é feito usando cartões de índice de cor, geralmente em um quadro branco, quadro, pino ou mesa, sendo de importância entender que cada elemento é considerado como tendo igual importância na análise da constelação, conforme a Figura 2.

Figura 2: Constelação Pronta



Fonte: Milena Gomes, 2014

2 Apreciação das relações

Nessa fase, os princípios funcionais e as características da constelação são analisados e interpretados, dispondo os elementos de forma que eles se inter-relacionam.

3 Montagem das constelações

Finalmente, na terceira fase, as dinâmicas que afetam a constelação são examinadas, postando as relações existentes entre os elementos que já estão dispostos, correlacionando-os, como mostra a **tabela 2**.

Tabela 1: Relações de Análise de Constelação.

Tipo de relação	Representação gráfica
Relação simples: Os elementos estão inter-relacionados	—
Relação direcionada/ alvo: um elemento atua sobre um ou outros elementos	—→
Relação indeterminada/ falta: a relação entre os elementos é indeterminada ou inexistente	—?
Relação incompatível: dois ou mais elementos estão incompatíveis	— —
Relação conflituosa: um elemento se opõe explícito contra um ou mais elementos	—↗
Relação com resistência (passiva): um elemento se opõe passivo, não explícito contra as expectativas de outros elementos	—□—
Relação reacional: dois elementos estão em correlação, ocasionando uma intensificação relacional	—→ ←—
Relação tênue: dos elementos que, em teoria, deveriam ter uma relação, não apresentam aquela na prática	- - - - -

Fonte: Verena Rodorff, 2013.

É importante salientar que o método não fica completo sem um texto explicativo que

aprofunde mais as relações estabelecidas na análise, entendendo que a constelação se

apresenta mais como uma ferramenta de síntese para a cooperação interdisciplinar no que se refere à compreensão do território analisado.

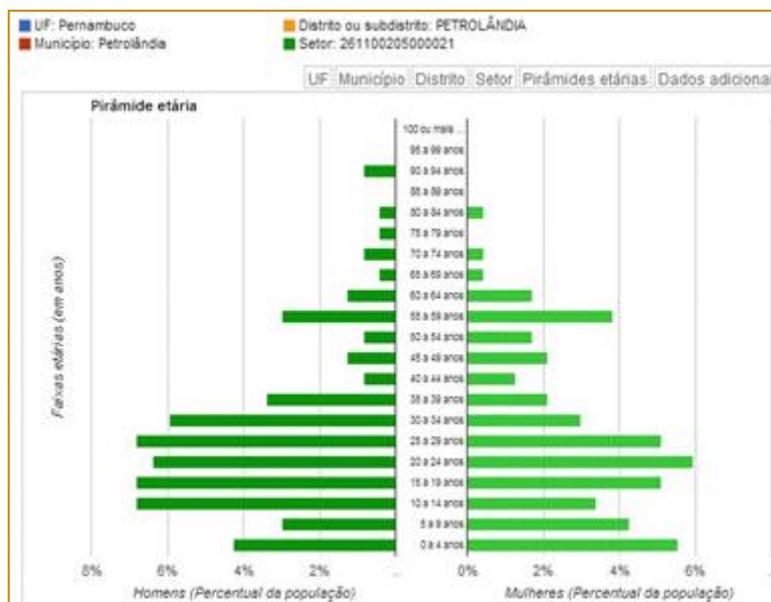
4 RESULTADOS PRELIMINARES

A Agrovila 10, que faz parte do conjunto de Agrovilas do Bloco 3 de Icó- Mandantes (Limão Bravo), é considerada uma das agrovilas mais prósperas desse assentamento devido ao baixo número de homicídios, consta-se apenas 1 homicídio nessa passagem de quase 20 anos, devido ao desenvolvimento do próprio espaço contando hoje com; 2 armazéns de construção; uma

escola Fundamental I e II; capela e posto de saúde móvel.

Demograficamente, a Agrovila 10, com 235 residentes possui uma estrutura populacional, de acordo com Sinopse, por Setor –IBGE (2010), formada principalmente por adultos de (25 -29) e jovens (15-19) constituindo assim um número de 7 % de População economicamente ativa da agrovila . Contudo, o gênero masculino ainda se faz predominante nesse pequeno espaço, sendo composto por 53,6 % contra 46,3% de mulheres viventes, estas, sendo a maioria, da faixa etária jovem (20 -24) representadas pela porcentagem de 5 % . **(Gráfico 1)**

Gráfico 1: Pirâmide etária.

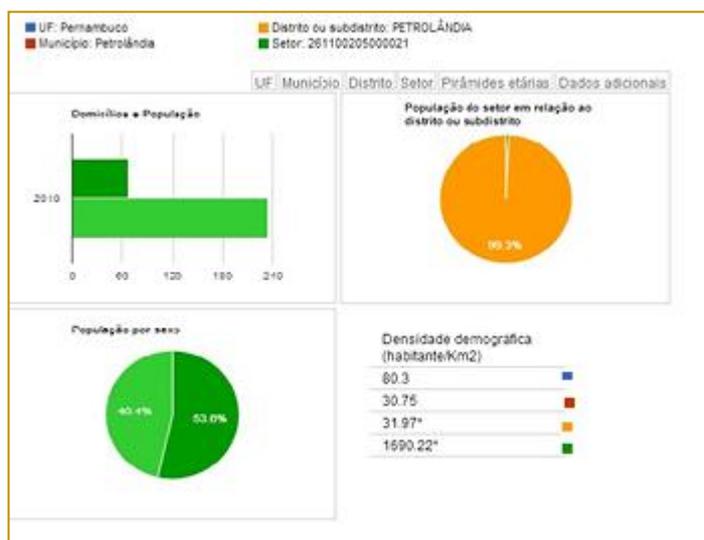


Fonte: Sinopse do Setor 021 – IBGE, 2010.

A população total do micro espaço analisado, apesar de representar uma fração de 0,7 % da composição total da população de Petrolândia, espacialmente, em termos de área, ela representa um volume significativo para o espaço delimitado, se adensando em

1600 hab. /km² em comparativo com a população de Petrolândia, mais espalhada, que se adensa apenas em 30,75 hab. /km², refletindo assim no aumento que houve no número de famílias, antes 50, hoje, quase 70 no espaço delimitado. **(Gráfico 2)**

Gráfico 2: Dados populacionais. Adaptado do Sinopse do Setor 021 – IBGE 2010.



Fonte: próprio autor, 2014.

Desse modo, comparativamente, observa-se que há relação demográfica semelhante entre Petrolândia e a Agrovila 10 em Icó-Mandantes, sendo essa Agrovila uma das mais prósperas. Há um padrão, contínuo de mudança populacional de acordo com padrão mundial, tendo futuramente mais idosos e adultos e menos crianças e jovens nesse subespaço. É interessante ressaltar, contudo, que, o aumento de quase 20 famílias a mais dentro do pequeno espaço, já se faz um adensamento superior ao esperado, devido ao aumento de forasteiros e ao retorno dos adultos, bem como a constituição de novas famílias, podendo, em quadro futuro e/ou próximo, afetar a relação interna desse local, que passará a modificar o espaço negativamente através de aumento de lixo, esgotamento do solo e, até mesmo, conflitos sociais, esses hoje diminuídos, através do investimento em infraestrutura para atender outros perfis de trabalhadores e moradores em diferentes contextos e agravados pelo quadro de crise proporcionado pela questão econômica (ANTUNES, 1999), questão essa, que ainda é marcada por problemas estruturais advindos da construção da barragem.

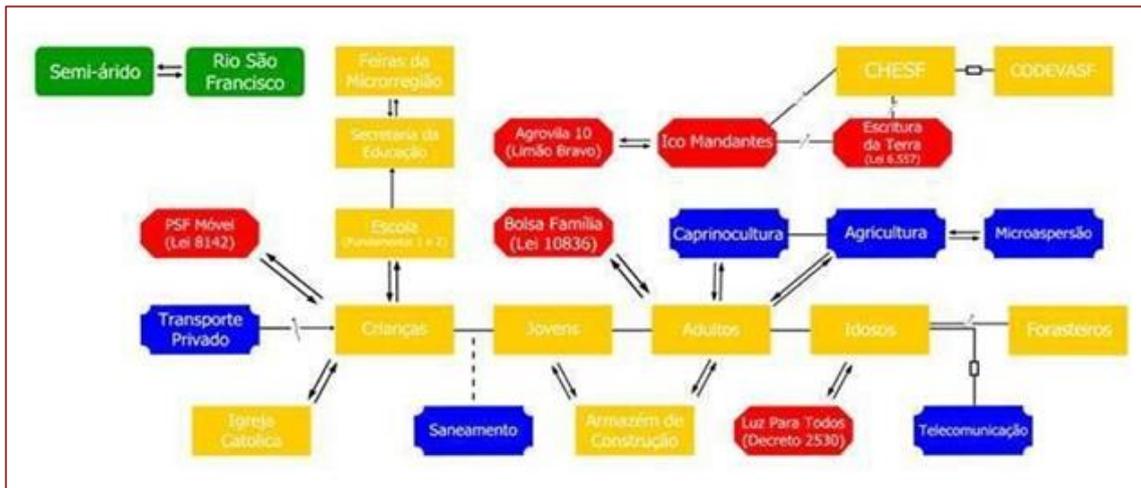
4.1 ANÁLISE DE CONSTELAÇÃO

Ao mapear o crescimento demográfico do assentamento de Icó-Mandantes,

especificamente a Agrovila 10, se tentou elucidar as “novas perspectivas demográficas dessa agrovila”, entendendo assim que a história da dinâmica espacial da mesma está intimamente relacionada com o quadro interacional apresentado na constelação representada na figura 3.

Os elementos centrais que estão situados à margem esquerda em baixo da constelação são representados pelas faixas etárias dos agricultores, relacionando-se entre si através de relação simples e direta, sendo, que a partir desses quatro agentes, é que as relações da constelação se perfazem. De acordo com dados adquiridos no campo, dos 235 residentes da Agrovila 10, a maioria se sente prejudicada com o transporte local, tendo muita dificuldade para se locomover para distâncias maiores, chegando a pagar R\$ 14,00 (quatorze reais) para se deslocar para Petrolândia. Durante o percurso, a relação tênue entre a população e o saneamento básico, inexistente nesse assentamento, a relação passiva entre os moradores e as telecomunicações que funcionam de maneira defeituosa em toda área do assentamento e por fim a relação conflituosa com os forasteiros, torna-se evidente, forasteiros esses que, ao longo da história da agrovila, constituíram uma forte base demográfica para o aumento e permanência da população.

Figura 3: Constelação da Agrovila 10.



Fonte: próprio autor, 2014.

Com relação as relações específicas vê-se três aspectos fortemente relacionais entre grupos diferentes. A igreja e Escola de ensino fundamental como objeto espacial de forte relação com as crianças ; o grupo de adultos e jovens, que por sua vez constituem

7 % dos a residentes dessa agrovila, segundo, Sinopse Por Setores do IBGE (2010), representando a maioria dos residentes desse local , com relações fortes com os objetos espaciais que os empregam atualmente, como o Armazém de Construção e suas fontes de rendas principais, como o Bolsa Família e a Caprinocultura e Agricultura, agricultura essa melhorada através da implantação nos últimos 2 anos, do sistema de micro aspersão.

As relações fortes evidenciam melhorias ao longo de 20 anos desses assentamentos, que unidos aos programas dos últimos dez anos como o Luz Para Todos (Decreto nº 7.520) e PSF Móvel (Lei 8142), fizeram com que as 50 residências iniciais tornassem

quase 70 residências e, no que tange a população, soma-se em mais de 70 pessoas nesse tempo, evidenciando não só uma migração de retorno mais uma permanência dos jovens nas agrovilas que não se veem mais na necessidade de fazer migrações de cunho sazonal ou até mesmo permanentes para regiões do Sudeste do país, só realizando de acordo com dados do campo migrações pendulares para realização de trabalho em Petrolândia.

Contudo, ainda é possível verificar-se a presença de problemas que permeiam esses 20 anos como é caso das relações conflituosas com a CHESF e com o assentamento que permite, desse modo, a totalidade de 100% das 68 residências não terem a escritura das suas terras, entende-se que, se esse conflito não for resolvido, o mesmo implicará em uma nova configuração na dinâmica espacial, não só dessa agrovila mais de todos os assentamentos que possuem situação semelhante.

REFERÊNCIAS

- [1] Andrade, Manuel Correia de. Latifúndio e reforma agrária no Brasil. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- [2] Antunes, R. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- [3] Condepe – Fidem (Agência estadual de planejamento e pesquisa de Pernambuco). Disponível em: < http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo_site2.aspx >. Acessado em: 4 de Julho de 2013.
- [4] Damiani, Amélia Luisa. População e geografia. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

- [5] Ibge (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/Dados_do_Universo/Agregado_por_Setores_Censitarios>. Acessado em: 9 de Julho de 2014.

- [6] Schön, Susanne; Kruse, Sylvia; Meister, Martin; Nölting, Benjamin; Ohlhorst, Dörte. HandbuchKonstellationsanalyse. EininterdisziplinäresBrückenkonzeptfür die Nachhaltigkeits-, Technik- und Innovationsforschung. München: Oekom Verlag, 2007.

Capítulo 9

RELAÇÃO CAMPO CIDADE E AGRICULTURA URBANA: ALGUMAS NOTAS.

Elton Oliveira da Silva.

Éricson da Nóbrega Torres

Resumo: A Cidade e campo não são duas realidades distintas, mas duas facetas da mesma realidade, que assumem formas singulares e concretas materializadas no espaço. Faces essas que se relacionam, se articulam num processo dinâmico e contraditório. Dito isto, nosso objetivo é discutir de forma breve e sucinta as mudanças conceituais e contextualizadas da relação campo cidade, tendo em sua contemporaneidade a agricultura urbana, como um elemento dentro outros de transformação significativa dessa relação. Para tanto realizamos uma breve revisão bibliográfica acerca do debate em torno dos conceitos campo-cidade e como vem mudando ao longo do tempo, além do conceito de agricultura urbana e seus desdobramentos na atualidade e por último sua diferenciação em relação a agricultura periurbana. Além disto, coletamos dados do IBGE relativos a produção agrícola e pecuária municipal da cidade de João Pessoa (capital da Paraíba), onde focamos na pecuária que caracteriza o tipo de agricultura urbana praticada na cidade. Também visitamos algumas propriedades que praticam agricultura urbana dentro da cidade de João Pessoa. Nosso trabalho é fruto de um debate teórico que visa enriquecer nossa leitura acerca do tema, onde soma-se a visita a campo como uma forma de apropriar-se concretamente desta temática. Além da introdução e das considerações finais, nosso trabalho está estruturado em dois itens: o primeiro trata de um debate sobre as mudanças referentes a relação campo-cidade e o segundo sobre as concepções de Agricultura urbana e o relato as visitas de campo.

1. INTRODUÇÃO

Enxergamos a realidade enquanto uma totalidade, não podemos apreender do real apenas dimensões que se excluem mutuamente. É preciso entender o dado concreto não eivado de diversas dicotomias, mas pleno de contradições e complementariedades.

Do mesmo modo compreendemos o espaço geográfico, como uma totalidade, um sistema complexo de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos) que se articulam e rearticulam, criando e recriando espaço. Todo processo transformador do espaço é totalizante em sua conformação, portanto uma totalidade.

Sendo assim, cidade e campo não são duas realidades distintas, mas duas facetas da mesma realidade, que assumem formas singulares e concretas materializadas no espaço. Faces essas que se relacionam, se articulam num processo dinâmico e contraditório.

Dito isto, nosso objetivo é discutir de forma breve e sucinta as mudanças conceituais e contextualizadas da relação campo cidade, tendo em sua contemporaneidade a agricultura urbana, como um elemento dentro outros de transformação significativa dessa relação. As discussões se darão com base na disciplina "A agricultura urbana no âmbito das discussões cidade-campo: da teoria à Práxis", ministrada pela professora Miriam Hermi Zaar.

Para tanto realizamos uma breve revisão bibliográfica acerca do debate em torno dos conceitos campo-cidade e como vem mudando ao longo do tempo e do conceito de agricultura urbana e seus desdobramentos na atualidade e sua diferenciação em relação a agricultura periurbana. Além disto, coletamos dados do IBGE relativos a produção agrícola e pecuária municipal da cidade de João Pessoa (capital da Paraíba), onde focamos na pecuária que caracteriza o tipo de agricultura urbana praticada na cidade. Também visitamos algumas propriedades que praticam agricultura urbana dentro da cidade de João Pessoa. Nosso trabalho é fruto de um debate teórico que visa enriquecer nossa leitura acerca do tema, onde soma-se a visita a campo como uma forma de apropriar-se concretamente desta temática. Além da introdução e das considerações finais, nosso trabalho está estruturado em dois itens: o primeiro trata de um debate sobre as mudanças referentes a relação campo-cidade

e o segundo sobre as concepções de Agricultura urbana e o relato as visitas de campo.

2. RELAÇÃO CAMPO CIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS.

A relação campo cidade existe desde o surgimento da cidade, pois só é possível na medida em que o campo produz mais alimentos do que necessita e, graças as primeiras modificações no plantio e na criação, gera excedentes capazes de garantir a subsistência da cidade (Fontoura 2009 p. 269).

Como colocamos anteriormente, cidade e campo não são realidades dicotômicas, compõem um todo de distintas formas e conteúdo que se imbricam. Porém historicamente essas realidades foram tratadas como dois espaços não apenas distintos, mas que se opõem, na medida em que representavam concepções e visões de mundo diferentes, o campo como subproduto do desenvolvimento do capitalismo e a cidade como sua máxima realização.

De fato, a ideia que se perpetuou nas ciências sociais por quase todo o século XX foi da oposição existente entre o campo e a cidade, o primeiro passando por um processo de esvaziamento que vinha desde o século XVIII, em particular na Europa e o segundo cada vez assumindo o *locus* de reprodução do capital. O pensamento do moderno e do atrasado, do concentrado e do disperso, sempre o espaço rural era o oposto inferior a cidade\urbano.

Quando não são vistos de forma oposta, estas duas realidades espaciais são observadas pelo viés da subordinação da cidade sobre o campo onde a " cidade avança pelo campo, suprimindo suas especificidades e homogeneizando-o, sendo essa homogeneização marcada pela contiguidade espacial e também social..." (Araújo & Soares, 2009 p. 202).

A mesmas autoras afirmam que existem duas concepções acerca da contiguidade espacial entre a cidade e o campo. A primeira concepção defende a ideia de que o desenvolvimento rural é o mesmo que "urbanização do campo", existiria nesse sentido um "pólo urbano do *continuum* é privilegiado e representa a fonte de progresso e dos valores dominantes que são impostos à sociedade. O polo rural é visto como

atrasado...” (Araújo & Soares, 2009). A segunda vertente fala que o *continuum* entre o rural e o urbano apresentam-se distintos, na ideia que o campo não aparece enquanto subordinado, mas na sua relação com a cidade. “A ênfase às particularidades e singularidades que marcam tanto o rural quanto o urbano (...) ou seja, a partir das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam” (Araújo & Soares, 2009 p. 203).

A mudança significativa na concepção da relação entre campo e cidade, advém das transformações que se deram nas últimas décadas, no bojo da intensificação do processo de globalização que desembocou na ideia de homogeneização dos espaços. Cidade e campo se aproximam, não se pode mais falar em moderno *versus* atraso, hoje o campo também é *locus* da inovação e se tecnifica.

É nesse meio que se vêm implantar, no campo como na cidade, as produções materiais ou imateriais características da época. Em uma frase poderíamos dizer que as ações hegemônicas se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemônicos. Como num sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar. Cada combinação tem sua própria lógica e autoriza formas de ações específicas aos agentes econômicos e sociais (SANTOS, 2008 p.20).

Essa concepção marca profundamente a história territorial do país produzindo as disparidades sociais e regionais e, até o presente momento histórico, não permite a realização de uma democracia plena, tampouco possibilita afirmar uma realidade concreta que garanta a reprodução social dos sujeitos. Em decorrência disso, a cidade e o campo são concebidos e projetados para interditar as coexistências.

3.AGRICULTURA URBANA: TEORIA E PRÁTICA.

Como dissemos anteriormente a agricultura urbana é um dos elementos das novas configurações que se estabelecem na relação campo-cidade. Mesmo se considerarmos que as práticas de agricultura urbana não são necessariamente uma novidade, mas que nos dias atuais assumem uma importância singular, visto que dentro de um sistema em que a racionalidade dos espaços é uma prática comum entre os sujeitos dominantes

das sociedades, ela se constitui como uma forma de resistência. De um lado temos a “crise urbana” e as contestações do modo de vida nas grandes cidades e por outro a busca pela qualidade de vida, saúde, bem-estar e uma nova mediação entre homem e natureza, que por fim resulta numa busca por segurança e soberania alimentar, como também

Definir o que seja agricultura urbana não é algo simples, visto que determinar arbitrariamente onde termina a cidade e começa o campo não é um exercício que deva ser instrumentalizado dessa forma. Na verdade, o que nos cabe como pesquisadores, é partir dos referenciais e das experiências concretas para buscar uma definição com a qual podemos nos ter base.

A agricultura urbana como afirma Zaar (2011), é em geral a agricultura praticada nos centros urbanos, nos espaços da cidade, diferente da periurbana que se encontram na franja urbana. Em geral é uma agricultura não praticada por agricultores, mas ressalta a autora, esses que praticam hoje podem ter sido agricultores no passado (dentro do processo de mobilidade do trabalho). Sendo assim, podemos dizer que agricultura urbana:

se refieren a superficies reducidas situadas en el perímetro urbano que se destinan al cultivo intensivo y la cría de pequeños animales domésticos, principalmente gallinas u otros similares y también, aunque raramente, vacas lecheras. Esta producción se realiza principalmente en solares vacíos, patios y terrazas que se transforman en huertos comunitarios y familiares; y es practicada exclusivamente por personas que viven y trabajan en las ciudades. (Zaar, 2011).

Do mesmo modo podemos falar da distinção entre a agricultura urbana e a agricultura rural, não apenas pelos espaços onde elas se realizam distintamente, mas também sob que lógica elas atuam e os sujeitos envolvidos. Também é evidente a sua relação com os espaços rurais, seja como consumidores, através das feiras, nas trocas ou aquisições de sementes e outros insumos.

Não é a localização, urbana, que distingue a AU da agricultura rural, e sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano. Essa integração com o ecossistema urbano não é captada na maioria das definições do conceito de AU, e menos ainda é desenvolvida em termos operacionais. Ainda que a natureza das concentrações

urbanas e de seus sistemas de abastecimento de alimentos tenha mudado, a necessidade da AU de interagir adequadamente com o resto da cidade, por um lado, e com a produção rural e as importações, por outro, continua sendo tão decisiva hoje como era há milhares de anos (Mougeot, 2000).

Podemos afirmar que a agricultura urbana é ao mesmo tempo inovação e resistência. Inovação pela sua característica transformadora, ela que nos dá ressignificação ao espaço urbano, um novo caráter a racionalidade da cidade. A resistência vem sobretudo da maneira com a qual os indivíduos, seja individualmente ou em movimentos sociais e ONG's, buscam formas de se contrapor a reprodução ampliada do capital que cria espaços cada vez mais homogêneos e voltados para interesses como a especulação imobiliária.

Como podemos observar na atividade de campo no município de João Pessoa, basicamente a maioria dos espaços que podemos dizer que praticam agricultura urbana, são espaços de resistência, no sentido que formam rugosidades no espaço

urbano do município, são traços de um passado próximo e que vem resistindo a expansão urbana recente e as pressões do Estado e do mercado.

Esses espaços se caracterizam basicamente pela presença das vacarias, gado voltado para produção de leite e outros pequenos animais como galinhas e porcos. Foi observado também a presença de cavalos, sendo isto uma particularidade, devido ao fato de ainda no município existirem as vaquejadas e, portanto, a criação e o comércio de cavalos ainda ser uma atividade necessária. É um traço cultural do local que influencia a produção do espaço e a dinâmica econômica nesse nível de escala.

Segundo os dados do IBGE, o número de vacas ordenhadas no ano de 2014 no município de João Pessoa foram de 362, para o ano de 2012 (último ano de dados disponíveis) foram contabilizados 3.009 (três mil e nove) cabeças de gado bovino, seja para corte ou para leite e número significativo de outros tipos de rebanho, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 – Efetivo de rebanhos, por tipo de rebanho

Município de João Pessoa -2012	
Tipo de rebanho	Nº de cabeças
Bovino	3.009
Equino	450
Asinino	72
Muar	58
Suíno	725
Caprino	280
Ovino	260
Galos, frangas, frangos e pintos	136.500
Galinhas	5.800

Fonte: IBGE, produção pecuária municipal.

Na primeira vacaria visitada, localizada na comunidade do Timbó (ver fotografias 1 e 2) no conjunto dos Bancários as margens do Rio Timbó. A presença desse tipo de estabelecimento é uma das características da apropriação do espaço urbano da cidade por atividades consideradas rurais.

Geralmente dispostas ao longo dos vales dos rios e por detrás das grandes avenidas, essas unidades de produção, a despeito da constante pressão que a vida urbana lhes impõe, conseguem manter costumes trazidos da zona rural de onde foram expulsas, principalmente das regiões interioranas do estado da Paraíba e de estados vizinhos (Rio

Grande do Norte e Pernambuco). Algumas já vieram de outros bairros da cidade de onde foram tangidas pela especulação imobiliária (MAIA, 2005 p.36).

Nesse estabelecimento foi contatado uma redução no número de cabeças de gado, isto se deve a dois fatores principalmente: o primeiro foi a proibição pelo estado brasileiro da comercialização do leite *in natura*, o que reduziu drasticamente o mercado consumidor para esses produtores, o segundo fator identificado foi a falta de mão-de-obra, visto que os filhos dos produtores preferem desenvolver atividades urbanas e não dão continuidade as atividades dos pais nessas

vacarias, colocando em cheque o futuro desses espaços.

Fotografia 1 – Curral na vacaria no vale do Rio Timbó



Foto: Elton Oliveira, 2016

Fotografia 2 – Vale do Rio Timbó com a pressão imobiliária ao fundo.



Foto: Elton Oliveira, 2016

Devido a esses fatores, essa redução significou mudanças tanto na organização da produção quanto na organização do trabalho. Se a comercialização do leite *in natura* foi significativamente atingida, a propriedade passou para o beneficiamento, o queijo passou a ser o produto principal, onde a proprietária passa a comercializar diretamente com seu cunhado que utiliza para produção de pastéis. O trabalho é realizado apenas pelo casal proprietário, os filhos ajudam esporadicamente. A renda tirada dessa atividade constitui pouco mais de um salário mínimo e eles ainda têm que dar conta da alimentação do gado, vacina e outros gastos que subsidiam sua produção. Boa parte da renda vai para manter a própria atividade, compra de ração para o gado, medicamentos e outros gastos. Quando o espaço era maior, o gado costumava se alimentar com mais frequência da pastagem natural, mas com a

expansão urbana estes espaços estão cada vez menores, diminuindo e muito esta possibilidade e aumentando a dependência dos proprietários com os insumos.

Outra visita que fizemos também, foi a uma propriedade no vale do Rio Laranjeiras localizado no bairro do José Américo na capital (ver fotografia 3). Como na propriedade anterior, esta também se dedica a atividade pecuária, sobretudo de leite, como também a criação de jumentos e de cavalos, o primeiro para serem comercializados nas vaquejadas e o segundo utilizado para transporte de cargas, muito comum ainda em nossa cidade. Durante esta visita o proprietário não se encontrava e assim não pudemos ter mais informações, apenas as que um funcionário do estabelecimento pode nos dar. Diferente da primeira visita, esta propriedade se encontra em uma área bem

menor e com o entorno praticamente ocupado por residências e toda infraestrutura urbana (ruas pavimentadas, saneamento, iluminação). Enquanto que na primeira existia a possibilidade de o gado pastar no vale do rio, nesta última o pouco espaço e a topografia íngreme impossibilitavam.

O ponto em comum que foram constatados em ambas propriedades foi a presença da criação de galinhas, em sua maior parte para consumo próprio, comercializando apenas os excedentes dos ovos.

Fotografia 3- Curral na propriedade do vale do Rio Laranjeiras.



Foto: Elton Oliveira, 2016

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, podemos afirmar que as relações cidade-campo se modificaram substancialmente nos últimos anos. Que as formas de resistência vieram a cabo dessas mudanças e dentre elas o repensar do espaço urbano para além da racionalidade do capital. Sendo assim, a agricultura urbana vem como uma alternativa na busca de uma melhor qualidade de vida nos centros urbanos, ao mesmo tempo, como parece ser o caso de João Pessoa, também aparece como um testemunho da configuração territorial anterior, uma rugosidade e um processo de resistência de manutenção de uma tradicionalidade anterior.

O fato é que no Brasil, a agricultura urbana ainda não é pensada enquanto uma atividade que possa gerar emprego, renda e abastecimento alimentar. As cidades ainda não incluem em seus planejamentos ou planos diretores uma perspectiva de incentivar esse tipo de prática. Na maioria das vezes ocorre o contrário, um desestímulo a esse tipo de atividade e sua total negação ao espaço urbano, na visão tradicional em que as atividades agrícolas se restringem ao campo e a cidade compete as atividades industriais, comércio e serviços. É inexistente uma política pública ampla e de abrangência nacional no Brasil.

REFERÊNCIAS

- [1] Araújo, Flávia Aparecida Vieira de; Soares, Beatriz Ribeiro. Relação Cidade-
- [2] Campo: desafios e perspectiva. Campo-Território: revista de Geografia Agrária, v.4, n. 7, p. 201-229, Fev. 2009. Disponível em www.campoteritorio.ig.ufu.br, acesso em 30 de Março de 2016.
- [3] Fontoura, Luiz Fernando Mazzini. A relação campo-cidade como método. In: Tradição versus tecnologia, as novas territorialidades do

espaço agrário brasileiro. Ed. Da UFRGS. Porto Alegre, 2009.

- [4] Ibge, Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Pecuária Municipal. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=73&z=t&o=24&i=P>, acesso 11 de abril de 2016.
- [5] Maia, Doralice Sátyro. Currais e vacarias na cidade. Mercator. Revista de Geografia da UFC,

[6] ano 4, nº 7, 2005. p. 35-48. <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/artic le/view/108/80>).

[7] Mougeot, Luc J.A. Agricultura Urbana- conceito e definição. *La Agricultura Urbana*. Vol. 1. julho de 2000. Disponível em: www.ipes.org.br, acesso em 09 de abril de 2016.

[8] Santos, Milton. Técnica, espaço e tempo. Globalização e meio técnico científico informacional. Edusp. São Paulo, 2008.

[9] Zaar, Miriam Hermi. Agricultura urbana: algunas reflexiones sobre su origen y expansión. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de octubre de 2011, Vol. XVI, nº 944. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-944.htm>>. [ISSN 1138-9796]. 1ª parte

Capítulo 10

A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A LUTA PELO TERRITÓRIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPLEMENTAR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS MST E MTST

Jaqueline de Arruda Campos

André Felipe Fernandes da Silva

Resumo: O presente artigo realiza uma análise da relação entre o campo e a cidade por meio da complementariedade das lutas pela reforma agrária e pela reforma urbana. Para tanto, utilizamos como recursos metodológicos, além da revisão bibliográfica, levantamentos de dados do censo demográfico do IBGE (2000, 2010), do censo agropecuário do IBGE (2006) e da Fundação João Pinheiro (2013). Concluimos que para entender o espaço geográfico de maneira coerente se faz necessário fugir das análises dicotômicas entre campo e cidade e buscar suas complementariedades, entendendo que, em muitos casos, a origem dos problemas sociais na cidade advém do campo ou vice-versa.

Palavras-chave: Espaço Geográfico; Relação Campo-cidade; Movimentos Sociais; MST; MTST; Reforma Agrária; Reforma Urbana.

1. INTRODUÇÃO

O espaço geográfico brasileiro tem sido marcado pela desigualdade socioespacial desde o período colonial até os dias atuais. Nesse sentido, a atual legislação brasileira ainda carrega lacunas e falhas que tornam a distribuição territorial predominantemente injusta e, em decorrência disso, a luta por uma reforma fundiária (urbana e rural) brasileira vem se intensificando ao longo dos anos. Um exemplo é a propagação e o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criado em 1984, que luta por uma distribuição igualitária de terras no campo, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), fundado em 1997, que luta pela moradia digna nos centros urbanos.

Assim, percebemos duas vertentes de luta por uma reforma territorial no Brasil: a da reforma urbana e a da reforma agrária. Todavia, verifica-se uma ausência de estudos que partem de uma análise da estruturação geográfica em que esses movimentos sociais estão inseridos bem como a correlação entre eles. No Brasil, têm sido desenvolvidos muitos estudos antropológicos e sociológicos sobre o MST e MTST, mas mesmo os estudos realizados pela Ciência Geográfica acabam seguindo a lógica de investigação das Ciências Sociais. Logo, nos atentamos para a necessidade de uma análise verdadeiramente geográfica já que "um tratamento conceitual geograficamente mais sensível dos movimentos sociais é necessário, caso realmente se deseje entender os movimentos sociais em sua plena complexidade e variabilidade" (MILLER, 2000 apud SOUZA, 2013, pg. 258).

À vista disso, buscamos efetuar um estudo dos movimentos sociais MST e MTST de forma integrada, compreendendo os espaços rural e urbano de maneira não dicotômica e considerando o espaço enquanto totalidade, já que entendemos que dessa forma é possível realizar uma análise mais profunda e compreender a complementariedade das lutas por terras no campo e na cidade. Para tanto, utilizamos como recursos metodológicos, além da revisão bibliográfica, levantamentos de dados do censo demográfico (2000, 2010), agropecuário (2006) e da Fundação João Pinheiro (2013).

Nesse sentido, averiguamos como a concentração fundiária, a ausência de infraestruturas e serviços de qualidade

destinados à área residente da população de classe baixa, seja no campo ou na cidade, estão interligadas em uma mesma lógica de desenvolvimento de forças produtivas que, por meio da modernização do campo e do avanço de uma urbanização corporativa, têm impulsionado a migração do campo para a cidade, acelerando o processo de segregação socioespacial.

2.A COMPLEMENTARIEDADE CAMPO-CIDADE

Em decorrência do espaço não ser uniforme, mas sim possuir particularidades, ele tem sido usualmente dividido em subcategorias, tais como o espaço urbano e o rural. Nessa direção, concordamos que o espaço realmente possui especificidades e, por isso, compreendemos o campo e a cidade como formas (materialidade) do espaço e o urbano e o rural como conteúdos (modo de vida)¹⁴ do espaço, ambos diferenciados. Contudo, mesmo com todas essas peculiaridades presentes no espaço, não podemos entendê-lo de forma dicotômica, visto que tanto a materialidade quanto o modo de vida não estão presos a determinados espaços, como o modo de vida rural não está preso ao campo e nem o modo de vida urbano está preso à cidade.

Assim, é necessário entender o espaço enquanto totalidade¹⁵. Não o limitando somente a sua materialidade e nem somente ao seu conteúdo, mas sim enquanto um composto de formas-conteúdo inseparáveis, uma vez que a forma e o conteúdo somente existem separadamente como "verdades parciais", abstrações que apenas reencontram seu valor quando vistos em conjunto (R. Ledrut, 1984, p. 32 apud SANTOS, 2008, pg. 100).

Diante disso, não podemos entender os problemas urbanos ou rurais de forma isolada como se ambos se restringissem a cidade e ao campo. Afinal, atualmente não existe uma distinção clara entre áreas rurais e urbanas no Brasil. Santos (1993, pg. 65) acredita que devido à urbanização e à expansão capitalista no campo, o território brasileiro se encontra, atualmente, grosseiramente repartido em dois grandes subtipos denominados "espaços

¹⁴ LOCATEL, C. D. (2013) discute a complementariedade campo-cidade.

¹⁵ Entendemos o espaço enquanto totalidade segundo os estudos de SANTOS, M. (2008)

agrícolas” e “espaços urbanos”. Logo, hoje, o espaço rural já não existe de forma tão específica, o que existe são espaços urbanos imbricados a espaços agrícolas (onde a agropecuária é praticada), geralmente ocorrendo a predominância de algum espaço em relação ao outro.

Segundo o censo demográfico do IBGE de 2000, o pessoal ocupado em Atividade Agropecuária que residiam na área rural era de 8.617.278 (71,10% do total) de pessoas. Contudo, segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, o pessoal ocupado em Atividade Agropecuária que residiam em área rural caiu para 7.955.881 (69,10% do total). Já na área urbana o pessoal ocupado em Atividade Agropecuária subiu de 3.502.111 (28,90% do total) em 2000 para 3.558.144 (30,90% do total), em 2010.

Assim, apesar do censo constatar que a maior parte do pessoal ocupado na atividade agropecuária possui domicílio na área rural, percebemos que ainda existe um número considerável de 30,90% residindo em áreas urbanas. Além disso, em 2010, como citado acima, o pessoal ocupado na agropecuária nas áreas rurais era só de 7.955.881 sendo que nesse ano a população rural era de 29.829.995, ou seja, só 26,67% da população rural trabalhava com agropecuária. Esses dados são relevantes na medida em que são capazes de demonstrar como a dicotomia campo-cidade não existe na realidade, visto que, pelo que os dados apontam, 73,33% da população rural teoricamente não trabalham com atividades agropecuárias, muitas vezes trabalhando na cidade em outras atividades econômicas.

Desse modo, com base nos dados apresentados acima, percebemos a dinâmica das formas-conteúdo do espaço na qual o trabalhador, seja ele de residência urbana ou rural, não tem restringido sua atuação profissional nesses espaços, contribuindo, assim, para uma combinação de elementos espaciais e culturais. Tal fato pode ser constatado ao analisarmos a trajetória errante do trabalhador brasileiro que

experimenta uma diversidade de condições de vida e vai tecendo entre o campo e a cidade uma teia de relações que assegura a sua sobrevivência. Neste movimento, verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto a adoção de valores e padrões de consumos urbanos no campo.

(MARQUES, 2004 apud GOLDFARB, 2007, pg. 168)

Portanto, é necessária uma análise complementar do campo e da cidade para se entender o espaço enquanto totalidade. E essa análise tem que ser constante, visto que "a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O todo é algo que está sempre buscando renovar-se, para se tornar, de novo, um outro todo" (SANTOS, 2008, pg. 117-118).

3.A COMPLEMENTARIEDADE DAS LUTAS DO MST E DO MTST: UMA ANÁLISE POR MEIO DA RELAÇÃO CAMPO-CIDADE

Ao analisar o espaço enquanto totalidade é possível realizar uma investigação científica acerca dos movimentos sociais que lutam por uma reforma agrária (MST) e uma reforma urbana (MTST) de maneira integrada e complementar.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, se caracteriza por ser um movimento de luta a favor de uma mudança na estrutura fundiária capaz de tornar a distribuição de terras mais igualitária no Brasil. Assim, o movimento passou a levantar a bandeira da Reforma Agrária, o que acabou por promover uma pressão popular nos políticos. Isso posto, o tema foi incluído na constituição de 1988 garantindo o direito à terra e a desapropriação dos latifúndios improdutivos para fins de reforma agrária.

Ao longo dos anos, o MST foi se desenvolvendo e a reforma agrária foi se concretizando, mesmo que parcialmente, em várias partes do Brasil. Atualmente, o movimento já conquistou o assentamento de cerca de 350 mil famílias em terras desapropriadas, a criação de 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 19,9 mil associações nos assentamentos.¹⁶

Porém, a luta ainda continua, já que os assentamentos normalmente possuem uma infraestrutura precária que prejudica o desenvolvimento da atividade agrícola pelos agricultores assentados, além de uma escassez de serviços como saneamento, energia elétrica, saúde, educação e lazer. Além disso, infelizmente, a desigualdade fundiária ainda segue feroz juntamente com a demanda por terra da população sem-terra.

¹⁶ Os dados foram retirados do próprio site do MST www.mst.org.br.

De acordo com censo agropecuário de 2006, existem no Brasil mais de 295 mil famílias em acampamentos de reforma agrária lutando por um pedaço de terra. O mesmo censo informa também que 47,86% do número de propriedades no Brasil ocupam uma área de menos de 10 hectares cada, o que somando dá 2,36% das áreas agrícolas do país, enquanto que 0,91% do número de propriedades do Brasil ocupam uma área de mais de 1000 hectares cada, o que equivale no total a 44,42% da área agrícola do país. Ou seja, tem muita gente com pouca terra e pouca gente com muita terra.

Ademais, segundo diagnóstico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o cenário de expansão da concentração de terras no Brasil aumentou na última década. Em 2003, 112.463 mil propriedades concentravam mais 214 milhões de hectares. Em 2010, eram 130.525 propriedades, controlando mais de 318 milhões de hectares, desse total 40% são áreas improdutivas, abandonadas ou produzem abaixo da capacidade.

Já o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Teto (MTST) foi fundado em 1997 e se caracteriza por ser um movimento que luta pela moradia nos centros urbanos. Os "sem-teto" não necessariamente são moradores de rua e em situação de extrema miséria, a maioria são trabalhadores - ainda que muitas vezes na informalidade e sem direitos assegurados - que moram em situação de coabitação onde ocupam algum pequeno cômodo em casas de parentes ou cortiços, moram em casas precárias na maioria das vezes situadas em áreas de risco ou moram de aluguel e acabam sendo reféns de valores abusivos cobrados que comprometem mais que a metade da pequena renda familiar (BOULOS, 2014).

Tendo em vista todo esse contexto em que os "sem-teto" se encontram, evidencia-se no Brasil um grande déficit habitacional tanto quantitativo quanto qualitativo. É possível comprovar esse fato por meio da análise de um estudo feito pela Fundação João Pinheiro, publicado em novembro de 2013, que é utilizado oficialmente pelo Governo Federal, no qual percebemos que o déficit habitacional quantitativo no Brasil é de 6.940.691 famílias. Isso significa que cerca de 22 milhões de brasileiros (10% da população do país) não possuem moradia. E destas 22 milhões de pessoas, cerca de 43% vivem em situação de coabitação familiar. Outros 31% são impelidos

a comprometer grande parte de sua renda com aluguel. Há ainda outros que vivem em casas precárias ou em cortiços.

Outrossim, existe o déficit habitacional qualitativo, que se refere à falta de condições básicas para uma vida digna como acesso a eletricidade, coleta de lixo, esgoto e abastecimento de água potável. E este número é ainda maior, são 15.597.624 famílias nesta situação, ou seja, cerca de 48 milhões de pessoas. Contudo, contraditoriamente, não faltam casas no Brasil. Atualmente, existem 6.052.000 imóveis vazios e permanentemente desocupados - sem falar nos terrenos ociosos, onde não há edificação -, sendo que 85% deles teriam condições de ser imediatamente ocupados. E vale ressaltar que esses milhões de imóveis vazios não incluem os imóveis chamados de "segunda residência" como chácaras ou casas de praia que algumas famílias possuem, mas apenas os imóveis permanentemente desocupados. Ou seja, percebemos que o número de imóveis vazios é quase proporcional ao déficit habitacional quantitativo que é de 6.940.691 famílias.

Sendo assim, percebemos que o problema da concentração fundiária e do déficit habitacional no campo e na cidade, bem como todas as consequências sociais geradas, não está relacionado à ausência de terras para todos, mas sim à uma má distribuição. Esse fato é decorrente do desenvolvimento de uma lógica produtiva que tem gerado um forte avanço da especulação imobiliária no Brasil, o qual acaba por criar uma mercantilização da escassez. Nesse sentido, comprar terras ou imóveis, tanto na cidade como no campo, e mantê-los vazios e sem utilização vem sendo uma forma eficaz de realizar um investimento financeiro lucrativo, já que nessa lógica ambos bens são mantidos como uma poupança à espera de uma possível valorização. É nesse sentido que se fala em um mercado e um estoque de terras administradas por grandes firmas e empreendedores. Esse avanço da especulação imobiliária, juntamente com o processo de modernização do campo e o desenvolvimento do que Santos (1993) chamou de urbanização corporativa, tem gerado um quadro bastante problemático relacionado à ausência de uma distribuição igualitária de terra e moradia no Brasil, o que justifica a formação dos movimentos citados acima.

No tocante à modernização do campo brasileiro, iniciada principalmente na década de 1960, que se caracteriza pela aplicação de novas tecnologias à área rural como maquinário agrícola, agrotóxicos, adubos químicos, sementes e demais insumos, constata-se que esta trouxe inúmeras consequências sociais e ambientais¹⁷ para nosso país. Nesse sentido, cabe destacar a diminuição da demanda por mão de obra no campo, o que juntamente com a rígida desigualdade fundiária e a falta de investimentos ao pequeno agricultor foram fatores determinantes para um considerável processo migratório conhecido como “êxodo rural” que resultou na migração de mais de 30 milhões de trabalhadores rurais para as cidades, nas décadas de 1960 e 1970, aprofundando uma tendência de migração rural-urbana que já vinha se manifestando desde os anos 1930, provocada pela crise da economia do café, que foi posteriormente fomentada pelas características do processo de industrialização, a partir dos anos 1950 (BARCELLOS 2000 apud AQUINO, 2008).

Esse processo foi um dos fatores recentes da história do Brasil, responsável por gerar uma nova urbanização no país em decorrência do rápido aumento populacional em seus principais centros urbanos. Assim, em virtude de toda essa problemática, grande parte desses emigrantes camponeses passam a ser demandantes da reforma agrária, seja diretamente (participando de acampamentos do MST próximos à cidade), seja indiretamente (como um exemplo estatístico da consequência do problema fundiário no campo que, de certa forma, justifica e incentiva a continuidade das lutas do MST). Além disso, cabe destacar também que esses emigrantes camponeses, bem como seus filhos e demais familiares, que muitas vezes nasceram ou passaram a viver a maior parte de suas vidas na cidade, passaram a ser também demandantes por reforma urbana que vise converter o quadro de déficit habitacional quantitativo e qualitativo das cidades.

Ou seja, em vista de todo esse contexto político social descrito, percebemos que tanto a luta pela reforma agrária como pela reforma urbana não têm sido um problema somente do campo ou da cidade de forma isolada. Em

relação à reforma agrária, entendemos que “não é mais apenas a luta pela permanência no campo, mas a luta pelo retorno ao campo.” (GOLDFARB, 2007, pg. 85). Esse fato é perceptível, uma vez que

o trabalho de base do MST que arregimenta trabalhadores para os acampamentos passou a ser realizado nas periferias das cidades, pequenas e médias e, mais tarde, também nas grandes. Estamos presenciando a heterogeneização do sujeito da luta pela reforma agrária. Além do posseiro expulso, o boia-fria, e, além deste, o desempregado urbano, o filho de agricultores urbanos, etc.” (GOLDFARB, 2007, pg. 81)

Nesse sentido, o MST tem acolhido moradores da cidade fomentando um fluxo migratório urbano-rural tanto de pessoas que nunca foram ligadas ao espaço rural como de pessoas que viviam no rural, mas foram forçados a migrar para a cidade, caracterizando assim um fluxo migratório de retorno “rural-urbano-rural”¹⁸. Um exemplo é a criação de *assentamentos próximos a grandes cidades conhecidos como “Comunas da Terra” que surgem com o objetivo de construir uma alternativa para a população espoliada dos grandes centros urbanos. São considerados como*

um território de um novo camponês, que possui elementos de urbanidade, (...) [porém] não são um espaço de transição, pelo contrário. Barram a expansão da cidade, permitem a reprodução e recriação do modo de vida camponês, mas incorporam elementos do urbano e aí encontram a sua radicalidade. São o projeto de um campo recriado nos interstícios do tecido urbano” (GOLDFARB, 2007, pg. 172-173)

Tal fato nos traz um questionamento em relação à hipótese do desaparecimento do rural em virtude da expansão urbana, revelando como os movimentos sociais se refazem e resistem criando novas formas de conquistar terra, moradia e qualidade de vida. Desse modo, faz-se necessário compreender a luta pela reforma agrária por essa perspectiva totalitária e não como sendo um problema isolado que somente desrespeito ao espaço rural brasileiro. Porém, é preciso entender também que a luta pela reforma urbana também não está isolada dos fatos

¹⁷ Para entender mais sobre os impactos da modernização da agricultura ler GRAZIANO NETO, F. (1982); SILVA, J. G. (1982).

¹⁸ Para um maior aprofundamento sobre os fluxos migratórios rural-urbano-rural e urbano-rural, ler dissertação de AQUINO, 2008.

citados acima, já que a criação das “comunas da terra”, ou mesmo a presença de antigos moradores urbanos em assentamentos rurais, pode ser considerada como um mecanismo de “fuga” da realidade caótica de desemprego, violência e precariedade das áreas periféricas da cidade que parte de seus moradores desenvolveram. Ou seja, a migração urbano-rural das periferias urbanas para os assentamentos rurais é um exemplo importante de ser constatado, pois é capaz de demonstrar a demanda tanto por uma reforma urbana como por uma reforma agrária.

Por esse ponto de vista, é indispensável uma visão mais complementar entre campo e cidade, já que os problemas de um causam rebatimentos no outro e vice-versa, resultando, assim, em um encadeamento complexo entre ambos, tornando cada vez mais difícil a definição da origem de tais problemas.

Por exemplo, "o filho do migrante nordestino que vai para a favela do Jaguaré em São Paulo, nasce como paulistano. Ele não é migrante, mas é uma vítima da migração. Isso não aparece na estatística" (MARTINS, 2012, pg. 127). Nessa perspectiva, precisamos refletir para além dos dados estatísticos e buscar respostas mais aprofundadas e condizentes com a realidade. Afinal, tomando como base o exemplo acima, entendemos que o problema da favelização em Jaguaré não é só de Jaguaré, nem só de São Paulo e nem só da cidade, mas sim um problema mais amplo de desigualdade social no Brasil que, na maioria das vezes, vincula-se à existência de um modelo espacial desigual, que frequentemente está ligado à falta de acesso à terra e qualidade de vida no campo. Por isso é preciso entender que "a pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial." (SANTOS, 1993, pg. 10)

Isso posto, percebemos que a distribuição de terras tanto na área urbana como na área rural são extremamente desiguais e ilegais já que, contraditoriamente, a própria Constituição Brasileira assegura no seu artigo 6º o direito à moradia. Além do Artigo 170º, o qual expressa que a ordem econômica tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. E para assegurar essa existência digna, o artigo cita uma série de princípios que necessitam ser cumpridos como o direito à propriedade privada, a função social da propriedade, a livre

concorrência e a redução das desigualdades regionais e sociais. Não obstante, comparando essas pretensões citadas na Constituição com as questões abordadas ao longo do texto, percebemos uma grande contradição, já que tem ocorrido constantes embates entre o cumprimento do direito à propriedade privada e o cumprimento da função social da propriedade. E isso tem ocorrido justamente devido a uma lógica econômica de mercantilização das terras, o que tem gerado um quadro de especulação imobiliária desregrada e um aumento das desigualdades regionais e sociais, ao contrário do almejado pelo artigo 170º da Constituição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidenciamos a importância da realização de uma análise geográfica dos movimentos sociais partindo da ideia do espaço enquanto totalidade. Só assim, fugimos do perigo de estudos dicotômicos e fragmentados do espaço geográfico e asseguramos um olhar mais consciente acerca da complementariedade da cidade e do campo e da dinâmica espacial repleta de formas-conteúdo em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto se inserem.

A análise obtida nos revelou que a população de renda baixa de agricultores é cada vez mais repelida do campo modernizado, enquanto a população de renda baixa de citadinos é repelida das áreas centrais das cidades onde há um acesso maior a serviços urbanos. E ambas essas populações são frequentemente obrigadas a se alojar nas áreas periféricas das cidades que não possuem o mínimo de infraestrutura e serviços urbanos. E essa carência de serviços nessas áreas acabam retroalimentando a especulação imobiliária, pela valorização diferencial das frações mais valorizadas do território urbano, o que acaba, inclusive, contribuindo para a cobrança de valores abusivos de aluguel nessas localidades.

Assim, tanto a política de reforma agrária como a política de reforma urbana no Brasil têm se caracterizado como uma consequência de todo esse processo de marginalização social e, infelizmente, estão sendo realizadas de forma lenta e pouco eficiente, posto que os agentes governamentais têm cedido às necessidades

econômicas das grandes firmas e instituições, ao contrário de suprir as necessidades da maioria da população, inviabilizado, dessa

forma, a consecução de uma reforma agrária e uma reforma urbana eficientes.

REFERÊNCIAS

- [1] Aquino, S. L. A Caminho do Campo: As Relações entre Reforma Agrária e Migrações rural-urbano-rural e urbano-rural. Um Estudo de Caso em Campos dos Goytacazes - RJ. 2008. 182 pgs. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento agricultura e sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- [2] Boulos, Guilherme. Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia literária, 3ª ed., 2015.
- [3] Fernandes, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Goldfarb, Y. A luta pela terra entre campo e a cidade: As comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. 2007. 199 pgs. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de pós-graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- [4] Graziano Neto, F. Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- [5] Locatel, Celso D. Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. In: Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 85-102, set. 2013.
- [6] Martins, J. S. A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 4ª ed., 2012.
- [7] Matos, R. E. S. Reflexões acerca da expansão da grande cidade na atualidade e de seu papel na expulsão e recepção de população. In: Novas Periferias Metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidade no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.
- [8] Radolph, R. Southern, B. C. Expansão metropolitana e transformações das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2ª ed., 2015.
- [9] Santos, Milton. A Urbanização Brasileira, São Paulo: Hucitec, 1993.
- [10] _____. A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 4ª ed, 2008.
- [11] Silva, J. G. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- [12] Souza, Marcelo Lopes. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.
- [13] Stédile, J. P. A questão no Brasil. São Paulo: Atual, 1997.

Capítulo 11

CONTEXTUALIZANDO A AÇÃO DO CAPITAL ESTATAL PRIVATISTA E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA E NO CERRADO

Laurindo Elias Pedrosa

Resumo: A Amazônia e o Cerrado brasileiro convivem na atualidade com as mais graves e inconsequentes formas de intervenções nunca vistas em suas histórias, despertando nos pesquisadores, atores e agentes sociais preocupações e temeridades quanto aos cenários futuros e desdobramentos obscuros. Tal investidura nestes Biomas objetiva implementar uma política de dominação capitalista privatista, promovendo a monopolização do território e, conseqüentemente, a territorialização do monopólio estatal-capitalista. O presente estudo tem por objetivo, resgatar a discussão sobre ocupação da Região Amazônica e por efeito, construir cenários futuros de derivações antrópicas negativas para os demais biomas interdependentes como o Cerrado. Com vistas a atingir os objetivos desta investigação, mantendo a fidelidade do escopo, vários serão os procedimentos metodológicos para esta atividade, sendo ela uma pesquisa qualitativa em Geografia, uma revisão bibliográfica sistemática recorrente; a análise de documentos e produção científica; o uso de ferramentas de consultas disponíveis para o público especializado, por entidades públicas e privadas; material impresso e digital; produções de centros de dados científicos e de pesquisas, de eventos científicos e outras informações, que possibilitam a geração de banco de dados digital e analógico.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia e o Cerrado brasileiro convivem na atualidade com as mais graves e inconsequentes formas de intervenções nunca vistas em suas histórias, despertando nos pesquisadores, atores e agentes sociais preocupações e temeridades quanto aos cenários futuros e desdobramentos obscuros. Tal investidora nestes Biomas objetiva implementar uma política de dominação capitalista privatista, promovendo a monopolização do território e, conseqüentemente, a territorialização do monopólio estatal-capitalista.

Várias serão as derivações antrópicas geradas pela implementação de pesados investimentos em infraestrutura e empreendimentos diversos, podendo chegar à cifra de R\$ 212 bilhões até 2020, para toda Amazônia legal, dando origem a uma franca ocupação e intervenção socialmente excludente, espacialmente desorganizada e ambientalmente insustentável, sobre o frágil Bioma Amazônico. Com isto, colocam em curso profundos desequilíbrios climatoambientais, sobretudo nos padrões climáticos, afetando diretamente o Cerrado Brasileiro que depende quase que exclusivamente da umidade amazônica, transportada pelas massas de ar Equatorial Continental (*mEc*).

A epopeia Amazônica sempre povoou o sonho e as aventuras dos *homens*, principalmente os imbuídos de *espírito empreendedor*, recorrendo às oportunidades de investimentos financeiros com as mais promissoras vantagens para a reprodução e concentração capitalista, mesmo tendo que desafiar as incontínuas naturais:

Naturalmente que dinheiro e comerciantes não bastam para fazer as fontes jorrarem água onde a seca tem sido perene. Queremos dizer que, capital e infraestrutura comercial não são suficiente para transformar o *inferno amazônico* em um paraíso. Para que estes fatores do progresso produzam abundância de frutos, sua aplicação deve ser antecedida por conhecimento da realidade geográfica da Amazônia e nisto reside, a nosso ver, a principal causa dos empreendimentos desanimadores. (NIMER, 1989, p. 363).

A Região Norte do Brasil, ou Região Amazônica, é caracterizada pelas elevadas temperaturas absolutas. Domínio Climático quente, regionalmente variando entre 38 e 42°C, forte umidade relativa do ar anualmente

acima dos 80%. Os Sistemas de circulação atmosférica perturbadas de oeste, norte e sul, com intensa nebulosidade. Subdomínios Climáticos indo de superúmido a úmido, com isoietas anuais variando de 2.250 a 3.250 mm/a e recobrimo 70% de seu território, com curtos períodos de estiagem, ou sem estação seca, e desvios pluviométricos, variando 15% para mais ou para menos, a cada ano (NIMER, 1989).

O clima é por excelência o grande legado, em especial para estes dois Biomas, o que indica que qualquer mudança dos padrões, que conferem umidade e temperatura, poderá desencadear processos irreversíveis, principalmente para o Cerrado em sua franca expansão como fronteira agrícola, território de novas oportunidades com o deslocamento de capital do tradicional eixo sul/sudeste e concentração populacional, gerando cada vez mais o acúmulo de Capital e a conseqüente degradação humana e ambiental no Cerrado brasileiro.

Constatada na atualidade, e nas efervescências das discussões sobre mais um grande gerador de impacto no Cerrado, a construção de barragens para fins de geração de energia elétrica, sustentada pelo modelo energético e pela quase monólitica e vulnerável matriz energética brasileira por força hidráulica das barragens artificiais, tem encontrado, neste ambiente de planalto, grande interesse nos pesados investimentos em centenas de empreendimentos dessa natureza, juntamente com a expansão da cana-de-açúcar: as duas mais novas opções de fonte energética renovável do Cerrado, para o Brasil.

Atualmente, dentro do Bioma de Cerrado no eixo Sul/Sudeste/Sudoeste, busca-se o aproveitamento do potencial hidrelétrico dos mananciais mais altos da bacia do Paraná. No eixo Sudoeste e Oeste, o aproveitamento do potencial hidrelétrico dos mananciais do alto e médio Araguaia. No eixo Norte, o aproveitamento hidrelétrico dos mananciais do alto do Rio Tocantins. É neste ambiente de Cerrado, ecossistema marginalizado pelas leis ambientais e constitucionais, e pelos programas governamentais, que vários projetos de empreendimentos diversos estão em fase de estudo, de licenciamento e de implantação, especificamente para irrigação voltada ao setor agrobioenergético e geração de energia elétrica.

Essa intervenção territorial, sustentada pelo capital estatal monopolista, tem contribuído para transformação drástica da paisagem natural e espacial, com acentuada mobilização de milhares de famílias estritamente de agricultores, que sempre trabalharam em regime familiar e que contribuem com enorme quantidade de produção de alimentos para os centros urbanos e metrópoles superpopulosas próximas, e de outras regiões, além do entorno de Brasília e de Goiânia, *core region* do Cerrado.

Vale destacar que a região se apresenta com profundo desequilíbrio socioambiental pela falta de ordenamento e planejamento do uso do solo intensivo e extensivo, quer pelo adensamento populacional dos centros urbanos e das metrópoles regionais, como ocorre no Entorno de Brasília e de Goiânia, quer pela abertura e intensificação das fronteiras agrícolas para a produção em larga escala comercial e de produtos com fins bioenergéticos.

Estas ocupam preferencialmente os topos das chapadas sedimentares e platôs dos chapadões cristalinos, induzindo o escoamento e carreamento de grande quantidade de sedimentos erosivos, corretivos e nutrientes químicos de solos, além dos danosos agrotóxicos e lançamentos de efluentes químicos e esgoto sanitário "in natura", potencializados pelos desmatamentos incontroláveis, o que exerce enorme pressão nos ambientes de nascentes e de veredas: os oásis do Cerrado brasileiro.

2.OBJETIVOS

Com as preocupações discutidas e contextualizadas nas linhas anteriormente citadas, o presente estudo tem por objetivo, resgatar a discussão sobre ocupação da Região Amazônica e por efeito, construir cenários futuros de derivações antrópicas negativas para os demais biomas interdependentes como o Cerrado: distribuição de chuvas que segue a lógica dos Biomas que circundam a Amazônia (LIMA, 2011).

Sob a ótica de uma das maiores contribuições sobre a Geopolítica da Amazônia, cujo título homônimo da Geógrafa Bertha K. Becker (1982), e compreender as intervenções oficiais do estado brasileiro na Amazônia Legal, que ora a sociedade se depara,

sustentada na gestão territorial regional, denominada de "Arco Norte" e consolidada pelo Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2). A estratégia de ocupação empresarial planejada e a meta de política de governo beneficiam os setores de conglomerados, grupos financeiros e investidores em: hidrelétricas, mineradoras, portos e terminais de embarques, construções de rodovias, hidrovias, ferrovias, linhas de transmissões de energia elétrica, gasodutos e petroleodutos.

Dessa forma, tem-se:

Expressando a nova tendência, esvaziam-se os órgãos de atuação regional – a Sudam e o INCRA -, substituídos pela ação direta do poder central e pela empresa. Os investimentos estatais voltam a privilegiar a ampliação da infraestrutura das cidades pioneiras, abarrotadas de migrantes, e das novas vias de escoamento de recursos para a exportação, como no caso da Estrada de Ferro Carajás-Itaqui, mais recentemente, do Projeto Jari. (BECKER, 1982. p. 219-20).

Comemorados com ufanismo, o fim do isolamento territorial/regional, visto como protagonista do desenvolvimento e crescimento econômico com impactos expressivos no Produto Interno Bruto, e a proposta da intervenção de capital estatal privatista com investimentos financeiros que ultrapassam as cifras de duas centenas de bilhões de reais, pretendem construir e instalar: 20 novas hidrelétricas; 20 novos terminais hidroviários e portos fluviais; aproximadamente 10 mil quilômetros de rodovias pavimentadas; aproximadamente 35 mil quilômetros de extensão de linhas de transmissão de energia; aproximadamente 5 mil quilômetros de ramais ferroviários com a consolidação da ferrovia norte sul (Cerrado-Amazônia Oriental); além dos 54 bilhões de reais de investimentos privados aplicados em empreendimentos de mineração.

Nominalmente, vale aqui apontar alguns empreendimentos pela magnitude de investimentos e consequente desdobramentos e derivações socioambientais. Como a expansão do complexo de mineração *novo Carajás*, mina Carajás Serra Sul, de minério de ferro, e a mina Salobo, para exploração de cobre, ambas da empresa Vale, que juntas terão 16 bilhões de dólares de investimentos, incluindo infraestrutura ferroviária, exploração e beneficiamento mineral.

Destacam-se na corrida para o *eldorado amazônico*, alguns dos novos empreendimentos voltados para exploração mineral no estado do Pará, compreendendo as etapas de pesquisa e exploração, tem-se: cinco minas de ferro; oito minas de ouro; sete minas de bauxita (alumínio); e cinco minas de níquel. Estima-se que existem mais de mil atividades de exploração mineral comercial no estado, mas somente cinquenta desses empreendimentos são regularizados. Convém registrar que no ano de 2011 o estado do Pará foi responsável por 16,8 bilhões de dólares em exportações nas atividades de industrialização e transformação mineral.

Para movimentar os megaempreendimentos e supri-los de energia elétrica, as unidades individuais empresariais, ou em seus complexos como os descritos anteriormente, bem como toda a movimentação de população mobilizada, considera os trabalhadores envolvidos diretamente, indiretamente e os de apoio, investem em igual peso nas hidrelétricas, com destaque para a mega usina de Belo Monte ou *Volta Grande* para as nações indígenas, situada no rio Xingu, com 18 turbinas para gerar em sua capacidade máxima instalada de 11,33 mil megaWatts, e apenas 4,57 mil megaWatts de geração efetiva média. Ao custo financeiro variando de 25 a 31 bilhões de reais até o ano de 2015, e o suor de 20 mil trabalhadores envolvidos diretamente.

Por ser destaque nos meios de comunicação outros empreendimentos da mesma natureza, em seus estágios de construção e implantação na região amazônica, apresentam dados consideráveis. Vale o registro e justifica a preocupação de ONGs, pesquisadores e ambientalistas, as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira em Rondônia e a UHE de Teles Pires no estado do Pará juntas custarão 31,5 bilhões de reais e utilizarão a mão de obra direta de 37.300 trabalhadores. Na atualidade, o Brasil detém aproximadamente 100 mil mW de capacidade elétrica instalada, o que representa 46% da capacidade inventariada, sendo que os 54% restantes, dos aproximados 240 mil mW, concentram-se nas bacias hidrográficas amazônica e pantanal matogrossense, o que poderá transformar os atuais rios com águas correntes em uma sequência de lagos artificiais, ou seja, mudando de ambiente lótico em ambiente lântico.

Sem desconsiderar o papel de destaque do agronegócio na região amazônica, no tocante aos seus efeitos diretos e derivações socioambientais, desde as responsabilizações da criminalidade e aumento da violência no campo pelos conflitos agrários, desmatamentos incontroláveis e consequente emissão de gás carbônico (CO₂), além do consumo criminoso de agrotóxico, vincula esta prática ao aumento de incidência de leucemia, como verificado em municípios do estado de Mato Grosso.

Com o tema: *Amazônia é a galinha dos ovos de ouro do agronegócio brasileiro*, o estudo publicado no caderno *ciência*, da folha de São Paulo (C7 de 16/08/2011), afirma categoricamente, e consubstanciado na pesquisa do biólogo *Thomas Lovejoy*, vinculando o risco de estiagem e secas prologadas, indícios de mudanças no padrão climático, com a consequente derrubada da floresta amazônica e sua transformação em pastagem e lavouras de grãos. O avanço do cultivo da soja em cinco estados amazônicos saltou de 210 para 347 mil hectares, representando acréscimo de 65% para a safra de 2003/2004, segundo dados da CONAB, não computando as áreas cultivadas no estado de Mato Grosso.

Considera que o modelo climático apresentado por vários centros de pesquisas tem indicado que as mudanças climáticas em curso têm trazidos periodicamente efeitos extremos nos padrões de pluviosidades – secas e inundações – e temperatura. A região amazônica tem sido o centro das atenções, em decorrências das secas dos anos de 2005 e 2010. Em recente publicação da revista científica *Climatic Change*, que expõe uma tabela de avaliação, com cinco graus de riscos, indo de menos riscos a mais riscos, como os extremos plotado sobre uma representação cartografia espacial da região amazônica, nisto tem-se a indicação para o centro da região como o de maior risco climático ambiental, com extremas variações de temperatura.

Estudos atualizados indicam que um terço do estado de Minas Gerais, que compreende a porção norte, em 20 anos próximos sofrerá com o avanço da desertificação e improdutividade do solo, ocasionado pelo desmatamento, aumento da atividade agropecuária e as mudanças climáticas regionais, que segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, encomendado para o Programa de Ação de Combate à

Desertificação. Esta região territorial, afetada pelo avanço da desertificação, engloba vários ecossistemas, dentre eles, os dos Cerrados.

3. METODOLOGIAS

Com vistas a atingir os objetivos desta investigação, mantendo a fidelidade do escopo, vários serão os procedimentos metodológicos para esta atividade, sendo ela uma pesquisa qualitativa em Geografia, que se fundamenta na discussão teórico-conceitual-metodológico, na busca de contribuir para o enfoque específico, dada a sua importância para o meio acadêmico.

A riqueza dos subsídios se apoiará num amplo mosaico de produções, tais como de teses, dissertações e diversas publicações expressivas com conceitos geográficos, profunda avaliação de documentos de fundamentação e domínio de conteúdo ambiental, relacionando aos desdobramentos sociais, compreendendo a efervescência e o grau de interesse do assunto.

Nas das etapas distintas da pesquisa reserva-se para: a revisão bibliográfica sistemática recorrente; a análise de documentos e produção científica; o uso de ferramentas de consultas disponíveis para o público especializado, por entidades públicas e privadas; material impresso e digital; produções de centros de dados científicos e de pesquisas, de eventos científicos e outras informações, que possibilitam a geração de banco de dados digital e analógico. Registra-se que esta publicação é parte das atividades do Grupo de Pesquisa: Dinâmica dos Ambientes, Planejamento e Gestão Ambiental-GEDAP/UFG/R. Catalão, do qual o autor participa.

BIBLIOGRAFIA

[1] Ab'sáber, A.N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial. 2003.

[2] Agência Goiana do Meio Ambiente e Dos Recursos Naturais (Agma). Estudo Integrado de Bacias Hidrográficas do Sudeste Goiano. Goiânia (GO), 2005.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

Considerando que esta proposta de pesquisa, mesmo em seu estágio incipiente, e já computando os resultados, mesmos que preliminares, na fase inicial, com ricas hipóteses, se confirmadas, indicando ser possível gerar outros produtos de cunho investigativo e de acompanhamento dos desdobramentos, que ora se projetam para um futuro próximo, determinado por políticas públicas e intervenções oficiais estatais para esses dois Biomas Brasileiros: o Amazônico e o Cerrado.

Despertam-se cada vez mais atenções e interesses diversos para a Amazônia e, por elevado grau de interdependência, para o Cerrado, desponta grupos nacionais e internacionais com opiniões opostas e irreconciliáveis, com destaque às representações da sociedade civil organizada, a qual busca construir meios legais, força para o debate público, bem como o controle externo e democrático para as tomadas de decisões estatais/governamentais, visa a construção de um novo modelo de gestão do território, para os usos dos recursos naturais e a manutenção/conservação da biodiversidade natural, social e cultural, como patrimônio histórico e de toda a humanidade, frente aos desequilíbrios em curso e aos riscos irreversíveis iminentes.

1. O presente texto foi extraído de documentos produzidos e subscritos por vários seguimentos organizados da sociedade civil e movimentos ambientais e populares, protocolados junto a diversos órgãos públicos, jurídicos, de licenciamento e fiscalização, portanto, uma construção coletiva com expressiva contribuição dos professores do Curso de Geografia do Campus de Catalão/UFG, como também parte de Projeto de Pesquisa e Extensão da PRPPG/UFG.

[3] _____. Estudo Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio Veríssimo. Vol. I e II. Goiânia (GO), 2006.

[4] Becker, B.K. Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982.

- [5] Beltrame, A. da V. Diagnóstico do Meio Físico de Bacias Hidrográficas – Modelo e Aplicação. Florianópolis (SC): UFSC, 1994.
- [6] Bigarella, J. J. et al. Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.
- [7] Copebrás. Relatório de Impacto Ambiental - Ria. Vol. I e II. Catalão (GO): 2003.
- [8] Christofolletti, A. Geomorfologia. São Paulo – SP: Ed. Blucher, 1974.
- [9] Cunha, S. B. Avaliação e Perícia Ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- [10] Fosfertil. Estudo de Impacto Ambiental - EIA/Relatório de Impacto Ambiental. – Rima. Ampliação do Complexo de Mineração de Catalão da Ultrafertil. Catalão (GO): 2005.
- [11] Estado De Goiás. Ministério Público do Estado de Goiás/Ministério Público Federal. Termo de Ajustamento de Conduta. Goiânia: MPGO, 2004.
- [12] Gefac – Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão. Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão Rio São Marcos (GO/MG) Relatório de Impacto Ambiental – Rima. Biodinâmica, 2000.
- [13] Lima, J.E.F.W. Situação e Perspectiva sobre as Águas do Cerrado. Ciência e Cultura: Revista da SBPC. Núcleo Temático: Cerrado. Campinas SP. Ano 63. n.3. p. 27-29. julho/agosto/setembro de 2011.
- [14] M.M.A. – Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei Nº. 9.433 de 08 de Janeiro de 1997. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, 1997.
- [15] Nimer, E. Climatologia do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. 1989.
- [16] Pedrosa, L. E. Orlando, P. H. K. Gestão de Bacia Hidrográfica: Uma questão técnica ou política? IN: Anais do VII Eregoe, Quirinópolis (GO), 2001.
- [17] _____. Morfometria Fluvial: características fluviomorfológicas da bacia do Ribeirão Pirapitinga. Monografia- IGUFU. Uberlândia (MG), 2001. p. 43.
- [18] Penteadó. M. M. Fundamentos de Geomorfologia. Rio de Janeiro: FIBGE, 1983.
- [19] Ultrafertil S/A. Plano de Gestão Ambiental – PGA. Catalão (GO): 2001.
- [20] Zhouri, A. (coord.) Parecer sobre as informações complementares ao EIA/RIMA da UHE de Murta. UFMG/FFCH/Gesta. Belo Horizonte: 2002.
- [21] Site – www.epe.gov.br/avaliacaoambiental integrada - AAI da bacia do Rio Paraná

Capítulo 12

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SÃO LUÍS - MA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

Matheus Andrade Marques

Henrique Guimarães Rocha

Luís Fernando Lopes Amorim

Resumo: A cidade de São Luís – MA que está localizada na região Nordeste do nosso país, é a capital do estado maranhense e assim como as outras grandes cidades do Brasil, passa por um forte processo de urbanização ao longo das últimas décadas. Tais modificações são provenientes da nova dinâmica de vida exercida nas grandes cidades brasileiras, o espaço urbano recebe cada vez mais novos moradores e isso faz com que suas características sejam reformuladas, no caso de São Luís, houve um grande aumento populacional e isso juntamente com o fato de não haver um planejamento na expansão da cidade gerou uma série de problemas para a sociedade. Através de pesquisas em literaturas que relatam as mudanças no espaço urbano da ilha, a realização desse trabalho se torna importante para melhor entendimento das problemáticas enfrentadas pela população ludovicense, no que diz respeito ao crescimento populacional no espaço urbano; como a população convive com essa nova cidade e quais seus pensamentos para o futuro da mesma.

Palavras Chave: urbano; população; cidade.

1. INTRODUÇÃO

A produção do espaço ocorre através de uma série de complexidades, que envolvem desde as relações estabelecidas, tanto de pessoas, quanto da interação realizada entre o ser o ambiente em que o mesmo habita. A forma como o meio será produzido diz muito a respeito das características daquela determinada sociedade, assim como nas implicações exercidas pelo ambiente na vivência dos seres, porém, este é um processo variável, onde existirão distinções de características dos locais e seus residentes, em razão das formas diferentes de produção do espaço que se apresentam por todo o globo.

A cidade é um conjunto de elementos naturais e artificiais com suas particularidades, são espaços constantemente modificados em função da dinâmica de vida exercida por seus habitantes, suas formulações tendem a expor marcas do tempo em que foram construídas com características dos povos, sendo no século XXI ou na idade da pedra. É bem verdade que o termo cidade tal como conhecemos atualmente em outrora sequer existia, mas o que compreendemos hoje é fruto de um desenvolvimento histórico de como as pessoas viviam e organizavam o lugar onde habitavam.

Temos que possuir entendimento que essa dinâmica de modificação das cidades ao passar dos anos é algo natural, a população tende a crescer e com o avanço considerável da tecnologia no século XXI, elementos novos irão fazer parte da composição das cidades, sobretudo dos ambientes urbanizados. Vale ressaltar que todo avanço/desenvolvimento deve ser visto com bons olhos pela sociedade, isso quando ele está pautado visivelmente em benefícios e não irá prejudicar a qualidade de vida dos habitantes do local.

Em busca da garantia desses direitos do cidadão, temos em nossos governantes o aparato legal para a elaboração de leis e outros mecanismos que venham a preservar o direito de uma boa qualidade de vida e que também obtenhamos avanços necessários para o crescimento do meio físico/estrutural da cidade acompanhar o crescimento da população, fazendo assim com que tenhamos um equilíbrio entre as modificações que são realizadas, pautadas sempre no discurso do desenvolvimento que visam o âmbito

econômico e o bem-estar social dos habitantes do lugar.

2. OBJETIVOS

O estudo busca uma análise sobre a produção do espaço urbano na capital maranhense, tendo em vista evidenciar as problemáticas existentes no local e também projetar uma visão sobre as novas possíveis formas de reprodução do espaço, de acordo com o cenário atual. Vale ressaltar que a observação se pauta num olhar crítico sobre as consequências geradas por essa forma de produção vigente no território ludovicense.

A análise se faz de forma ampla, mas serve como base para eventuais estudos que venham a ser realizados sobre o espaço produzido em São Luís, pois como evidenciam algumas literaturas que abordam a temática, a forma de produção do meio é vista em todas as escalas da sociedade, a realidade da cidade exercerá reflexo na forma como as regiões da mesma irão ser produzidas, assim como os bairros e etc.

A opção pelo estudo da cidade de São Luís se deu em detrimento de uma nova dinâmica de vida que foi implantada no local ao longo dos anos, através de conversações com moradores que habitaram a ilha em três ou quatro décadas atrás, nos aguça a curiosidade em buscar compreensão sobre as diferenciações que ocorreram no ambiente e quais motivos geradores dessas.

Analisando a forma de produção do espaço atual de São Luís, busca-se expor os principais desafios encontrados pela sociedade, que integra o espaço e tenta se adequar de acordo com as novas dinâmicas que são estabelecidas. Porém, é necessário uma observação se as metamorfoses provenientes da produção de um novo espaço urbano são benéficas à população ou trazem consigo mais problemas para as pessoas.

3. METODOLOGIA

Realizamos inicialmente um estudo amplo sobre a temática principal do trabalho, buscando assim um embasamento teórico sobre como a questão da produção do espaço é vista por estudiosos da Geografia e áreas afins. Tendo assim, autores como: Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos, David Harvey e Henry Lefebvre. Após a conclusão desse embasamento teórico

amplo, foi realizada uma pesquisa a nível local, através de estudiosos que já realizaram trabalhos com a temática, a destacar: Antonio José de Araújo Ferreira e Juarez Soares Diniz.

Lakatos e Marconi (2005, p. 20) enfatizam que os livros ou textos selecionados servem para leituras ou consultas; podem ajudar nos estudos em face dos conhecimentos técnicos e atualizados que contêm, ou oferecer subsídios para a elaboração de trabalhos científicos, incluindo seminários, trabalhos escolares e monografias. Por esse motivo, todo estudante, na medida do possível, deve preocupar-se com a formação de uma biblioteca de obras selecionadas, já que serão seu instrumento de trabalho. Inicia-se, geralmente, por obras clássicas, que permitem obter uma fundamentação em qualquer campo da ciência a que se pretende dedicar, passando depois para outras mais especializadas e atuais, relacionadas com sua área de interesse profissional.

Após obtenção de um conhecimento histórico de como era a cidade de São Luís em algumas décadas anteriores, o recorte de análise desse estudo se estabelece apenas na produção do espaço no atual século, às vezes realizando analogias com o passado para melhor compreensão das alterações ocorridas e como essas exercem influências no cotidiano das pessoas. Por fim, através das leituras e análise obtida através da construção do trabalho, busca-se uma conclusão de uma possível perspectiva que será pautada no atual, de acordo com o cenário apresentado hoje.

4.RESULTADOS PRELIMINARES

A cidade de São Luís teve um grande aumento em sua população nas últimas quatro décadas, segundo números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE com dados do último CENSO (2010), a capital possuía uma população de 1.014.837, sendo que na década de 1960 a população não chegava a 200.000 habitantes. Esse crescimento considerável deu-se principalmente pela instalação de multinacionais em território maranhense, o que gerou um grande êxodo rural, fazendo com que várias famílias do interior do estado migrassem rumo à capital na busca por melhores condições de vida.

“As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas a nível econômico basicamente pela

instalação de grandes capitais industriais, como a ALUMAR (Alumínio do Maranhão S/A), consórcio firmado entre as empresas Billiton Metais S/A e Alcoa do Brasil S/A; a Companhia Vale do Rio Doce – CRVD e a CELMAR - Celulose do Maranhão S/A.” (DINIZ, 2007, p. 169).

Em detrimento da instalação dessas grandes multinacionais em território ludovicense, houve uma grande modificação na dinâmica de vida dos habitantes da cidade. Houve grande migração populacional do interior do Maranhão e de outros estados brasileiros. Muitos bairros foram formados através de ocupações irregulares; o abastecimento de água da cidade ficou comprometido, causando em alguns setores da cidade um rodízio de abastecimento; aumento na produção de resíduos sólidos, sem possuímos o devido tratamento; poluição de rios; percepção de que a malha viária existente é deficiente para atender as demandas da nova cidade; perda de vegetação e outros.

Santos (1988, p. 20), fala que “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos”. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço-homens, firmas, instituições, meio ambiente, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multi direcionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexos único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal.”

As décadas seguintes puderam expor a nova dinâmica econômica que se estabeleceu na cidade, pois estavam instaladas as condições necessárias para viabilizar a reprodução ampliada do capital. Através disso, também foi estabelecida uma grande diferenciação de classes na habitação de áreas da capital, os preços do m² se tornaram discrepantes e começávamos a possuir uma nova forma de vida na cidade, viabilizando assim a implantação de problemas como a segregação social e gentrificação.

Com Ana Fani (2017, p. 73) vemos que “as transformações da metrópole, a partir da redefinição do processo produtivo, impostas pelo estágio atual da acumulação do capital

impõem um novo momento para a realização do desenvolvimento do ciclo do capital redefinindo estruturas produtivas, impondo um novo padrão de competitividade, flexibilizando os processos produtivos (e contratos de trabalho), reestruturando espaços de produção e, com isso, produz um novo padrão espacial, sem contar que, em sua redefinição, o processo impõe novos padrões para a realização da vida urbana.”

Com o passar dos anos, mais especificamente nas décadas de 1970 e 1980 com o aumento populacional de São Luís em virtude principalmente da migração de pessoas em busca de melhores oportunidades de trabalho e do aparato estrutural que a capital recebeu, o local sofreu forte modificação, pois passou a receber novos moradores que fizeram com que houvesse uma transformação no espaço.

“Com a construção de pontes sobre o rio Anil, isto é, a Governador José Sarney e a Newton Bello – 1969/1970 as quais facilitaram o acesso à expansão urbana (embora sem planejamento físico-territorial) aos setores Norte/Nordeste. A primeira possibilitou a ligação da cidade de então (hodiernamente, Centro Histórico) com o São Francisco e daí para a faixa de praias compreendida entre a Ponta d’Areia e o Calhau, enquanto a segunda ponte permitiu chegar-se mais rápido às praias do Olho d’Água e Araçagi. Portanto, a construção de tais pontes significou maiores possibilidades de se materializar a reprodução do espaço urbano e do capital, haja vista a valorização das terras localizadas nos mencionados setores, o que tornou bastante oportuno o investimento público (principalmente) e particular em novas vias de acesso, assim como em demais equipamentos. Daí, a população que antes residia no Centro Histórico, revelar a intenção em sair do mesmo e localizar-se nos referidos setores.” (FERREIRA, 2014, p. 52)

Com a implantação desse novo modo de vida na capital e com a nova demanda populacional as modificações ficam evidentes no século atual, onde temos uma cidade de paisagem vertical, onde reinam os inúmeros prédios erguidos e contrastam com os cenários da São Luís do passado, assim como o estilo de moradia em condomínios fechados, algo que substitui as moradias convencionais nos bairros, sem falar das relações existentes entre vizinhos que são afetadas com esse novo modelo de bairro.

“Nesses espaços existem duas atitudes. De um lado há a preocupação de se resgatar formas de vida tradicionais, chamadas de “mais humanas”, por seus moradores, que privilegiam o encontro, e a construção de um lugar de vida diferenciado; por isso, a preocupação de criação de uma comunidade solidária ligada ao verde e à natureza. De outro lado há aqueles que se mudam para esses locais e a primeira coisa que fazem é erguer muros altíssimos, são os chamados “intramuros” que se fecham em suas conchas, altamente protegidos tanto de possíveis ladrões como de seus vizinhos. Reproduzem na ‘periferiarica’ o mesmo comportamento que existe nos bairros centrais, pontuados por luxuosos apartamentos. Isto é a não-vizinhança; estão abertos apenas a alguns amigos que desfrutam de sua confiança.” (CARLOS, 2007, p. 44).

Outro fator importante a ser destacado é a introdução de elementos da urbanização no lugar de aspectos naturais, principalmente no aspecto da vegetação, o ambiente da capital preserva minimamente o verde, e isso é claramente perceptível quando abordamos a questão de conforto térmico, uma vez que as elevadas temperaturas são potencializadas com a composição de elementos urbanos vigentes na cidade, isso faz com que a sociedade tenha uma sensação térmica desagradável.

As poluições sonora, hídrica, visual e do solo são aspectos que devem ser considerados, em razão do forte crescimento populacional, temos esses malefícios advindos da aglomeração de habitantes que não preservam aspectos importantes para o estabelecimento de uma boa qualidade de vida. Convém ressaltar o aparato legal que o Estado exerce para o acontecimento de todas essas modificações, uma vez que regulamenta através de fins legais as alterações a serem realizadas no espaço urbano da cidade.

“O Estado é o agente social que contribui mais eficazmente em relação à produção do espaço urbano. Essa contribuição faz-se diretamente, tendo em vista as intervenções, articulações, e omissão que se referem à ineficácia em termos de definição e implementação de política urbana.” (FERREIRA, 2014, p. 16)

Para a regulamentação dos direitos e deveres sobre a cidade, São Luís possui um Plano Diretor que teve sua última atualização no ano

de 2006, ele rege as normas para que tenhamos uma vivência igualitária e de qualidade, teoricamente. Mas ao longo dos últimos cinco anos, várias discussões sobre uma proposta de atualização do Plano Diretor têm atraído vários interessados, como representantes do poder público e principalmente da iniciativa privada, que visa essa atualização do Plano em decorrência do futuro uso da nova área industrial da cidade, que é prevista na proposta de atualização, mais uma prova de que os interesses sociais são deixados de lado em detrimento dos anseios de acúmulo de riqueza.

Com a implantação desse novo modelo de vivência, que funciona através de uma produção que é pautada nos moldes do sistema capitalista, que como sabemos, gera a desigualdade. Temos então as diferenças de classes dentro da cidade, onde podemos elencar os bairros como maior exemplificação disso, onde temos bairros produzidos para as classes sociais de maior poder aquisitivo e outros onde habitam as classes inferiores economicamente.

Com Milton Santos (2006, p.39) dizemos que o “espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes.”

“As tendências anti-segregacionistas seriam antes ideológicas. Apegam-se ora ao humanismo liberal, ora à filosofia da cidade, considerada como “sujeito” (comunidade, organismo social). Apesar das boas intenções humanistas e das boas vontades filosóficas, a prática caminha na direção da segregação. Por quê? Por razões teóricas e em virtude de causas sociais e políticas. No plano teórico, o pensamento analítico separa, decupa. Fracassa quando pretende atingir uma síntese. Social e politicamente, as estratégias de classes (inconscientes ou conscientes) visam a segregação.” (LEFEVBRE, 2011, p. 98)

Segundo Harvey (2001, p. 43), “a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos”.

Até mesmo bairros que em outrora eram vistos como populares se transformaram, uma

vez que essa forma perversa de produção do espaço se estabelece e introduz mecanismos que fazem com que apenas uma determinada demanda da sociedade possa residir naquele espaço. O fenômeno da gentrificação, onde espaços populares são frutos da especulação imobiliária e se elitizam, tendo elevação no custo de vida local, fazendo assim com que as camadas sociais de menor poder aquisitivo não consigam continuar a residir nesses espaços.

Segundo Arlete Moyses Rodrigues (1988, p. 88), “de modo geral, o investimento ocorre em áreas já equipadas, mas, quando também se investe em áreas carentes, a tendência é a expulsão dos mais pobres, pois aumenta o preço da terra, das habitações. Este aumento está relacionado muitas vezes aos impostos sobre a terra – caso os proprietários que moram em casa própria e vendem para comprar em outro bairro, onde os impostos são mais baixos – aos aluguéis, que se tornam incompatíveis com os que aí moravam e que mudam para outros lugares mais ‘pobres’. Mas, também ao fato que, com a mudança da aparência, com a „chegada dos melhoramentos“, perde-se a identidade no bairro: ‘Agora é todo mundo diferente, tá muito rico, eu não posso mais morar aqui’ (depoimento).”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a urbanização trouxe consigo a verticalização da cidade e o crescimento de estabelecimentos industriais que movimentam a economia do lugar. Em contrapartida a qualidade de vida foi comprometida ao longo do tempo, para a implantação de mais prédios; shoppings e indústrias, alguns elementos naturais foram perdidos e a população deixou de habitar grandes espaços que em outrora ocupava, essas modificações resultam em aumento de temperatura, poluição de praias, dificuldade do escoamento de água das chuvas, poluição do ar, segregação social e outros.

O avanço é algo necessário e inevitável para a manutenção da cidade, a reestruturação principalmente das áreas urbanas se torna fundamental, a dinâmica de vida das pessoas hoje é totalmente distinta de 30 anos atrás, portanto, mudanças fazem parte da formulação do que se compreende como cidade no século atual, mas o interessante é saber gerir os interesses econômicos com o bem estar da população, os grandes centros

urbanos atualmente são transformados em territórios de negócios, em prol das finalidades capitalistas, essas práticas precisam ser repensadas já, os interesses sociais devem prevalecer sobre os demais.

A produção do espaço em São Luís segue uma dinâmica global, onde as cidades são campos de metamorfoses que geram essa série de problemas que foram apresentados,

os desafios estão expostos, buscar amenizar essa diferenciação social e obter uma boa qualidade de vida para todas as pessoas que habitam o espaço urbano, porém, as perspectivas são provenientes do atual, e como o cenário atual é fruto de um agente gerador de segregações e de privilégios para minorias, não teremos mudanças benéficas, caso isso continue a se estabelecer.

BIBLIOGRAFIA

- [1] Carlos, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. Editora Contexto, 2001.
- [2] Carlos, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.
- [3] Diniz, Juarez Soares. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. Ciências Humanas em Revista, p. 167-180, 2007.
- [4] Ferreira, Antônio J. de A. A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?. JR, 2014.
- [5] Harvey, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

- [6] Lefebvre, Henri. O direito à cidade. Tradução de: Fortuna, Carlos, São Paulo: Centauro, 2001.
- [7] Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.
- [8] Rodrigues, Arlete Moysés. Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco. São Paulo. Tese-USP-1988, 1988.
- [9] Santos, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, v. 1, 1996.
- [10] Santos, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, v. 4, 1988.

Capítulo 13

TURISMO RELIGIOSO EM SANTO EXPEDITO/SP: TERRITÓRIOS E ESPAÇO

Matheus Guimarães Lima

Leandro Reginaldo Maximino Lelis

Resumo: O turismo tem se expandido bastante ao longo das últimas três décadas e a sua prática está disseminada e representada socialmente de maneiras distintas. Dentre as diferentes tipificações do turismo, a que se refere ao turismo religioso é uma das que mais se destaca nacionalmente, sendo responsável por um fluxo interno anual de 18 milhões de pessoas no Brasil. O presente trabalho se debruça sobre o fenômeno turístico no município de Santo Expedito, no oeste do estado de São Paulo. Partindo do fenômeno do turismo religioso no município, acessamos os conceitos de espaço e território e analisamos os processos que delineiam as dinâmicas locais de produção do espaço, a partir de práticas devocionais cristãs.

Palavras-Chave: Turismo. Espaço. Território.

1. INTRODUÇÃO

A Geografia como ciência, abrange estudos relacionados ao conceito de território em suas distintas definições, tendo como premissa a análise e compreensão das características plurais, ou singulares dos aspectos em questão. Sendo o Brasil um país cujas manifestações e práticas religiosas encontram-se enraizadas na construção da identidade nacional, não é de se estranhar que as tais manifestações religiosas – por vezes materializadas em situações de sincretismo religioso – se façam visíveis no contexto espacial da religião (ITO, 2013; LIMA, 2018).

Empreendemos a compreensão do espaço geográfico, com base nas transformações perpetradas pela atividade turística, tendo como fato inalienável que as eventuais transformações que possam, e podem, ocorrer no espaço são constantes sob a perspectiva dos fluxos criados pela globalização, apoiados no avanço das técnicas de produção (KNAFOU, 1996; KRIPPENDORF, 2000; BOULLÓN, 2002; CORIOLANO, 2002; BARRETO, 2005; GORNI, 2009; THOMAZ, 2010; SANTOS, 2011).

Sob essa perspectiva, iremos abordar, aqui, o caso específico de Santo Expedito – SP. O município é o único no Brasil que leva o nome de Santo Expedito – reconhecido entre os praticantes da fé católica como o santo das causas urgentes – e teve sua origem diretamente atrelada à fé de seus pioneiros.

O Brasil é um país majoritariamente cristão (embora o número de cristãos esteja diminuindo ao longo das últimas décadas). Salientamos, ainda, que, além de ser um país majoritariamente cristão, o Brasil é nominalmente um país católico (embora o número de católicos esteja diminuindo progressivamente enquanto cresce o número de cristãos protestantes/evangélicos), o que remonta ao Brasil Colonial (Cia. de Jesus, Jesuítas etc.) e ao próprio processo histórico de constituição da nação. No Brasil, alguns destinos turísticos relacionados à fé católica já se consolidaram no imaginário popular, e desenvolveram estruturas que lhes dão suporte, seja no âmbito da infraestrutura (capacidade hoteleira, acesso rodoviário e/ou aéreo) ou dos serviços especializados que caracterizam todos os destinos turísticos; dentre os destinos nacionais que se encaixam nas características elencadas – hotelaria, serviços, acesso – e recebem fluxo contínuo

de turistas ao longo do ano podemos destacar: Mariana/MG, Ouro Preto/MG, Aparecida/SP, Trindade/GO e Juazeiro do Norte/CE. À parte dos destinos citados, que compõem uma rede já estabelecida de destinos religiosos e à parte da queda no número de cristãos de fé católica no país, alguns destinos não tradicionais emergem, ganham importância e se estabelecem enquanto polarizadores de fluxos turísticos religiosos (LIMA, 2018, p. 58).

A família do Sr. Arnóbio Guimarães Tenório chegou à atual localidade de Santo Expedito por volta do ano de 1940, oriunda do Maranhão. Em suas escassas posses, havia uma imagem do referido santo, o qual seria objeto de devoção da família Tenório.

O patriarca teria feito a promessa “de que ergueria uma capela em homenagem ao Santo Expedito, logo que chegasse ao estado de São Paulo” (LIMA, 2018, p. 59), caso conseguisse uma moradia e uma ocupação para prover por sua numerosa família. Cumprida a promessa, passou-se a chamar a localidade de “Capelinha”, nome substituído aos poucos por “Santo Expedito”, em menção à imagem lá instalada pelo Sr. Tenório (ITO, 2013; LIMA, 2018).

Inicialmente denominada “Capelinha da Vila Braga”, em alusão à Companhia de Colonização instalada no local. Mas, predominou a utilização da denominação “Capelinha”; e aos poucos, por conta da imagem de Santo Expedito existente na Capela, o povo denominou a localidade de Santo Expedito (ITO, 2013, p. 2).

A escala temporal de quase 80 anos, evidentemente, trouxe consigo transformações. A capela simples construída de pau a pique e depois de madeira deu lugar a uma igreja de alvenaria. Atualmente, está em construção um santuário de enorme dimensão, visando atender ao enorme e crescente número de peregrinos e fiéis que, ano após ano, visitam o município, principalmente no Dia de Santo Expedito, 19 de abril.

Tendo a cidade se estruturado com base na Igreja de Santo Expedito, há a possibilidade de analisar a distinção entre o sagrado e o profano e suas distintas territorialidades; sob a ótica dos moradores locais e dos peregrinos de fé.

Após a inauguração da igreja de Santo Expedito, a praça defronte e as adjacências

consolidaram-se como ponto central da vida cotidiana na cidade que florescia, concentrando prédios do poder público, moradias e o esparso comércio local. Nessa perspectiva, a igreja foi determinante no processo de produção do espaço urbano em Santo Expedito, sendo um polo de concentração de fluxos e representando um rompimento com a condição de homogeneidade da paisagem, até então rural (LIMA, 2018, p. 61).

Localizado na Região Imediata¹⁹ de Presidente Prudente, no oeste paulista, o município está distante cerca de 600 km da capital do estado, a uma latitude 21°51'02" sul e a uma longitude 51°23'32" oeste.

Estando a uma altitude de 416 metros em relação ao nível do mar, Santo Expedito contava com 3.035 habitantes em 2016, sendo sua matriz econômica a agricultura, e sendo também cidade dormitório, já que muitos de seus habitantes trabalham na maior cidade da região imediata, Presidente Prudente (LIMA, 2018).

A vocação para o “sagrado” está intrínseca à origem do município. Ainda assim, as características espaciais diferenciam o que é sagrado e o que não é (ELIADE, 2002; ROSENDAHL, 2002; ITO, 2013; LIMA, 2018).

Rosendahl (2002) defende que existe a necessidade de espacialização daquilo que é considerado sagrado, de acordo com cada crença. Segundo Rosendahl (2002), a concepção de que há espaços sagrados que possibilitam a existência de um mundo livre de imperfeições, acaba por conduzir o homem a um estado de tolerância com as dificuldades cotidianas. Mais adiante afirma que

O homem consagra o espaço porque ele sente necessidade de viver em um mundo sagrado, de mover-se em um espaço sagrado. O homem religioso, dessa maneira, se exprime sob formas simbólicas que se relacionam no espaço: cada vez que se ergue uma nova igreja, o grupo religioso tem a impressão de que cresce e se consolida. Apesar da onipresença de Deus, existem espaços que são mais sagrados que outros (ROSENDAHL, 2002, p.16).

A onipresença de Deus é consideração de senso comum, porém, seja no budismo, no islamismo ou no catolicismo, há uma relação hierárquica sobre a presença do sagrado, e é nos espaços sagrados de peregrinação que essa diferenciação se faz mais nítida.

Podemos citar nesse sentido como exemplo principal a cidade de Jerusalém, que é uma cidade sagrada para cristãos, muçulmanos e judeus, o que tem desencadeado conflitos territoriais frequentemente. Dessa maneira, para que haja espaço sagrado, devemos partir do princípio de heterogeneidade dos espaços, nesse âmbito [temos] o conceito de espaço não-homogêneo, que se faz por meio de características que o diferenciam de outros espaços, classificando-os de maneira dicotômica como sagrados ou profanos. Entendemos assim, que a qualificação de um espaço sagrado é atrelada à um processo anterior de segregação espacial (ELIADE, 2002, p. 17 *apud* LIMA, 2018, p. 64).

Assim sendo, caracterizar um lugar como sagrado demanda que se faça uma análise livre de considerações homogêneas, já que o dito sagrado se diferencia do resto que o envolve. A Igreja de Santo Expedito representa, então, não homogeneidade, assim como o futuro Santuário de Santo Expedito – cuja área deverá ser de 10.000 m² – tende a representar também, seja sob uma perspectiva arquitetônica, já que suas instalações diferem de todo o seu redor, seja sob a perspectiva do sagrado já exposta.

É preciso dizer, desde já, que a experiência religiosa da não homogeneidade do espaço constitui uma experiência primordial, que corresponde a uma “fundação do mundo”. Não se trata de uma especulação teórica, mas de uma experiência religiosa primária, que precede toda a reflexão sobre o mundo. É a rotura operada no espaço que permite a constituição do mundo, porque é ela que descobre o “ponto fixo”, o eixo central de toda a orientação futura. Quando o sagrado se manifesta por uma hierofania qualquer, não só há rotura na homogeneidade do espaço, como também revelação de uma realidade absoluta, que se opõe à não realidade da imensa extensão envolvente. A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo. Na extensão homogênea e infinita onde não é possível nenhum ponto de referência, e onde, portanto, nenhuma orientação pode efetuar-se, a hierofania revela um “ponto fixo” absoluto, um “centro”. Vemos, portanto, em que medida a descoberta – ou seja, a

¹⁹ Novas categorias introduzidas pelo IBGE recentemente (2017). As regiões imediatas e intermediárias substituem as categorias microrregião e mesorregião, respectivamente, que eram utilizadas desde 1989.

revelação – do espaço sagrado tem um valor existencial para o homem religioso; porque nada pode começar, nada se pode fazer sem uma orientação prévia – e toda orientação implica a aquisição de um ponto fixo. Para viver no mundo é preciso fundá-lo – e nenhum mundo pode nascer no “caos” da homogeneidade e da relatividade do espaço profano. A descoberta ou a projeção de um ponto fixo – o “centro” – equivale à criação do mundo (ELIADE, 2002, p. 17).

Embora seja um município com pouco mais de 3.000 habitantes, Santo Expedito recebe, anualmente, dezenas de milhares de visitantes, principalmente no Dia de Santo Expedito, 19 de abril, quando cerca de 65.000 peregrinos passam pela cidade. Esses peregrinos, movidos pela fé, vem de lugares diferentes Brasil afora e esperam por até seis horas – muitas vezes sob sol forte ou chuva – para adentrar a igreja e beijar a mão da imagem de Santo Expedito (ITO, 2013; LIMA, 2018).

Nesses dias, o território do sagrado se expande para além dos limites da igreja em si, passando a abranger a praça que a circunda e todo o redor, fazendo-se território dos peregrinos e fiéis, posição apoiada em Raffestin (1993), que afirma que território vai além de conceituações geográficas e/ou geomorfológicas, sendo o território a expressão das relações de poder e dominação apropriadas em devido espaço (SOUZA, 1995, p. 77).

Sendo a quantidade de pessoas que participam das festividades no dia de Santo Expedito cerca de vinte vezes maior que a população da cidade, não é difícil imaginar o enorme número necessário de pessoas para atender a demanda por alimentação e serviços. Dessa forma, a cidade é destino de multidões de comerciantes ambulantes, que montam suas barracas para comercializar seus produtos.

O credenciamento fica por conta da prefeitura local, que dá preferência aos comerciantes da cidade, porém, sendo estes insuficientes para suprir a demanda, são autorizados comerciantes de outras cidades, sendo a maioria oriundos de municípios situados na região imediata de Presidente Prudente.

Nesse sentido, destacamos uma questão bastante significativa. Os souvenirs religiosos – imagens, esculturas, quadros, chaveiros, camisetas, etc. –, que são muito

procurados pelos fiéis e têm seu simbolismo captado pela inserção do capital.

Muitos dos comerciantes são sujeitos não católicos, que identificam, nesse tipo de comércio, apenas uma oportunidade de lucro, já que o público consumidor a ser explorado é bastante amplo.

Sob essa perspectiva de análise, é possível afirmar que o município se torna território do sagrado via fiéis católicos, bem como, território do comércio capitalista via comerciantes ambulantes. Isso não é, porém, uma situação única, tendo em vista a possibilidade de dois ou mais territórios distintos coexistirem em um mesmo contexto de localização geográfica (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; DEMATTEIS, 2008; TURRA NETO, 2008; LIMA, 2018).

Demmateis (2008) afirma que o território é produto social, caracterizando-se como lugar de encontro, de relações, onde as interações se desenvolvem como fruto da construção social, podendo haver desigualdades, advindas de uma construção coletiva de diferentes dimensões (DEMATTEIS, 2008, p. 34).

Ano após ano, o número de visitantes aumenta em Santo Expedito e, atualmente, são feitas diversas ações e promoções pela Igreja, com apoio dos órgãos municipais, com intuito de arrecadar fundos para a finalização do Santuário de Santo Expedito.

Uma vez que a obra se complete, há expectativa de que cresça ainda mais o número anual de visitantes, colocando Santo Expedito definitivamente no mapa dos maiores destinos de turismo religioso no Brasil.

2.OBJETIVOS

Sendo um estudo acerca de diferentes definições de territorialidade e espaço, inseridas em um contexto religioso, os objetivos são:

- Descrever os aspectos históricos que possibilitaram o surgimento dos diferentes territórios
- Analisar as dinâmicas de ocupação do espaço no município, principalmente durante os festejos de Santo Expedito
- Analisar de que forma as diferentes territorialidades se fazem presentes e coexistem

- Descrever as noções de lugar sagrado e lugar profano, tendo em vista o fenômeno de peregrinação

3. METODOLOGIA

Ao se colocar em prática um estudo sobre territórios, é primordial se aprofundar na vasta bibliografia existente sobre tal temática. Além disso, é necessário compreender as não limitações do conceito de território e a possibilidade de que dois ou mais territórios coexistam no mesmo espaço. Nesse sentido, foi realizada pesquisa bibliográfica, o que, segundo Lima (2018),

É uma etapa de suma importância na realização de pesquisas científicas e fornece o embasamento teórico que sustenta a problemática da pesquisa e as hipóteses envolvidas. A pesquisa bibliográfica – por meio de leituras e fichamentos pertinentes à compreensão da problemática na qual se insere o objeto de estudo – é uma etapa indispensável que deve anteceder toda pesquisa científica, mesmo que de maneira preliminar (p. 59).

Devemos destacar, entretanto, que o turismo religioso é um tema não muito explorado no escopo da Geografia. No caso específico de Santo Expedito, há pouquíssima bibliografia disponível, sendo a bibliografia existente certamente de grande contribuição para a construção do presente trabalho. As fontes de pesquisa bibliográfica são teses e artigos científicos relativos à temática pertinente e dados de órgãos oficiais.

Além da pesquisa bibliográfica, um importante aspecto na construção desse trabalho é a pesquisa *“in loco”*, isto é, uma saída a campo que possibilitou contato direto com o objeto de estudo, o município de Santo Expedito, procedimento metodológico tão presente de pesquisa na Geografia e nas ciências humanas em geral, como salienta Silveira (1936, p. 72), ao afirmar que o trabalho de campo “torna mais apurada a capacidade de observação e ganham os conhecimentos a solidez que só o contato com a realidade objetiva pode dar”. Devemos destacar, ainda, os relatos de moradores locais que constituem-se como testemunhas dos processos ocorridos no espaço local.

O trabalho de campo é um procedimento metodológico que remonta a um período anterior à sistematização da Geografia como ciência no século XIX, nesse sentido

destacamos a literatura anterior sobre o espaço e o mundo físico resultantes de descrições e apontamentos oriundos de contribuições de viajantes, mascates, comerciantes e militares. Ao largo do século XX e do século XXI, os trabalhos de campo têm sido amplamente utilizados em pesquisas geográficas, pois possibilitam articulação entre o conhecimento teórico adquirido em sala de aula e o conhecimento prático que somente é adquirido na vivência do campo (LIMA, 2018, p. 59).

4.0 DIA DE SANTO EXPEDITO – 19 DE ABRIL

A pesquisa realizada nos leva a algumas reflexões que possibilitam fazer algumas conclusões acerca do fenômeno estudado. Santo Expedito – SP, em seus quase 70 anos de existência, pouco se desenvolveu em termos populacionais, sendo um município cuja matriz econômica é estreitamente ligada à agricultura.

A oferta de serviços especializados é praticamente inexistente, sendo muitos dos serviços demandados pela população local encontrados somente no maior município da região, Presidente Prudente. À parte disso, muitos dos moradores locais fazem diariamente movimento pendular até Presidente Prudente, caracterizando Santo Expedito, em sua dimensão diminuta, como uma cidade dormitório.

O surgimento do município, estreitamente ligado à devoção religiosa, o leva a apresentar outro panorama que é o de município com vocação/potencial de desenvolvimento turístico religioso, tendo em vista a fé de seus pioneiros que, logo ao chegarem, ergueram uma capela rudimentar em homenagem ao santo.

A pequena capela, depois substituída por uma igreja, passou a ser ponto de peregrinação em razão da distinção entre os lugares ditos sagrados e os lugares ditos profanos, definições presentes em muitas matrizes religiosas, inclusive no Cristianismo Católico (ROSENDAHL, 2002; ELIADE, 2002; ITO, 2013; LIMA, 2018).

Embora o município tenha sido destino de peregrinação durante muitas décadas, as relações atuais passaram a se intensificar apenas em meados da década de 1990. A criação da Cavalgada de Santo Expedito – em 1997 – que hoje é composta por grupos de

cavaleiros – as chamadas tropas – oriundas dos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás, marcou o início do turismo em massa em Santo Expedito.

A cavalgada, tradicionalmente, se inicia ao meio-dia do Dia de Santo Expedito e, ao passar em frente à igreja os cavaleiros recebem a bênção do padre e são unguídos com água benta.

Entre as décadas de 1940 e de 1990, homenagens e atos de devoção ao Santo Expedito continuaram a ocorrer anualmente no dia 19 de abril, entretanto mantiveram-se em escala diminuta, agregando apenas a pequena população local, até o fim da década de 1990, quando ocorreu uma verdadeira revolução no processo de organização de romarias e práticas devocionais, no dia de Santo Expedito, no município. O ponto de ruptura foi a idealização da Festa de Santo Expedito em 1997, que causou um *boom* no número de turistas, chegando atualmente à média de 65.000 todos os anos no dia 19 de abril. Sem grandes meios de divulgação, a Festa de Santo Expedito ganhou popularidade gradualmente, primeiro entre os habitantes da região de Presidente Prudente, onde se localiza o município, e, posteriormente em outras regiões, principalmente nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. O crescimento significativo do número de turistas tornou a igreja de Santo Expedito insuficiente para abrigar a todos. Essa condição teve como desdobramento a idealização, no início dos anos 2000, de um santuário de grande proporção para melhor receber os fiéis e que simbolize a fé dos devotos. Entretanto, devido aos altos valores envolvidos na construção, as condições não eram favoráveis. Além do fator econômico, ainda havia como barreira a própria organização política e hierárquica da Igreja Católica, já que a Igreja de Santo Expedito sequer era uma paróquia. De idealização utópica à realidade materializada, o santuário começou a tomar forma em 2009, quando o Bispo da Mitra Diocesana de Presidente Prudente criou a Paróquia do Santuário de Santo Expedito, já que, até então a Igreja de Santo Expedito era subordinada à Paróquia de Alfredo Marcondes (cidade vizinha da qual Santo Expedito foi parte antes de sua emancipação político administrativa em 1958). Em 24 de Maio de 2009 o padre Umberto Laércio Bastos de Souza assumiu como primeiro pároco da Paróquia do Santuário de

Santo Expedito e iniciou a construção do santuário em um terreno doado, às margens da Rodovia Júlio Budiski (LIMA, 2018, p. 63).

A coexistência do território sagrado e do profano se faz presente nos dias de Santo Expedito, partindo da noção de que o território é expressão das relações de poder e apropriação do espaço (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995; HAESBAERT, 2004; ARANHA-SILVA, 2005; TURRA NETO, 2008; GOETTERT, 2008; THOMAZ, 2010; LIMA, 2018).

Os fiéis e peregrinos condicionam sua visita ao exercício de sua fé e espiritualidade, partindo do pressuposto que a igreja é lugar sagrado. Os comerciantes em geral – embora muitos também sigam a fé católica – condicionam sua visita à outra perspectiva, não a religiosa ou sagrada, mas sim a comercial, já que no Dia de Santo Expedito a cidade atrai cerca de 65.000 peregrinos, um contingente vinte vezes maior que a população local, configurando uma oportunidade bastante favorável ao comércio e lucro de pequenos comerciantes e comerciantes de ocasião.

O espaço se torna território sagrado, principalmente na igreja, mas também em suas adjacências diretas em razão do enorme contingente de pessoas que aguardam, por horas, para adentrar a igreja e beijar a imagem de Santo Expedito. Concomitantemente, o espaço próximo dominado por comércio de toda espécie se configura no território profano. Quanto a essa noção de território Haesbaert (2004, p. 36) afirma que:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Entender essa dicotomia é, de certa maneira, desafiador, já que os sujeitos presentes, por motivos religiosos, ou não, se constituem como agentes produtores do espaço local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada ano, a festa do Dia de Santo Expedito se expande, o número de participantes é crescente. Tendo a festa se tornado tradicional no calendário religioso local/regional, surgiu a proposta de se

construir um santuário de enorme dimensão que possa suprir a demanda crescente de peregrinos. Partindo de doações e ações promocionais da igreja local, são angariados recursos destinados à conclusão do santuário, que está em construção, entretanto, sem previsão de conclusão.

Partindo desse entendimento, de que, em algum momento, o santuário estará concluído, podemos supor que o número de visitantes cresça ainda mais, provocando transformações tanto no espaço como nas territorialidades ali inseridas.

Devemos notar, também, que o santuário se localiza(rá) às margens da rodovia Júlio Budiski (SP-501), distante cerca de dois quilômetros do pequeno centro comercial do município, distante de estabelecimentos

comerciais fixos. Supõe-se, então, que o comerciante ambulante tende a tomar para si papel de maior importância e destaque.

Outro fato que observamos, é que bem próximo ao futuro santuário há um conjunto habitacional popular, cujos imóveis tendem à valorização, mas essa é apenas uma possibilidade, sendo necessário mais estudos para que se possa fazer tal afirmação.

Por fim, podemos concluir que Santo Expedito é um município com vocação para o turismo religioso, no qual a igreja exerce papel de centralidade na hierarquização social local, sendo o fenômeno da peregrinação religiosa e das relações comerciais relacionadas, diretamente ligadas aos fatores religioso e sagrado.

BIBLIOGRAFIA

- [1] Aranha-Silva, E. Lazer nos espaços urbanos. Revista Eletrônica AGB-TL, Três Lagoas – MS, v. 1, n. 1, 2005.
- [2] Barreto, M. Planejamento responsável do turismo. Campinas: Papirus, 2005.
- [3] Boullón, R. C. Planejamento do espaço turístico. Bauru: EDUSC, 2002.
- [4] Coriolano, L. N. M. O ecoturismo e os hóspedes da Natureza. In: BARRETO, M. (Org.). Redescobrimos a ecologia no turismo. Caxias do Sul: EDUSC, 2002. DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: Alves, A. F.; Carrijo, B. R.; Candioto, L. Z. P. (Orgs). Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 33-48.
- [5] Eliade, M. O Sagrado e o Profano - A essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- [6] Goettert, J. D. O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso. Dourados - MS: Editora da UFGD, 2008.
- [7] Gorni, P. M. Estratégias intersetoriais das organizações do Turismo de Natureza: enfoque na competitividade. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.
- [8] Haesbaert, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- [9] Ito, C. A. Santo Expedito: Da devoção espontânea à construção de território. Presidente Prudente: Editora Unesp, 2013.
- [10] Knafou, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. Rodrigues, A.B. (org.) Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, pp.62-74.
- [11] Krippendorf, J. Sociologia do turismo. São Paulo: Aleph, 2000.
- [12] Lima, M. G. Produção do espaço e turismo religioso em Santo Expedito/SP. Revista Presença Geográfica, Porto Velho, v. 7, nº 1, 2018.
- [13] Raffestin, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- [14] Rosendahl, Z. Geografia da Religião: uma Proposição Temática. GEOUSP- Espaço e Tempo, São Paulo, v. 13, nº 11, 2002.
- [15] Santos, E. E. Análise do turismo sob a perspectiva do conhecimento geográfico. Revista Turismo, Visão e Ação, Universidade do Vale do Itajaí, 2011. Disponível em: < www.univali.br/revistaturismo >. Acesso em: 14 abr. 2016.
- [16] Silveira, J. D. A excursão no ensino de Geografia. Revista Geografia, São Paulo, v. 2, nº 4, p. 71- 73, 1936.
- [17] Souza, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E. de; Gomes, P. C. da C.; Corrêa, R. L. (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-81.
- [18] Thomaz, R. C. C. A revalorização e difusão do patrimônio cultural como meio desenvolvimento do turismo rural e cultural: estudo de caso da rede galega do patrimônio arqueológico. Revista Tópos, Presidente Prudente, v. 4, nº 2, 2010.

[19] Turra Neto, N. Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2008.

Capítulo 14

O CORPO E O ESPAÇO: RECONFIGURAÇÕES ESPACIAIS A PARTIR DE MUDANÇAS DE IDENTIDADE DE GÊNERO

Katiuscia da Costa Pinheiro

Iapony Rodrigues Galvão

Resumo: A presente pesquisa buscou compreender o processo de produção da identidade de gênero de uma criança intersex, a partir de um estudo de caso no estado do Maranhão. Além disso, também se buscou analisar a dinâmica territorial que permeia o processo de produção da identidade de gênero de uma criança intersex no estado do Maranhão e compreender as estratégias de resistência da mesma frente a ação das redes de controle social e médico sobre seu corpo.

Palavras-Chave: Corpo; Espaço; Identidade de Gênero.

1. INTRODUÇÃO

É possível afirmar que há um processo de visibilidade do debate sobre a intersexualidade no Brasil e no Ocidente. Podemos tomar como exemplo a incidência de trabalhos acerca dessa temática no “Seminário Internacional Fazendo Gênero”, maior encontro científico na área dos estudos de gênero do país, que acontece atualmente trienalmente na cidade de Florianópolis – SC.

Em sua versão do ano de 2008 o referido seminário teve sete trabalhos inscritos que abordavam a temática da intersexualidade, sendo um da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), um da Universidade Federal de Santa Catarina (FSC), dois da Universidade Nacional de Brasília (UNB) e dois da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) (FAZENDO GÊNERO, 2009).

Por meio do campo cinematográfico, a temática da intersexualidade obteve grande visibilidade com a estreia, em 2007, do filme “XXY”, da diretora argentina Lucia Puenzo (2007). A película foi vencedora do prêmio da semana da crítica, no Festival de Cinema de Cannes de 2007, na França (UOL, 2008), sendo, inclusive, objeto de análise por um dos trabalhos acima mencionados.

No Maranhão, a temática da intersexualidade esteve presente no artigo vencedor da categoria graduando/a do 1º Prêmio Professora Ieda Cutrim Batista - Concurso de redações e de artigos científicos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos, no ano de 2009, promovido pela Secretaria de Estado da Mulher e pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA).

Podemos destacar, ainda, a relevância que a questão da intersexualidade já possui em alguns países, como os Estados Unidos, onde foi criada uma associação intitulada *Intersex Society of North America*- ISNA (Sociedade Intersexo da América do Norte) em cujo site apresentava-se como comprometida com a defesa do bem-estar das pessoas que nasceram na condição de intersexualidade (ISNA, 2008).

No contexto desse processo de visibilidade, penso ser importante que as Ciências Humanas se preocupem com o estudo da intersexualidade no Maranhão. Essa importância se faz notar não só pela quase

inexistência de pesquisas acerca dessa temática nesse Estado, mas principalmente pelas problematizações que essa questão trás para a compreensão da corporeidade, da chamada identidade sexual e das relações sociais de gênero que se desenvolvem nos territórios das cidades e do campo a partir de mudanças na identidade de gênero das pessoas.

Desta forma, a presente pesquisa buscou compreender o processo de produção da identidade de gênero de uma criança intersex, a partir de um estudo de caso no estado do Maranhão. Além disso, também se buscou analisar a dinâmica territorial que permeia o processo de produção da identidade de gênero de uma criança intersex no estado do Maranhão e compreender as estratégias de resistência da mesma frente a ação das redes de controle social e médico sobre seu corpo.

No tocante aos aspectos metodológicos do trabalho, observamos que Nádia Perez Pino (2007) discute a questão da abordagem que deve ser dada ao estudo da identidade dos sujeitos entendendo que não se pode compreendê-las por meio do resgate de suas experiências visto que estas não devem ser o ponto de chegada da análise, mas sim, o ponto de partida. É nas experiências que os sujeitos se constroem e não a partir de identidades fixas.

Dessa maneira, é necessário, segundo ela, que se elabore procedimentos metodológicos que deem conta dos processos de construção (sempre em trânsito) das identidades dos sujeitos. Nesse caso escolhemos dialogar com o pensamento do geógrafo Milton Santos (2005) utilizando conceitos como lugar, verticalidades e redes para compreender a dinâmica espacial do controle sobre uma criança intersex em São Luís – MA.

Essa pesquisa tem caráter qualitativo e se realizou através do método etnográfico. Efetuei o registro escrito aprofundado no caderno de campo das falas e ações das pessoas que estavam presentes na passagem da criança intersex pelo hospital público em São Luís – MA, assim como na cidade do interior para onde a criança retornou após a cirurgia.

2.0 CONCEITO DE INTERSEXUALIDADE

Existe uma ideia muito comum sobre a intersexualidade que é a de que intersexual é a pessoa que possui “sexo ambíguo”. Essa noção, que é bastante recorrente, carrega pelo menos dois pontos que merecem reflexão.

O primeiro ponto refere-se à ideia de que realmente exista um sexo tal qual o discurso biológico o delinea e que desconsidera o fato de que a própria ideia de sexo não é a-histórica e imutável (LAQUEUR, 2001).

A categoria sexo, retomando o pensamento de Judith Butler (2003), não é um mero elemento biológico cujo correspondente em termos culturais seja o gênero. Trata-se de uma categoria cuja existência é perpassada pelos saberes jurídicos, médicos e científicos de uma forma geral.

O chamado sexo nada mais é que a convergência de uma série de aparatos sociais que lhe dão a aparência de uma materialidade homogênea e palpável cujo funcionamento simula total alheamento às relações de poder e às lutas sociais pela hierarquização de gênero. Tudo funciona como se o processo de formulação do discurso biológico, com suas nomenclaturas, classificações e detalhamentos estivesse fora do jogo de gênero que contribui para a formulação do que é aceitável e do que é repulsivo socialmente.

Outro aspecto do conceito de intersexualidade acima mencionado diz respeito à ideia de ambiguidade, ou seja, a noção de que existam pessoas que possuam os “dois sexos”, restringindo-se a condição dos *intersex* a uma única modalidade corporal.

De acordo com Mauro Cabral (2005), os *intersex* têm sido associados ao longo do tempo à figura dos chamados *hermafroditas* e esclarece que, para entendermos esses indivíduos temos que ter como horizonte a ideia de variação já que a intersexualidade abrange um conjunto amplo de corporalidades possíveis, ou seja:

A aquellas que involucran mosaicos cromosómicos (XXY, XX0), configuraciones y localizaciones particulares de las gónadas - (la coexistencia de tejido testicular y ovárico, testículos no descendidos) como de los genitales (por ejemplo, cuando el tamaño del pene es "demasiado" pequeño y cuando el clítoris es "demasiado" grande de acuerdo a ese mismo *standard* del que antes hablaba,

quando el final de la uretra está desplazado de la punta del pene a uno de sus costados o a la base del mismo, o cuando la vagina está ausente...). Por lo tanto, cuando hablamos de intersexualidad no nos referimos a un cuerpo en particular, sino a un conjunto muy amplio de corporalidades posibles, cuya variación respecto de la masculinidad y la femineidad corporalmente "típicas" viene dada por un modo cultural, biomédicamente específico, de mirar y medir los cuerpos humanos

No séc. XIX, na Europa, a noção de hermafrodita ainda preponderava, influenciada pelo referencial da mitologia. Quando a “caça” aos sujeitos tidos como perversos se acentua, em 1876, ocorre uma nova classificação desses chamados hermafroditas, baseada agora no critério das gônadas (ovários e testículos). Essa perspectiva, entretanto, não vigorou por muito tempo (CABRAL, 2005).

Ainda de acordo com o argentino Mauro Cabral (2005), a partir de 1915 os aspectos psicossociais desses indivíduos tidos como anormais passam a ser considerados, assim como a maneira como se percebiam e, por volta de 1930, iniciam-se as cirurgias nesses sujeitos, sendo que, em 1960, nos Estados Unidos, um entendimento desses seres que levava em conta uma construção de gênero sobre seus corpos começa a se estabelecer. Permanece naquele momento, contudo, a ideia do corpo como base material de uma identidade socialmente construída.

No Brasil, o tema da intersexualidade, só bem recentemente tem sido objeto de estudo nas Ciências Sociais, com destaque para os trabalhos de Paula Sandrine Machado (2005; 2008) e Nádia Pino (2007).

Em relação ao termo *intersex*, Pino (2007) coloca que se trata de um conceito criado pela medicina e incorporado pelos ativismos e que denomina as pessoas que nasceram com órgãos reprodutivos e anatomias sexuais que não são inteligíveis através de um viés binário, ancorado nas idéias de masculino e feminino e correspondentes a sujeitos classificados como homens e mulheres. Esses sujeitos “estranhos” passaram a “necessitar” de uma intervenção médica que os trouxesse de volta para a “normalidade” do dimorfismo sexual.

Segundo Nádia Pino (2007), houve uma primeira fase, intitulada “Era das Gônadas”, na qual a classificação desses corpos se dava através do critério de existência de gônadas masculinas e femininas e surgiram

as classificações que são utilizadas até hoje como verdadeiro e falso hermafrodita.

Posteriormente, a partir da década de 1950, entramos na “Era Cirúrgica” em que houve um avanço nas técnicas, na anestesia e, principalmente a emergência do paradigma da identidade de gênero, elaborada por John Money a partir da Teoria dos papéis sociais, de Talcot Parsons. Essa perspectiva entendia que não nascíamos com os gêneros definidos e que isto só ocorria 18 meses depois do nascimento (PINO, 2007).

Isto, entretanto, não significava que se estivesse fora da classificação tradicional de gênero, tanto que os *intersex* tinham que se submeter a tratamentos para se enquadrarem no padrão de normalidade, pois o requisito da binariedade do sexo ainda imperava.

Consolidando estas discussões relativas a temática, PINO (2007) destaca a “Era do Consenso”, nela a decisão sobre o sexo é tomada por uma equipe multidisciplinar, com a contribuição dos pais.

3.A IDENTIDADE DE GÊNERO E O ESPAÇO SOCIAL

Neste trabalho pudemos observar que a construção da identidade de gênero da criança pesquisada foi sendo processada por meio também da passagem dela por vários territórios e espaços, daí a necessidade do diálogo com as teorias da Geografia para que entendamos essa construção.

Inicialmente devemos destacar que o território de onde emanam as regulamentações elaboradas sobre o *status* biomédico-político das pessoas *intersex* é o dos países do norte global em que estão sediadas instituições como a Associação Americana de Psiquiatria (APA) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), as quais ainda designam as pessoas *intersex*, transexuais e travestis como sendo portadoras de patologias relativas à saúde mental, em que pese toda uma luta internacional em prol da despatologização dessas pessoas.

Essa luta tem como exemplo, dentre outras frentes, a “Campanha Internacional pela Despatologização das Pessoas Trans”, que vem organizando ações em todo o mundo, no Brasil e também no Maranhão.

Partindo desse ponto, podemos iniciar a análise da passagem da criança pelo espaço do hospital na cidade de São Luís, um

equipamento urbano que se antena com a perspectiva patologizante oriunda das instituições internacionais mencionadas acima.

4.O ESTUDO DE CASO: A CRIANÇA INTERSEX E O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO

A criança, que vem de família de baixa renda, mora em uma cidade pequena e pobre e realizou uma cirurgia considerada mal sucedida numa cidade de médio porte no interior do Maranhão, próxima de onde ela mora. A criança foi encaminhada a São Luís onde passou por uma outra intervenção cirúrgica tendo depois retornado a sua cidade de origem.

No hospital público, em São Luís, onde realizou a segunda cirurgia (vaginoplastia) para adequar sua genitália ao modelo corporal considerado estética e biologicamente correto, a criança vivenciou o espaço do hospital como uma espécie de elo com as instituições de regulamentação da identidade de gênero de âmbito internacional, ainda que com todas as especificidades de um hospital público de um dos Estados mais pobres do Brasil.

Segundo Milton Santos, vivemos num período histórico determinado por ele como

Técnico, científico e informacional, onde mundo e lugar se constituem num par indissociável, tornando, no entanto, o lugar como a categoria real, concreta. O lugar é também, segundo inspiração sartreana, o espaço da existência e da coexistência. O lugar é o palpável, que recebe os impactos do mundo. O lugar é controlado remotamente pelo mundo. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política. (SANTOS: 2005, p.5)

O hospital é esse lugar que recebe esse impacto “do mundo”, no caso, das normas internacionais que designam quem é “anormal” e que tentam se impor de forma absoluta naquela instituição pública.

Há espaços do hospital em que essas normas se implementam sem possibilidade de ação, de resistência do sujeito social. Na sala de cirurgia a criança, anestesiada, não consegue, impor resistência a patologização de seu corpo.

Mas quando se dirige para outros espaços daquela instituição pública ela se coloca de forma a tentar “resistir aos processos perversos do mundo” nos limites de sua condição social de criança, como ficará mais evidente a seguir.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: OS DESAFIOS DO PÓS-CIRURGICO

Depois da cirurgia da criança fui visitá-la na enfermaria e, no decorrer da conversa com a vó, noto que todas as mulheres acompanhantes das outras crianças internadas na enfermaria sabem que a criança havia passado pela cirurgia de “mudança de sexo” e o mais impressionante é que todas, cada uma a sua maneira, queria contribuir para que a criança fizesse a “passagem” para o “outro sexo” o mais rápido e da forma mais “eficiente” possível.

A certa altura uma enfermeira negra, de cabelo bem alisado, entra no quarto e pergunta à criança se ela não quer ir ao *hall* participar dos procedimentos de beleza de uma ação social que está ocorrendo no hospital junto às pacientes. A vó responde que é melhor não, porque a criança havia feito a cirurgia no dia anterior e ainda estava convalescendo.

A enfermeira insiste e diz que não era para fazer escova no cabelo, mas apenas para fazer uma massagem e deixar mais “molinho” o cabelo da criança. Fala isso enquanto pega os cabelos da criança querendo demonstrar a necessidade de “tratá-los, domá-los”.

Percebo nesse momento, assim como em muitos outros que depois ocorreram, a associação do processo de feminilização da criança com um forte esforço de embranquecimento dela a partir de estratégias como o alisamento do cabelo.

Mas a vó não sucumbe a essa sugestão. A criança muito menos. Esta, aliás, não estava com os brincos que a terapeuta havia dado a ela, juntamente com um amarrador de cabelo. A criança alegou que usaria só quando chegasse em sua cidade, no interior.

As acompanhantes das outras crianças que estavam no quarto também tentavam modificar a aparência física da criança para torná-la mais “feminina”. Ofereciam doações de roupas “de menina” e uma delas chegou a pintar as unhas da criança, só que quando a criança foi ao banheiro arrancou o esmalte.

Dessa forma, a criança, à sua maneira, ia se rebelando naquele espaço contra a incidência das normas de gênero que se impunham sobre seu corpo. Suas estratégias talvez não fossem a comunicação, troca de informação ou construção política no sentido tradicional do termo.

Era uma resistência silenciosa que ela empreendia já que sua capacidade de se colocar explicitamente contra tudo que estava acontecendo com ela era bastante limitada pois as decisões e encaminhamentos eram todas tomadas pelos adultos e à revelia de qualquer referência ao desejo dela.

Ao voltar para casa, na cidade pequena do interior do Maranhão, o que observamos é que a criança passou por um processo de controle social empreendido pela família que, apesar de ter dificuldade inicial em se acostumar com a nova identidade de gênero da criança, tentava sempre que podia encaixá-la nos padrões socialmente reconhecidos como femininos.

Apesar de “escorregarem” ainda no uso do pronome masculino para a criança, os familiares se empenhavam em providenciar roupas femininas para ela usar e a adequação dela em comportamentos tidos localmente como femininos.

Dessa forma, havia uma ligação entre o processo de mudança de identidade de gênero iniciado no hospital da capital e a cidade pequena do interior na qual os familiares tentavam dar prosseguimento a esse processo.

Ainda que ambas as localidades não tenham continuidade territorial (municípios diferentes) havia entre elas o que Milton Santos chamou de verticalidades:

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as **verticalidades** seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. (SANTOS: 2005, p.5) (grifo nosso)

Dessa maneira, as organizações estrangeiras (organização Mundial de saúde, Associação Americana de Psiquiatria), o hospital da

capital do Maranhão (São Luís) e a cidade pequena do interior onde mora a criança formavam uma espécie de rede de controle social sobre o corpo dessa criança.

Isto não significa que essa rede cobrisse todo o espaço social onde morava a criança. Percebemos que havia espaços e vivências fora do controle dessa rede:

A partir disso, devemos retomar de François Perroux a ideia, que ele legou aos geógrafos e solicitou que fosse testada no Brasil por um dos seus discípulos, Jacques Boudeville, de espaço banal. A ideia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha

terreno nas disciplinas territoriais: a noção de rede. As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. (SANTOS: 2005, p.8)

Nesse espaço que Milton Santos denomina de banal ocorrem outras vivências em que a criança consegue empreender alguma agência que vá de encontro ao que preconiza as orientações médicas que circulam nessa rede que a cerca e tenta captura-la.

REFERÊNCIAS

- [1] Butler, Judith. Introdução. In: GUACIRA, Lopes Louro. O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- [2] Cabral, Mauro; Benzur, Gabriel. Cuando digo intersex: un diálogo introductorio a la intersexualidad. Cadernos Pagu, Campinas, n.24, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332005000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 Jan. 2008. DOI: 10.1590/S0104-83332005000100013
- [3] Campanha Despatologização Trans. Disponível em: <http://www.stp2012.info/old/pt>. Acesso em 09 Jul. 2016.
- [4] Fazendo Gênero: corpo, violência e poder. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/simposios.html>. Acesso em 21 Jan. 2008.
- [5] Heilborn, Maria Luiza. Araújo, Leila. Barreto, Andreia. Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça- módulo II. Rio de Janeiro: CEPESC, Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.
- [6] Intersex Society of North America (ISNA). Our mission. Disponível em: <http://www.isna.org/>. Acesso em: 10 jun. 2008.
- [7] Laqueur, Thomas Walter. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- [8] Machado, Paula Sandrine. "Quimeras" da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, 2005. Disponível: <<http://www.scielo.br/scielo.ph>
- p?script=sci_arttext&pid=S010269092005000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Set. 2008. DOI: 10.1590/S0102-69092005000300005
- [9] _____. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. Cadernos Pagu, Campinas, n. 24, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332005000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 Jan. 2008. DOI: 10.1590/S0104-83332005000100012
- [10] _____. O sexo dos Anjos: Representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade. Porto Alegre: 2008, mimeo.
- [11] Pino, Nádía Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. Cadernos Pagu, Campinas, n.28, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332007000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 Jan. 2008. DOI: 10.1590/S0104-83332007000100008
- [12] Prêmio Iêda Cutrim Batista. <http://180graus.com/noticias/fapema-e-semu-entregam-premio-ieda-batista-184942.html>. Acesso em: 09 Jul. 2016
- [13] Santos, Milton. O retorno do território. Em: OSAL : Observatório Social de América Latina. Año 6, no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- [14] Uol Cinema. Últimas notícias. Disponível em: <http://cinema.uol.com.br/ultnot/2008/02/28/ult26u25811.jhtm>. Acesso em: 10 fev. 2008

REFERÊNCIAS FÍLMICAS

[1] Puenzo, Lúcia. XXY. Argentina / Espanha. 2007

Capítulo 15

TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NA ILHA DO MARANHÃO: ATUAIS CONDIÇÕES E ALTERNATIVAS

Juan Guilherme Costa Siqueira

Antonio José de Araújo Ferreira

Resumo: O transporte público é um importante meio de deslocamento da população em todo o mundo. No Brasil, esse problema começou com o gradativo crescimento das cidades que necessitaram da abertura e/ou ampliação de vias de acesso para facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias, materializando as interações espaciais. Em 1976 houve a implementação do Programa Nacional de Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) com o intuito de facilitar o tráfego e fluxo de veículos, inclusive o transporte público via investimentos do Banco Nacional de Habitação. O alto índice de mobilidade, gerado pelo incremento populacional e alta concentração de empregos e comércio, aumentou o volume de tráfego nas principais vias das cidades brasileiras causando problemas relacionados à acessibilidade, ao deslocamento e ao transporte. A cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, possui população superior a 1 milhão de habitantes e não possui planos de transporte e mobilidade urbana previstos no Estatuto da Cidade e na Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diante desses problemas, são necessárias intervenções nas malhas viárias da capital para reduzir congestionamento nas vias, a articulação dos corredores exclusivos para o sistema de transporte público na Ilha do Maranhão. Os equipamentos urbanos dos 4 municípios investigados são inadequados para garantir mobilidade aos usuários, estando concentrada nas áreas nobres. O transporte público perdeu produtividade, o que pode ser comprovado pela estagnação do IPK e pela migração de muitos usuários para o transporte alternativo.

Palavras-chave: Cidade, Transporte público, Mobilidade

1. INTRODUÇÃO

O transporte público é um importante meio de deslocamento da população em todo o mundo, pois é um serviço que atende aos diversos segmentos sociais, sendo fundamental no processo de desenvolvimento econômico para potencializar a força de trabalho e reduzir o custo de circulação. No entanto, os usuários possuem desigualdades no tempo de deslocamento devido às iniquidades da reprodução social, cujas referências são os que foram expulsos da área central ou moram em áreas distantes do serviço (COCCO, 2011).

Como parte da existência e do processo de transformação social, as interações espaciais se caracterizam por relações de assimetria, “por relações que tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro ampliando as diferenças existentes, isto é, transformando os lugares” (CORRÊA, 2006, p. 280). As interações são determinadas pela sua frequência, pelos meios de circulação, pela velocidade e os propósitos em que se realizam. O conceito de interações espaciais envolve a mobilidade cotidiana, a acessibilidade e a realização da atividade que demanda o fenômeno de transporte (COCCO, 2013).

Em São Luís do Maranhão, segundo o IBGE (BRASIL, 2010), 114.166 pessoas levam mais de meia hora até uma hora no deslocamento, acompanhado de 39.204 pessoas que se deslocam entre uma hora e duas horas e 5.428 que levam mais de duas horas de deslocamento. Os dados, todavia, não demonstram confiabilidade do serviço, as condições de conforto e o modo de deslocamento, aspectos que afetam ao usuário, desestimulando-os ao uso diário do transporte público.

Apesar da importância da abordagem da temática do transporte público e dos entraves à mobilidade, pouco tem sido investigado na realidade dos 4 municípios da Ilha do Maranhão a esse respeito, realidade em que o crescimento populacional pressionou o aumento da mobilidade e incrementou a frota de automóveis, à medida que o transporte público se tornou deficitário. Diante desse contexto, o presente artigo objetiva: 1) verificar os fatores históricos e políticos no crescimento urbano da ilha do Maranhão e como os problemas de mobilidade são enfrentados pelos usuários; 2) compreender os possíveis fatores de deslocamento com ênfase nos estudos de crescimento urbano e demandas de transportes e; 3) analisar dados

sobre os possíveis polos geradores de mobilidade na Ilha do Maranhão, comparando com as condições de infraestrutura viária.

2. METODOLOGIA

O presente artigo foi realizado com base no método do materialismo histórico e dialético, a partir dos estudos de Cheptulin (1982), que aborda o movimento da sociedade como processo transformador. O movimento das pessoas e mercadorias constitui-se como processo fundamental de transformação que dá origem, diretamente e indiretamente, às interações espaciais (CORRÊA, 2006). Estas impuseram mudanças, a partir dos deslocamentos efetuados através de meios de transporte (COCCO, 2011). Com ênfase na economia urbana, os debates relacionados à política territorial e sobre a evolução do espaço urbano (CORRÊA, 2006) foram necessários e presentemente inseridos para que as particularidades locais fossem compreendidas.

Em se tratando da realidade empírica de São Luís, alguns autores discutem a cidade e sua “modernização” nas primeiras décadas do século XX (FARIAS FILHO, 2004) transformações e produção do espaço urbano (FERREIRA, 2014), indicando problemas de mobilidade, assim como podem ser feitas inferências ao transporte público (COCCO, 2011; 2013; VASCONCELLOS, 2000).

Essa pesquisa foi realizada com entrevistas feitas com os usuários, funcionários da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: 1) revisão bibliográfica; 2) levantamento documental; 3) realização de 9 etapas de campo; 4) aplicação de 527 amostras de estudo de origem-destino com usuários: 245 em São Luís; 121 em Paço do Lumiar; 75 em São José de Ribamar; 38 em Raposa; 5) Realização de 10 entrevistas com usuários de transporte coletivo: 5 no Maiobão, 2 no Residencial Amendoeiras, 2 no Maracanã, 1 de São José de Ribamar; 1 em Raposa; 6) 6 visitas técnicas à Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte e 6 à Agência Estadual de Mobilidade Urbana – MOB, para obtenção de informações sobre Índice de Passageiros por Quilômetro (IPK), além de obras e projetos de mobilidade urbana e; (7) Tabulação, análise e interpretação dos dados e informações obtidos.

3. TRANSPORTE PÚBLICO E A DINÂMICA DO ESPAÇO URBANO NA ILHA DO MARANHÃO

Desde a fundação de São Luís até a metade do século XX, a ilha do Maranhão era composta por uma unidade administrativa, que se tornou a capital. Assim, o início da dinâmica do espaço urbano desse espaço insular tem São Luís como referência (Figura 1). Isto por que de 1612 a 1875 verificou-se a implantação da cidade de São Luís (capital

estadual) e instalação de moradias vinculadas à dotação de infraestrutura relacionada aos ciclos econômicos e atração de mão de obra com objetivo de exploração de algodão, cana de açúcar pela Coroa portuguesa. No final desse período teve-se a instalação de indústria de tecidos, que necessitou da abertura de vias para expansão da colônia e abertura de caminhos, a exemplo do “caminho grande” (implantado em 1655) em direção à vila do Anil (FERREIRA, 2014).

Figura 1 – Carta da ilha do Maranhão, em 1912.



Fonte: JANSEN, 1912.

Em 1870 houve a invenção do bonde, registrado no momento da expansão urbana com ampliação do deslocamento e redução do tempo e custo. Em 1920, a população de São Luís já era estimada em 52.929 habitantes e isso já evidenciava problemas de transporte, saúde pública e habitação (FARIAS FILHO, 2004), o que remonta a *permanências estruturais* (sistema viário, padrões arquitetônicos) e *superestruturais* (cultura, relações sociais) que afetam a mobilidade no litoral ludovicense (COCCO, 2013). A título de exemplo, as vias que interligavam as principais localidades da cidade de São Luís eram a Avenida Beira mar (1927) e a Avenida Getúlio Vargas/ Avenida João Pessoa/Casemiro Júnior (1970) (FARIAS FILHO, 2004).

Em 1970, o crescimento urbano de São Luís foi acelerado, o que culminou em ações do Estado no sentido de possibilitar a

apropriação dos setores Norte (São Francisco), Leste (Tirirical) e Oeste (Área Itaqui-Bacanga) à cidade que então se restringia ao Corredor Centro-Anil, e para tanto foram construídas as pontes do São Francisco (1970), a Newton Belo (1969 – 1970), além da barragem do Bacanga (1970). Estas construções facilitaram a expansão da referida cidade rumo aos atuais bairros São Francisco, Anjo da Guarda, Ponta d’Área, Renascença, Olho d’Água (FERREIRA, 2014). Convém ponderar que, em São Luís as primeiras linhas de bonde movido à tração animal, surgiram em 1871 através da criação da Companhia Ferro Carril Maranhense. Em 1924 iniciou o tráfego de bondes elétricos, o que permitiu melhoria no deslocamento da população na cidade referida em que ergueram residências e sítios próximos como resultado da expansão urbana da capital maranhense. A desativação do bonde ocorreu

em 1967, sob alegação de não haver condições de funcionamento e continuidade dos serviços e, por conseguinte, iniciou o serviço de ônibus urbano em 1971 (CEPIMAR, 2011). A partir de 1970, a construção da Barragem do Bacanga proporcionou a ligação do eixo Oeste da cidade de São Luís compreendendo os bairros Anjo da Guarda, Vila Embratel e Vila Nova. Segundo o censo IBGE (2010), a população do município de São Luís corresponde a 1.014.837 habitantes, sendo que 314.578 constituem a população trabalhadora. Esta realiza o deslocamento casa-trabalho diariamente e a maioria dos estabelecimentos comerciais fica distante de sua residência, enfrentando problemas de mobilidade para alguns destinos, o que foi agravado pelo mesmo possuir, em 2010, a maior quantidade de automóveis do estado do Maranhão e da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), o equivalente a 247.977 veículos, dos quais a frota de ônibus correspondia a 2.966 veículos (DENATRAN, 2014).

São Luís, portanto, já sente os reflexos de um acentuado crescimento demográfico e o não acompanhamento da demanda em termos do transporte coletivo, revelando problemas conhecidos em outras cidades de países em desenvolvimento, a exemplo da qualidade do transporte urbano, bem como o acesso nos vários sentidos de deslocamento, além das

condições dos terminais de integração (VASCONCELLOS, 2000).

Os bairros mais periféricos de São Luís, a exemplo da Cidade Operária, Santa Clara, Coroadinho, Vila Nova, Sol e Mar, entre outros em que há uma predominância de vias locais e coletoras e não apresentam melhor integração e mobilidade, quando comparados aos bairros mais centrais da cidade, que são servidos pelas vias principais. Tal situação ocorre devido ao grande crescimento da população nessas áreas (periféricas) e, sobretudo, em função da falta de manutenção das vias de transporte e das dimensões dessas não comportarem grande circulação de veículos, o que afeta diretamente a mobilidade urbana (ESPÍRITO SANTO, 2006).

O transporte público é prejudicado quando não são providas as infraestruturas necessárias para atender o usuário com melhor qualidade. Os buracos em ruas e avenidas e ondulações no asfalto pressionam a mudança de rotas de ônibus; e os congestionamentos aumentam o tempo de espera, causando superlotação. A exemplo, houveram alterações das rotas de linhas T073 – Tibiri; A671 – Tibiri; T074 – Vila Esperança; A341 – Residencial Amendoeiras/Santo Antonio e A664 – Jota Lima, por causa dos buracos na via e prejuízo na manutenção de peças e equipamentos dos ônibus (Figura 2).

Figura 2 - Ônibus passando ao lado do buraco no Residencial Santo Antônio



Fonte: SIQUEIRA, 2017.

Após a construção do Residencial Amendoeiras e do Santo Antonio, nas proximidades do Bairro Maracanã, foi implantada uma linha de ônibus e ante os problemas de infraestrutura viária. Com muitos buracos e ausência de manutenção do asfalto após o período chuvoso, o Consórcio

Central foi obrigado a mudar de rota dessa linha de ônibus, o que impôs transtorno aos moradores dessas duas unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida. Esse fato tem sido recorrente haja vista que desde a década de 1950 a ilha do Maranhão passou a contar com outros 3 municípios (São

José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), os quais somados à capital fazem parte da Região Metropolitana da Grande São Luís, que foi instituída em 1998. Por isso, o tema mobilidade urbana já ganhou uma dimensão maior uma vez que a conurbação avançou na direção de 2 eixos: um ao longo da MA 201 no sentido da sede de São José de Ribamar, passando pelo Maiobão (Paço do Lumiar); outro ao longo da MA-203 demandando para a cidade da Raposa. O agravante é que a partir desses eixos, registram-se novas unidades do Minha Casa Minha Vida.

O desestímulo do transporte público vem acompanhando o crescimento econômico na ilha do Maranhão em especial os municípios de Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar. As infraestruturas nos 4 municípios

da Ilha do Maranhão ainda não acompanharam o crescimento urbano e os usuários de transporte público precisam se deslocar para mais longe para acessar os serviços essenciais para a manutenção da qualidade de vida.

4. PROBLEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO E OBRAS DE MOBILIDADE

No caso do sistema de transporte público em São Luís, uma análise mostra que as linhas de ônibus no SIT não priorizam todas as áreas, sendo que nem todas são bem servidas, o que acarreta um percurso desnecessário para chegar a um determinado local. O quadro 1 mostra o Índice de produtividade do sistema de transporte público na Ilha do Maranhão.

Quadro 1 – Indicadores de produtividade de serviço do sistema de transporte público coletivo de São Luís em 2015.

Ano	Passageiros Transportados	Quilometragem Percorrida	IPK	Viagens Realizadas
2012	10.459.216	4.805.966,7	2,17	172.800
2013	13.718.571	6.294.930,9	2,17	201.873
2014	7.858.943	3.162.222,4	2,49	90.393
2015	10.541.489	4.635.375,7	2,27	135.933
2016	10.396.251	4.602.782,8	2,26	134.304
2017	13.705.317	6.078.292,9	2,25	196.685
Crescimento acumulado	31%	26%	4%	14%
Taxa anual de crescimento	32%	26%	3,7%	13,8%

Fonte: SMTT, 2015.

Embora haja aumento do número de viagens, dos passageiros transportados e o IPK constante entre os anos 2012 e 2013, houve um aumento considerável deste índice no ano de 2014 com redução das viagens realizadas, de passageiros transportados e da quilometragem percorrida. Ocorreu um decréscimo da qualidade do transporte público e a migração para o automóvel, o que incorre em aumento de usuários de transporte individual devido à melhoria do quadro econômico nacional.

Outros fatores que contribuíram para o aumento do IPK no período de 2014 foram: 1) a decisão das empresas de ônibus pela alteração de linhas troncais semiurbanas (ligam um município ao outro município, intermunicipais) em que as linhas T975 – Iguaiá/Terminal Cohab/Terminal Praia Grande; T989 – Mojó/Terminal Praia Grande; T977 – Residencial Pirâmide/João Paulo; T978

– Raposa/São Francisco para alimentadoras (de bairro até o terminal de integração) para reduzir a quilometragem percorrida e os custos de combustível, já que não atingiram a quantidade de passageiros suficiente e por causa da sobreposição com demais linhas troncais que realizavam o mesmo trajeto; 2) criação de linhas alimentadoras do município de São Luís e intermunicipais para atender o usuário de bairros periféricos, tais como A313 – Tamancão; A685 – Residencial Nestor; A688 – Residencial Tiradentes; A316 – Vila São Luís; A327 – Residencial Piancó; A981 – Residencial Turiúba; A336 – Maracanã/Terminal Distrito; A334 – Estiva/Terminal Distrito, entre outras; implantação de linhas T408 – Vila Nova/Calhau e T320 – Residencial Paraíso/Bandeira Tribuzzi pela unificação de duas linhas em uma; 3) as empresas de ônibus não cumpriram os horários de viagem, causando demora no tempo de espera e

superlotação, principalmente das linhas troncais em direção ao centro da cidade, em que muitas linhas alimentadoras foram criadas e levaram os usuários até os terminais de integração.

Essas estratégias dos empresários levaram à perda de produtividade do transporte público e aumento do IPK, o que causou a migração do usuário para o transporte alternativo (vans, carros particulares e moto-taxi). Percebe-se também que, embora haja aumento relativo do número de viagens realizadas, dos passageiros transportados e da quilometragem percorrida pelas novas linhas, o IPK manteve-se relativamente constante e o mesmo não foi compensado pelo aumento das viagens e a quilometragem, causando maiores custos do sistema de transporte público. Na gestão do prefeito Edivaldo Holanda Jr, em 2012, o sistema de transporte no município de São Luís mudou. Isso porque: foram implantadas a biometria facial nos validadores; substituição da frota por ônibus novos; implantação do GPS em toda a frota; implantação do sistema de videomonitoramento em toda a frota de ônibus; da Licitação do sistema de transporte em São Luís, com inserção de ônibus novos climatizados (atualmente já está em 30% em relação a frota total); e do aplicativo Moovit e Meu ônibus São Luís, em que o usuário pode observar o mapa do trajeto das linhas de ônibus e o próprio ônibus em tempo real. A ocupação dos bairros de baixa densidade demográfica aumenta o custo de serviço de transporte público (VASCONCELLOS, 2000). Por isso, as concessionárias fizeram alterações em trajetos de algumas linhas para otimizar o tempo de viagem, redução de custos de combustível e evitar as sobreposições em demais linhas de ônibus em relação ao número de passageiros transportados em cada trecho.

O aumento dos passageiros no transporte individual é notório, gerando um ciclo deletério de redução de receita e dilapidação cada vez maior no transporte público. A estagnação do IPK, somada ao aumento dos custos (combustível no mercado mundial, manutenção, mão de obra e maior quilometragem percorrida, tempo de viagem), permite ao empresário justificar o aumento das tarifas de ônibus, causando maiores desigualdades de renda (COCCO, 2013).

Este é o caso dos municípios da ilha do Maranhão que, além de ter seu crescimento urbano disperso, concentra expressiva

população em certos bairros e inclusive habitantes de outros municípios. Os fluxos se concentram nos terminais rodoviários, pelos ônibus intermunicipais rodoviários provenientes dos municípios de Bacabeira, Rosário, Morros, Santa Rita, Presidente Juscelino, Icatu e Cachoeira Grande, o que revela o caráter metropolitano desse tema tendo em vista que essas unidades subnacionais fazem parte da citada RMGSL; nos terminais de integração, pelos ônibus intermunicipais semiurbanos; nos corredores viários; e rodovias. Este é o caso da BR-135 entre São Luís e Bacabeira, MA-201 entre São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, MA-202, MA-203 entre São Luís e Raposa, Avenida Guajajaras, Avenida Jerônimo de Albuquerque, Avenida dos Franceses e Avenida dos Portugueses em São Luís. Nessas vias, efetuam-se a integração do sistema de transporte “intraurbano” e a integração entre o sistema semiurbano de passageiros, mas há carência de uma melhor articulação entre esses sistemas. A desarticulação dos horários para integração prejudica os usuários que se deslocam a partir de longas distâncias. Um dos aspectos que deve ser melhorado, reside nas intervenções viárias e no reordenamento de tráfego, com mudanças em sua geometria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas do transporte público e a mobilidade urbana não ocorrem apenas no município de São Luís e sim alcançam a RMGSL, que desde 2015 abrange 13 municípios, entre os quais os 4 são da ilha do Maranhão. A Agência Estadual de Mobilidade Urbana – MOB tem a função de promover estratégias na infraestrutura viária nas estações e pontos de embarque e desembarque nos terminais que visem otimizar as políticas públicas de transporte estadual, intermunicipal e mobilidade nos municípios do Maranhão. A melhoria do transporte público, contudo, está na integração nas esferas municipal e estadual na gestão do sistema, o que ainda não ocorre. Outros mecanismos são necessários para acompanhar a melhoria do sistema e reverter esses problemas, tais como: implantação de corredores exclusivos para transporte público; implantação do sistema BRT completo, ou sua aplicação nos eixos de maior viscosidade de tráfego; intervenções viárias nos grandes corredores que causam viscosidades do tráfego; implantação de vias interbairros para

ligar bairros sem acessibilidade e infraestrutura. Essas obras serão efetivadas com execução de obras no PAC 2 Mobilidade Urbana do governo federal; e articulação nas esferas estadual e municipal. No entanto, há dificuldades na esfera político-econômica, social e cultural que torna um empecilho para expansão dos investimentos. Dentre eles tem-se o ambiente construído dessas obras como limitador de alargamento e expansão, causando custos e indenizações. Tais intervenções objetivam maior precisão do cálculo tarifário, na estruturação das rotas, na confiabilidade do serviço em atrasos, maior segurança e conforto para os usuários. O elevado tempo de deslocamento via transporte público reduz a sua qualidade e obriga grande parte da população a adquirir e se locomover por meio de veículo de passeio, fato que resulta em congestionamentos e reduz a mobilidade de todos os usuários das vias, as quais não possuem dimensões e condições adequadas.

Dos municípios que compõem a Ilha do Maranhão, Paço do Lumiar é aquele em que os usuários de transporte público gastam o maior tempo de deslocamento, sendo que

23% destes levam entre 1 hora até 2 horas em suas viagens cotidianas, sendo seguido de São José de Ribamar e Raposa. Embora houve aumento do IPK e da efetivação da licitação do transporte público em São Luís, as concessionárias foram obrigadas a elaborar suas estratégias logísticas para a lucratividade de linhas, seja por exclusão, fusão ou alteração, pois o edital da prefeitura de São Luís exige isso. Por um lado, exclui uma linha de ônibus, causando para o usuário a menor oferta e, por outro lado, a racionalização e otimização do sistema de transporte público para o acompanhamento da demanda real para tornar o transporte público mais eficiente e valorizado. Esse ganho de produtividade pode ser explicado pela migração de muitos usuários do transporte individual para o transporte coletivo já que há ônibus climatizados e andam cheios, mas também pela readequação logística das próprias companhias, que reduzem horários e linhas gradativamente e assim solicita a própria Secretaria de Trânsito e Transporte para aprovar seus processos de exclusão, quando observam que sua lucratividade está ameaçada.

REFERÊNCIAS

- [1] _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2013.
- [2] Cepimar. Banco de dados transporte coletivo de passageiros do Ceará, Piauí e Maranhão. Disponível em: <<http://bancodedados.cepimar.org.br/bdmaranhao/>>. Acesso em: 27 ago. 2011.
- [3] Cheptulin, Alexandre. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- [4] Cocco, Rodrigo Giraldo. Interações espaciais e sistemas de transporte público: uma abordagem para Bauru, Marília e Presidente Prudente. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, São Paulo, 2011.
- [5] _____. Interações espaciais e transporte público: proposições para a Grande Florianópolis/SC. In: 14º Encontro de Geógrafos da América Latina, Peru, 2013 (Anais eletrônicos). <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14>>. Acesso em 15 set. 2014.
- [6] Corrêa, Roberto Lobato. Interações Espaciais. In: Castro, Iná Elias de. Gomes, Paulo César da Costa. Corrêa, Roberto Lobato (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. 2. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 279-314.
- [7] Denatran. Estatística. Frota de Veículos. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: 22 set. 2014.
- [8] Espírito Santo, José Marcelo. (Org.). São Luís: uma leitura da cidade. Prefeitura de São Luís/ Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.
- [9] Farias Filho, Marcelino S. Atuação das elites regionais na configuração e “modernização” do espaço urbano de São Luís nas décadas de 1920-1930: a administração municipal de Octacílio Saboya Ribeiro. Monografia de Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Maranhão, 2004.
- [10] Ferreira, Antonio José de A. A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro? São Luís: EDUFMA, 2014.
- [11] São Luís. Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT. <<http://www.saoluis.ma.gov.br/smtt>>. Acesso 15 fev 2015.
- [12] Vasconcellos, Eduardo A. Transporte urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2000.

Capítulo 16

LOGÍSTICA NA AMÉRICA DO SUL: O CASO DA IIRSA

Michele Serpe Fernandes

Resumo: A logística é considerada a forma mais expressiva da circulação contemporânea. Sabe-se da importância que representa para gerar maior fluidez no transporte de mercadorias pois articula o processo de produção, armazenamento e meios de transporte até chegar ao consumidor final. Os países da América do Sul têm um baixo desempenho logístico devido à falta de infraestruturas adequadas (rodovias, ferrovias, hidrovias), o que onera e dificulta o comércio na região e uma possível integração regional. Nesse sentido, a Iniciativa para Integração Regional Sul Americana (IIRSA) é criada para suprir essa demanda por melhores infraestruturas na região. Diante desse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar e apontar como os projetos da IIRSA vêm contribuindo para integração sul-americana, quais foram executados, quais estão em andamento e no que as pretensões geopolíticas e geoeconômicas interferem nesse processo de integração.

Palavras-Chave: integração infraestrutural, meios de transporte, geoeconomia, geopolítica.

1. INTRODUÇÃO

A logística é considerada a forma mais expressiva da circulação contemporânea. Sabe-se da importância que representa para gerar maior fluidez no transporte de mercadorias, pois, perpassa por todas as etapas que orientam a produção (produção, circulação e consumo), ela as articula. A logística está presente no âmbito da cadeia de suprimentos de insumos para a produção nas indústrias, na agricultura; ela é responsável pela escolha do melhor tipo de transporte (caminhão, trem, cabotagem, entre outros) ou de mais de uns destes, a multimodalidade, e procura assegurar a entrega da mercadoria até seu destino final, o consumidor. O fato de países como os da América do Sul terem um baixo desempenho logístico devido à falta de infraestruturas adequadas (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos) acaba por onerar e dificultar o comércio na região e uma possível integração regional.

Para resolver tais questões, presidentes da América do Sul se reuniram no ano de 2000 em Brasília, e criaram a Iniciativa para Integração Regional Sul Americana (IIRSA). A iniciativa nasce com o objetivo de integrar a região por meio das infraestruturas de transportes e também de trazer maior equidade e desenvolvimento entre os países, esses projetos envolvem tanto questões geopolíticas como questões geoeconômicas para a região.

Essas questões são manifestas nos relatórios da IIRSA que trazem o conceito de regionalismo aberto da Comissão para América Latina e o Caribe (CEPAL), que visa que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas tendentes a elevar a competitividade internacional, além de complementares a elas, objetivando uma redução gradativa da discriminação intra-regional, para a estabilização macroeconômica de cada país e, também, traz o conceito de Eixos Nacionais de Desenvolvimento (EID), que leva em consideração na sua formulação, os sistemas de transportes, a sustentabilidade econômica, social e ambiental de cada área e país envolvido.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo apontar como os projetos da IIRSA vêm contribuindo para integração sul-americana, focando a análise na integração infraestrutural por meio dos

sistemas de engenharia (ferrovias, rodovias, hidrovias e portos); mostrar quais desses projetos foram executados, quais estão em andamento desde a criação da iniciativa e no que as pretensões geopolíticas e geoeconômicas interferem nesse processo de integração.

A metodologia utilizada consiste na coleta e análise de dados de sites governamentais e da própria IIRSA, o embasamento teórico se faz por meio de textos, teses e dissertações sobre a IIRSA, sobre circulação e logística, sobre a geoeconomia e geopolítica na América do Sul. Emprega-se o método histórico empírico e a categoria espacial como forma de explicar a integração da região e a conjuntura atual.

2. LOGÍSTICA NO BRASIL E AMÉRICA DO SUL

A logística ganha destaque no cenário mundial nas décadas de 1960 e 1970 para atender à necessidade de maior fluidez aos produtos industriais, que passam por mudança de paradigma, passando do modelo de produção fordista para o modelo de produção mais flexível, o toyotista²⁰.

Hoje, a logística está presente no âmbito da cadeia de suprimentos de insumos para a produção nas indústrias, na agricultura; ela vai ser responsável pela escolha do melhor tipo de transporte (caminhão, trem, cabotagem, entre outros) ou de mais de uns destes, a multimodalidade. Ela procura assegurar, em tempo ágil, a entrega da mercadoria até seu destino final, o consumidor. A logística apresenta-se como forma hegemônica da circulação contemporânea, a qual, Silva Junior (2009), chama de "Paradigma Logístico Telemático".

Na escala mundial, segundo Barat (2007, p. 71), com a globalização, o estabelecimento dos blocos econômicos e o crescimento do comércio mundial, as nações desenvolvidas estabeleceram legislação internacional baseada em convenções que tinham por objetivo propiciar às infraestruturas existentes "a formação de sistemas intermodais, principalmente por meio da utilização de contêineres e métodos de unificação de carga

²⁰ Geraldo Augusto Pinto em seu livro "A organização do Trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo" de 2010, mostra a passagem e característica de cada sistema produtivo.

geral (*pallets* e *big bags*)” e também regularizando a prática da multimodalidade que é transporte de bens e mercadorias por mais de um sistema de transporte.

Na escala regional, envolvendo alguns países da América do Sul, a primeira norma sobre o transporte multimodal constituiu-se em “1995 (Decreto 1.563 de 19/07/1995) que dispõem sobre a execução do acordo de alcance parcial para a facilitação do transporte multimodal de mercadorias, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai” (SILVA JUNIOR, 2009).

A partir daí vários outros acordos surgiram, regularizaram a circulação de mercadorias, entre os quais está o acordo sobre o Contrato de Transporte e Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Internacional de mercadorias entre os países do Cone Sul, (Decreto nº1.866, de 1996). E a instrução normativa nº1/STT/MT, de 1999, disciplina a expedição de Licença Originária e Licença Complementar às empresas nacionais e estrangeiras de transporte rodoviário de cargas, e autorizada a operar no transporte rodoviário internacional entre os países da América do Sul (GEIPOT, 2013).

No Brasil, é na década de 1990 que a logística ganha expressividade, as empresas do agronegócio discursam pela necessidade de transportar seus produtos agrícolas em menor tempo e com mais eficiência, diminuindo o “Custo Brasil” causado pelos gargalos infraestruturais (SILVA JUNIOR, 2009, FERNANDES, 2013).

Esses gargalos infraestruturais podem ser classificados como a ausência de uma matriz de transporte equilibrada, as ferrovias precarizadas, ausência de pista dupla ou de terceira faixa em rodovias, ausência de asfaltamento, mínima capacidade portuária, entre outros.

Então, são criados projetos para promoção de infraestruturas que deem suporte para circulação de mercadorias, como o “Plano Plurianual 1996-1999 do Governo Federal manifesta a aplicação de sistemas intermodais, por intermédio do funcionamento eficiente dos diferentes modais” (CAIXETA-FILHO, 2001, p. 80). E o Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT) criado em 2006, para suprir a demanda por infraestrutura de transporte pelas regiões brasileiras.

No plano normativo, várias normas tiveram importância para imposição de infraestruturas que propiciassem uma logística mais eficiente das empresas e inserção do Brasil no mercado internacional de uma forma mais competitiva. Entre elas está a Lei n.8.630/93, ou a Lei de Modernização dos Portos, através da qual se iniciou o processo de privatização e reestruturação do sistema portuário brasileiro (BARAT, 2007). No segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso houve a criação de várias agências reguladoras, sendo uma delas a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em 2001 e, sob sua tutela, em 2004, houve a habilitação do Operador de Transporte Multimodal (SILVA JUNIOR, 2009).

Ainda, foram criadas as Estações Aduaneiras do Interior, também denominadas de Portos Secos que são “recintos alfandegados de uso público, situados em zona secundária, nos quais são executadas operações de movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro de mercadorias e de bagagem, sob o controle aduaneiro” (RECEITA FEDERAL, 2011).

Já na escala regional sul-americana é a IIRSA que se apresenta com o mais contundente portfólio de projetos de infraestrutura de transporte para integração regional. Nesse sentido, argumenta-se, que as leis, normas, acordos comerciais juntamente com a criação de sistemas de engenharias (portos, hidrovias, eclusas, rodovias, ferrovias, portos secos) são essenciais para a logística e integração regional, trazendo eficiência na circulação de mercadorias e pessoas.

3. INTEGRAÇÃO FÍSICA DA AMÉRICA DO SUL: O CASO DA IIRSA

A criação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul - americana (IIRSA), que atualmente faz parte de um dos conselhos da Unasul, o Conselho Sul - americano e Infraestrutura de Planejamento (Cosiplan), representa a oportunidade para integração física da América do Sul. Em coordenação de ações intergovernamentais dos doze países sul-americanos objetiva “construir uma agenda comum para promover a integração de projetos de infraestrutura e transportes, energia e comunicação” (IIRSA, 2013).

A IIRSA nasce pautada no conceito de regionalismo aberto da Comissão para

América Latina e o Caribe (CEPAL), que visa que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas tendentes a elevar a competitividade internacional, além de complementares a elas, objetivando uma redução gradativa da discriminação intra-regional, para a estabilização macroeconômica de cada país e, também, elabora o conceito de Eixos Nacionais de Desenvolvimento (EID), que leva em consideração na sua formulação, os sistemas de transportes, a sustentabilidade econômica, social e ambiental de cada área e país envolvido.

Os resultados que se têm até 2010, contam com um portfólio com 524 (os dados de 2015, mostram uma evolução para 593 projetos, com investimento previsto para US \$ M 182435, 7) projetos de infraestrutura de transportes, energia e comunicações, organizado em nove Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID); a Agenda de Implementação Consensual (AIC) 2005-2010, que consiste em um conjunto de 31 projetos

prioritários, com alto impacto na integração física do território; o desenvolvimento de projetos em Processos Setoriais de Integração (ISPs) e o desenvolvimento e aplicação de novas ferramentas e metodologias de planejamento. Os investimentos estimados estão na ordem de 96,1192 bilhões de dólares, e o maior montante de investimentos e número de projetos corresponde ao Eixo Mercosul-Chile com 37 e 20,3% respectivamente. (IIRSA, 2011, 2015).

Desses projetos, conforme dados da (IIRSA, 2015), foram concluídos ao todo, 88 projetos distribuídos de maneira diferenciada entre os 12 países. No que se alude ao Brasil, existe um portfólio total de 87 projetos no âmbito da IIRSA, sendo que 15 foram executados como investimento de 4.426 milhões de dólares, 35 estão em execução, e 37 ainda estão em espera.

Em relação a distribuição de projetos por setores, o quadro 1 deixa evidente a disparidade em relação aos sistemas de transportes:

Quadro 1 – Composição setorial e subsetorial do Portfólio da IIRSA

Setor e subsetor	Transporte		Energia		Comunicações	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Aéreo	24	2,6903				
Rodoviário	207	32,9911				
Ferroviário	61	12,7469				
Fluvial	74	2,8374				
Marítimo	31	3,3912				
Multimodal	15	0,4397				
Passos de fronteira	39	0,2935				
Harmonização regulatória energética			1	0,3804		
Geração energética			27	28,4333		
Interconexão energética			36	11,8707		
Interconexão de comunicações					9	0,0447
Totais	451	55,3901	64	44,6844	9	0,0447

Fonte: IIRSA 2011

Como pode observar no quadro 1, o maior número de projetos está no setor de transporte e no seu subsetor rodoviário, em

seguida o fluvial, ferroviário, passos de fronteira, marítimos e multimodal.

Esses números ressaltam que não se está priorizando o equilíbrio na matriz de transporte na América do Sul, e que apesar do número de projetos propiciarem maior circulação e interconexão entre os países sul-americanos. Em termos logísticos, não utilizarão o máximo de sua capacidade, pois a logística objetiva utilizar dos diferentes sistemas de transporte para promover o escoamento das mercadorias em menos tempo, através de diferentes modais e praticando a multimodalidade. Porém, a irregular distribuição de projetos e concentração de investimentos no sistema de transporte rodoviário dificulta que os países sejam eficientes no uso da logística.

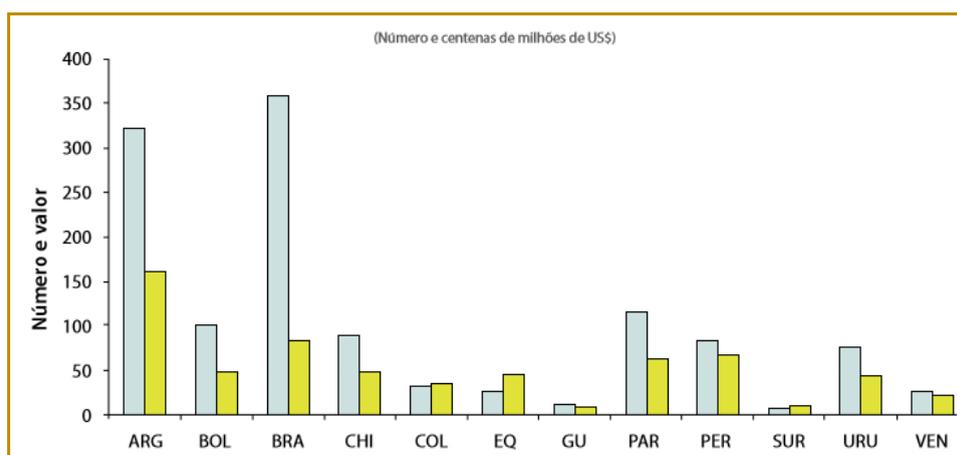
Em relação aos agentes envolvidos no financiamento, conforme Carvalho (2012) os governos nacionais têm grande participação no financiamento total da IIRSA, o Comitê Técnico aponta que dos US\$ 21 bilhões investidos na Agenda de Implementação Consensuada (AIC) até dezembro de 2007, 62% dos recursos eram oriundos do orçamento dos doze países membros, face aos aportes de 7% do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de 8% da Corporação Andina de Fomento (CAF).

No caso do Brasil, aponta Carvalho (2012), que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atua no fomento de infraestrutura regional junto a IIRSA. Com três frentes de atuação, sendo a primeira por meio de financiamentos na carteira da IIRSA, a segunda pelo BNDES em parceria com a CAF desde 2005 para co-financiar obras de infraestrutura regional e que aumentou sua participação nos fundos da instituição que também financia obras da IIRSA. E a terceira frente, refere-se ao financiamento das empresas brasileiras de engenharia e construção, o que favorece a inserção e fortalecimento de empresas nacionais nas construções de infraestrutura.

Carvalho (2012), resalta que o BNDES não está atuando exclusivamente em favor das multinacionais brasileiras, mas que também os financiamentos na carteira da IIRSA têm beneficiado todos os países envolvidos, sendo aplicados na construção de diferentes modais que tragam a melhor integração da região.

Os dados do Relatório da IIRSA (2011), no gráfico 1, mostram o número de projetos e valores estimados dos investimentos:

Gráfico 1 - Números de projetos e valores de investimento por país



Fonte: IIRSA (2011).

Como pode ser observado no gráfico 1, os países que abrangem os maiores números de projetos são: a Argentina, em seguida o Brasil, Peru, Paraguai, Chile, Uruguai, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana. Porém, em relação aos valores dos investimentos o Brasil é o maior investidor, em

seguida Argentina, Paraguai, Bolívia, Chile, Peru, Uruguai, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana e Suriname. A ordem do número de projetos, não é a mesma que os valores de investimentos, isso porque há a diferença dos custos dos projetos, e também, porque os

países que estão economicamente mais favoráveis arcam com as maiores despesas.

Lembrando que, os investimentos ocorrem em três dimensões: o investimento público (46%), os investimentos Público-Privados (37%) e o setor privado com (17%).

A criação da IIRSA, justifica-se no sentido de promover uma maior integração entre os países da América do Sul no contexto de globalização, aproximando ainda mais as relações comerciais entre os dois principais blocos econômicos da região, CAN e Mercosul.

Porém, também se destaca que existe a tentativa do Estado brasileiro em afirmar-se enquanto potência média na região, como ressaltam Lima (2005) apud Silva (2013) e Lima (2015). Como foi visto no gráfico 1, o Brasil está com as maiores despesas da integração regional, isso remete a afirmar que:

Os custos arcados pelo Brasil estão mais próximos do que se poderia entender como custos da busca de liderança, uma vez que o país mais bem dotado desembolsa unilateralmente maiores recursos de modo a compensar minimamente os desequilíbrios regionais sem, obviamente, descuidar da projeção de seus próprios interesses já que se trata de um mecanismo de distribuição interna e externa de benefícios (MALLMANN, 2009, p.8).

Essas aspirações geopolíticas e geoeconômicas nem sempre são vistas com entusiasmo pelos demais países, e alguns acusam o Brasil de uma tentativa imperialista. Segundo Sorj e Fausto (2011), alguns países como Bolívia, Paraguai, entre outros, veem o Brasil com atitudes imperialistas e por isso ficam receosos em aderir acordos que liberem seus mercados a produtos e investimentos brasileiros. Assim, muitos países sul-americanos recorrem a acordos inter-regionais para não ficarem submissos ao Brasil. É o caso dos “governos integrantes da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) que são programaticamente contra uma integração que vincule suas respectivas economias à lógica capitalista global” (MALLMANN, 2009, p.5).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A IIRSA se sobressai com a magnitude em seu portfólio de projetos, uma significativa iniciativa de integração regional sul-americana que propõe base para melhores relações no âmbito comercial, econômico, social e ambiental, onde a execução de seus projetos permitiria uma melhor conexão entre os países da região, conseqüentemente levando a uma melhor circulação de mercadorias, bens, produtos e pessoas. Um órgão que tem a possibilidade de resolver a defasagem infraestrutural da região.

Porém, resultados preliminares assinalam um baixo desempenho em relação a execução e andamento dos projetos de integração infraestrutural na região, pois como visto, haviam sido construídos até então, apenas 88 dos 524 projetos. Também, a concentração de maior número de projetos no subsetor rodoviário faz com que não se produza uma matriz mais equilibrada de transporte, o que continuará a causar um mau desempenho logístico na circulação de mercadorias e pode prejudicar o comércio regional e internacional.

Questões geoeconômicas e geopolíticas da região e de cada país também interferem na maneira como são planejados e executados os projetos, ou também no caso de serem excluídos, deixados estacionados, ou seja, não executados. Fica evidente que o Brasil tenta se projetar como líder, como potência regional na América do Sul, isso faz com que também seja o principal financiador da integração regional, mas também, alguns países têm como estratégia outros tipos de acordos regionais como a ALBA, pois não querem ficar totalmente sujeitos a nova ordem capitalista que se tenta imperar na região.

Ressalta-se aqui, o caráter geral do presente trabalho, sendo necessário um maior aprofundamento sobre a logística e execução de projeto por cada EID, também, a necessidade de uma análise mais detalhada sobre as aspirações geopolíticas do Brasil e outros países da América do Sul que se tenta materializar através da IIRSA, análise que fizemos em outro trabalho.

REFERÊNCIAS

- [1] BARAT, Josef.. Globalização, logística e transporte. In: BARAT, Josef. Logística e transporte

no processo de globalização: oportunidades para o Brasil. São Paulo: Editora UNESP: IEE, 2007. 256p. (p.15-100).

[2] CAIXETA -FILHO, José Vicente. A Competitividade do Transporte no Agrobusiness Brasileiro. In: . CAIXETA-FILHO, J.V. GAMEIRO, Augusto Haube. Transporte e Logística em sistemas agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2001. 218p.

[3] CARVALHO, Clarissa Barbosa Ramos Prudêncio. O protagonismo do BNDES no financiamento da infraestrutura Sul - americana durante o governo Lula: interface entre interesses domésticos e a política externa. I Seminário Nacional de Pós-Graduação de Relações Internacionais. Brasília. 2012.

[4] CEPAL - O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. In: Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Org: Ricardo Bielschowsky. Volume 2. Editora Record. Rio de Janeiro-são Paulo, 2000.

[5] FERNANDES, Michele Serpe. Participação da região sudeste paranaense na agricultura científica globalizada: estrutura produtiva e a circulação da soja. 2013 . 227 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro. Guarapuava.

[6] LIMA, Wendel Telles. A geopolítica brasileira e suas implicações na constituição do sistema geográfico no eixo de integração e desenvolvimento Manaus/ Caribe. 2015. 191f. Tese

(Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR.

[7] MALLMANN, Maria Izabel. A integração sul-americana face ao adensamento dos desafios. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Setembro de 2009.

[8] IIRSA: dez anos depois: suas conquistas e desafios. 1ª. Edición Buenos Aires : BID-INTAL, 2011.

[9] Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Disponível em: <<http://www.iirsa.org/>>. Acesso em junho de 2015.

[10] PINTO, Geraldo Augusto. A organização do Trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 87p.

[11] SILVA JUNIOR, Roberto França. Circulação e logística territorial: a instância do espaço e a circulação corporativa. 2009. 384 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP. Presidente Prudente.

[12] SORJ, Bernardo. FAUSTO, Sergio. O papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas. Plataforma Democrática. Work Paper nº 12, julho de 2011.

[13] Acordos, Resoluções e Decisões, para facilitação dos Transportes Firmados no Âmbito do Cone Sul e do Mercosul. Disponível em:< <http://www.geipot.gov.br/integracao/mercosul/acor-mer1N.htm>>. Acesso em outubro de 2013.

Capítulo 17

GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS AO CURRÍCULO MÍNIMO DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

Yan Marllon da Silva Pereira

Ana Claudia Ramos Sacramento

Resumo. O currículo é uma forma de organização de ensino diferentes questões conceituais, ideológicas, pedagógicas, políticas: desde as habilidades para que o aluno alcance um determinado conhecimento estipulado; os objetivos desse documento, que pode ser pelo conteúdo pragmático e terminando na avaliação da aprendizagem. Logo, partindo do pressuposto que nenhum documento curricular é neutro, este artigo tem como objetivo analisar como o Currículo Mínimo de Geografia da rede estadual do Rio de Janeiro tem influenciado o ensino da disciplina, com base no processo de globalização das políticas pedagógicas neoliberais. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa levará em consideração que, ao entrar em vigor em 2012, este documento curricular passou a determinar os conteúdos de geografia que deveriam ser ensinados nas redes públicas de ensino, estando por sua vez, diretamente ligado à proposta neoliberal de pensar e propor a educação e a disciplina geográfica. Para tanto, a metodologia a ser utilizada é análise do discurso, pois possibilitará compreender como aparecem os textos descritos a partir das concepções: teórico, metodológico, ideológica e política. Portanto, a inquietação sobre o tema, estar diretamente ligada à necessidade de entender através de uma escala global atual conjuntura política-pedagógica neoliberal que envolve a educação e o ensino de geografia, tendo como base de reflexão as políticas públicas educacionais formuladas/reformuladas a partir da década de 1990.

Palavras Chave: Neoliberalismo; Globalização; Políticas Curriculares; Currículo Mínimo de Geografia.

1. INTRODUÇÃO

O questionamento a respeito da temática a ser trabalhada ao longo do artigo partirá da conjuntura do atual momento político-pedagógico neoliberal, que dentro da lógica capitalista, tem tratado a educação como uma mera mercadoria a ser consumida pela sociedade, no qual para esse sistema, a melhor escola não é aquela que gera conhecimentos críticos e reflexivos, mas sim a que consegue ter um maior número de alunos aprovados num determinado sistema de avaliação. Vale ressaltar que não concordamos com esse tipo de lógica, uma vez que defendemos a igualdade para todos em todos os campos da vida.

Desta maneira, vive-se mais um período histórico em que as políticas públicas educacionais produzem conhecimentos, conteúdos pedagógicos e sistemas de avaliações, dentre outros de acordo com os princípios meritocráticos de manutenção do sistema capitalista. A pergunta inicial é como o projeto pedagógico neoliberal vêm intervindo na educação e especificamente no currículo— neste caso, no Currículo Mínimo de Geografia (SEEDUC-RJ)?

Seguindo essa proposta, o neoliberalismo como projeto político e econômico, buscou se globalizar com o intuito de unificar a economia mundial, fazendo com que os demais países fizessem parte de um modelo econômico único, tendo como objetivo reestruturar o sistema capitalista, que na sua conjuntura política e econômica se apresentava em crise. Essa onda neoliberal chegou ao Brasil em 1992, no governo do então presidente Fernando Collor de Melo e perpetua-se até os dias de hoje.

Destarte, as políticas educacionais no Brasil e em vários países emergentes estão associados a acordos internacionais com instituições e organismos multilaterais. Essas políticas transparecem nas propostas curriculares atuais e são frequentemente associadas à crescente subordinação dos Estados Nacionais às exigências desses organismos, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Mundial de Desenvolvimento (BID).

A partir da década de 1990, o BM passa a financiar inúmeros projetos de reforma educativa em vários países do mundo. Essas reformas são marcadas por mudanças na

organização curricular fazendo com que o debate sobre o que ensinar e para que ensinar, alinhada à seleção de conteúdos e disciplinas, ganhe cada vez mais importância no cenário nacional.

Dessa forma, reformas foram promovidas pelos diferentes ministros e suas equipes da Educação do governo federal nos últimos anos para defender de que forma a educação e os currículos devem ser dotados de maior integração entre as disciplinas, capazes de formar habilidades e competências mais complexas e essenciais aos novos processos produtivos. É neste contexto de transformações das estruturas políticas-econômicas de caráter neoliberal e de transformações do mundo da educação que se insere o Currículo Mínimo de Geografia.

Segundo, Lima (2009, p.49) pode-se dizer que as políticas neoliberais para a educação preconizam a lógica do mercado, como uma relação entre a oferta e a procura do serviço educativo e a demanda da sociedade; que a ação do Estado se reduz a garantir, apenas, uma educação básica geral, liberando os outros níveis do sistema às leis do mercado e, que o extremo individualismo, proposto por esse modelo, não favorece as políticas democráticas de participação e compromisso com a realidade social.

Logo, será diante dessa linha de raciocínio que a discussão sobre currículo se apresentará ao longo do artigo. A análise do currículo é fundamental para entender o papel que a escola exerce em um dado contexto histórico-social, a medida que esse ao mesmo tempo se reflete como produtor e produto do conhecimento propagado na instituição escolar.

De acordo com Sacramento (2007, p. 80) "os currículos têm por objetivo orientar a construção do conhecimento escolar" através do diálogo que estabelecem entre a escola e os demais agentes envolvidos no processo de ensino. É por meio deles que a teoria e a prática são conduzidos. "A forma como se produz o currículo está relacionada ao tipo de aluno que está se formando, qual o objetivo da formação docente e o ideal de escola".

Assim, o objetivo do artigo é analisar as tensões e os discursos no documento do Currículo Mínimo de Geografia. Para identificar como está abordado o ensino de geografia, uma vez que, o mesmo foi elaborado pela (SEEDUC), para servir de referência as habilidades e conteúdos

básicos que devem estar nos planos de curso e nas aulas de todas as escolas estaduais.

A partir da metodologia da Análise de Discurso, tem como proposta, fazer com que o pesquisador através da produção de sentidos da linguagem, tenha a capacidade de reler diferentes discursos marcados pela história e pela ideologia, interpretando-os segundo, seu conhecimento e sua vivência, não buscando criar algo novo, mas expor apenas a sua visão sobre um determinado discurso (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Este texto é parte da pesquisa referente ao projeto AQ 1 “As Práticas Pedagógicas docentes em Geografia, os textos e políticas curriculares nos estados do Rio de Janeiro e de Goiás” financiado pela FAPERJ nos períodos de (2016 -).

Assim, o texto está dividido em quatro momentos: o primeiro contextualizar a política neoliberal, diante de seu processo de globalização. No segundo momento, a discutir sobre função do currículo como documento curricular, para então no quarto momento, analisar o Currículo Mínimo de Geografia de uma forma geral.

2. UMA BREVE INTRODUÇÃO À POLÍTICA ECONÔMICA NEOLIBERAL

A teoria Neoliberal trata-se de um modelo político-econômico que surgiu logo após a II Guerra Mundial (1938-1945), na região da Europa e da América do Norte onde predominava o capitalismo. O seu termo foi criado em 1938, em uma conferência denominada Colóquio Walter Lippman pelo sociólogo e economista alemão Alexander Rüstön e pregava a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista.

De acordo com Harvey (2003, p.2), o neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria sobre práticas de política econômica que afirma que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido por meio da maximização das liberdades empresariais dentro de um quadro institucional caracterizado por direitos de propriedade privada, liberdade individual, livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar um quadro institucional apropriado a tais práticas.

Isso posto, é possível afirmar que o Estado na política neoliberal deve preocupar-se com a qualidade e a integridade da moeda, garantir o direito à propriedade privada e apoiar o

funcionamento livre dos mercados, e caso não haja mercados (em áreas como educação, saúde, previdência social ou poluição ambiental), eles devem ser criados pelo Estado, se necessário. Porém, a intervenção do Estado nos mercados deve ser em um nível mínimo.

Com o passar do tempo e com a chegada da crise de acumulação Fordista em 1973, fomentada pela crise do petróleo, todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, apresentando baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, mudando por sua vez, o atual panorama capitalista de crescimento econômico. Diante de um contexto de crise do sistema capitalista que afetou desde as elites até as classes de trabalhadores, as ideias dos neoliberais passaram a ganhar força para sua efetivação.

Segundo Ferreira (2009, p. 63), para os intelectuais neoliberais as raízes da crise de 1973 estavam localizadas no aumento dos gastos sociais por parte do Estado, nos sindicatos e no movimento operário, que, com suas pressões reivindicativas sobre os salários inviabilizavam as bases de construção capitalista.

Esses processos destruíram os lucros das empresas e geraram altos índices inflacionários, levando, conseqüentemente, a uma crise generalizada das economias de mercado. A solução para o neoliberalismo seria manter um Estado forte que pudesse romper com o poder dos sindicatos, e controlar o dinheiro, intervindo nos gastos sociais. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo.

A criação desse sistema neoliberal implicou obviamente muita destruição, não somente para as estruturas e poderes institucionais (como a suposta existência prévia de uma soberania estatal sobre os assuntos político-econômicos), mas também sobre as relações estruturais da força de trabalho, relações sociais, políticas de bem-estar social, arranjos tecnológicos, modos de vida, pertencimento à terra, hábitos afetivos, modos de pensar e outros mais. (HARVEY, 2003, p.3).

Para a economia se estabilizar e voltar a crescer, os neoliberais apontavam a necessidade de reduzir os salários dos trabalhadores, aumentar os impostos e diminuir os investimentos sociais (fim do Estado de Bem-Estar). Os governos neoliberais, segundo Ferreira (2009, p.64),

não apenas transformaram materialmente a realidade econômica, política e social, como também conseguiram que essa transformação fosse aceita como a única saída para a crise de acumulação capitalista. Porém, a hegemonia deste programa não se realizou do dia para noite. Foi necessária uma década para se concretizar nos países centrais.

3.0 NEOLIBERALISMO E SEU PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Em síntese, e através de uma análise tradicional e conservadora, a globalização pode ser entendida como um conjunto de transformações recentes na economia do planeta, que causaram uma ampliação dos fluxos de mercadorias, informação e uma maior integração entre os países. Destaque-se aqui o avanço da ciência e da técnica, período denominado por Milton Santos (2001), como técnico-científico-informacional.

Já através de um olhar mais crítico e geográfico do que venha a ser globalização será apresentado a concepção de Santos (2001), com suas ideias de globalização como fábula e como perversidade.

Expressando sua ideia de globalização como fábula, Santos (2001) alega que a globalização da qual se vive é aquela da qual nos fazem crer, como se o mundo tivesse se tornado para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador e dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Segundo o autor, há uma busca de uniformidade no serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.

Para o autor, a globalização vivenciada atualmente é perversa, visto que não é para o bem de todos, mas sim, que beneficia apenas determinada parcela da sociedade, que são os detentores do poder.

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam

e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. (SANTOS, 2001, p.10)

Embora se tenha diferentes vertentes da ideia de globalização, o objetivo neste momento é entender como o projeto neoliberal se globalizou e foi aderido como principal doutrina do capitalismo a ser seguida por diversos países do mundo.

O neoliberalismo como projeto político e econômico, buscou se globalizar com o intuito de unificar a economia mundial, fazendo com que os demais países do globo terrestre fizessem parte de um modelo econômico único. Assim, o neoliberalismo objetivou reestruturar o sistema capitalista que se apresentava em crise.

Ao ser implantado em vários países centrais da Europa e ser ampliado para o leste europeu e após a derrota do socialismo soviético, os rumores da chamada globalização começam a alcançar novos continentes, como a América Latina.

Essa onda neoliberal chegou ao Brasil em 1992, no governo conservador do então presidente Fernando Collor de Melo, eleito com o objetivo de implantar um ideário neoliberal. Contudo, foi nos dois mandatos consecutivos do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que o neoliberalismo foi adotado abertamente, tendo ocorrido durante os seus dois mandatos presidenciais com várias privatizações de empresas estatais.

Já a política neoliberal dentro da lógica educacional passa a ser produzir uma educação que proporcione lucro, que impeça a produção de um pensamento crítico na escola, e que faça aflorar dentro das instituições de ensino a manutenção do *status quo* da sociedade capitalista, sempre impulsionada e em favor do bloco dominante da sociedade. De acordo com Dave Hill (2003, p. 34)

Assim, as empresas primeiro fazem da educação uma área propícia para os negócios – fazendo o ensino e a educação superior subordinados à personalidade e aos requerimentos ideológicos e econômicos do capital, assegurando-se que as escolas

produzam trabalhadores eficientes, submissos, ideologicamente doutrinados, e pró-capitalistas.

É exatamente nesse contexto neoliberal que a educação se encontra, vendida pelo Estado aos atores hegemônicos que detêm o poder, e que produzem uma educação moldada e controlada conforme o interesse capitalista.

Desta forma, os Estados para atingir as exigências tanto do MEC, com a LDB e DCN como dos órgãos internacionais buscam adaptar à realidade não só educacional, mas como econômica e cultural. Deste modo, a criação do currículo mínimo não está somente associada às questões educacionais, mas também de mudanças econômicas e políticas no cenário do estado do Rio de Janeiro.

A entrada política do PMDB com o governo Sergio Cabral (2007-2014) trouxe uma série de mudanças, a partir da concepção desenvolvimentista e neoliberal do partido, mobilizando a economia e infraestrutura do Estado em alguns aspectos: aumento dos estaleiros; aumento da produção do petróleo; mudanças na arrecadação de impostos; aumento nas grandes infraestruturas como das rodovias e aeroportos; mudanças nos transportes rodoviários; que trouxeram a princípio melhoras nas condições estruturais do Estado.

Contudo, essa melhoria não condizia no campo da educação, segundo Pereira; Oliveira (2014), o estado do Rio de Janeiro ter ficado em 26º lugar no ranking do IDEB de 2009, ou seja, em penúltimo, provocaram várias mudanças tanto do ponto de vista da gestão, bem como do currículo e da avaliação, como forma de controle para melhorar o índice.

Desta maneira, Wilson Risólia Rodrigues foi escolhido em outubro de 2010 como secretário da educação, uma pessoa não da área, e sim, um economista, com foco em metas empresariais para a educação. Como a questão da educação hoje está mais ligada a metas, competências e habilidades, o que importava para o referido governo era alcançar a melhora do índice, não se comprometendo com a qualidade pedagógica, e sim, na gestão sobre a escola e o que acontece nela.

Esta concepção educacional perpassou por todo governo de Luiz Fernando Pezão (2014-2018) inclusive com maior precarização do

serviço educacional do Estado do Rio de Janeiro.

4.A QUESTÃO DO CURRÍCULO NESTE CONTEXTO

Em várias partes do mundo as discussões sobre currículo ganharam grande importância, a ponto de diferentes autores defenderem o currículo como algo central nas políticas educacionais no mundo globalizado. De acordo com os documentos relacionados as questões educacionais do Banco Mundial, as mudanças também devem ser nas propostas curriculares nos países que querem adotar suas medidas.

Desta forma, isto é questionado por Alice Casimiro Lopes (2004), já que para ela as reformas educacionais compreendem uma grande variedade de medidas, dentre elas: mudanças nas legislações, nas formas de financiamento, na relação entre as diferentes instâncias do poder oficial (poder central, estados e municípios), na gestão das escolas, nos dispositivos de controle da formação profissional, especialmente na formação de professores, na instituição de processos de avaliação centralizada nos resultados. Entretanto, as mudanças nas políticas curriculares têm maior destaque, a ponto de serem analisadas como se fossem em si a reforma educacional.

Assim, escrever sobre currículo não é uma das tarefas mais simples, devido às diferentes concepções curriculares que foram sendo construídas ao longo dos anos por diferentes autores, que por sua vez, levavam em consideração os diferentes contextos pedagógicos nos quais se encontravam, incluindo as questões sociais, econômicas e políticas da sociedade vigente de cada época.

Embora simples, a pergunta "o que é currículo" não tem encontrado resposta fácil. Desde o início do século passado ou mesmo desde um século antes, os estudos curriculares têm definido currículo de formas muito diversas e várias dessas definições permeiam o que tem sido denominado currículo no cotidiano escolar. (LOPES; MACEDO, 2013 p.14)

No livro das autoras supracitadas, *Teorias de Currículo (2013)*, as mesmas partem da premissa de que não é possível responder de forma padrão "o que é currículo", mas apenas de forma parcial e localizada historicamente,

uma vez que sua definição tem se modificado ao longo da história, diante de teorias curriculares que vão surgindo e apresentando um novo olhar sobre este documento, seja ele conservador ou crítico.

O significado da palavra currículo vem do latim e significa caminho, trajeto, percurso, pista ou circuito atlético; remetendo assim, segundo Godson (1995, p. 7), à ideia de ordem como sequência e à ordem como estrutura, ou seja, a ideia de um caminho a ser seguido para o sucesso, porém, contento provas e obstáculos a serem superados.

O currículo surge tendo como principal objetivo organizar e estruturar os conteúdos a serem ensinados nas instituições próprias para isso no século XVI, como universidades, colégios e escolas, instruindo os alunos de forma individualizada, com o intuito de manter a ordem tanto na instituição quanto na sociedade, buscando o controle e a eficiência social. Logo, o currículo passava a ser aplicado aos meios educacionais para moldar e organizar a sociedade da época.

O currículo desde a sua formação esteve ligado aos interesses políticos, econômicos, ideológicos e sociais da sociedade vigente de sua época, tanto no regime Feudal como no período de sua transição para o sistema capitalista, entre os séculos XV e XVIII. Logo, o currículo teve como determinação moldar e estruturar a sociedade através de conteúdo e práticas curriculares. Desta forma, aquele desenvolveu determinadas formas de raciocínio em detrimento de outras, privilegiando certos conteúdos, relegando alguns e silenciando sobre outros.

Já o currículo escolar trata-se de um documento extremamente importante, uma vez que molda, controla e seleciona os diversos conteúdos que devem ser ensinados por professores nas diversas instituições de ensino, buscando desenvolver o educando para que este possa exercer sua cidadania, ter acesso ao mercado de trabalho e de acordo com sua capacidade, ingressar no ensino superior.

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuam nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Diante desse quadro no qual se encontra a prática curricular, os professores devem participar mais ativamente e com

pensamentos mais críticos a respeito da formulação e reformulação do currículo escolar, objetivando contribuir para a inserção de um currículo mais democrático e mais atraente para a prática do ensino.

Assim, pode-se compreender que no Estado do Rio de Janeiro, denominado atualmente de "Currículo Mínimo", bem como as antigas reorientações curriculares se fazem presentes a partir de 2005. Essa reorientação foi realizada de acordo com as estruturas político-econômicas de cunho neoliberal e com os PCNs (1998). A reorientação foi implementada a partir da seriação e por focos bimestrais; ou seja, eixos temáticos nos quais os professores focalizam os conteúdos específicos. Em cada bimestre aparece uma série de habilidades e de competências a serem desenvolvidas (FERREIRA, 2009).

Assim, foi criado o Currículo Mínimo em 2011, com reformulações em 2012, para direcionar quais são os conteúdos e os conceitos mínimos para que os professores possam seguir para as avaliações externas e internas. Segundo Silva, C. (2015) este documento foi construído por uma equipe de professores da educação básica da rede estadual que auxiliariam o trabalho coordenado por professores de universidades situadas no estado do Rio de Janeiro, que garantiram os aspectos científicos do mesmo. Para isso, foram ouvidos professores da rede em reuniões presenciais e a distância, pois foram solicitadas sugestões a respeito do mesmo.

Além disso, para finalizar a proposta do documento foram solicitados aos professores no final do ano de 2010 e no período de férias de 2011, que dessem sugestões para o documento. Na verdade, esta forma de consulta não foi realizada por grande maioria dos professores pois estavam de férias e muitos não souberam, mas no documento está escrito que os professores participaram da avaliação. De acordo com a pesquisa realizada por vinte professores da rede, oito professores disseram conhecer o ocorrido.

Como escrito no documento Currículo Mínimo (SEEDUC, 2012) foi implementado para garantir as disciplinas estabelecidas nas DCNs dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, nos seguintes componentes, Matemática, Língua Portuguesa/Literatura, História, Geografia, Filosofia e Sociologia. No seguinte, foram feitas revisões e foram incluídas as doze disciplinas da Base Comum Nacional, PCNs

com o objetivo de ser utilizada em todas as escolas estaduais. De acordo com o SEEDUC (2012, p.2): “O Currículo visa estabelecer harmonia em uma rede de ensino múltipla e diversa, uma vez propõe um ponto de partida mínimo – que precisa ainda ser elaborado e preenchido em cada escola, por cada professor, com aquilo que lhe é específico, peculiar ou lhe for apropriado”.

Não existe harmonia em diversidade regional e local tão diversas com problemas básicas de cada escola, assim como a comunidade e os estudantes. Isto não é levado em consideração na articulação do currículo, um documento muitas das vezes, voltado para uma escola “idealizada” não real.

5. UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O CURRÍCULO MÍNIMO DE GEOGRAFIA.

O Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro (2012) surge com o objetivo de determinar os conteúdos mínimos a serem trabalhados em cada disciplina, na tentativa de reconstituir os percalços que a educação brasileira sofreu nas últimas décadas, tentando reverter o atraso e melhorar a qualidade da educação básica no Brasil; além de formar cidadãos segundo a lógica e o interesse do Estado. O que é possível observar é um modelo curricular que está mais preocupado com os resultados da educação do que com a sua qualidade. Portanto, busca-se por meio deste documento busca-se desenvolver uma proposta pedagógica conservadora, de produção e reprodução do conhecimento, além de preparar os alunos para as avaliações federais e estaduais.

Pode-se considerar que este documento, do ponto de vista da sua Teoria e da Matriz curricular, apresenta tensões curriculares, já que ao ser formulado o CM de geografia contou com a participação de profissionais da educação que divergiam quanto as suas perspectivas pedagógicas. Porém, mesmo diante de tais tensões, o CM demonstra ter como principal base a teoria curricular conservadora e dogmática ao propor determinados conteúdos que são reproduzidos em sala de aula como verdade absoluta.

Em relação as propostas pedagógicas ficam evidentes duas questões: as competências e as habilidades e os conjuntos de boas práticas educacionais: ensino interdisciplinar

e contextualizado; oferta de recursos didático adequados; a inclusão de alunos com necessidades especiais; a incorporação de projetos e temáticas transversais nos projetos pedagógicos das escolas; a oferta de formação continuada aos professores e demais profissionais nas escolas, entre outras (SEEDUC, 2012, p.2)

Desta forma fica evidenciado um currículo por competências pauta uma discussão com viés tecnicista (neotecnicista) como também social. Para Bershtein (2003) a competência tem diferentes raízes ideológicas e tem uma lógica social, da comunicação e da interação sujeito com o conceito, desta maneira, não podemos somente dizer que ele tem um fundo mercadológicos, porque de certa maneira todos temos que ter competências para alguma coisa. Estamos escrevendo isso, porque o que tem acontecido na educação é que o uso do termo competências tem sido prescrito com forma recontextualizar os conceitos e os conteúdos de forma meritocrática, para levar o sujeito a reconhecer elementos simples sem aprofundamento do conhecimento.

O currículo mínimo, ao longo de sua formulação, ainda que apresentando algumas propostas, que segundo a lógica pedagógica de seus organizadores, seriam positivas para a melhoria da educação nacional e estadual, sofreu algumas críticas por parte de alguns docentes que questionavam a ênfase em uma determinada temática e não em outra, que fazia parte das habilidades do bimestre. Igualmente, questionavam a fragmentação ou descontinuação de determinados conteúdos de um bimestre para o outro (PEREIRA, 2016).

Diante de tais circunstâncias, o Currículo Mínimo passou a ser visto por alguns docentes da rede estadual de ensino público, como um documento conservador, elitista e engessado, que visa moldar e controlar o ensino fundamental e médio através da imposição do mínimo de conteúdos que venham a ser necessários para formar cidadãos que não questionem o sistema político-social vigente. Destarte este pode ser observado, dentro dessas medidas uma forte ligação dos interesses do Estado e da política neoliberal por trás da configuração do currículo mínimo.

Assim como as demais disciplinas, a geografia também é um dos componentes que fazem parte do Currículo Mínimo (CM), tanto no de 2011 como no de 2012, tendo

sido formulada em ambos para conter o mínimo de conteúdos geográficos a serem trabalhados pelos docentes, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, sendo aqueles apresentados superficialmente, seja por falta de tempo ou de interesse aos temas selecionados (PEREIRA, 2016).

De acordo com o Currículo Mínimo de Geografia de 2012, ao ser praticado nas escolas, este documento deve primar pelo respeito à diversidade (étnica, sexual, religiosa), bem como pela valorização da cultura e dos saberes dos alunos e à crítica contundente às desigualdades e injustiças sociais em diferentes escolas e contextos. Essas são questões que dizem respeito não só a uma conformação com a legislação mais recente, mas principalmente ao compromisso da Geografia, e de seus professores com esses princípios.

O processo de ensino/aprendizagem, de acordo com a proposta deste documento, ocorre através da abordagem simplória de determinados conteúdos, conceitos e temáticas da ciência geográfica, em que o papel do professor, embora tendo a liberdade de incluir aspectos não abordados segundo os seus interesses intelectuais e políticos, passa a ser simplesmente preparar os alunos para exercer a cidadania e respeitar a constituição.

Para Azevedo; Sacramento (2016) a discussão conceitual da Geografia é bem sucinta, contendo uma página com a proposição dos conteúdos e conceitos. Desta forma, este documento é efetivamente mínimo e não traz nenhuma novidade teórico-metodológica ou pedagógica para contribuir para transformar no ensino, ou seja, o documento é limitado e traz fundamentos vários as concepções teórico-metodológicas da geografia de forma inclusive fragmentada.

O Currículo Mínimo tem o papel de ser um eixo norteador para as escolas. O professor, de posse desse documento, deve ampliar a discussão na escola para pensar a seleção dos conteúdos trabalhados e a metodologia utilizada. Certamente é um processo de repensar a nossa prática de sala de aula com autonomia, o respeito às diferenças e a visão interdisciplinar. A Geografia é uma disciplina escolar que, através dos seus conceitos e temas, dialoga com outras disciplinas, contribuindo para uma formação geral crítica dos nossos alunos frente às questões da contemporaneidade. (SEEDUC, 2012, p. 3)

Já em relação a tal liberdade intelectual e política do professor, conforme é abordada no documento, não passa de uma proposta teórica, uma vez que na prática os docentes devem respeitar as características do currículo de geografia, para que seus alunos passem nos exames finais e tornem-se cidadãos conscientes de seu estar no mundo.

Dentre os elementos que nortearam a releitura deste currículo, temos: a análise escalar e as representações gráficas e cartográficas como um instrumental para a compreensão dos fenômenos e processos geográficos em todos os níveis de ensino; a visão das globalização como processo; a análise ambiental permeando todo o currículo; as possibilidades de estabelecer um diálogo entre as diferenças, valorizando a diversidade cultural; e a problematização das questões geográficas referentes ao Estado do Rio de Janeiro. (SEEDUC, 2012, p. 3)

Neste parágrafo, os autores trazem algumas questões centrais do pensar a ciência geográfica e seu campo atual. A análise escalar uma discussão já muito realizada por Lacoste (1988) como outros autores que buscam por mostrar a importância de como pensar as múltiplas escalas dentro de uma perspectiva de concepção geográfica dos diferentes níveis de análises.

Assim, como as representações cartográficas e gráficas, já que a linguagem cartográfica dá traz uma discussão do espaço bem como os diferentes níveis de análise. Lacoste (1988) diz que este é um grande instrumento pois ele possibilita a compreensão das diferentes intervenções sobre o espaço e seus diversos fenômenos, a partir de concepções representadas nos diferentes mapas e em diferentes escalas.

Além da análise ambiental tão discutida no mundo atual devido à necessidade de repensar o seu uso e a sua lógica concepção. De compreender como os fenômenos ambientais e meio ambiente estão se constituindo no global e no local, com as intenções não só de preservação e conservação, mas também como parte da economia capital.

Estas questões voltam para as discussões de Moreira (2011), sobre as concepções teórico-metodológicas atuais de pensar a disciplina de forma plural com diferentes debates emergindo na escola geográfica. Isto não quer dizer que este currículo traga de fato algo novo.

Pensar a diversidade cultural, presente nos PCNS (1998), e nos documentos oficiais parte de uma tentativa de trabalhar sociedade e cultura, mas que dentro das competências e habilidades não há efetivamente uma discussão consistente sobre isso. Assim, como trabalhar a escala regional Rio de Janeiro é uma tentativa de debater sobre as diversidades regionais descritas nos documentos, mas que de fato em poucos momentos isso acontece neste currículo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar que o principal objetivo da política neoliberal dentro da lógica educacional passa a ser a produção de uma educação que proporcione lucro, que impeça o desenvolvimento de um pensamento crítico na escola, e que faça aflorar dentro das instituições de ensino a manutenção do *status quo* da sociedade capitalista, sempre impulsionada e em favor do bloco dominante da sociedade. É exatamente nesse contexto neoliberal que a educação se encontra, vendida pelo Estado aos atores hegemônicos que detêm o poder, e que produzem uma educação moldada e controlada dentro dos moldes do interesse capitalista.

Logo, viu-se que para oferecer um ensino de geografia mais atraente aos alunos, os professores de geografia devem realizar uma prática de ensino menos conteudista e dogmática, deixando de lado o método tradicional de ensino, baseado na "decoreba" por parte do aluno, preferindo um que faça o aluno se inserir como sujeito ativo e participativo do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, ensinar conteúdos e conceitos geográficos partindo da realidade e do espaço de vivência do aluno, gerando um conhecimento mais reflexivo.

O currículo escolar foi moldado e estruturado ao longo dos anos para servir de base à prática pedagógica. Diante disso, é preciso falar sobre currículo como política cultural, buscando um documento que seja mais democrático e menos hegemônico, menos hierarquizado nas ideias e nos conteúdos. Um currículo que não vise somente à questão econômica, mas acima de tudo vise às

diferentes culturas sociais e que as respeite, sem dogmatizá-las ou descrevê-las de acordo com a sua visão de mundo.

No entanto, o que se observa são propostas curriculares e livros didáticos construídos com um conhecimento de mundo totalmente hegemônico, contribuindo para a formação da identidade de nossos alunos, através de um método educacional elitista e conservador.

Tendo em vista tais circunstâncias, o Currículo Mínimo passou a ser visto por alguns docentes da rede Estadual de ensino público, como um documento conservador, elitista e engessado, que visa moldar e controlar os ensinamentos fundamental e médio através da imposição, do mínimo de conteúdos que venham a ser necessários para formar cidadãos aptos a exercer sua cidadania sem questionar o sistema político-social vigente. Pode-se, assim, observar, dentro dessas medidas, uma forte ligação dos interesses do Estado e da política neoliberal por trás da configuração do currículo mínimo.

Diante dessa atual conjuntura política pedagógica neoliberal, da qual estar inserido o CM de geografia, observa-se através da estrutura de seu documento que o ensino de geografia ainda nos dias de hoje encontra-se moldado e controlado por documentos curriculares que determinam os conteúdos geográficos mais relevantes que devem ser ensinados, em salas de aulas, levando sempre em consideração as habilidades e competências que sugeridas, para a formação do aluno, fazendo muitas das vezes, o ensino de geografia tornar-se desinteressante para o aluno, pelo fato de seu processo de ensino-aprendizagem estar baseado simplesmente na transmissão de conteúdos, sem levar em consideração a realidade do aluno.

De acordo com tal discurso que se faz presente no CM de geografia, encontra-se em tal documento ainda nos dias de hoje, um ensino de geografia conservador, doutrinário e conteudista, já que propõe um ensino centrado no professor e não no aluno, tornando-se assim muito das vezes desinteressante por não ter relação com o espaço de vivência do aluno e não levar em consideração o seu conhecimento prévio.

REFERÊNCIAS

- [1] Azevedo, A. C. F; Sacramento, A. C. R. S. O Currículo de Geografia frente às Políticas Curriculares Nacionais. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos - a construção do Brasil: geografia, ação e democracia. São Luis. Anais..., 2016, p. 1-12
- [2] Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/ SEF, 1998.
- [3] Caregnato, R. C. A; Mutti, R. Pesquisa Qualitativa: análise de discurso versus de conteúdo. Florianópolis: Texto Contexto Enferm, 2006 Out-Dez; vol.15, nº 4, p.679-684.
- [4] Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.
- [5] Ferreira, W. A. O currículo de geografia uma análise do documento de Reorientação Curricular da SEE-RJ. 135f. Dissertação (Mestrado em em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, 135f.
- [6] Harvey, D. The new imperialism. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- [7] Hill, Dave. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. Currículo sem Fronteiras, v.3, nº 2, Jul/Dez 2003, pp.24-59. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/hill.pdf>>
- [8] Lacoste, Y. A geografia - Isso seve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19º ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- [9] Lima, M. J. C. Neoliberalismo e Educação. João Pessoa – PB: Studia Diversa, CCAE-UFPB, Vol. 1, No. 1 - Outubro, pp. 44-59, 2007.
- [10] Lopes, A. C; Macedo, E. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2013.
- [11] Moreira, R. Para onde vai o pensamento geográfico? 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- [12] Pereira, Fábio de Barros Oliveira, Inês Barbosa de. Ponderações ao currículo mínimo da Rede Estadual do Rio de Janeiro: uma contribuição ao debate em torno da Base Comum Nacional. São Paulo: Revista e-Curriculum, v. 12, n. 03 p. 1669 - 1692 out./dez. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>
- [13] Pereira, Y. M. da. O papel do currículo no atual contexto neoliberal: uma análise do currículo mínimo de geografia e do seus conceitos de região, território e paisagem. 2016. 133 f. Monografia (graduação em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.
- [14] Sacramento, A. C. R. O currículo na construção do conhecimento geográfico: um estudo da ação docente de duas escolas estaduais de São Paulo. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, 291p.
- [15] Santos, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. 6 ºed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- [16] Secretaria De Educação do Estado do Rio de Janeiro. PROPOSTA CURRICULAR: um novo formato (Geografia), fevereiro, 2012. Disponível em: <<http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/orientacoes.asp>>
- [17] Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro Currículo Mínimo 2011. In Secretaria de Estado de Educação, Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em <<http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?articleid=374742>>.

Capítulo 18

O ESTATUTO DA CIDADE E A POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA: SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMULAÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

Victor Hugo Ribeiro Pimenta

Teresa Cristina de Almeida Faria

Resumo: As cidades como locais inerentes à influência do pensamento dominante e das necessidades humanas, precisam se readaptar e inovar para oferecer aos seus usuários e cidadãos uma qualidade de vida digna. No contexto atual, o planejamento urbano deve prever transformar as cidades, tornando-as mais sustentáveis, o que contrapõe a atual realidade urbana. O conceito de cidades sustentáveis tem por objetivo criar e sustentar comunidades nas quais as pessoas tenham opção e condição de realizar suas atividades cotidianas a pé ou utilizando o transporte coletivo, integrado a uma alta qualidade de vida com disponibilidade de infraestrutura associados aos conceitos de compacidade (densidade), biofilia (acesso do homem à natureza) e gestão democrática. Ao analisar o recente processo de urbanização e planejamento urbano brasileiro, observa-se que ainda há caminhos a serem percorridos. A utilização de instrumentos de ordenação e desenvolvimento urbano oferecidos pela Lei Federal nº 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade) bem como dos dispositivos de melhoria da mobilidade urbana estabelecidos pela Lei Federal nº 12.587 de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) pode facilitar o processo de urbanização e planejamento das cidades brasileiras, de modo a garantir a todos o direito à cidade e o exercício de sua cidadania. Portanto, este trabalho tem por objetivo analisar os instrumentos das leis federais acima mencionadas de modo a verificar quais são os instrumentos que contribuem para melhoria da mobilidade urbana e da aplicação do conceito de compacidade urbana, pois a utilização e aplicação destes conceitos nas cidades, atrelados a outros conceitos de cidades sustentáveis, possibilita melhorias urbanas. Para isto, levantaram-se leis federais referentes às temáticas e se fez revisão bibliográfica sobre compacidade e mobilidade urbana. Os resultados das análises, ainda preliminares, serão visualizados através de quadros comparativos dos pressupostos de cada lei aos pressupostos conceituais de mobilidade e compacidade urbana.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade fora utilizado e debatido amplamente nas três últimas décadas no meio acadêmico e político. Entretanto, a revisão destes conceitos ainda é pertinente para que se conheça novos caminhos a serem percorridos. Definido pelo documento "Nosso Futuro Comum", de 1987, fruto dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente - ONU, o conceito de desenvolvimento sustentável é "aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades." (AFONSO, 2006, p. 11 apud BARBOSA, 2013 p. 11).

Com a definição de desenvolvimento sustentável, surge o conceito de sustentabilidade: "[...] manutenção quantitativa e qualitativa do estoque de recursos ambientais, utilizando tais recursos sem danificar suas fontes ou limitar a capacidade de suprimento futuro." (AFONSO, 2006, p.11 apud BARBOSA, 2013, p. 12). Deve-se compreender que o conceito de sustentabilidade é evolutivo, pois depende das necessidades e demandas e da disposição tecnológica no espaço temporal (SILVA; ROMERO, 2010), portanto, a definição acima apresenta apenas uma dimensão do conceito como é compreendido hoje.

Barbosa (2013), apresenta outras dimensões da sustentabilidade baseadas em diversos autores: sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica, dentre outras. Considera-se, portanto, sustentável aquele (a) ou aquilo que atende a todas as dimensões e classifica-se como contribuinte da sustentabilidade, aquele (a) ou aquilo que atende a um aspecto ou mais. Trabalhada em escalas, a sustentabilidade pode estar presente em um produto, edifício, de um bairro à uma cidade. A adoção da sustentabilidade nas cidades é uma ação local com uma visão global, com intuito de resolver as problemáticas, de maneira holística, de modo a permitir e sustentar a vida no planeta.

Deste modo, a definição de cidade sustentável, refere-se àquela adequada às "necessidades humanas, resultante de experimentos, vivências, pesquisas e interações dos fenômenos socioculturais, econômicos, ambientais e tecnológicos." (SILVA; ROMERO, 2010, p. 2). O conceito de cidade sustentável tem por objetivo criar e

sustentar comunidades nas quais as pessoas tenham opção e condição de realizar suas atividades cotidianas a pé ou utilizando transporte coletivo (mobilidade urbana sustentável), integrado a uma alta qualidade de vida, com disponibilidade de infraestruturas e edificações de alto desempenho tecnológico, associadas aos conceitos de compacidade (densidade) e biofilia (acesso humano à natureza) (FARR, 2013).

As cidades sustentáveis recolocam a cidade como habitat ideal para uma sociedade baseada na comunidade. Portanto, desenvolver e praticar estratégias que incorporem os aspectos culturais, sociais, econômicos, ambientais, dentre outros, atrelados a uma gestão participativa, tem sido o desafio das cidades contemporâneas brasileiras, já que necessitam se desenvolver de forma mais inclusiva socialmente, sustentável economicamente e ambientalmente, promovendo e resgatando a cultura e suas especificidades.

A busca em transformar as cidades brasileiras em sustentáveis parte do pressuposto de que as cidades sustentáveis resolvem ou amenizam as problemáticas urbanas atuais. Aliás, ao analisar o recente processo de urbanização e planejamento urbano brasileiro, observa-se que ainda há caminhos a serem percorridos, pois estas problemáticas urbanas são decorrentes do processo de planejamento urbano brasileiro ao longo dos séculos passados. Nos anos de 1970, órgãos municipais de planejamento e temática urbana foram energizados e criados. Entretanto, para Maricato (2000), além de fundamentalmente ideológica, a aplicação do planejamento urbano no país foi restrito, no que se refere, principalmente, a solução das irregularidades no uso e ocupação do solo, pois:

Foi exatamente durante a implementação do primeiro e único sistema nacional de planejamento urbano e municipal e do crescimento da produção acadêmica sobre o assunto que as grandes cidades brasileiras mais cresceram... fora da lei. (MARICATO, 2000, p. 140)

As cidades brasileiras, neste período, cresceram, tanto territorialmente quanto em população. Ao analisar os dados do IBGE sobre a população brasileira, nota-se que em 1940, 31% da população era considerada urbana, índice em constante crescimento por

décadas, até chegar em 56% em 1970 e 84% em 2010. Esta população foi, predominantemente, oriunda do êxodo rural, devido ao desenvolvimento industrial das cidades e a mecanização do campo, e do êxodo interurbano, oriundas de regiões menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, em busca de oportunidades de uma vida melhor. Esta população, por não ter acesso ao mercado imobiliário formal das cidades, obteve sua oportunidade de acesso à habitação, em sua maioria, autoconstruída, na periferia e em áreas da cidade cuja ocupação não é permitida por lei, como áreas de preservação ou não edificáveis, nas quais o mercado formal não atuava.

A expansão das cidades sem estarem, muitas vezes, articuladas à políticas de planejamento urbano, fez com que estas apresentassem um crescimento desordenado, proporcionado tanto pelo mercado formal e informal, cuja infraestrutura nem sempre está presente ou compatível ao empreendimento. Esta realidade urbana é expressada na segregação socioespacial, nos vazios urbanos, na apropriação irregular do espaço urbano, na falta de qualidade ambiental, na fragilidade dos recursos naturais e na ineficiência da mobilidade urbana devido à utilização intensa de veículos particulares como consequência da falta de opção de outros modais, principalmente os transportes coletivos de massa oferecidos pelas cidades e gestão urbana. (ROGERS, 2008; FARR, 2013) Este modelo expõe a realidade insustentável das cidades, que permanece ainda nos dias atuais.

Já na década de 1980, junto à redemocratização do país, o Movimento pela Reforma Urbana ganha força com intuito de questionar e resolver as problemáticas urbanas que foram constatadas no Seminário sobre Habitação e Reforma Urbana de 1963, e se agravavam diante do crescimento urbano do país. (RIBEIRO; CARDOSO, 1996). Segundo os mesmos autores, o movimento tinha por outras características: "diagnóstico centrado nas desigualdades e nos direitos sociais; [...] objeto de intervenção é a propriedade privada da terra, o uso do solo urbano e a participação direta das camadas populares (e/ou sociedade civil) na gestão da cidade". (RIBEIRO; CARDOSO, 1996, p.71)

Através de uma emenda popular, na mesma década, incluiu-se na Constituição Federal de 1988, o capítulo de Política Urbana, com os artigos 182º e 183º. O artigo 182º dispõe da

política de desenvolvimento urbano, cuja responsabilidade do município é garantir as funções sociais da cidade e o bem-estar dos cidadãos. Ainda estabelece que o Plano Diretor Municipal é o instrumento básico do ordenamento territorial urbano, no qual deve-se definir a ocupação de cada porção do território municipal, garantindo que todos os imóveis cumpram sua função social. Já no artigo 183º é tratada a aquisição da propriedade pelo ocupante de imóvel urbano que o utiliza para sua moradia. Com isto garante-se o direito de propriedade àquele que, de fato, dá a ela uma destinação compatível com sua vocação legal.

Na década dos anos 2000, Lei Federal nº 10.257/01, Estatuto da Cidade, foi sancionada de modo a regulamentar os artigos 182º e 183º da Constituição Federal de 1988. A lei disponibiliza instrumentos e meios de ordenação e planejamento urbano com intuito de facilitar para gestão urbana o cumprimento de seus objetivos e diretrizes gerais, de ordem pública e interesse social, que têm por intuito regular o ordenamento territorial de modo a assegurar o direito à cidade, "em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental". (BRASIL, 2001, p. 91)

Apesar dos graves problemas apresentados pelas cidades em relação à mobilidade urbana, somente em 2012 foi sancionada a Lei Federal nº 12.587, dispondo diretrizes da política nacional de mobilidade urbana, a qual é instrumento da política de desenvolvimento urbano tratada no inciso XX do Art. 21º e no Art. 182º da Constituição Federal de 1988. A lei estabelece instrumentos, em seu Art. 23º, com objetivo de integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do município.

Portanto, diante do exposto, este artigo propõe discutir como as Leis Federais nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade) e nº 12.587/12 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) contribuem para transformar as cidades em sustentáveis, nos âmbitos da compacidade e mobilidade urbana. Esta discussão é baseada nos princípios do direito à cidade sustentável e seu desenvolvimento, objetivo de ambas as leis, segundo Art.2º do Estatuto da Cidade e no Art. 5º da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

2. OBJETIVOS

Este trabalho tem por objetivo analisar os instrumentos das Leis Federais nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade) e nº 12.587/12 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) de modo a verificar quais são os instrumentos que contribuem para melhoria da mobilidade urbana e da aplicação do conceito de compactidade urbana, pois a utilização e aplicação destes conceitos nas cidades, atrelados a outros conceitos de cidades sustentáveis, possibilita melhorias urbanas.

3. METODOLOGIA

O processo de análise das leis ocorreu da seguinte maneira: primeiramente, recorreu-se à análise da literatura acerca de cidades sustentáveis, compactidade e mobilidade urbana; e mais adiante recorreu-se à análise das leis federais (nº 10.257/01 e nº 12.587/12), principalmente no que se refere aos seus dispositivos e instrumentos, de modo a evidenciar e compreender as potencialidades e possibilidades de cada instrumento de correlacionar com as temáticas estudadas.

4. RESULTADOS PRELIMINARES

Pautada na transformação das cidades seguindo os princípios da sustentabilidade, nos âmbitos da compactidade e mobilidade urbana, através dos dispositivos e instrumentos das leis federais acima referenciadas, se faz necessária a conceituação prévia de cidade sustentável, compactidade urbana e mobilidade urbana sustentável.

As cidades sustentáveis têm por características, resumidamente, a adoção da escala humana no desenho da cidade, com a presença de espaços públicos de qualidade; adoção do conceito de compactidade urbana em contrapartida ao espraiamento urbano; respeito às particularidades, ao meio ambiente e à diversidade (tanto em tipologias arquitetônicas, usos do solo e interação social); adoção de uma mobilidade urbana sustentável; e priorização da vida humana com qualidade, seja na justiça socioeconômica e cultural, seja na gestão urbana participativa. (FARR (2013); GEHL (2013); ROGERS (2008); SILVA e ROMERO (2010);

Segundo autores como Farr (2013); Gehl (2013); Rogers (2008); Silva e Romero (2010), em contrapartida ao espraiamento urbano das

cidades surge o conceito de cidades compactas (compactidade urbana), cujo entendimento está intimamente ligado à noção de cidades sustentáveis, centrada no homem e sua escala na cidade, seu usufruto e suas perspectivas ambientais, sociais, culturais e econômicas. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, compactidade urbana se reflete no uso misto dos lotes urbanos de modo a evidenciar a escala humana para que se tenha parques e espaços públicos próximos à moradia e trabalho, criando uma rede de vizinhanças interligadas por corredores de modais, além de se evitar ou remediar expansão urbana.

Já o conceito de mobilidade urbana sustentável se refere ao acesso e inclusão social, com intuito de oferecer maior diversidade de meios de transportes, incentivo aos não motorizados e coletivos, de modo que todos possam ter o direito à cidade. Além de incentivar modais com tecnologias menos poluentes. (FARR (2013); GEHL (2013); VASCONCELLOS (2012); SOUSA (2005); E AFFONSO ET AL (2009).

Portanto, a partir destas definições, analisou-se a legislação urbana pertinente. O que permitiu maior entendimento das possibilidades efetivas de transformação da realidade das cidades brasileiras, a partir de sua aplicação, como será visualizado adiante.

4.1 ESTATUTO DA CIDADE

Para fins de análise, foram considerados os instrumentos jurídicos e políticos, além do estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), presentes no Art. 4º da lei. Antes, é necessário ter conhecimento das possibilidades destes instrumentos:

[...] - variadas formas de intervenção social sobre o livre uso da propriedade privada: desapropriação, servidão e limitações administrativas, tombamento, instituição de unidades de conservação, parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e direito de preempção;

- a regularização fundiária das ocupações de interesse social: concessão de direito real de uso, [...] usucapião especial de imóvel urbano, direito de superfície, demarcação urbanística para fins de regularização fundiária e legitimação da posse; [acrescentar-se-ia regularização fundiária e instituição de ZEIS].

- a indução do desenvolvimento urbano e redistribuição à coletividade dos benefícios decorrentes do processo de urbanização: outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, transferência do direito de construir e operações urbanas consorciadas;

- instrumentos voltados para democratização da gestão urbana e do direito à moradia: referendo popular e plebiscito, assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos. (BARROS; CARVALHO; MONTANDON, 2011, p. 33)

A utilização de um ou mais dos instrumentos apresentados a seguir, permite que a gestão urbana tenha possibilidade de transformar as cidades em mais sustentáveis:

a) adoção conjunta de uso misto em toda cidade com a obrigatoriedade de estudo de impacto de vizinhança e ambiental pra determinadas tipologias arquitetônicas e de serviços urbanos como: hospitais, centros comerciais e empresariais, centros esportivos, dentre outros, na cidade como todo. Deste modo, garantir-se-ia que o uso misto pudesse criar cidades mais compactas, o que melhoraria a mobilidade urbana, e com a adoção do EIV ou EIA ter-se-ia estudos de modo a verificar se aquele empreendimento seria adequado àquela região ou infraestrutura urbana.

b) instituição de ZEIS (zonas especiais de interesse social) em áreas já consolidadas e dotadas de infraestrutura urbana, em conjunto com o instrumento de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios²¹ e/ou com o direito de preempção²². Deste modo, proveria habitação de interesse social na cidade formal. Pode-se ainda trabalhar em conjunto às operações urbanas consorciadas²³, de modo que em uma determinada

²¹ Este instrumento, juntamente com o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação com pagamentos em títulos, evita a presença de vazios urbanos e a especulação imobiliária. Ou seja, faz com que o especulador dê uso compatível ao lote de acordo com o estabelecido no Plano Diretor, que no caso sugerido, habitação de interesse social.

²² Este instrumento confere ao Poder Público Municipal preferência de aquisição do imóvel urbano.

²³ São medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, juntamente com a sociedade e investidores privados, com objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

intervenção urbana a população carente próxima não seja expulsa pela valorização dos imóveis. (BARROS; CARVALHO; MONTANDON, 2011)

c) usucapião especial de imóveis urbanos para assentamentos humanos de baixa renda, já consolidados, em locais que não causem transtornos ao meio ambiente ou a população residente, como locais inundáveis. Se estes causam transtornos, tem a possibilidade de trabalhar em conjunto com a instituição de unidades de conservação, o que aumenta a presença de áreas verdes na malha urbana. Se as terras ocupadas forem de poder público, tem-se a possibilidade de se trabalhar com o direito de superfície²⁴, no qual o poder público municipal concede o uso da superfície do solo, e pode evitar a venda para incorporadores cujo empreendimento expulsaria aquela população da área. A utilização destes instrumentos, aumentaria o acesso a terra urbanizada, próxima de trabalho à população de baixa renda. (BARROS; CARVALHO; MONTANDON, 2011)

d) a transferência do direito de construir²⁵ e a outorga onerosa de direito de construir²⁶ possibilitariam adensar determinadas áreas da cidade cuja infraestrutura e paisagem urbana permitam em detrimento daquelas que não possam. O que preserva tanto a paisagem urbana e patrimônios históricos, por exemplo, e maximiza a potencialidade de áreas com infraestruturas melhores.

e) adotar o direito de preempção em área estratégicas da cidade, e principalmente, após diagnóstico da cidade, nas áreas que faltam equipamentos urbanos, de modo a oferecer democraticamente estes equipamentos ao acesso de todos.

f) operações urbanas consorciadas em locais estratégicos da cidade, sejam eles onde carecem intervenções urbanas (como incentivo aumentar-se-ia o potencial

²⁴ O proprietário do imóvel pode conceder a outrem o direito de superfície de seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado mediante escritura pública.

²⁵ Autoriza o proprietário do imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir.

²⁶ O Plano Diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico aprovado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

construtivo ou mudança de uso) ou de expansão urbana da cidade, já oferecendo toda infraestrutura urbana necessária.

4.2 POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA

A lei analisada apresenta em seu Art. 23º alguns instrumentos de gestão do sistema de transporte e da mobilidade urbana. Adiante, alguns destes serão apresentados revelando qual característica da mobilidade urbana sustentável impulsionam:

a) Privilégio ao meio coletivo e não motorizado, instrumentos: I - restrição e controle de acesso e circulação, permanente ou temporário, de veículos motorizados em locais e horários predeterminados; III - aplicação de tributos sobre modos e serviços de transporte urbano pela utilização da infraestrutura urbana, visando a desestimular o uso de determinados modos e serviços de mobilidade, vinculando-se a receita à aplicação exclusiva em infraestrutura urbana destinada ao transporte público coletivo e ao transporte não motorizado e no financiamento do subsídio público da tarifa de transporte público, na forma da lei; IV - dedicação de espaço exclusivo nas vias públicas para os serviços de transporte público coletivo e modos de transporte não motorizados;

b) Incentivo a modais com tecnologias menos poluentes, instrumentos: II - estipulação de padrões de emissão de poluentes para locais e horários determinados, podendo condicionar o acesso e a circulação aos espaços urbanos sob controle; VII - monitoramento e controle das emissões dos gases de efeito local e de efeito estufa dos modos de transporte motorizado, facultando a restrição de acesso a determinadas vias em razão da criticidade dos índices de emissões de poluição;

Sugere-se que a lei descreva instrumentos que reforcem algumas características e medidas de melhoria da qualidade da mobilidade, tais como: integração de diferentes modais de mobilidade, para que aumente as possibilidades de uso destes. Esta integração poderia ser tanto física, pelos

terminais, quanto de horário e valor da passagem; melhoria da democratização do espaço público por meio da acessibilidade universal; melhoria dos aspectos de iluminação e arborização urbana, o que melhoraria a qualidade e a segurança do espaço público, incentivando, deste modo, o pedestre e ciclista por exemplo; discussão de criação de padrão de calçada na cidade a ser implantada com a disponibilidade das faixas de serviço, acesso e livre, quando possível.

4.3 DISCUSSÃO

O processo de urbanização e de planejamento urbano brasileiro são recentes. São algumas dezenas de anos de processos e lutas sociais para assegurar o direito à cidade, em prol do bem coletivo e desenvolvimento sustentável, objetivados por leis federais, em contrapartida a realidade urbana brasileira de insustentabilidade e caos urbanos. Entretanto, em termos de legislação urbana promulgada, têm-se possibilidades e meios de se colocar na prática do planejamento urbano brasileiro a melhoria da qualidade urbana, tornando as cidades do país mais sustentáveis. Basta haver vontade política, apelo e participação popular e interpretação e conhecimento de instrumentos pelos técnicos capacitados a elaborar legislações urbanísticas.

A materialização normativa dos princípios da política de desenvolvimento urbano das Leis Federais, Estatuto da Cidade (nº 10.257/01) e Política Nacional de Mobilidade Urbana (nº 12.587/12) fica a cargo da formulação dos Planos Diretores Municipais e Planos de Mobilidade Urbana, dentre outras legislações urbanísticas, pelas administrações municipais. É necessário que estas legislações urbanísticas municipais estejam sintonizadas às ações federais, estaduais e regionais para melhor ordenamento territorial, ao mesmo tempo que necessitam estar integradas às políticas setoriais. Por exemplo, a mobilidade sustentável visa não somente melhorar o fluxo de trânsito, mas também evitar deslocamentos desnecessários. Para isso deve-se trabalhar com outras políticas urbanas, tais como uso misto do solo urbano.

BIBLIOGRAFIA

- [1] Affonso, N. S.; et al. Mobilidade Urbana e Inclusão Social. Brasília: Confea, 2009.
- [2] Barbosa, R. T. Z. As seis dimensões da sustentabilidade como abordagem para recomendações para a habitação unifamiliar baseadas nas diretrizes do selo Casa Azul. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG.
- [3] Barros, A. M. F. B.; Carvalho, C. S.; Montandon, D. T. O Estatuto da Cidade comentado. In: BRASIL. Estatuto da Cidade 10 Anos: avançar no planejamento e na gestão urbana. Brasília: Senado Federal, 2011.
- [4] Brasil. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.
- [5] _____. Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os Art. 182º e 183º da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, 2001.
- [6] _____. Lei Federal nº 12.587, de 03 de Janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências, 2012.
- [7] Farr, D. Urbanismo Sustentável: desenho urbano com a natureza. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- [8] GEHL, J. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- [9] Maricato, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: Anrantes, O.; Vanier, C.; Maricato, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p. 121-192.
- [10] Ribeiro, L. C. De Q.; Cardoso, A. L. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: Ribeiro, L. C. De Q.; Pechman, R. (Org.) Cidade, povo e nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 53-78.
- [11] Rogers, R. Cidades para um pequeno planeta. Barcelona: Gustavo Gilli, 2008.
- [12] Silva, G. J. A da; Romero, M. A. B. (2010) Urbanismo Sustentável no Brasil e a construção de cidades para o novo milênio. Disponível em <http://www.usp.br/nutau/sem_nutau_2010/perspectivas/romero_marta.pdf> Acessado em 10 de Março de 2015.
- [13] Sousa, D; T. R. de. Mobilidade e Acessibilidade no Espaço Urbano. Sociedade & Natureza. Uberlândia/MG: 17 (33), p. 119-129, 2005.
- [14] Vasconcellos, E. A. De. Mobilidade urbana e cidadania. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

Capítulo 19

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO ARTEFATO DIDÁTICO PARA TRABALHAR QUESTÕES DO MEIO AMBIENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 6º AO 9º ANO

Denize Tomaz de Aquino

Joice Taís Cansanção de Almeida

Maria Iranilda Vieira Machado

Resumo: Trabalhar o meio ambiente em quadrinhos no espaço da escola de ensino fundamental do 6º ao 9º ano, representa um artefato didático para a flexibilização do currículo prescrito, no sentido de atuar com outras formas de práticas pedagógicas, visando ações integralizadoras com outras disciplinas, ao mesmo tempo em que possibilita outras formas de integralizar o contexto da aula através das vivências e experiências dos estudantes envolvidos, e suas narrativas na superação dos discursos hegemônicos dos currículos clássicos, no entendimento de que a escola é um espaço de saberes onde os atores discutem conhecimentos, necessidades e avaliam e são avaliados constantemente não apenas as legalidades educacionais, mas todo o espaço dentro e fora dela em uma prática constante. Enquanto artefato curricular, a história em quadrinhos traz informações no sentido de apontar as fragilidades desses espaços por meio dessas narrativas. São questões importantes que perdem qualidade quando falados no cotidiano da escola diante de um professor em sala de aula, mas a construção desse artefato didático, tendo o próprio estudante como protagonista, e a oportunidade de apresentar suas indagações e indignações através das histórias contadas na maioria das vezes com seus personagens tematizados, que denunciam suas histórias de vida e suas necessidades e a preocupação com o outro e com o ambiente, representa um importante processo de produção de conhecimento. Assim, o trabalho que trata do ensino do meio ambiente em geografia do 6º ao 9º ano onde, crianças e adolescentes se dedicam à construção de uma história em quadrinhos que envolvem um processo criativo multidisciplinar, tem como objetivo: trabalhar histórias em quadrinhos sobre o meio ambiente onde esses construtores possam dialogar os conteúdos da escola com as informações trazidas de suas vivências externas, no sentido de despertar nestes estudantes a curiosidade sobre como podemos proteger a natureza e de articular as aprendizagens dos conteúdos formais e a postura crítica desses estudantes diante da realidade vivida. Buscamos informações em fontes secundárias como, livros; revistas; páginas da web para elaboração das oficinas de elaboração dessas histórias em quadrinhos e aplicabilidade em sala de aula e apresentação no universo da escola. Os resultados apontaram a eficiência da proposta uma vez que formula conceitos sobre a preservação do meio ambiente com sugestões de proteção e preservação. Os materiais escolhidos para a realização deste projeto servirão como uma ferramenta para potencializar os ensinamentos e trocas de informações entre todos os envolvidos.

Palavras Chave: Histórias em Quadrinhos, Meio Ambiente, Ensino de Geografia.

1. INTRODUÇÃO

O meio ambiente tem sido uma temática bastante discutida nos espaços da escola como categoria da educação ambiental, mostrado nos livros didáticos, na mídia entre outros. Sabe-se que a degradação ambiental existente, como poluição atmosférica, aquática, terrestre, mudanças climáticas, efeitos estufa, poluição, desmatamentos, buraco na camada de ozônio, enchentes e secas, e muitas outras problemáticas ambientais são preocupações gerais da sociedade não apenas no local, mas abrange o global por se tratar de proteger o planeta terra.

O presente trabalho, insere-se nas discussões acerca do ensino do meio ambiente na proposta transdisciplinar, contextualizada com a geografia para o ensino fundamental do 6º ao 9º ano, e, sugere novas metodologias através de um artefato didático, as histórias em quadrinhos (HQs), no sentido de dialogar com as práticas já existentes no cotidiano da sala de aula e trazer os estudantes como protagonistas dos seus conhecimentos em seus vários espaços de atuação, como escola, bairro, na perspectiva de um novo olhar para o aprender.

Nessa direção, este estudo objetivou trabalhar histórias em quadrinhos sobre o meio ambiente onde esses construtores dialogam os conteúdos da escola com as informações trazidas de suas vivências externas no sentido de despertar a curiosidade sobre como podemos proteger a natureza e de articular as aprendizagens dos conteúdos formais e a postura crítica desses estudantes diante da realidade vivida onde os alunos poderão perceber a necessidade de serem construtores desses saberes a partir do seu próprio cotidiano trazendo estas experiências para o chão da escola e dialogar com os vários conhecimentos.

Essa experiência de vida tem eco no que postula Bondía (2002, p. 26-27): “O saber de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. De fato, a experiência é uma espécie de mediação entre ambos”.

Em que medida trabalhar as histórias em quadrinhos, como artefato didático, tendo-se meio ambiente como temática, pode contribuir para um ensino mais dinâmico, motivador e de maior participação na sala de aula? E de que forma essa motivação pode ser instigante

para outros momentos de vivências e experiências desses alunos?

No que tange ao *lócus* enunciativo, elencamos enquanto campo de estudo uma escola da rede pública no município de Garanhuns do interior de Pernambuco, Nordeste do Brasil cujo universo amostral foi composto por um total de 80 estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental que quiseram participar da pesquisa. Essa instituição de ensino foi escolhida por representar campo de estágio obrigatório dos estudantes de licenciatura em Geografia da Universidade de Pernambuco campus Garanhuns.

A opção metodológica escolhida foi as aulas\oficinas sobre meio ambiente e após esse momento a produção das histórias em quadrinhos, conforme mostrado em detalhes na seção de metodologia.

2. HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UM NOVO OLHAR NO ENSINAR MEIO AMBIENTE EM GEOGRAFIA

As discussões sobre meio ambiente são recorrentes no ensinar geografia em vários espaços não apenas nas escolas, mas em toda sociedade. Pensar numa proposta de meio ambiente não se trata, apenas, em estabelecer uma proposta interdisciplinar de conteúdos de disciplinas, mas trazer uma concepção construtivista, sendo a escola o espaço privilegiado por ser dedicado a estes, na qual os estudantes possam elaborar uma representação pessoal do aprendido e do vivido, como tema transversal, de forma a permear toda a prática educacional e assim, dar visibilidade à temática do meio ambiente. (BRASIL, 1997).

Dessa forma, precisamos discutir a demanda de transformações em que passa a educação na sociedade e estarmos atentos para as mudanças que se estabelecem no seu contexto, numa via de mão dupla o cotidiano do espaço da escola, e as vivências e experiências dos seus protagonistas, na qual nenhum está nem pode ser subordinado ao outro.

Para entendermos a escola como espaço sócio cultural de saberes e de produção de conhecimentos bem como os diferentes atores que compõem o cenário educativo, e as várias formas desses atuarem na produção do conhecimento implica compreender que no seu cotidiano há uma dinâmica de sujeitos

que dão sentido às suas experiências e vivência discutem conhecimentos, necessidades e avaliam e são avaliados (as) constantemente não apenas as legalidades educacionais, mas todo o espaço dentro e fora dela em uma prática constante.

Torna-se, cada vez mais, necessário, desconstruir, no sentido de outras formas de transgressão curricular, para construir, ampliar o debate, informar, socializar e viabilizar as informações e conhecimentos científicos diretamente envolvidos com a temática ambiental, e a escola tem esse papel como mediadora didática e social de construir saberes ensináveis e assimiláveis, que para Freire apud Garcia (2011) são os saberes do cotidiano que vão além dos conteúdos escolares, se não transgride não é desafiador se não é desafiador não é verdadeiramente educação.

A sala de aula ganha importância quando nela são materializados as vivências e experiências, que leve os estudantes a pensar o mundo em que vivem a partir de sua condição real de existência. A leitura de Freire(1994) nos aponta que a sala de aula, possibilita termos um aprendizado que seja tecido em mudança de comportamento, quando descreve que “ensinar não é transferir conhecimento”, mas sim ser vivido (FREIRE, 1994, p. 47).

Dessa forma, esse autor escreve ainda que:

É preciso insistir: este saber necessário ao professor – de que ensinar não é transferir conhecimento – não apenas precisa ser aprendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser – ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica-, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido (FREIRE, 1994, p. 47).

Nesse entendimento, trabalhar com outras metodologias através da proposta das histórias em quadrinhos, que representa um artefato didáticos muito importante no processo de ensino e aprendizagem no que se refere às questões ambientais no ensino de geografia implica tecer reflexões sobre os problemas ambientais na sociedade a partir do local para o global no entendimento de que esses estudantes possam perceber o espaço que habitam contribuindo para a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A construção das histórias em quadrinhos no espaço da escola acrescenta vivência,

investigação e construção colaborativa que ultrapassa os limites da educação escolar formal, agregando linguagens e recursos de caráter artístico e lúdico, que possibilitam novas formas de expressões da possibilidade de manifestação do diferente, do estímulo para novas aprendizagens.

Garcia (2012) caracteriza como "lugar praticado", o espaço da escola como uma construção social que revela os sentidos cotidianos pelas pessoas que ali vivem. Ou seja, cada espaço escolar tem uma identidade própria e as diferencia a partir da prática de seus usuários. Todavia fica evidente a necessidade de mudar os métodos e a forma de ensinar, levando os educandos a conhecer a essência da ciência geográfica e compreender o seu espaço onde os fenômenos ali existentes fazem parte do seu cotidiano da sociedade que participa é a dinâmica do lugar e precisa ser levado e discutido na escola.

São outras possibilidades de construção do conhecimento que enfatizam a importância da aprendizagem através das narrativas e das imagens produzidas que na maioria das vezes ultrapassam os muros da escola como uma ampliação da atuação dos conteúdos prescritos nos currículos escolares.

Enquanto artefato didático e pedagógico, a história em quadrinhos, representa um material cultural importante porque não são contadas apenas suas histórias, mas a de outros; no contexto narrado criam grupos, trocam entre si outros conhecimentos na interface com a escola e a comunidade, na perspectiva de uma visão “renovada” de uma geografia que se ensina.

É um material que os jovens conhecem, e existe nas redes sociais, mas não é tão aproveitado pelas escolas, mesmo contemplando vários outros temas (aborto, gênero, étnico racial entre outros).Traz informações no sentido de apontar as fragilidades e as necessidades do espaço não apenas da escola, mas do bairro da cidade, do local ao global com um novo olhar para o aprender.

Assim, as histórias em quadrinhos, por seu caráter globalizado possibilita o uso de diferentes áreas de conhecimento facilitando um trabalho interdisciplinar e com diferentes habilidades interpretativas – visuais e verbais – cuja utilização perpassa desde as séries iniciais até o nível universitário.

Que para Carvalho(2015) São questões importantes que perdem qualidade quando faladas no cotidiano da escola diante de um professor (a) em sala de aula, mas a construção desse artefato didático, cartilha gráfica, tendo o próprio estudante como protagonista, e a oportunidade de apresentar suas indagações e indignações através das histórias contadas na maioria das vezes com seus personagens tematizados, que denunciam suas histórias de vida e suas necessidades e a preocupação com o outro e com o ambiente representa um importante processo de produção de conhecimento.

Os estudos de Barbosa(2005)apontam que não existe regra para a utilização dos quadrinhos em sala de aula o limite é a criatividade do professor e a capacidade de utiliza-los para atingir seus objetivos de ensino por sua ação libertadora propõe participação mais ativas na sala de aula bem como desafia o senso crítico dos(as) alunos(as), além do controle da disciplina e interação entre os pares.

É preciso apoderar esse material muitos que ficam excluídos podem fazer suas narrativas através das cartilhas gráficas, estas representam um material cultural importante porque tem um contexto muitas vezes narrados através de denúncias, criam grupos, trocam entre si conhecimentos que vão chegando ao conhecimento da escola e da comunidade onde a escola habita.

Percebe-se que as histórias em quadrinhos é um documento que tem como identidade primeira o quadrinho, remete as narrativas no qual se conta algo com textos e imagens ou só imagem alusivas em diferentes formas contadas por meio de uma sequência artística desenhada ou quadrinista dirigidas a adolescentes, jovens e adultos, com uma forma bem singular que a diferencia do quadrinho clássico, geralmente dirigido a crianças numa forma de desconstrução.

Para Giesta (2002) esse código de linguagem em sua maioria não escrita, bastante ilustrativa, oportuniza a relação escola família uma vez que esse aluno pode levar para casa a educação ambiental para refletir sobre outras formas didáticas de se fazer ensino e de produzir conhecimentos a partir do aluno. Como destaca Costa (2010, p. 5) “As Histórias em quadrinhos, HQ’S, ou simplesmente quadrinhos, é um veículo de expressão de ideias, sentimentos e pensamentos, com uma linguagem própria”. Ou seja, é uma

ferramenta de comunicação que possui linguagem própria devido associar texto e imagem, contribuindo significativamente para o processo de ensino aprendizagem em sala de aula.

Assim, a experiência do narrar, através das histórias em quadrinhos (HQs) não é um processo linear de busca da memória, que muitas vezes foge do real, sobretudo no que se refere às questões ambientais. Esse conhecimento através da imagem, nos reporta ao mundo da imaginação, daí percebemos como a educação do olhar é um aspecto importante no ensino de geografia tendo aí os grafismos uma grande contribuição a dar.

3.CAMINHAR DA PESQUISA

O percurso metodológico utilizou a abordagem na perspectiva qualitativa (MINAYO, 1994). As etapas da pesquisa foram estruturadas em quatro aulas, com 50' cada, para apresentação e discussão dos conteúdos nos respectivos anos no momento das aulas do estágio supervisionado.

Após esta etapa, foi disponibilizado duas aulas com 50' cada, para a construção do aprendido e discutido em sala de aula e colocados em quadrinhos da seguinte forma: para os alunos dos primeiros anos foi trabalhado o tema reciclagem e para os alunos dos últimos anos o tema meio ambiente trouxe poluição das águas e desmatamento.

No que tange ao *locus* da pesquisa, elenca-se enquanto campo de estudo, uma escola da rede pública municipal, em Garanhuns/PE, no perímetro urbano, sendo essa cidade localizada no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. A pesquisa teve como participantes 80 estudantes do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) com média de idade muito variada por ter muitos estudantes fora da faixa de idade. No que diz respeito à escolha da escola, a opção foi por uma escola campo de estágio obrigatório dos estudantes de licenciatura em Geografia.

Foi utilizado como instrumento da pesquisa durante as aulas, com uma história em quadrinhos sobre o meio ambiente como um recurso didático onde utilizamos o conteúdo da aula exemplificando com os quadrinhos da história, daí a turma se mostrou interessada, despertando então para um debate sobre a poluição do meio ambiente e suas possíveis soluções através de várias interlocuções dos

participantes que contavam sobre suas vivências no bairro e no caminho da escola.

Com o amplo debate e aceitação da metodologia nos diferentes anos, foi solicitado à turma que elaborassem histórias em quadrinhos sobre o meio ambiente. Observamos então que os estudantes compreenderam bem o assunto de forma que produziram histórias em quadrinhos interessantes e sem apresentar dificuldades.

Para tanto, os alunos foram divididos em grupos de 4 alunos, de acordo com o ano e grupo de amizade, para a elaboração das histórias em quadrinhos recebendo sugestões e orientações das pesquisadoras e do professor regente da escola objeto da pesquisa, no sentido de orientar a compreensão da proposta. Os resultados foram satisfatórios, contribuiu significativamente para o resultado da pesquisa conforme descrito a seguir.

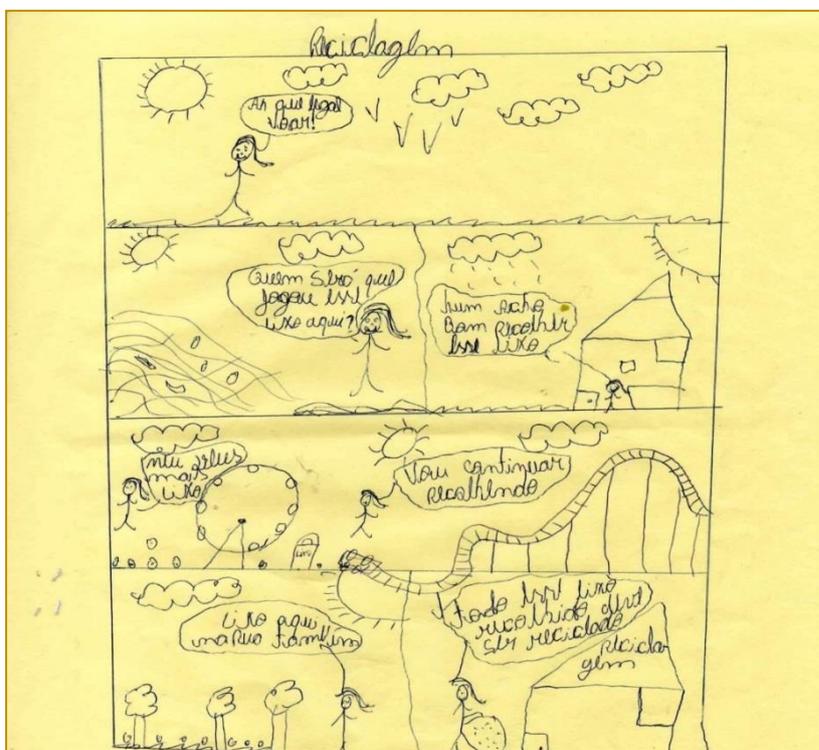
4.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este estudo direciona para prática pedagógica do ensinar geografia através de artefatos didáticos, histórias em quadrinhos(HQs) que possibilitou aprender a

partir do vivido e trazer para o cotidiano da escola esses conhecimentos o que possibilitou a compreensão de outras formas de olhar e perceber a escola enquanto espaço socializador de conhecimentos, e a geografia enquanto ciência e prática social e com capacidade de transgredir padrões já estabelecidos e engessados, e pensar os desafios e potencialidades com diferentes olhares.

Destacamos que a pesquisa é embrionária por entendermos que as histórias em quadrinhos, como artefato didático, vem recebendo cada vez mais atenção no processo de ensino aprendizagem nas escolas, no ensino de geografia, através da linguagem quadrinística,mesclando imagens e textos, numa tentativa de estimular o espírito criativo e crítico dos estudantes que revelam vários significados atribuídos pelos grafismos ali desenhados muitas vezes sem narrativas.

Dos resultados, apresentamos a seguir alguns exemplos do que foi trabalhado. No primeiro momento apresentamos o grafismo dos estudantes do 6º ano com o tema *reciclagem*, estes elaboraram uma história que “mostra a cena de uma menina que está recolhendo lixos por todos os locais onde anda e levando para a reciclagem, como um belo ato”.

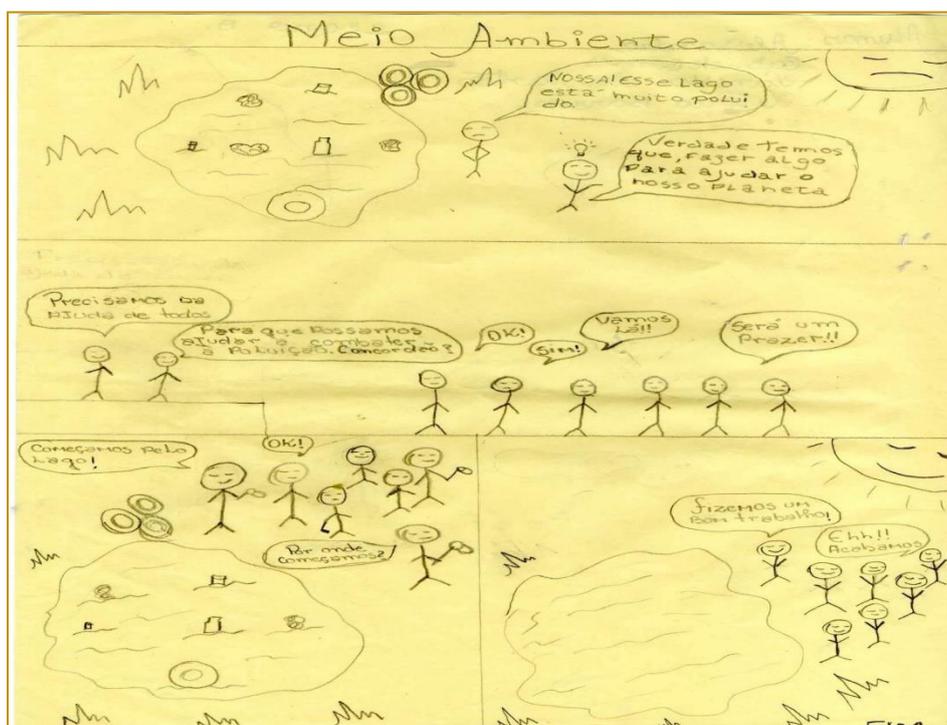


A proposta de trabalhar com esses estudantes sobre a importância de reciclar, e o cuidado com os objetos descartáveis que acabam gerando sérios problemas para a vida do homem e dos animais, formulou conceitos, a partir do entendimento dos estudantes sobre a preservação do meio ambiente com sugestões de proteção e preservação a partir da coleta seletiva para reciclagem e a construção do conhecimento, articulado com o domínio do já conhecido, pelo caminho percorrido e da reflexão do próprio espaço geográfico, através das vivências e experiências com o lugar; além de mostrar a eficiência da reciclagem onde a comunidade do bairro pode a partir da reciclagem gerar preservação ambiental e sustentabilidade para muitas famílias.

Que para Santos (1995) O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche, ou seja, a sociedade em movimento.

Muitos dos trabalhos apresentados expressavam as figuras sem textos narrados, que denunciavam a dicotomia homem natureza, as questões dos maus tratos com animais, a separação do rural urbano, em uma interatividade do saber dizer.

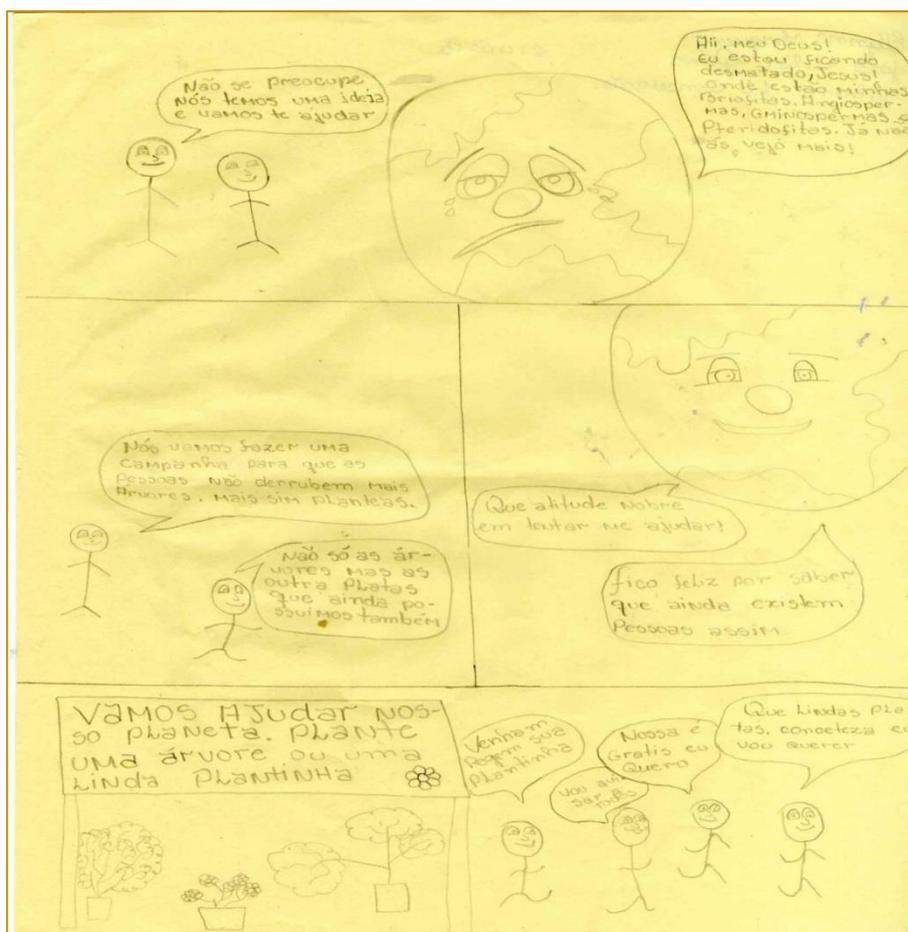
A figura abaixo dos alunos do 8º ano, expressa o cuidado com o meio ambiente .



Essa história em quadrinhos está descrevendo a poluição das águas pela população da localidade onde esses estudantes vivem e convivem. Para esses estudantes tal grafismo expressam o seguinte: "um grupo de amigos se juntarem e ajudarem a salvar a vida de um rio ou um lago próximo deles, deixando o planeta Terra bem mais bonito e sem poluição de água".

Os quadrinhos abaixo são representações quadrinistas produzida pelos estudantes do 9º ano, que apresenta um problema muito

recorrente nos dias atuais: o desmatamento. Os estudantes enfatizaram na história que " todos nós podemos salvar o planeta com nossas próprias mãos e com uma ação bastante simples que é plantando uma árvore para só assim o Planeta poder continuar sendo belo e cheio de árvores, caso contrário estaremos sofrendo as consequências desse ato que altera significativamente tanto a vida de nós seres humanos, quanto dos animais que ficam sem hábitat tanto urbano como rural".



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apontam que as histórias em quadrinhos (HQs) representam possibilidades outras de trabalhar o conteúdo de meio ambiente no ensino de geografia além de instigar os estudantes a refletirem e relacionarem os saberes escolares aprendidos com as experiências vividas no dia a dia sobre o espaço geográfico vivido e realidade social onde está inserida a escola o que pode contribuir para um trabalho pedagógico na própria escola. a partir da temática meio ambiente.

Infere-se que as HQs podem trazer contribuições relevantes para o processo de ensino aprendizagem de geografia no que se refere as questões do meio ambiente bem como em outras propostas temáticas que

desperta aprendizagens multidisciplinares, possibilitando outro tipo de leitura, desde crianças à adultos.

Dada a aceitabilidade da pesquisa pela equipe gestora da escola campo da pesquisa, propomos a possibilidade dos trabalhos, desde que tenham permissão da família, serem transformados em cartilhas gráficas, editadas pela Secretaria de Educação de Garanhuns para serem distribuídas na escola principalmente no ambiente da biblioteca.

Tais reflexões somarão às outras pesquisas nessa área de estudo que, embora se debrucem sobre outras temáticas, têm as mesmas preocupações potencialmente relevantes para a discussão do ensinar e aprender geografia.

REFERÊNCIAS

- [1] Barbosa, A. de (Org). Como usar a história em quadrinhos na sala de aula. Ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- [2] Bondía, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação. Nº19. Jan/Fev/Mar/Abr, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.
- [3] Carvalho, R. T. Novela Gráfica: autobiografia e de subjetivação. 6º SBECE 3º SIECE Educação Transgressão narcisismo. 2015 (Seminário Brasileiro de Cultura e Educação e Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação).
- [4] Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- [5] Costa, R. M. Geografia em Quadrinhos Imaginando um Mundo em Sala de Aula. Porto Alegre :UFRGS, 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2012.
- [6] Freire, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- [7] Garcia, R. Encontro e desencontros nas escolas: um currículo em movimento. In: Ferraço, C. Carvalho, J.(Orgs). Currículo, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades. Petrópolis: Rio de Janeiro, DP et,Alíi: Vitória, ES: Nupec/UFES,2012.
- [8] Giesta, N.C. Histórias em Quadrinhos: Recursos da Educação Ambiental. In: Ruscheinsky, A. (org.) Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas: Porto Alegre: ARTMED, 2002. p.157 – 168.
- [9] Minayo. M.C. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Abrasco, 1994.
- [10] Santos, M. Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR,1995.

Capítulo 20

PROBLEMA URBANO DE LUANDA: A QUESTÃO DO LIXO NA CAPITAL ANGOLANA

Rafaela Teixeira Paula;

Diego Estevão Chaves,

Verônica Andréa de Andrade Almeida

Resumo: Atualmente, o lixo é um dos maiores problemas urbanos e afeta a todos os setores da sociedade. A intensa urbanização e o consumo cada vez maior de produtos industrializados provoca o aumento na produção de lixo urbano, estando todos os países sujeitos a este problema. No entanto, alguns destes, os desenvolvidos na maior parte das vezes, conseguem administrar melhor o descarte de seus resíduos, enquanto os países subdesenvolvidos possuem um sistema de coleta e descarte ineficaz, obrigando a população a conviver ao lado de toneladas de detritos. Dentre os afetados por este problema está a Angola, país situado na costa ocidental da África e que saiu recentemente de uma guerra civil, apresentando inúmeros problemas sociais e estruturais, dentre eles, o lixo, que afeta de forma negativa e prejudica ainda mais a qualidade de vida dos habitantes. Este trabalho tem como objetivo apresentar dados relevantes referentes à produção de lixo e seu processo de coleta e disposição final na cidade de Luanda, capital do país, e apresentar os resultados do acompanhamento dos serviços ofertados em uma área residencial da cidade, o Kilamba. O desenvolvimento do trabalho consistiu na pesquisa de informações nos meios de comunicação de Angola e no acompanhamento da coleta de lixo durante dois meses, entre 20 de outubro e 20 de dezembro de 2015 na centralidade do Kilamba. Em Angola, são produzidos diariamente cerca de quatro quilogramas de lixo por pessoa e em Luanda a produção anual é de 1,3 milhões de toneladas. Atualmente, juntamente com empresas parceiras, a Empresa de Limpeza e Saneamento da cidade de Luanda (Elisal) é a encarregada do processo público de limpeza na capital angolana, coletando, transportando, depositando o lixo e gerindo os aterros sanitários. O gasto anual necessário para manter Luanda limpa é de cerca de 19 milhões de dólares mensais, no entanto o valor disponibilizado é aproximadamente 10 milhões de dólares por mês, insuficiente para a limpeza de toda a província. O acompanhamento da coleta de lixo no Kilamba durou 62 dias e ocorreu em apenas 16 dias. A frequência da coleta de lixo realizada no Kilamba é irregular, não apresentando padrão de dias e horários. O número de dias sem coleta varia de 1 a 9 e o horário da coleta nos dias que são realizadas não é fixo. Em alguns casos, a coleta foi feita em dois dias seguidos e na maioria dos casos o intervalo foi de três dias ou mais. Desta forma, o morador não sabe quando deve colocar o lixo nos pontos de coleta, localizados nas esquinas do Kilamba, o que faz com que o lixo se acumule nesses locais e nas próprias ruas, causando mau cheiro e atraindo insetos e outros animais. O caso do Kilamba é só um exemplo da ineficácia de todo o processo de tratamento de resíduos sólidos em Luanda; vale ressaltar que o Kilamba é uma das áreas socioeconômicas mais privilegiadas e que nos outros bairros o problema do lixo é ainda mais grave.

Palavras-Chave: Lixo, Luanda, Consumismo

1. INTRODUÇÃO

O lixo é, sem dúvidas, um dos maiores problemas urbanos atuais e afeta, em diferentes intensidades, as diferentes classes sociais e graus de desenvolvimento de uma cidade ou país. A intensa urbanização e consumo cada vez maior de produtos industrializados provoca o aumento da produção de lixo urbano e, para Mucelin e Bellini (2008) a disposição inadequada destes resíduos sólidos em fundos de vale, às margens de ruas ou cursos d'água gera inúmeros resultados ambientais negativos. Pode-se destacar a contaminação de corpos d'água, assoreamento, enchentes, proliferação de vetores transmissores de doenças, tais como cães, gatos, ratos, baratas, moscas e vermes, poluição visual, mau cheiro e contaminação do ambiente. Segundo Fernandez (2004) as alterações ambientais ocorrem por inumeráveis causas, muitas denominadas naturais e outras oriundas de intervenções antropológicas, consideradas não naturais. É fato que o desenvolvimento tecnológico contemporâneo e as culturas das comunidades têm contribuído para que essas alterações no e do ambiente se intensifiquem, especialmente no ambiente urbano.

Todos os países estão sujeitos a esse problema, no entanto, alguns conseguem administrar melhor e são extremamente limpos, outros não têm o mesmo desempenho e a população é obrigada a conviver ao lado de toneladas do próprio lixo. Na grande maioria dos casos, a primeira situação se refere aos países desenvolvidos, enquanto que os subdesenvolvidos são submetidos ao segundo caso.

Dentre os países subdesenvolvidos que convivem diariamente com o problema do lixo pode-se citar Angola. Angola situa-se no sudoeste da África, tem uma área de aproximadamente 1.247.000 km² e uma população de aproximadamente 29.383.300 habitantes (INE, 2017). O país, que saiu recentemente de uma guerra civil apresenta inúmeros problemas sociais como a desigualdade social e a extrema pobreza de grande parte da população, muitas vezes sem acesso à água potável e energia elétrica. Nesse contexto o lixo produzido se mostra

como outro fator que afeta de forma negativa e prejudica ainda mais os habitantes, sujeitos aos problemas já citados. Essa situação é ainda mais grave em Luanda, onde se concentra aproximadamente 7.098.267 habitantes (INE, 2014), quase 27% de toda a população nacional.

2. OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns dados relativos à produção de lixo e seu processo de disposição final em Luanda. Outro objetivo é apresentar resultados do acompanhamento da produção e coleta de lixo em uma área residencial de Luanda, o Kilamba.

3. METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho consistiu na pesquisa de informações relativas à produção de lixo, procedimentos de coleta e destino final desses resíduos na cidade de Luanda.

Outra etapa consistiu no acompanhamento da coleta de lixo durante dois meses, entre 20 de outubro de 2015 e 20 de dezembro de 2015 na centralidade do Kilamba, uma área residencial localizada no município de Belas, Luanda, procurando observar a quantidade de lixo produzida nos intervalos entre uma coleta e outra e a frequência da coleta, abordando os dias e os horários em que aconteciam.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

Angola situa-se na costa ocidental do continente africano, e faz fronteira a norte com a República Democrática do Congo, a Leste com a Zâmbia, a Sul com a Namíbia e é limitado a oeste pelo Oceano Atlântico (figura 1), possui uma área de cerca de 1.246.700 km² e uma população de aproximadamente 29.383.300 habitantes (INE, 2017). A província de Luanda tem 7.098.267 habitantes e área de 2.417 km², e a capital de Angola, Luanda, possui uma e uma população de cerca de 2.487.000 (INE, 2014) em uma área de aproximadamente 113 km² (figura 2).

Figura 1: Mapa de localização de Angola



Figura 2: Mapa de localização de Luanda, Angola



4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com um diagnóstico do Ministério do Ambiente de Angola realizado em 2014 (ANGONOTÍCIA, 2015), no país são produzidos diariamente cerca de quatro quilogramas de lixo por pessoa e em Luanda a produção anual é de 1,3 milhões de toneladas, com tendência de aumento de 146% até 2025.

Atualmente a Empresa de Limpeza e Saneamento da cidade de Luanda (Elisal) é a empresa encarregada do processo público de limpeza na capital angolana. A Elisal juntamente com outras empresas parceiras, desde as operadoras, micro-operadoras e

operadoras de pré-recolha, é responsável pela coleta, transporte, deposição do lixo e gestão do aterro sanitário (ANGONOTÍCIAS, 2015).

Segundo um dos principais jornais do país, o Rede Angola (2014) o gasto anual necessário para manter Luanda limpa é de cerca de 225 milhões de dólares, ou seja, quase 19 milhões de dólares mensais. No entanto o valor disponibilizado pelo Ministério das Finanças, aproximadamente 10 milhões de dólares por mês é insuficiente para a limpeza de toda a província. Esta é a justificativa da Elisal, que reconhece a limpeza ineficaz de Luanda. O governo, sabendo que os recursos não são

suficientes para o recolhimento de todo o resíduo sólido apela para o envolvimento voluntário de cidadãos e empresas públicas e privadas.

Durante o acompanhamento da coleta de lixo no Kilamba durante 62 dias, a empresa recolheu o lixo em apenas 16 dias. Entre os dias 20 e 30 de outubro houve coleta somente nos dias 22 e 26, às 19:00h e às 22:00h, respectivamente. Entre os dias 01 e 31 de novembro a coleta foi feita nos dias 06, 12, 13, 18, 22, 25, 26 e 28, às 8:00h, 19:00h, 12:30h, 20:00h, 11:40h, 9:00h, 20:15h e 18:00h respectivamente. Entre os dias 01 e 20 de dezembro a coleta foi feita nos dias 02, 04, 06, 08 (por duas vezes), 11 e 16, às 9:30h, 9:45h, 16:00h, 9:40 e 21:20, 23:30 e 16:30.

A frequência da coleta de lixo realizada no Kilamba é irregular, não apresenta padrão de dias e nem horários. O número de dias sem a recolha do lixo varia de 1 a 9 dias e o horário da coleta nos dias que são realizadas não é fixo, havendo coleta na parte da manhã, da tarde e da noite. Nota-se que em alguns casos a coleta foi feita em dois dias seguidos e na maioria dos casos o intervalo foi de três ou mais dias.

Dessa maneira o morador não sabe quando deve colocar o lixo nos pontos de coleta. Isso faz com que o lixo se acumule nesses locais (foto 1), que se localizam geralmente nas esquinas da zona residencial, extrapolando muitas vezes as ruas.

Foto 1: Pontos de coleta de lixo no Kilamba



Fonte: PAULA, R. T.

O acúmulo do lixo causa um cheiro desagradável, contaminação ambiental, poluição visual e atração de insetos e outros animais, sendo um fator de proliferação de doenças, agravando ainda mais a extrema

pobreza e situação que os angolanos enfrentam. As condições de falta de saneamento básico que pode ser evidenciada nas fotos 2 e 3.

Foto 2 e 3: Acúmulo de lixo e falta de saneamento básico em Luanda.



Fonte: ISSUFO, 2014; PAULA, R. T.

Além disso, alguns moradores, buscando uma alternativa para diminuir o problema do lixo na cidade, queimam os resíduos (foto 4), gerando também mal cheiro, produção de cinzas, poluição atmosférica e visual, que afeta negativamente a saúde dos moradores e

resulta em maiores teores e saturação de alumínio, e maior acidez potencial, bem como menores teores de magnésio na camada superficial do solo, podendo ser prejudicial ao solo (JACQUES, 2003).

Foto 4: Terreno após queima de resíduos sólidos



Fonte: PAULA, R. T.

Além dos problemas em relação aos resíduos nas áreas habitadas, essa situação se repete em locais que apresentam um grande potencial turístico natural, que deveriam ser consideradas áreas de preservação ambiental para serem protegidas e que poderiam beneficiar o país através da atividade turística. Um local que exemplifica esse cenário é o

Miradouro da Lua (foto 5), um dos destinos turísticos mais importantes de Luanda, que chama a atenção dos visitantes por sua forma, causada pela erosão a que está sujeita e coloração, resultado das diferentes composições sedimentares das camadas (PAULA e ROCHA, 2016).

Foto 5: Miradouro da Lua



Fonte: PAULA e ROCHA, 2016

Apesar de ser uma paisagem muito conhecida e possuir grande potencial turístico, o Miradouro da Lua não é devidamente valorizado e preservado pelo poder público. Este ambiente vem se degradando cada vez mais naturalmente,

pelo próprio processo erosional a que está sujeito ou pela influência de turistas e moradores que lançam resíduos e depositam lixo inadequadamente no local (foto 6) (PAULA e ROCHA, 2016).

Foto 5: Lixo depositado no Miradouro da Lua.



Fonte: PAULA e ROCHA, 2016

Nota-se então que Luanda vive uma crise a respeito da produção, coleta e descarte de lixo, que se acumula cada vez mais e afeta diversos setores da sociedade, entre eles o social e o turístico e ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Angola, um país que convive com diversos problemas sociais tem como um dos principais a questão do lixo, fator que agrava e cria vários outros problemas. Esta situação ocorre em todo o território, sendo que Luanda é a área mais atingida, devido à alta densidade demográfica na capital do país.

O sistema público de coleta é totalmente

ineficaz e, muitas vezes, o Estado transfere a responsabilidade para a população, promovendo campanhas educativas, com instruções de deposição dos resíduos. Grande parte dos habitantes depositam o lixo em local inadequado, mas isto ocorre porque na maior parte das situações o local destinado ao assentamento do lixo está, de alguma forma, inviabilizado. Portanto, os moradores não devem ser culpados pela atual situação, sendo o governo o responsável por promover um sistema eficaz de coleta e disposição final do lixo.

O caso do Kilamba é só um exemplo da ineficácia de todo o processo de tratamento de resíduos sólidos em Luanda e em todo o país. Vale ressaltar que o Kilamba é uma das áreas socioeconômicas mais privilegiadas de Luanda e que nos outros bairros o problema do lixo é ainda mais grave. A situação do Miradouro da Lua também demonstra o descaso das autoridades para com uma localidade de grande potencial turístico, que

se bem explorada poderia ser uma opção para os turistas que visitam o país, e conseqüentemente gerar recursos para o país que já apresenta um crescimento econômico significativo segundo as últimas pesquisas feitas.

A questão do lixo em Angola reflete um problema que é comum a vários países, e que deve ser tratada como prioridade pelos governos locais. O pontapé inicial a ser dado é a conscientização da população sobre as possíveis conseqüências do descarte do lixo em locais inapropriados, que são diversos, variando desde questões mais simples, como o mau-cheiro, até questões mais complexas, como transmissão de doenças e alagamentos provenientes do entupimento das vias de escoamento da água nos centros urbanos. No entanto o principal setor da sociedade que deve agir em prol da sociedade é o poder público, para garantir o saneamento básico para a população, além de criar melhores condições para o turismo.

BIBLIOGRAFIA

[1] Angonotícia. É hora de limpar Luanda. 2015

[2] Bondo, Hortênsio Felisberto de Fátima. Litoestratigrafia e modelo sedimentar da Bacia do Cuanza (NW de Angola). 2014. 96 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geologia, Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território, Universidade do Porto, Porto, 2014.

[3] Fernandez, F. A. dos S. O poema imperfeito. Crônicas de Biologia, conservação da natureza, e seus heróis. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2004.

[4] Golçalves, Antônio Olímpio. Geologia de Angola. Universidade Agostinho Neto, Departamento de Geologia. Luanda, 2012.

[5] Ine - Instituto Nacional de Estatística de Angola. Portal Oficial do INE de Angola. Censo 2014.

[6] Jacques, Aino Victor Avila. A queima das pastagens naturais—efeitos sobre o solo e a vegetação. Ciência Rural, v. 33, n. 1, p. 177-181, 2003

[7] Issufo, N. População angolana continuará com os mesmos problemas sociais em 2014. In Made for mind. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-002/popula%C3%A7%C3%A3o-angolana-continuar%C3%A1-com-os-mesmos-problemas-sociais-em-2014/a-17340434>>. Acesso em 2014.

[8] Mucelin, C. A.; Bellini, M. Lixo e Impactos Ambientais Perceptíveis no Ecosistema Urbano. Sociedade e natureza, Uberlândia, 2008.

[9] Paula, R. T.; Rocha, G. C. Potencial geoturístico de Angola: o caso do Miradouro da Lua. Anais 48º Congresso Brasileiro de Geologia. Porto Alegre, 2016. Disponível em <http://www.48cbg.com.br/>. Acesso em 2017

[10] Rede Angola. Recolha de lixo em Luanda deficitária. Partidos de oposição apelam a medidas imediatas. 2014

Autares

FABIANE DOS SANTOS TOLEDO (Organizadora)

Mestre em geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, na área de planejamento ambiental, atuante em geociências, com ênfase em ambiental - áreas verdes, índice de áreas verdes, espaços públicos livres e parques urbanos. Possui graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Uberlândia, mestrado em geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geografia ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: áreas verdes, índice de áreas verdes, espaços públicos livres e parques urbanos.

ANA CLAUDIA RAMOS SACRAMENTO

Licenciada em geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001) Mestre em Educação pela FE-USP (2007) e Doutora em Geografia Física pela DG-FFLCH-USP (2012). Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores - UERJ desde 2013 nos cursos de graduação e pós-graduação. Experiência como professora das redes pública e privada dos ensinos fundamental e médio. Atualmente é coordenadora de Projetos pela FAPERJ e é Bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ (2018). Trabalha com curso de formação de professores. Desenvolve pesquisas e atua na área de Ensino de Geografia, principalmente nos seguintes temas: Educação Geográfica, Formação de Professor, Currículo e Didática de Geografia.

ANDRÉ FELIPE FERNANDES DA SILVA

Licenciado em Geografia (2016) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é mestrando em geografia pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe - UFRN). Tem experiência na área de Geografia agrária, com ênfase nas seguintes temáticas: movimentos sociais, luta pela terra, reforma agrária e políticas públicas.

ANTONIO JOSÉ DE ARAÚJO FERREIRA

Possui graduação em Geografia e especialização em Geografia Aplicada ao Planejamento Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão (1989 e 1993), mestrado (1999) e doutorado (2008) em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Maranhão, Produção do Espaço e Ordenamento Territorial. Participa do Grupo de Pesquisa dos Sistemas Ambientais Maranhenses. É docente do Mestrado Acadêmico em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, da UEMA, cuja primeira turma iniciou em setembro/2015, sendo responsável pela disciplina Dinâmica da (re)produção do espaço urbano na contemporaneidade. De agosto de 2011 a agosto de 2013 integrou a equipe que elaborou o Monitoramento dos Indicadores do Milênio nos municípios do entorno da Refinaria Premium I (MA), objeto do convênio UFMA/Petrobrás/ONU-Habitat. É consultor ad hoc do PIBIC/UFMA-CNPq e da FAPEMA. É membro do Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, desde abril de 2014, na condição de representante titular da Universidade Federal do Maranhão. Integra a equipe técnica do Departamento de Estudos Urbanos e Regionais da Diretoria de Estudos e Pesquisas do IMESC/SEPLAN-MA, de acordo com Portaria GR Nº 153-MR, em que é responsável pelo Plano de Trabalho denominado "A importância das cidades na regionalização do Maranhão contemporâneo: contribuição para a definição e efetivação de políticas públicas inclusivas", com vigência de 01/08/2015 a 30/07/2018. É coordenador da pesquisa intitulada "Dinâmica e Perspectivas do Itaqui: de sonho a porto de Integração Regional Brasileiro na Economia Mundial Contemporânea, que está sendo fomentada pela FAPEMA e será concluída em 30/08/2018.

DENIZE TOMAZ DE AQUINO

Professora da Universidade de Pernambuco-UPE\Campus Garanhuns atuando nos cursos de licenciatura de geografia e pedagogia nas disciplinas estágio supervisionado e metodologia do ensino da geografia. Participa do grupo de pesquisa GIRSFEMA Grupo Interdisciplinar de Representações Sociais e Formação em Educação e Meio Ambiente.

DIEGO ESTEVÃO CHAVES

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e estudante de Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Acadêmico em Direito pela Faculdade Metodista Granbery.

DIMAS MORAES PEIXINHO

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Mestrado em Geografia (Humana) pela Universidade de São Paulo (1998). Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1991). Atualmente é professor adjunto iv da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: sistemas produtivos (setor sucroenergético, biodiesel e cadeia carnes-grãos) dinâmica socioespacial nos cerrados, políticas públicas, processos de arenização em áreas dos cerrados.

DIVINO JOSÉ LEMES DE OLIVEIRA

Doutorando em Geografia pela UFG Regional Jataí; Mestre em Geografia pela UFG Regional Jataí-GO (2014); Especialista em Educação para Diversidade e Cidadania pela UFG-Faculdade de Direito (2012). Especialista em Desenvolvimento Regional e Planejamento Turístico pela UEG (2006). Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2002). É professor na UEG-Campus Iporá desde 2007. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nas seguintes temáticas: Desenvolvimento regional, dinâmica socioespacial, políticas públicas, ensino de geografia, movimentos sociais e culturais. Atualmente é membro do NDE de Geografia da UEG-Campus Iporá. Membro do grupo de Estudos sobre a Dialética (Lab. GEOLÍDER). Desenvolve ainda os projetos de extensão: Cinema na Comunidade, Comunicação social e cidadã: experiência e vivência.

EDVÂNIA TÔRRES AGUIAR GOMES

Graduada em Ciências Geográficas pela Universidade Católica de Pernambuco, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e doutora em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorado na Universität Leipzig. Estágio no IFL - Leipzig. Professora Titular da Universidade Federal de Pernambuco.

ELTON OLIVEIRA DA SILVA

Mestre em Geografia pela programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB. Graduado em Bacharel e licenciatura em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência na área de Geociências, mas especificamente em Geografia Humana, atuando nos seguintes temas: assentamentos rurais, migração, campesinato e semi-árido. Participante do GETEC (Grupo de Estudo Trabalho, Espaço e Campesinato). Atualmente professor da rede estadual de ensino do estado da Paraíba e da Universidade Estadual da Paraíba.

EMÍLIA DE RODAT FERNANDES MOREIRA

Doutora pela Sorbonne, Paris 3. Professora Titular do Programa de Pós graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Atua na área de Geografia Agrária e do Semiárido.

ÉRICSON DA NÓBREGA TORRES

Mestre em Geografia-UFPB. Doutorando em Geografia pela UFPB. Professor Efetivo do Instituto Federal e Tecnológico da Paraíba- IFPB. Autor de livro publicado por editora Alemã. Leciona no IFPB nos cursos: integrado, subsequente, Superior (Tecnólogo em construção civil) e na Especialização em Meio Ambiente do IFPB-Monteiro-PB. Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba a nível de Bacharelado (2006) e a nível da licenciatura (2007). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, do Semi-árido e Geografia da Paraíba.

FABIANO VIANA ANDRADE

Mestrando em Ensino de História (UFF), Especialista em Literatura Memória Cultural e Sociedade (IFF), Especialista em Docência no Século XXI (IFF), Graduado em História. Professor da SEEDUC/RJ História. Experiência em Docência na educação do campo (nas esferas Estaduais e Municipais)

GUILHERME JOSÉ FERREIRA DE ARAÚJO

Doutor em geografia (UFPE) com estágio doutoral-sandwich no Instituto de Geografia - Universidade de Innsbruck, Áustria. Mestre em desenvolvimento e meio ambiente - UFPE. Licenciado em geografia com período sandwich na Philipps Universität Marburg (Alemanha). Pesquisador do grupo de pesquisa Sociedade e Natureza - Nexus (UFPE).

HENRIQUE GUIMARÃES ROCHA

Possui graduação em Geografia Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão. Possui interesse nas áreas de Geografia e Meio Ambiente.

HYAGO ERNANE GONÇALVES SQUIAVE

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Jataí (2018). Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Iporá (2015). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional e Geo-História, atuando principalmente nas áreas: Formação territorial e econômica de Goiás. Membro do grupo de pesquisa REAGRI - Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas e do Grupo de Estudos sobre a Dialética (Lab. GEOLÍDER).

IAPONY RODRIGUES GALVÃO

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente é docente adjunto no Departamento de Geografia do Centro de Ensino Superior do Seridó, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

JAQUELINE DE ARRUDA CAMPOS

Formada em licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestrada em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN. Atualmente é professora substituta de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Tem experiência na área de Geografia urbana e

agrária, com ênfase nos temas relacionados ao planejamento urbano; relação cidade-campo; preservação ambiental e movimentos sociais de luta por terra e moradia.

JHONATAN DOS SANTOS DANTAS

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UNICENTRO. Professor no colegiado de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Guarapuava. Editor chefe da revista diálogos multidisciplinares da Faculdade Guarapuava. Pesquisador nas áreas de planejamento urbano e regional, desenvolvimento territorial, políticas públicas territoriais e dinâmica agroindustrial.

JUAN GUILHERME COSTA SIQUEIRA

Possui Graduação em Geografia Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Tem experiência na Geografia, atuando nas áreas de Geografia urbana, Geografia dos transportes e Geografia econômica, com ênfase em estudos de transportes públicos, infraestruturas e circulação no espaço urbano. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Edafologia e Pedologia (GEPEPE).

KATIUSCIA DA COSTA PINHEIRO

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão; Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão; Licenciada em Ciências Sociais e Letras - Língua Portuguesa, pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; Especialista em Gestão em Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade Federal do Maranhão, Brasil(2013). Atualmente é Docente efetiva do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em Sociologia do campus Itapecuru-Mirim , no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

LAURINDO ELIAS PEDROSA

Possui graduação - Licenciatura e Bacharelado - em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1994), e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2001). Atualmente é professor na UAEI Geografia/RC/UFG - I Geografia da UF de Catalão, com ênfase em Geografia Física, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, climatologia, recursos hídricos, planejamento urbano e regional, meio ambiente, impactos ambientais, movimentos sociais e educação ambiental e cidadania. Insere-se ainda como Pres. da Associação da Bacia Hidr. do Rio Veríssimo, foi Pres. da AGB/Seção Catalão - Gestão 2007/2009, com as publicações dentre outras: Publicações dentre outras: Cerrado no Contexto das Transformações Socioambientais, revista Com Ciência/SBPC, n. 105, fevereiro/2009; Cerrado: História, Cultura, Potencialidades e Desafios, coordenador do Núcleo central da publicação especial "ciência e cultura/SBPC" vol. 63, n.3, SP julho/2011. Atua como Perito ad Hoc de Crimes Ambientais DGPCGO/SPJ/9ªDRP e Parecerista Sócio-Ambiental - Convênio: MPMO/UFG/CaC. Um dos Autores do Diagnóstico e Monitoramento Sócio-Ambiental de Catalão e Entorno. Convênio: MPMO/3ªPMJ/Curadoria do Meio Ambiente de Catalão.

LEANDRO REGINALDO MAXIMINO LELIS

Doutorando no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Três Lagoas. Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Presidente Prudente.

LEONARDO DE OLIVEIRA MENDES

Professor do curso de geografia no Centro de Estudos Superiores de Tefé, da Universidade do Estado do Amazonas. Formado em geografia pela Universidade Federal de Goiás e mestre em geografia pela Universidade Estadual Paulista, "Júlio Mesquita Filho" Câmpus de Presidente Prudente. Atua na área de Geografia Humana, desenvolvendo projetos de pesquisa, ensino e extensão nas seguintes linhas: Geografia do Trabalho; Geografia e Movimentos Sociais; Geografia Política na região do Médio Solimões, no Estado do Amazonas.

LIBANIA FREITAS FERNANDES NASIMENTO

Pós graduada em Cultura, Patrimônio e Educação, Professora de Geografia, Bolsista de Iniciação Científica durante a graduação com ênfase em assuntos afro- brasileiros.

LOICE TAÍS CANSANÇÃO DE ALMEIDA

Aluna concluinte do curso de licenciatura em geografia da Universidade de Pernambuco- UPECampus Garanhuns bolsista monitora da disciplina estágio supervisionado e participar do grupo de pesquisa GIRSFEMA Grupo Interdisciplinar de Representações Sociais e Formação em Educação e Meio Ambiente .

LUÍS FERNANDO LOPES AMORIM

Graduando do curso de Geografia pela Universidade Federal do Maranhão, possui interesse nas áreas de meio ambiente, epistemologia da Geografia e Geografia Agrária.

MARIA IRANILDA VIEIRA MACHADO

Formada em licenciatura em geografia atuando como professora na escola básica da rede municipal de ensino do município de Garanhuns-PE onde desenvolve atividades com histórias em quadrinhos nas séries iniciais do ensino fundamental.

MARINA LOUREIRO MEDEIROS

Geógrafa , atualmente Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e estudante do curso de Bacharelado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) . Integrante do grupo de pesquisa Sociedade & Natureza (NEXUS) do Departamento de Ciências Geográficas (DCG) da UFPE.

MATHEUS ANDRADE MARQUES

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão. Membro do Laboratório de Climatologia da Universidade Federal do Maranhão, atualmente participando do projeto de pesquisa: Reserva Extrativista de Tauá-Mirim e seu entorno: levantamento socioeconômico . Áreas de interesse: Geografia Urbana, Clima Urbano, Produção do Espaço e Epistemologia da Geografia.

MATHEUS GUIMARÃES LIMA

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, campus Três Lagoas (2018). É graduado em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus Presidente Prudente (2015/2016).

MICHELE SERPE FERNANDES

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2013). Possui graduação em Geografia (licenciatura) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2010). Atua na área de Geografia, desenvolvendo pesquisas na área Geografia Humana, Geografia Econômica, Geografia da Circulação e Geografia Política. Atua no ensino de Geografia. Membro do Núcleo de Estudos da Circulação e da Economia Política do Território (Necep). Atualmente desenvolve pesquisas na área da integração sul-americana e logística através das infraestruturas de circulação.

MYLENA ANDRÉ GONÇALVES

Graduação –Licenciatura em Geografia – Instituto Federal Fluminense (IFF- Campus Campos-Centro) - Concluído. Mestrado em Análise Regional - Universidade Federal Fluminense - UFF (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Cursando

NEUSA MARIA TAUSHECK

Professora concursada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná / UFPR. Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (1990). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2000). Doutoranda no PPGE/UFPR (Linha de Pesquisa: Escola, Cultura e Ensino) . Atuou como professora concursada da Educação Básica na Rede Estadual do Paraná, ministrando durante 19 anos a disciplina de Metodologia do Ensino de Geografia, no Curso de Formação de Docentes. Experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia (pesquisa e ensino), educação do campo.

RAFAELA TEIXEIRA PAULA

Estudante de Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharela em Geografia pela mesma instituição. Fez intercambio estudantil na Universidade Agostinho Neto em Luanda, Angola.

RAIMUNDA PATRÍCIA GEMAQUE DA SILVA

Bacharela e Licenciada Plena em Geografia (UFPA), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero - GEPGÊNERO.

TERESA CRISTINA DE ALMEIDA FARIA

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Santa Úrsula (1983); mestrado (1997) e doutorado (2004) em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro . Atualmente é professora Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa/MG, atuando na graduação e na pós-graduação. Desenvolve pesquisa e extensão na área de Planejamento Urbano e Regional, com foco nos seguintes temas: Política Urbana, habitação, estruturação intra-urbana, mobilidade residencial, irregularidade fundiária e segregação espacial.

VANESSA DA SILVA GOMES

Graduação em Licenciatura em Geografia (IFF-Campus Campos Centro). Técnico em Geologia (IFF-Campus Campos Centro). Bolsista de Extensão NEABI

VERÔNICA ANDRÉA DE ANDRADE ALMEIDA

Estudante de graduação em licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Juiz de Fora.

VICTOR HUGO RIBEIRO PIMENTA

Arquiteto Urbanista (2014), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (2017) pela Universidade Federal de Viçosa, cuja experiência se destaca na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento Urbano e Regional, Cidades Sustentáveis, Mobilidade Urbana, Política Urbana Brasileira, Cidades Compactas, Habitação de Interesse Social, Design de Interiores, Projetos Arquitetônicos e Urbanísticos. Durante a graduação, na Universidade Federal de Viçosa, trabalhou em empresa júnior; em escritórios e em projetos de extensão vinculados a Habitação de Interesse Social e Patrimônio Histórico. Apresentou trabalhos acadêmicos em Viçosa/MG e Salvador/BA, com premiações de destaques e excelência (Prêmio Arthur Bernardes UFV - 3 vezes). Ao concluir a graduação foi homenageado pelo Centro de Ciências Exatas da UFV com certificado pelo excelente desempenho acadêmico no curso de Arquitetura e Urbanismo. No mestrado investigou acerca das políticas urbanas brasileiras e sua relação com o Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS) almejando o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras. Deste modo, apresentou trabalhos em Viçosa/MG, São Luis/MA e Covilhã em Portugal.

VIVIANE PIMENTEL MOSCARDINI SUSSUMO

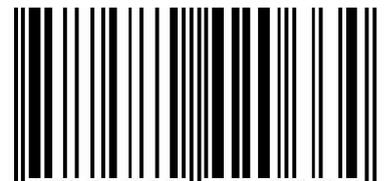
Professora do curso de geografia no Centro de Estudos Superiores de Tefé, da Universidade do Estado do Amazonas. Formada em geografia pela Universidade Federal de Goiás e mestre em geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atua na área de Geografia Humana, desenvolvendo projetos de pesquisa, ensino e extensão nas seguintes linhas: Geografia Agrária; Geografia do trabalho e saúde do trabalhador na região do Médio Solimões, no Estado do Amazonas.

YAN MARLLON DA SILVA PEREIRA

Licenciado em Geografia pelo Curso de Licenciatura em Geografia – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Faculdade de Formação de Professores. Mestrando no Curso de Pós-graduação em Geografia (PPGG).

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7042-066-4



9 788570 420664